



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. B AO Nº 65, QUARTA-FEIRA, 3 DE MAIO DE 2023

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
- 2º - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
- 3º - (cargo vago)
- 4º - (cargo vago)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Ata da 7 ^a Reunião, realizada em 29 de março de 2023.	4
Ata da 8 ^a Reunião, realizada em 30 de março de 2023.	104
Ata da 9 ^a Reunião, realizada em 11 de abril de 2023.	127
Ata da 10 ^a Reunião, realizada em 18 de abril de 2023.	169
1.2 – COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE	
Ata da 1 ^a Reunião, realizada em 12 de abril de 2023.	204





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às oito horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes e Zenaide Maia, dos Deputados Duda Ramos, Defensor Stelio Dener e Célia Xakriabá, e ainda dos Senadores não membros Vanderlan Cardoso, Marcos do Val, Flávio Bolsonaro, Wilder Morais, Angelo Coronel e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Dr. Hiran e Leila Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**. **Finalidade**: A visão do Poder Executivo Federal sobre a crise na Terra Indígena Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo. **Participantes**: JOENIA WAPICHANA, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai; MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG, Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas do Ministério dos Povos Indígenas; RICARDO WEIBE NASCIMENTO COSTA, Secretário Especial de Saúde Indígena - Ministério da Saúde; JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS, Diretor de Programa da Secretaria Executiva - Ministério da Saúde; e PAULO CESAR BASTA, Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. **Resultado**: Audiência pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento nº 13 de 2023**, que "requer, em aditamento ao Requerimento n. 12 - CTEYANOMAMI, o qual dispõe sobre a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre as providências que estão sendo adotadas para rastreabilidade da lavra e comercialização do ouro, a inclusão de representante da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF no rol de convidados." **Autoria**: Sen. Chico Rodrigues. **Resultado**: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento nº 14 de 2023**, que "requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo, que forneceu aeronaves para o transporte de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis." **Autoria**: Sen. Eliziane Gama. **Resultado**: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento nº 15 de 2023**, que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Deputada Silvia Waiápi, ex-Secretária de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de discutir a retirada de garimpeiros das Terras Yanomami." **Autoria**: Sen. Dr. Hiran. **Resultado**: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento nº 16 de 2023** que "requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações sobre a situação da oferta de serviços de educação na Terra Indígena Yanomami." **Autoria**: Sen. Eliziane Gama. **Resultado**: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento nº 17 de 2023**, que "propõe a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir com os especialistas, da área da ciência, a mitigação dos impactos do garimpo ilegal na Reserva Yanomami." **Autoria**: Sen. Astronauta Marcos Pontes. **Resultado**: Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento nº 18 de 2023**, que "requer nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante da Empresa, Voare Táxi Aéreo, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre transporte nas ações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde pública na Terra Indígena Yanomami." **Autoria:** Sen. Astronauta Marcos Pontes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento nº 19 de 2023**, que "requer, em aditamento ao Requerimento 17/2023 - CTEYANOMAMI, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, a inclusão de dois convidados na audiência pública destinada a discutir com especialistas, da área da ciência, a mitigação dos impactos do garimpo ilegal na Reserva Yanomami." **Autoria:** Sen. Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 5^a e 6^a reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/29>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7^a Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

A audiência pública de hoje é em atendimento ao item 3.3 do plano de trabalho, com o objetivo de debater a visão do Poder Executivo Federal sobre a crise da Terra Indígena Yanomami, causas e possíveis soluções, de curto, médio e longo prazos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania na internet, em: www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Participarão da audiência de hoje: Joenia Wapichana, Presidente da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas); Marcos Kaingang, Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas; Ricardo Weibe Nascimento Costa, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Diretor de Programas da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Paulo Cesar Basta, Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Para facilitarmos os trabalhos desta Comissão, inclusive com a participação dos convidados nesta audiência pública realizada hoje, nesta 7ª sessão, estávamos aguardando a presença de quem seria a primeira palestrante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... desta reunião, a Sra. Joenia Wapichana, Presidente da Funai. Já chegou?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, sobre a Joenia, a informação que eu tenho é que ela não está conseguindo, na verdade, ter acesso ao Senado. Ela está lá na Chapelaria. Eu pediria que o senhor pudesse falar com o sistema de segurança, para agilizar. É uma ex-Deputada Federal, Presidente da Funai. Um critério tão rigoroso! E tem tanta gente, às vezes, que entra aqui neste Senado e não tem esse critério.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Foge ao controle...

Senadora, isso aí diz respeito à Segurança do Senado, não à Mesa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Com toda a certeza. Estou fazendo um apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – V. Exa. tem razão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Estou fazendo um apelo a V. Exa. para que fale com a segurança, porque tem um critério que não...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Esse é inexistente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Está O.k.

Então, a informação que eu acabo de receber aqui da assessoria é que já foi resolvido o problema lá sobre, infelizmente, esse contraponto.

Nós gostaríamos de convidar...

Nós vamos fazer dois blocos. Como se trata da questão, especificamente, da Funai e também da mediação de conciliação e conflitos fundiários, nós vamos fazer esses dois blocos com a Dra. Joenia Wapichana e o Marcos Kaingang.

Então, eu convidaria para fazer parte da mesa o Sr. Marcos Kaingang, Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas. (*Pausa.*)

O Marcos Kaingang terá o tempo de 20 minutos para fazer a sua apresentação; depois, ao chegar a Dra. Joenia Wapichana, nós daremos também o tempo de 20 minutos para ela. E aí os Srs. Senadores farão as suas perguntas, suas indagações e, logicamente, com precisão cirúrgica, eu tenho certeza, farão as suas justificativas para esclarecer aqui para a nossa Comissão Externa.

Então, com a palavra, Marcos Kaingang, Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas.

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI - KAIKGANG (Para expor.) – Bom, testando aqui o microfone rapidamente. Obrigado.

Primeiramente, bom dia a todos, a todas e a "todes".

Quero cumprimentar os nossos Senadores e Senadoras aqui desta Casa, cumprimentar os demais participantes, também as delegações indígenas que comparecem nesta manhã aqui conosco, para nos prestigiar, mas também para, em alguma medida, acompanhar um pouco o que a gente vai estar apresentando aqui de cenário de três meses aí de gestão do Governo Federal – nós, enquanto Ministério, e também as demais instituições.

Bom, como já foi apresentado pelo Senador, sou Marcos Kaingang, sou Diretor de Mediação de Conflitos do Ministério dos Povos Indígenas, um ministério inédito, criado dentro desses 520 anos de história do nosso país.

Eu vou ser bem objetivo e rápido, dentro da proposta colocada do plano da Comissão, Senador, e, desde já, agradeço o convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Ministra está em agenda externa neste momento também, mas eu acho o plano importante, assim como o responsável para vir fazer a fala, que é quem realmente acompanha todo o processo pelo Ministério dos Povos Indígenas desde as primeiras ações lá identificadas no território ianomâmi, as construções das ações, dos planejamentos, das execuções futuras também de que eu tenho participado.

Então, desde já, em nome do Ministério e da Ministra Sonia, quero colocar já esse ponto de vista. E, enfim, ela reitera que está sempre à disposição para vir, em outros momentos e oportunidades, para estar participando também.

Bom, no que se refere à proposta da Comissão, Senadores, e Senadoras também, nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, como já antecipei, somos um ministério novo, temos existência aí a partir do dia 1º de janeiro com o Decreto, mais especificamente, nº 11.355, que instituiu o Ministério dos Povos Indígenas.

Aí eu vou me ater, rapidamente, à leitura, brevemente. Eu vou tentar não... (Pausa.)

Vamos aguardar... A própria Joenia chegou, Senador. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Convidado a Dra. Joenia Wapichana, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), para fazer parte da mesa. (Pausa.)

Com a palavra o Marcos Kaingang.

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI - KAINANG – Dando continuidade, então, nós, o Ministério, após nossa criação pelo Decreto nº 11.355, de 1º de janeiro, temos uma atribuição bem específica, entre elas, instituída como atribuição e principais funções do Ministério dos Povos Indígenas, tanto a condução como também a gestão, o planejamento, a execução e o acompanhamento das políticas indigenistas no país. Ainda: reconhecimento, garantia e promoção dos direitos dos povos indígenas; reconhecimento, demarcação, defesa, usufruto exclusivo e gestão das terras indígenas e dos territórios indígenas; cuidar do bem viver dos povos indígenas; proteção dos povos indígenas isolados e de recente contato; e demais implementações dos tratados internacionais, com ênfase na Convenção nº 169 também.

Então, nossas atribuições são muito específicas no Decreto Presidencial nº 11.355. E, entre essas atribuições da nossa instituição, veio também, a partir do entendimento do GT de transição, que a Funai passaria, então, a compor o Ministério dos Povos Indígenas a partir do 1º de janeiro. Então, Funai e Ministério dos Povos Indígenas, hoje, dentro da estrutura administrativa do Governo Federal, compõem uma única instituição como um todo. Ou seja, nós, Ministério dos Povos Indígenas, passamos a ter a atribuição referente à política indigenista, que era, anteriormente, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, constituído, de fato, o Ministério dos Povos Indígenas, a partir de 1º de janeiro, nós, logo nos primeiros dias, já nos deparamos com a situação da terra indígena ianomâmi. Mas eu gosto de frisar e destacar que ela não é uma situação já evidenciada agora no momento; ela já vem há muito tempo sendo noticiada, denunciada por várias organizações indígenas, organizações indigenistas, ONGs e diversos outros setores da sociedade civil. As próprias organizações da terra indígena ianomâmi também, como a Hutukara, por exemplo, e outras têm denunciado já uma situação grave dos ianomâmis há cerca de quatro anos, com intensidade maior nos últimos dois anos, como a gente identificou. E isso é o que nos mostram os relatórios que têm chegado para nós agora, com o compilado das informações que a gente está buscando fazer.

Assim que chegaram essas denúncias no Ministério dos Povos Indígenas, fomos um dos primeiros ministérios a ser procurado devido à competência e atribuição referente aos povos indígenas. Tivemos as primeiras incursões, as primeiras ações conduzidas pelo Ministério da Saúde, especificamente pela Secretaria Especial de Saúde Indígena, que identificou essas ações, articulou com o Ministério dos Povos Indígenas, notificou também sobre a gravidade da situação na localidade. De pronto e imediatamente, a Ministra Sonia Guajajara organizou uma comissão e uma comitiva, no dia 4 de janeiro, para se deslocar até o território. Com ela foram diversas outras secretarias e outros Ministros também, como o de Direitos Humanos, o MDS, enfim, outros ministérios. A própria Presidente da Funai, Joenia Wapichana, se deslocou para lá para fazer, *in loco*, essa visita imediata e identificar a real gravidade da situação na terra indígena ianomâmi.

Identificado isso, o nosso papel enquanto Ministério, a partir daí... Cabe frisar e destacar que nós somos um ministério novo. Estamos, inclusive, ainda nomeando nossas pessoas, porque é um desafio para todos e todas nós, mas a gente já assumiu uma responsabilidade muito grande dentro das nossas limitações enquanto ministério, diante do orçamento também, que não temos ainda e no âmbito dos recursos humanos também, porque a gente sequer tinha pessoal nomeado efetivamente para acompanhar as ações. Mas a gente fez um mutirão, dentro das nossas limitações, como eu já falei, e a gente conseguiu fazer esse acompanhamento das ações, do início até o momento presente, Senadores e Senadoras.

Então, a partir desse momento, a Ministra Sonia Guajajara notificou outros ministérios que têm atribuição em relação à pauta ianomâmi, entre eles, Ministério da Defesa, Ministério da Saúde, com quem buscamos articular as ações que já vinham sendo implementadas pela própria Sesai na região, que instituiu o COE (Comitê de Operações Emergenciais) – e a Sesai pode falar melhor sobre isso. Buscamos nós, enquanto Funai também e Ministério dos Povos Indígenas, nos somarmos a essas ações que já vinham ocorrendo e propor novas ações, entre elas, reuniões também com o Ministério da Defesa, que tem uma atribuição por ser faixa de fronteira na região, mas que tem uma atribuição muito específica na região de proteção, na região vinculada aos povos indígenas, e também por ser território brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fizemos contatos e reuniões de urgência e emergência com o Ministério da Justiça (SP), com o Ministério do Desenvolvimento Social, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e com outros vários ministérios, com a Casa Civil, trouxemos esse cenário que se encontrava na Terra Indígena Yanomami e, de pronto e imediato, fizemos uma reunião com a Casa Civil, trazendo a gravidade para o Presidente Lula também.

O Presidente Lula, num primeiro momento, ficou bem abismado, mas era o mesmo fato que já havia ocorrido anteriormente em algumas situações já noticiadas, inclusive, por outros canais de comunicação, como o Fantástico, por exemplo, e outros meios de comunicação. Especificamente, no ano de 2021 e 2020 também.

A partir desse momento, nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, dialogamos com a Casa Civil, que tem o papel de articular também as ações conjuntas entre os ministérios. Trouxemos a real situação grave da Terra Indígena Yanomami para o Presidente da República, e aí, cabe destacar, também, o papel do Ministério dos Povos Indígenas e da Funai nesse processo. Cabe destacar porque, se você não tem um peso de um Ministério dos Povos Indígenas, você não tem o real direcionamento da importância da pauta e de como ela deveria ser conduzida. Então, com o *status* de ministério, a gente também ganhou importância e relevância nesse debate, e, a partir desta situação, nós, enquanto atribuição de ministério, também passamos a ter uma maior incidência nas ações, tanto no aspecto de articular, mas também de cobrar, de dizer: "Olha, os outros ministérios também têm suas atribuições, não é só competência do Ministério dos Povos Indígenas, visto que a gente tem como competência tanto a promoção, garantia e efetivação dos direitos dos povos indígenas, mas compartilhadas entre os outros ministérios todas essas responsabilidades". É importante destacar.

É com um pouco dessa lógica que, nós, do Ministério dos Povos Indígenas, estamos iniciando um trabalho para realmente atentar e chamar os outros ministérios e pastas para suas atribuições vinculadas aos povos indígenas.

A gente costuma ver que muitas das pautas vinculadas aos povos indígenas são atribuídas somente à União e a gente sabe que as responsabilidades são da União, grande parte delas, mas também são compartilhadas em diferentes espaços, também temos atribuições, sim, dos municípios e dos estados nessas situações. Então, se a gente chegou à situação em que estamos, é uma responsabilidade compartilhada também, não somente da União, do estado e do município, nesse sentido, da grave situação da Terra Indígena Yanomami.

A partir disso, as nossas ações se intensificaram, enquanto ministério, para conduzir, junto à Casa Civil, para que se fizesse um trabalho mais articulado de fato com os outros ministérios para, realmente, a gente fazer um amplo debate sobre a real situação da Terra Indígena Yanomami.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessas reuniões, a gente também convidou, assim que surgiram os primeiros relatos, a Ministra Sônia, que veio com a Presidente da Funai, Joenia Wapichana, outros Senadores, também Parlamentares e outros ministros, e a gente levou a situação para o Presidente Lula. Ele, de imediato, instituiu também, por decreto, um comitê de desassistência ao território ianomâmi, no qual elencou uma série de ministérios que deveriam fazer parte desse comitê, atentando para cada um suas atribuições e responsabilidades referentes ao território indígena ianomâmi em questão. E aí nós temos esse decreto que foi construído para criar um comitê para pensar todas as ações, planejamento e execuções das ações a curto, médio e longo prazo. A partir disso, depois, atentamente às comissões que vêm ocorrendo, vi que esse documento ainda não está disponível, Senadores e Senadoras, que foi resultado desse comitê, Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento da Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami.

Então, a gente, enquanto Ministério e Casa Civil, buscou articular com os outros ministérios e construir diversas ações para o território ianomâmi. E, nesse sentido, a gente teve o resultado desse plano. Ele vai ser público, porque ele precisa ser público antes de tudo, mas ainda estamos finalizando os ajustes também.

Nesse plano, que foi constituído e pensado, os diversos ministérios trouxeram suas atribuições, entre eles, o Ministério da Defesa, o MDS, a Funai também e o Ibama, enfim. E, nesse sentido, a gente compilou todas as ações e a gente identificou que não havia orçamento e recurso para as ações. É importante destacar que os orçamentos tanto da Funai quanto do Ministério dos Povos Indígenas, como eu já falei, são limitados, foram constituídos por um decreto em 1º de janeiro, então, o orçamento não foi previsto nos anos anteriores para nós na discussão no âmbito do Congresso, mesmo que tenha sido enviado. Então, nós temos essa limitação.

A própria Funai, que tem o seu orçamento limitado, também não tem capacidade e condições para executar todas as ações previstas. Então, a gente solicitou e construiu, junto aos diversos ministérios, um plano de atuação conjunta para a Terra Indígena Yanomami, conduzido, num primeiro momento, pela Casa Civil e, a partir desse momento – ele tinha um período de 90 dias –, encerrado esse período de 90 dias, vai passar a ser atribuição do Ministério dos Povos Indígenas na condução e implementação desse plano.

Nesse plano foram pedidos créditos extraordinários para as ações e cada ministério elencou quais são as reais necessidades e orçamentos que precisam para executar suas ações no território indígena ianomâmi. Nós, do Ministério dos Povos Indígenas, também solicitamos nesse sentido.

O plano envolve uma série de situações, entre elas, o aumento do efetivo e a presença do estado na região com servidores e servidoras da Funai, também na região. O Ministério da Saúde elencou suas prioridades tanto para a equipe de saúde como para medicamentos, enfim, transporte aéreo de pacientes e profissionais. O Ministério da Defesa colocou suas situações também de preocupação em relação a não ter orçamento para essas ações na região, mas foram priorizadas as ações também de transporte, deslocamento, fiscalização e proteção do território. O Ministério da Justiça a mesma coisa, para desintrusão, por exemplo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tem uma série de conjuntos de ações que foram pensados aqui, ações mais imediatas, ações urgentes que o território e a população precisam, mas também pensando na execução e planejamento a médio e longo prazo.

Nesse aspecto, Senador – e eu vou me atentar ao meu tempo também, mas são muitas coisas –, cabe destacar que o Ministério dos Povos Indígenas, com essa atribuição nova que nos foi designada agora pelo decreto, tem esse papel de articular de fato as diferentes instituições nesse processo. É importante destacar que em nossas atribuições, como a Joenia falou, a gente vai precisar de uma atuação em conjunto, dentro das nossas limitações orçamentárias para esse ano também e aí a gente vai contar muito também com esta Casa, tanto o Senado e a Câmara dos Deputados, para poder desenvolver essas ações nesse sentido. E aí vem um fenômeno também de que a gente assume as nossas responsabilidades aqui enquanto Governo Federal, dentro das nossas limitações orçamentárias para esse ano, que ainda são graves, cabe destacar.

O problema dos ianomâmis é uma situação específica, mas é um pouco de realidade compartilhada com diversos outros territórios no Brasil. A partir dos nossos primeiros levantamentos, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, a partir dos elementos que a Funai já traz com muita propriedade ao longo do tempo também, a gente tem, no âmbito da própria ADPF 709, para quem conhece ou não conhece, Senadores e Senadoras, que também prevê a desintrusão da região e a proteção, o próprio Supremo já transitou em julgado a situação e reiterou decisões nesse sentido. Então, a gente está com um compromisso e um dever muito sério nesse sentido para garantir a proteção, a vida e a assistência desses serviços públicos para os povos indígenas na Terra Indígena Yanomami nesse sentido.

Cabe destacar também que, dentro do aspecto de desassistência, a gente identificou, Senadores e Senadoras, algumas situações que poderiam ter sido adotadas e não foram adotados ao longo do tempo. Eu acho que a atribuição do Ministério dos Povos Indígenas agora é dar seguimento a essas ações com que a gente tem se comprometido, a partir da nossa atribuição legal, enquanto ministério também, mas a gente entende que precisa de um esforço conjunto. A pauta indígena ainda é invisibilizada, não se dá a real importância que se deve para essa pauta. Talvez por isso, chegamos a este cenário, mas é importante destacar que este cenário da Terra Indígena Yanomami pode se repetir e ser visibilizado em outras situações também.

Nós, enquanto Estado brasileiro, nos colocamos em situação meio vexatória também na medida em que a gente não consegue dar as respostas mais contundentes possíveis para essa realidade. Então, a criação do Ministério dos Povos Indígenas também é urgente nesse sentido devido à negligência histórica do Estado brasileiro nesta proposta de dar assistência aos povos indígenas no Brasil, entre eles, os povos ianomâmis. Vivem lá na região cerca de 30 mil indígenas, mais de 350 aldeias na região. Há diversos povos na região também. Então, a gente tem uma desassistência muito grave lá. A gente tem limitações e dificuldades para... Como eu falei, a Funai também está no âmbito, no escopo do Ministério dos Povos Indígenas. A gente tem muitas dificuldades de manter servidores na região, a gente tem limitações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concurso público, a gente tem dificuldades de dar condições de trabalho para os servidores e servidoras também. Então, é um conjunto de fatores que levou a essa situação com que nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, estamos de fato muito preocupados. Estamos comprometidos também para transformar, mudar essa realidade, pois isso vai justificar a existência do Ministério dos Povos Indígenas, na medida em que a gente consiga dar respostas contundentes a essas situações gravíssimas que a gente enfrenta no país.

Agora, a gente vê que só com as ações do Governo Federal até o momento a gente vai ter muitas dificuldades, mas a gente tem construído boas relações, boas articulações com os outros ministérios e com Parlamentares também, destinando emendas parlamentares, preocupados com a situação também do Ministério dos Povos Indígenas, preocupados com a situação ianomâmi. A Ministra Sônia também fez todo um conjunto de articulações não só no âmbito do Poder Executivo, mas do Poder Legislativo também, preocupada em trazer ao âmbito do Legislativo essa preocupação em relação aos territórios indígenas.

A gente tem uma preocupação muito séria, pois uma das atribuições Ministério dos Povos Indígenas também é a proteção territorial. Nesse aspecto, a gente se envolveu em um diálogo muito forte... E aí chamo novamente a ADPF 709, em que cabe a desintrusão dos territórios indígenas, ianomâmis também, mas outras seis terras indígenas pelo Brasil que têm a presença de garimpo ilegal na região. Nesse sentido, a gente tem dialogado e feito toda a articulação... Como eu falei, a partir deste momento, a condução passa a ser do Ministério dos Povos Indígenas, e toda desintrusão dessa região vai ser conduzida por nós Ministério dos Povos Indígenas. A gente tem feito um diálogo muito aproximado com o Ministério da Justiça, com o Ministério da Defesa também e com as forças de segurança pública locais da região de Roraima, para que a gente possa conduzir, de fato, a desintrusão da terra indígena. O próprio Ministério da Justiça pode falar com mais propriedade nesse sentido. O próprio Ministro Barroso autorizou o uso de créditos extraordinários para desintrusão desses territórios. E a gente está finalizando um planejamento também para a desintrusão da Terra Indígena Yanomami, mas em um escopo maior, no âmbito da ADPF 709, para desintrusão de outros territórios também, o que está com determinação do Supremo Tribunal Federal para ser executado. Então, a gente está conduzindo essas ações, mas a gente vê uma dificuldade na Terra Indígena Yanomami de essas ações se concretizarem por todo um contexto que está ali.

Quem pôde visitar... E acho que a visita que os Senadores farão à região, *in loco*, vai ser crucial e importantíssima no sentido de evidenciar, porque algumas coisas a gente vê pela TV e pensa "nossa, que grave a situação de desnutrição", mas quem está na região e vai à localidade vê a gravidade que é uma criança em situação de subnutrição. Em muitas situações, você vê a criança passando e, dali a duas horas, já vê que a criança foi a óbito. É um pouco da realidade da região. Só de 2021 a 2022, houve 570 mortes de crianças indígenas, fora as subnotificadas. Esse processo ainda vem ocorrendo na medida em que... As nossas ações também têm sido intensificadas neste momento, mas há uma redução nesse sentido, Senador... A gente precisa ter uma dimensão mais real da situação para a gente, de fato, conseguir intensificar as nossas ações de maneira mais articulada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Ministério dos Povos Indígenas tem esse papel também, além da implementação do planejamento das ações das políticas indigenistas, mas o crucial é o diálogo com as lideranças, com as comunidades indígenas lá do território. A gente não consegue articular as ações e os planejamentos das nossas ações de políticas públicas sem o devido diálogo. Nós, enquanto Ministério dos Povos Indígenas, temos, no âmbito do ministério, o Conselho Nacional de Política Indigenista, que é esse diálogo com os territórios; com a sociedade civil; nesse aspecto, com os povos indígenas; e com o Governo.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG – Então, Senadores e Senadoras, encerrado o meu tempo, coloco o nosso ministério à disposição a partir das nossas atribuições e limitações, que são gigantes no aspecto histórico, mas a gente está aí comprometido, de fato, com essa responsabilidade histórica com os povos indígenas, a quem nós devemos a nossa criação também nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado ao Marcos Kaingang, Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos, pela sua apresentação de uma forma extremamente didática.

Como ele bem falou, está começando exatamente a existência desse ministério. O Ministério dos Povos foi criado agora, em boa hora, e, obviamente, num processo de sucção natural, vai trazer todos os problemas para que sejam discutidos em todos os níveis de governo, e não em áreas isoladas. Então, essa autonomia, na verdade, já solidifica mais ainda a importância que o Governo está dando exatamente para os povos indígenas, e já são quase 900 mil indígenas no nosso país.

Continuando a nossa audiência pública, eu passo a palavra...

Antes de continuar a nossa audiência pública, eu gostaria de ler uma nota da assessoria desta Comissão para esclarecimento, inclusive, à grande imprensa, aos presentes e à Senadora Eliziane Gama, que, de uma forma muito pontual, se manifestou em relação ao incidente que, eventualmente, teria existido, e não existiu.

Esta Presidência esclarece que a Polícia do Senado Federal informou que a entrada da Presidente da Funai foi autorizada e que a demora na liberação ocorreu apenas para a devida identificação dos assessores que a acompanhavam.

Este Presidente, Senador Chico Rodrigues, Presidente desta Comissão Externa, aproveita para solicitar aos convidados das audiências públicas que, sempre que vierem acompanhados de assessores, informem previamente à Secretaria da Comissão o nome desses assessores, para que providenciemos a liberação junto à Polícia do Senado, pela burocracia natural e a necessidade de segurança que tem na entrada a este recinto, principalmente nas dependências do Senado Federal, de uma forma mais rápida e mais expedita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Continuando a nossa audiência, eu vou passar a palavra à Dra. Joenia Wapichana, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

V. Exa. dispõe de 20 minutos.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (Para expor.) – Bom dia. *Kaimen pukudaanaa.*

Primeiramente, eu quero agradecer o convite desta Comissão e agradecer a preocupação da querida Senadora Eliziane, que é tão amiga dos povos indígenas.

Assim, cumprimento, na presença da nossa Senadora, o nosso Presidente da Comissão, Senador Chico Rodrigues; a Senadora Damares, que está presente; os demais Parlamentares; o Deputado Federal Stélio Dener; a imprensa, que está presente; as nossas lideranças indígenas, que estão acompanhando esta audiência.

É muito importante a gente poder discutir uma situação que não é surpresa, é uma tragédia anunciada. Essa tragédia inclusive foi debatida na Câmara Federal, em uma comissão externa, da qual eu também fiz parte, que se debruçou em analisar denúncias de abusos sexuais de meninas e, com isso, também a situação do povo indígena na Região Waiká. Estive presente em diligência. Inclusive o Senador Chico esteve em algum momento.

Como atividade parlamentar, sendo Deputada Federal na última legislatura, pude acompanhar, investigar, ouvir depoimentos e também propor recomendações. Então, não é uma surpresa que veio à tona a toda a sociedade brasileira essa tragédia humanitária. Crianças morrendo de fome.

E hoje o que nós vamos passar aqui é que é necessário resgatar alguns apontamentos.

Pode passar? Tem um controle para eu passar? (Pausa.)

Essa, para quem não conhece, é uma comunidade ianomâmi. A comunidade ianomâmi fica lá no meu Estado de Roraima. Então eu sou do Estado de Roraima, eu sou uapixana, mas sou de uma outra região. Ali é uma região de floresta fechada.

Pode passar. Tem o controle? (Pausa.)

E a Terra Indígena Yanomami, para quem não conhece, é a maior terra indígena do Brasil. Ela foi homologada em 1991.

Nós vimos que toda a preocupação em relação àquele povo é causada pelo fato de aquele ser o povo de mais recente contato que nós temos aqui no Brasil. Tem grupos de indígenas isolados e também tem aproximadamente 9 milhões de hectares. Então a terra indígena tem toda a sua especificidade e seus desafios também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É necessário a gente falar também sobre a origem dessa crise. Alguns apontamentos que... Cumprimento aqui o nosso Diretor Marcos Kaingang, do Ministério dos Povos Indígenas. A importância... Ele veio também fazer uma análise sobre o ponto de vista do novo Ministério dos Povos Indígenas, que veio nesse desafio também não só articular, mas apoiar o trabalho da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, que é uma autarquia hoje vinculada ao Ministério dos Povos Indígenas. Assim, se fortalecendo pelo Ministério dos Povos Indígenas.

A origem dessa crise é pública e notória. Todo o Estado brasileiro presenciou e viu os ataques de invasores e a ausência efetiva do Estado, de uma forma permanente.

Você pode retornar ali para a minha apresentação? (*Pausa.*)

Caiu? (*Pausa.*)

Então enquanto eu não retorno com a minha apresentação... O que nós vimos nesses últimos tempos foram ataques de garimpeiros ali, a presença de algumas operações da Polícia Federal, que constataram o aumento de invasões à terra indígena e também o aumento da área de garimpo. Consequentemente, esse aumento da invasão e aumento exploração dos recursos naturais, justamente somados à ausência efetiva de uma presença mais rápida, que pudesse dar resposta, chegou-se a essa crise de que nós hoje estamos tratando aqui.

Então foi agravada ao longo dos últimos quatro anos, em razão da desestruturação da assistência à saúde indígena e do abandono das políticas de proteção territorial das terras indígenas que causaram – somado a isso – o aumento de invasão garimpeira, origem de inúmeros impactos sanitários também, ambientais, socioculturais e econômicos à comunidade indígena. E aí é necessário fazer algum apontamento quando a gente fala da origem dessa crise.

Então, deixo bastante claro aqui que não é verdade que a origem da situação seja uma suposta incapacidade produtiva dos povos ianomâmi, dos povos indígenas. Muito foi colocado de matérias tentando criminalizar, inclusive ianomâmis, responsabilizá-los por essa crise, dizendo uma série de ataques racistas. Ao contrário, com as suas serras e seus recursos naturais preservados e acesso à saúde, os ianomâmis sempre conservaram boas condições de vida. Inclusive, a demarcação da terra foi o que assegurou a vida do povo ianomâmi. Se não tivessem demarcado na época de 1991, talvez a gente não tivesse a presença de indígenas ianomâmis, que estavam fadados a um ataque maior.

Essa tragédia também sanitária não é provocada pela imigração de indígenas em situação de vulnerabilidade da Venezuela. Então, é importante deixar registrado aqui nesta Comissão que muitas se deram... colocaram essa questão da imigração de indígena de outro país como se fosse a origem da crise ianomâmi. Na verdade, nenhum órgão oficial registrou a existência de refugiados ianomâmis deste país entre as pessoas desassistidas. Para deixar claro isso. Então, a origem disso é justamente o garimpo ilegal, a disseminação das doenças e a desnutrição, ocasionada muitas vezes de uma relação direta entre a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exploração do garimpo e o aumento de casos de doenças infecciosas, gripe, pneumonia e outras infecções respiratórias que poderiam, sim, ser evitadas se houvesse uma tomada de ação e de providências quando foram inicialmente denunciadas. Inclusive, no relatório apontado que a nossa comissão – e eu creio que também a Comissão daqui do Senado –, quando esteve em Roraima, junto com o Senador Humberto Costa, também a Senadora Eliziane, a Senadora Leila, o Senador Chico e o Senador Telmário Mota, puderam ouvir depoimentos de lideranças que estavam falando que eram necessárias providências imediatas, naquela época. Se eu não me engano, foram, inclusive, apresentar essa situação para o Governador, para os órgãos federais, para a assembleia legislativa, para os próprios órgãos que tratam diretamente – Funai, Ibama – e denunciaram.

Então, uma das questões que poderiam ter sido evitadas se houvesse providência... Porque eram doenças que estão relacionadas à questão de malária, desnutrição e poderiam ser tratadas. Mas, pelo contrário, depois que houve essa visita, o que nós vimos acontecer? O anúncio de desvios de recursos da própria saúde indígena, desvios que estão sendo investigados pela Polícia Federal, que deve dar resposta dessas investigações para toda a sociedade. Os desvios de medicamentos e de recursos que eram para tratar da saúde indígena colaboraram – essa corrupção – também para o não atendimento dessas questões de doenças que poderiam ser previamente tratadas, se tivessem mais atenção.

Então, eu estou colocando isso porque muitas vezes é colocada culpa nos próprios ianomâmis por essa crise que está sendo vivida.

E também, somada a isso, há a questão da insegurança imposta por esses invasores. Também a gente tem que colocar que isso dificulta a presença da equipe médica até hoje. A situação de distribuição de cestas básicas, como o Governo está realizando, através de uma força-tarefa; está-se impedindo que ela chegue a muitos lugares.

Eu vou voltar à apresentação, porque meu tempo está acabando. Eu vou pedir até a reconsideração do tempo.

Nós falamos desse aumento desenfreado da violência e da vulnerabilidade social, cultural. Isso interfere também no modo de vida, como eu falei. Há essa questão da insegurança alimentar, com a presença de conflitos, com a violência, com o aliciamento também – e a falta de respostas –, com a presença inclusive de narcotraficantes. Muitos jovens estão sendo aliciados por conta da entrada de drogas, da entrada da bebida alcoólica. Isso leva também ao caos social.

Além disso, há o enfraquecimento da fiscalização ambiental. A Fundação Nacional do Índio passou por isso. Muitas vezes foi orientada a não ir e, até mesmo, a não ter possibilidade de se movimentar, com o orçamento precário, com o desencorajamento de atender. Inclusive, estão sendo investigadas algumas omissões e negligências das gestões passadas para que se adotem providências também.

Pode passar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um ponto de partida, inclusive, que o Marcos Kaingang mencionou é que muitas vezes tem sido... No passado, foi necessário que as organizações indígenas, junto com os partidos políticos inclusive – com alguns de vocês também –, entrassem com essa ADPF 709, uma ação que foi proposta junto ao Supremo Tribunal Federal e que teve resultados que hoje nós estamos cumprindo. Então, por que é que hoje ianomâmi também está como prioridade número um do próprio Governo? Justamente porque já tinha sido levantada essa questão da urgência de se proceder à desintrusão em todos os garimpos ilegais, não só em área ianomâmi, mas em algumas outras áreas também do Brasil – karipuna, uru-eu-wau-wau, kayapó, arariboia, mundurucu –, áreas que estão com presença de garimpo, e que haja um plano de enfrentamento a esses garimpos. E está certo, isso tem que ser adotado, para justamente fazer com que retorne a situação normalizada das terras indígenas. Isso está em andamento, e a Funai, juntamente com os demais órgãos interministeriais, já está adotando essas providências.

Como o Marcos já falou – eu não vou repetir –, devido à ADPF nós conseguimos avançar um pouco nesse planejamento e nas condições logísticas para que isso ocorresse.

Pode passar, por favor.

Isso aqui é a Terra Indígena Yanomami. Ela fica em dois estados, tanto no Amazonas como em Roraima. São 9.664.975 hectares, com uma população estimada em 30 mil pessoas. Inclusive, nestes últimos dias, estava presente na área o IBGE, porque, pela primeira vez agora, com o novo Governo, com a nova gestão nos ministérios, se está possibilitando censo indígena. Então, isso é novidade. A partir desse censo é possível fazer o desenvolvimento de políticas públicas, porque todas as ações humanitárias, de imediato, vão precisar também de ações de médio e longo prazo. Essa crise tem que ser pensada dessa forma, principalmente no que está relacionado à questão da segurança alimentar, para desenvolvimento de políticas públicas.

Pode passar, por favor.

Aqui é a presença do Presidente visitando a Casa de Assistência Indígena (Casai) em janeiro.

Então, a partir de uma visibilidade, mas também de um quadro de emergência, no dia 20 de janeiro, foi decretado estado de emergência em saúde pública no interior do território ianomâmi.

A partir desse decreto de emergência, foram criados o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária; o Centro de Operações Emergenciais em saúde pública, que é o COE-Yanomami; e uma sala de situação.

Por isso, Senadores, a partir do decreto de emergência, foram colocadas questões específicas para entrada em Terra Indígena Yanomami. Só estou chamando atenção, porque, muitas vezes, a gente não se prepara, ou, muitas vezes, acha que, por ser território nacional, pode-se ir a qualquer lugar, mas essa é uma situação de vulnerabilidade. Para entrar em terra indígena, tem procedimentos que a lei orienta, por conta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da vacina, do covid, por conta de doenças infecciosas, por conta de todo um procedimento por que hoje a Funai é responsável. E não é simplesmente assim: "Olha, vou entrar e vou de qualquer jeito". Tem todas essas precauções, principalmente nesse estado em que se encontram os ianomâmis hoje, porque há uma questão de saúde, uma questão sanitária. Então, já adianto que tem esses procedimentos a serem tomados a partir do decreto presidencial. E o COI é que avalia os procedimentos, e, depois, a Funai autoriza.

Pode passar.

Pode passar, por favor.

Então, o problema é que chegamos a ver isto: a desnutrição decorrente do histórico...

Pode passar.

Isso aqui é um pouco do quadro da insegurança alimentar. Em todas as semanas, há um boletim informativo que pode ser acessado no *site* tanto da Funai quanto no do Ministério da Saúde, sobre a questão dos pacientes que são atendidos, da mortalidade também, dos casos de indígenas internados, dos que tiveram alta, dos que estão retornando para casa, das cestas básicas distribuídas, dos vacinados. Então, são informações públicas que também podem ser encontradas no *site*.

Pode passar.

Esse é um pouco do quadro, porque a gente relaciona essa questão da insegurança alimentar com a prática do garimpo ilegal.

Algumas das medidas interministeriais que a gente vê que são extremamente necessárias e que estão em andamento são: a questão da extrusão para que haja proteção do território – e a proteção dos territórios vai desde o planejamento plano de ações, mas, com o retorno de funcionamento das bases da Funai, as frentes ianomâmis –; as questões dos servidores, para que sejam capacitados para lá; a assistência à saúde adequada e diferenciada; a proteção social adequada e diferenciada; e políticas públicas de segurança alimentar, nutricional adequadas; e inserção ao fomento e produção.

Por que essas palavras "diferenciada e adequada"? Isso é um trabalho que a Funai vem fazendo, justamente orientando os órgãos ministeriais, porque pode até ter a distribuição da cesta básica como urgente, mas, como é para um povo indígena que tem as suas especificidades, não é toda alimentação que chega lá na área. Tem a questão dos alimentos perecíveis, dos não perecíveis.

No caso de alguns alimentos, os ianomâmis não têm acesso, não é da cultura, não é normal. Então, tem uma lista de alimentos que a Funai orienta que se leve por conta da questão cultural. Então, quando a gente fala adequada e diferenciada, é para aproximar o máximo possível. E, hoje, com a nova orientação, estão retornando alguns programas de Governo, como o PAA, como Pnae, que é justamente importante esse acesso a uma alimentação mais próxima à realidade do povo ianomâmi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar um pouquinho?

E aqui também são as bases de proteção da Funai. É por isso que a Funai sempre tem falado que é importante o investimento do seu orçamento. E aí vocês vão ter a oportunidade de considerar isso nesse novo PAA que vai vir aí. É importante considerar a importância da Funai, porque ela é o único órgão hoje que é responsável para executar a política de proteção territorial. É a Funai que envia seu servidor ali para estar presente, para colocar a situação que está ocorrendo. E hoje as bases da Funai estão muito sucateadas, foram desmontadas durante esses anos todos. Ela teve que fechar suas bases, e, agora, com o novo Governo, a gente está reativando, mas precisamos de estrutura. E, para isso, precisamos de investimento no orçamento. Mesmo com essa crise ainda está difícil.

A base da Funai, que é responsável por vidas, justamente dá essa proteção etnoambiental. Ela tem o objetivo de realizar esse controle de acesso fluvial, mas também, em parceria com a Força Nacional, tem feito, nos últimos dias pelo menos, a segurança dos serviços públicos que são realizados. Existe uma necessidade de ampliar a estrutura física e a manutenção dos agentes de segurança pública também, como a gente tem sempre solicitado ao Ministério da Justiça, às forças de segurança, para que haja nesse momento essa proteção, não é?

Também é uma base, que vocês estão vendo ali, da fronteira, como se diz, muito distante. Então, hoje todos os atendimentos estão concentrados ali em Surucucu. Você devem ter ouvido falar muito em Surucucu, Surucucu... É um local lá em que é instalado o Pelotão Especial de Fronteira, mas ali é só um ponto dentro da terra indígena. Ainda tem muito mais pontos a serem acessados; inclusive, na distribuição de cestas, há uma necessidade de se chegar até à ponta, que é a ponta de outras bases que existem dentro da Terra Yanomami, mas é difícil chegar por conta do acesso.

Pode passar, por favor?

Aqui, o acesso é justamente para que se atenda a essa diversidade e o número de comunidades, não é? A gente hoje está discutindo um plano de gestão territorial ambiental que os próprios ianomâmis já fizeram...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Vou pedir mais uma prorrogação de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Em função da complexidade do tema, V. Exa. dispõe de mais dez minutos.

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Obrigada, Presidente.

Então, nós temos um plano de gestão que foi elaborado pelos próprios ianomâmis, não é? Antes de chegar às políticas públicas, é necessário que se considere o plano de gestão territorial, ambiental





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvido pelas comunidades ianomâmis. A Funai está realizando uma série de reuniões, um fórum ianomâmi, seguindo o protocolo de consulta que os próprios ianomâmis já falaram para as autoridades públicas, a forma como eles querem que aconteçam os projetos de desenvolvimento em suas próprias casas.

Às vezes, é comum pensar pelo outro e dizer assim: "Olha, por que ianomâmi não cria uma vaca leiteira? Por que os ianomâmis não criam galinha?". Então, às vezes a gente tem solução para nós, mas não para eles, porque têm um modo diferente de pensar. Às vezes, não é todo mundo que come macarrão, não é todo mundo que gosta de peixe, não é? Tem gente que não come peixe, mas eu adoro peixe. Tem gente que não comeria uma damorida feita de jia. Não sei nem se vocês sabem o que é jia... Mas tem suas especificidades, não é? Então, os ianomâmis também têm a sua cultura.

E a gente tem que olhar com esse olhar diferenciado para essa questão, quando vai desenvolver política pública, principalmente questão de desenvolvimento sustentável. Às vezes, vai levar um projeto para atender a questão da insegurança alimentar, mas ele pode ser abandonado no meio do caminho, porque não é aquilo que eles querem desenvolver. Então, é por isso que a gente está pedindo atenção justamente para esse protocolo de consulta e o plano de gestão.

Pode passar, por favor.

Esse é o PGTA. Quem quiser pode ter acesso a ele também. Eu acho que a Associação Hutukara e outras associações ianomâmis já apresentaram isso; no ano passado, se não me engano, eles vieram aqui ao Senado. Foi lançado, inclusive, esse PGTA aqui no Senado também, numa audiência pública. E, lá na Câmara Federal, eles deixaram para nós, falando de forma bem clara: "É isso que a gente quer para a nossa terra".

Pode passar.

A Funai, hoje, tem atuado em duas principais frentes de que falei. A emergencial é justamente correndo para o fogo não se alastrar, quer dizer, atendendo a ações de urgências, como as ações emergenciais de enfrentamento à insegurança alimentar, por meio de distribuição de alimentos perecíveis e não perecíveis. Quanto a isso, nós temos dificuldade, temos desafios principalmente relacionados ao acesso às pistas de pouso. Inclusive, recebemos um ofício aqui do Senado; não lembro qual Senadora pediu informações sobre as pistas, mas nós vamos encaminhar. Mas, sobre a situação das pistas de pouso que, hoje, estão dentro da terra indígena, elas não são só utilizadas pela Funai, mas pelos serviços públicos; são utilizadas pela Sesai; são utilizadas pelos nossos Parlamentares, quando vão visitar; são utilizadas pela Polícia Federal, pelo Exército, por pessoas que vão fazer algum serviço público. Então, elas são utilizadas pelo Estado brasileiro, mas a responsabilidade, às vezes, só cai sobre a Funai para fazer a manutenção, que não tem o recurso apropriado para fazer isso. E essas pistas estão numa situação bastante precária. Agora que a gente precisa fazer a distribuição de cestas, é necessária justamente a manutenção urgente, para que essas cestas cheguem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só para eu contar um caso, a Funai esteve averiguando a situação, e, quando não chega a cesta, cria-se uma expectativa muito grande, porque está chegando só em Surucucu, mas é necessário chegar em outras linhas, em outros lugares a que, somente através de transporte aéreo, é possível chegar. Então, essas ações têm seus desafios.

Ações de proteção... Só voltando à insegurança alimentar, nós estamos discutindo com outros ministérios também o desenvolvimento de políticas públicas em relação a essas atividades produtivas, junto com o Ministério do Desenvolvimento Social, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, junto com o próprio MPI. E, também no âmbito da ADPF 709, nós estamos conseguindo esse crédito extraordinário para justamente algumas ações na Terra Indígena Yanomami. Essa reforma é prioritária para mais uma questão: para poderem chegar até as políticas públicas também, para chegarem até mesmo operações da Polícia Federal, é necessário que haja urgentemente uma atenção para a reforma dessas pistas.

Pode passar.

Então, essa é mais do que emergente.

Pode passar.

A outra principal ação também é estruturante. Existe esse processo de consulta de que eu não falei. Já estão sendo realizadas reuniões das organizações indígenas. Vai vir aí, todo mundo sabe – não é? –, a extrusão do território. Fala-se em extrusão, mas muita gente conhece como a operação de desintrusão. Então, é o controle do espaço aéreo, é o controle do espaço fluvial, é o controle do espaço terrestre, que será feito de forma permanente, mas o Governo deu a possibilidade de as pessoas que estão no território ilegalmente saírem. Esse tempo todinho aí é justamente para possibilitar a retirada voluntária, a saída voluntária, mas está em andamento o planejamento para a extrusão do território.

Existe também o fortalecimento das atividades produtivas, a promoção dos direitos sociais, os planos de recuperação ambiental, que têm que haver, porque, por esses longos anos de contaminação da água por mercúrio, inclusive, é urgente se pensar em uma política de recuperação ambiental tanto das áreas desmatadas como das áreas contaminadas, das áreas que são extremamente necessárias para que haja recuperação também nas atividades produtivas do povo ianomâmi.

A questão da construção e ampliação das bases da Funai. Como eu falei, é importante que haja a presença do Estado brasileiro ali. A base da Funai não somente é utilizada pelos servidores da Funai, mas também pelo Ibama, pelos servidores da saúde que vão em deslocamento e para outros que vão fazer atendimento em algum serviço público. E também o monitoramento mais presente, justamente para que haja uma atenção à situação dos povos indígenas isolados, porque, além de ter os de recente contato, tem grupos de indígenas isolados, que requerem uma política mais diferenciada ainda das que a gente conhece.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, algumas ações já realizadas nessa vigência da emergência, que foi a elaboração da portaria da Funai/Sesai para autorização de entrada em terra indígena. Então, quem tiver interesse pode acessar essa portaria. Já foram distribuídas 12.908 cestas alimentares, buscando atender a essa questão da segurança alimentar. Também no Estado do Amazonas, foram, se eu não me engano, quase três mil cestas – aqui está só Roraima; no total, são 15 mil. E também foram entregues 1.129 no contexto da ADPF 709 – está ali embaixo, 3.356.

A distribuição de alimentos da agricultura familiar, que é a questão mais próxima à realidade do povo ianomâmi, que é a questão de batata doce, milho, questões mais específicas à alimentação indígena. Também teve o apoio à abertura e manutenção das roças tradicionais, a distribuição de cestas, aliás, de ferramentas para a questão do uso mesmo lá nas roças. Muitas vezes essas roças foram paradas porque há uma carência muito grande dessas ferramentas. Quem for lá na área ianomâmi vai ver que é muito importante quando você tem um terçado para cortar a roça mesmo. Coisas simples, mas que não há.

Acesso dos agricultores indígenas ao programa de compras – justamente o que eu falei sobre a possibilidade de se comprar alimentação diferenciada – e doações de 1.500 cestas que vieram de outras fontes, inclusive não governamentais.

O que está em andamento é esse processo...

Extrusão, isso aí já passou, pode passar.

Aqui é uma tranquilidade normal, digamos assim, para a questão dos ianomâmis. Hoje nós temos...

Pode passar.

Pode passar, por favor?

Então, nós temos alguns desafios que são justamente superar esse quadro do desmatamento, da destruição dos ecossistemas, da contaminação do solo, da água e do assoreamento dos rios, a diminuição da população de peixes, a contaminação de peixe por mercúrio, a diminuição da roça, mas também dar atenção aos impactos sociais. Eu falei dos impactos ambientais. E dos impactos sociais que são justamente: o aumento de casos de doença infectocontagiosas; a contaminação metilmercúrio; a desestruturação social e econômica das comunidades; o aumento de casos de violência, inclusive contra indígenas isolados; entrada de drogas e bebidas alcoólicas, inclusive distribuição de armas de fogo, pois o garimpo fez isso aumentar, principalmente relacionando o aliciamento dos jovens, a exploração ilegal do trabalho indígena, o abuso e a exploração sexual de mulheres e crianças indígenas. Então, nós temos um desafio muito grande aqui, inclusive para o Congresso Nacional. O desafio é justamente como, digamos, responder...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOENIA WAPICHANA – ... a esses impactos. Eu diria que nós temos uma série de projetos de lei que combatem a questão do mercúrio. Eu mesma propus um projeto, juntamente com outros Deputados, para não autorizar mais o uso de mercúrio em terras públicas – inclusive, a comercialização do mercúrio deve ser mais controlada.

A questão do rastro do ouro também, pois eu ouvi uma matéria dizendo que o Governo vai criar uma medida provisória, mas também está em andamento, em trâmite aqui o projeto para a rastreabilidade do ouro, que é acabar com a boa-fé. Hoje, você vai a uma joalheria e compra ouro sem qualquer certificação de origem. Isso é sério, Parlamentares, Senadores, porque é necessário que haja uma eficiência tanto nessa questão de fiscalização do comércio de ouro – pode ser ilegal –, mas também na compra, na venda e no transporte. Quem está lucrando com o garimpo? Quem está lucrando com a vida das crianças que está se indo? Quem realmente está por trás de toda essa crise humanitária que os povos ianomâmis e outros povos no Brasil estão passando?

Então, são necessárias providências imediatas contra o garimpo ilegal. Vamos deixar bastante claro: garimpo em terra indígena é crime. Vamos deixar bastante claro que o nosso art. 231 dispõe de uma clareza muito grande. A autoridade tem que pensar: quem são as vítimas aqui? São as crianças, são os jovens, é o povo ianomâmi, que já está sofrendo e já denunciou. Não é culpa deles se não foi feito. Nós temos a obrigação de fazer, o Estado brasileiro tem. A Funai, junto com o Ministério dos Povos Indígenas, está atuando nisso, fazendo... Mas é necessária uma ação de Estado, a partir do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. É uma responsabilidade do Estado brasileiro dar segurança: segurança física, segurança cultural, segurança alimentar, segurança à vida.

É por isso que eu me somo ao apelo dos ianomâmis, porque a nossa competência – aí eu me junto à vocês, Senado, pois já fui Parlamentar também –, pois muitas coisas nós podemos solucionar a partir do Congresso Nacional, aprovando leis mais rígidas, de mais controle, aprovando um orçamento mais condizente com a obrigação dos órgãos que executam políticas públicas, fazer com que os crimes não fiquem impunes.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – É preciso uma resposta à sociedade brasileira de tudo o que foi cometido contra a vida dos ianomâmis. Nós precisamos dar uma resposta à altura, investigar e responsabilizar pela omissão, pela negligência e por toda essa atrocidade que nós estamos vendo aqui e discutindo.

O momento é agora. A gente está correndo para salvar mais vidas, mas é também necessário estabelecer um Estado democrático e de direito, para que a gente também recupere a imagem do nosso Brasil, que não é o Estado brasileiro aquele violador de direitos, mas aquele que dá a resposta e que sabe solucionar seus problemas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada. Espero que a Comissão Yanomâmi possa considerar também o nosso relatório, que foi feito com uma série de recomendações tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. Eu fico até brincando que eu conduzi, coordenei uma Comissão e agora eu tenho que cumprir a minha própria recomendação. Então, a gente está aqui, deste lado, mas, depois, em outro tempo, a gente pode estar do outro.

Muito obrigada e parabéns pela iniciativa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Eu quero agradecer a apresentação também extremamente didática da Deputada – chamo ainda de Deputada – do meu Estado de Roraima, que desempenhou as atividades parlamentares defendendo a causa, que é a causa que hoje ele representa com muito mais vigor à frente da Presidência da Funai.

É lógico que esse material que foi apresentado, com certeza, poderá ser recolhido para servir ao Relator, Senador Dr. Hiran, como subsídio, para fortalecer, na verdade, o relatório.

Eu gostaria de agradecer aqui a presença do Deputado Federal Stélio Dener, como convidado também do nosso Estado de Roraima. Ele é Defensor Público e conhece também essas causas. Até como uma ação para prestigiar esta Comissão, ele se faz presente, e nós queremos aqui aplaudir a sua iniciativa.

Quero também registrar aqui a presença no plenário do Sr. Kaoreyei Reginaldo Tapirapé, Vereador da Câmara Municipal de Confresa, Mato Grosso. Fica aqui o registro do Vereador, que se preocupa com essa causa que é de todo o povo brasileiro.

Dando continuidade à nossa sessão, eu vou passar a palavra aos Senadores.

Pela inscrição, a nobre Senadora Eliziane Gama está inscrita como primeira a apresentar suas perguntas aos oradores e, posteriormente, o Senador Astronauta Marcos Pontes.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para interpelar.) – Presidente, eu vou tentar aqui...

Como a gente tem uma audiência pública, a gente já direciona as perguntas para os dois, não é isso?

Então, eu queria iniciar aqui primeiramente cumprimentando o Marcos Kaingang.

Marcos, eu queria cumprimentá-lo. Na verdade, quero deixar aqui o meu reconhecimento à sua exposição, aliás uma grande exposição. Você fez, na verdade, um levantamento muito preciso da preocupação atual do Governo, especificamente do Ministério dos Povos Indígenas, em relação a essa crise, eu diria, sem precedentes na história do Brasil, porque nós tivemos um impacto muito grande tanto no país





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como fora do Brasil. Então, está sob nós uma responsabilidade, de fato, muito grande de encontrar alternativas.

E o relatório... Eu acho que você fez referência a esse relatório que nós recebemos ontem já um pouco tarde, e não deu ainda para ler todo, que é esse aqui, o Relatório Missão Yanomami, que vem na verdade fazendo um diagnóstico da situação que foi detectada pelo Governo atual e, ao mesmo tempo, apresentando medidas e alternativas para solucionar essa crise – eu diria que é uma crise brasileira, não apenas em Roraima. Nesse sentido, eu queria lhe fazer poucas perguntas, Marcos.

A primeira... Aliás, eu acabei de ver aqui na imprensa um destaque de que a Ministra Guajajara... Não sei se você pode me dar, porque a sua área específica é mais a área de conflitos, mas naturalmente aqui você tem, pelo que já percebi, uma visão mais ampla do Governo e do Ministério. A Ministra anunciou a construção de dois hospitais em terras ianomâmis. Eu queria que você nos trouxesse mais informações sobre isso, o que nós temos do ponto de vista mais específico, do ponto de vista de prazos, de projetos, para a execução desses dois hospitais, que, não há dúvida nenhuma, são uma grande iniciativa, porque se estará dando o atendimento específico em relação às terras ianomâmis.

Um outro ponto que eu queria colocar para você, e você inclusive lembrou aí: nós tivemos uma quantidade muito grande de crianças que morreram no período de 2019 a 2023, ao todo 570 crianças. Apenas no ano de 2022 nós teríamos 99 crianças que morreram, de um a quatro anos de idade, ou seja, uma concentração de mortes muito grande nesse período específico de 2019 a 2022. É claro que nós temos problemas históricos em relação aos povos ianomâmis, e a Joenia lembra muito bem, por uma falta de atenção do poder público em relação a esses povos, mas eu perguntaria a você especificamente para este período: você designa a que essa concentração tão grande de mortes de crianças neste período de 2019 a 2023? Nós temos vários elementos que nós estamos aqui colocando, mas se você pudesse eleger um que você acha que é mais grave e que pode ter tido uma influência direta em relação a essa quantidade de crianças que vieram a óbito...

Um outro fato também, e essa pergunta eu já direcionei também à Joenia, é referente, por exemplo, à denúncia – a Joenia lembra, falou agora muito bem – em relação a desvio de recurso público da saúde indígena, em relação a desvio de medicamentos, e nós tivemos agora uma denúncia mais recente também destacando o desvio de vacinas no período mais intenso da covid, e esse desvio de vacina seria inclusive a venda de vacina por ouro.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Já deram os cinco minutos, Presidente? Esse relógio está errado. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Os questionamentos de V. Exa. são muito ricos, eu vou dar mais cinco minutos para V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Ô, Presidente, você está hoje muito complacente conosco em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Hoje, não. Sempre. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então... Eu até perdi o raciocínio aqui, eu estava... Certo, em relação às vacinas.

Então, nós recebemos uma denúncia de desvio de vacinas e venda de vacinas, Joenia, por ouro, ou seja, trocando de fato a vacina que seria direcionada aos povos ianomâmis; garimpeiros estariam ali interceptando e fazendo essa troca por ouro. Eu queria saber se você recebeu essa notícia.

Um fato que é muito importante, que eu perguntaria aos dois, é a informação do volume de recurso que foi direcionado aos povos indígenas, especificamente aos povos ianomâmis. A Senadora Damares, que deu uma saída, eu acredito que vá retornar, coloca que foi algo em torno de R\$1 bilhão nos últimos quatro anos. Eu tenho uma informação de que foram R\$2 bilhões, nos últimos anos, para esses povos. O que é que vocês têm de informação para o povo ianomâmi, que é o nosso recorte nesta Comissão, quer dizer, qual o volume que foi para essa terra? Tudo bem, mandamos recurso, mas para onde esse recurso foi? Por que tanta desnutrição? Por que tanto desamparo dessas crianças e dessas pessoas idosas, dessa comunidade, que foi totalmente desassistida e desamparada. Para onde foi esse dinheiro?

É uma informação que nós já solicitamos aqui para o ministério, para o Governo Federal, porque a gente precisa ter esse dado, até para subsidiar a nossa Comissão e também remeter tanto à Polícia Federal quanto ao Ministério Público Federal.

E, Joenia, eu queria finalizar com você, querida. Primeiro, queria parabenizá-la e dizer-lhe que uma das nossas grandes alegrias é ver você nessa Presidência da Funai, na verdade. Você é uma referência para o Brasil. Aliás, eu lamento muito você acabar não tendo tido a recondução do seu mandato, mas o Presidente Lula, com a visão ampla que ele tem dos povos indígenas, lhe deu uma função muito nobre que é a condução da Funai.

Eu me lembro de que, quando nós estivemos em Roraima – e eu citei isto aqui recentemente, Joenia –, por 40cm ou 50cm, você não foi barbaramente agredida fisicamente, porque havia ali uma concentração de pessoas ligadas a garimpeiros ilegais e criminosos, portanto, que quase invadiram o carro em que você estava, juntamente conosco, para agredi-la fisicamente. Eu cheguei a falar para você, inclusive: "Joenia, solicite um apoio de proteção policial, porque você precisa, você pode ser, infelizmente, aqui assassinada ou agredida. É um fato". E você, na verdade, colocou ali que tinha uma segurança pessoal do ponto de vista da fé e da convicção e que você acreditava nas pessoas de bem, mas eu sempre destaquei realmente essa minha preocupação com você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí você dizia: "A gente precisa ver quem está por trás de tudo isso". Quando nós estivemos na Polícia Federal – e você estava lá conosco –, ela apresentou um volume milionário de desvio por conta da falta de rastreamento do ouro e, portanto, dessa comercialização do ouro. Eu fiquei estarrecida com a quantidade de dinheiro que é movimentada, ou seja, não é qualquer pessoa. Há a quantidade de aeronaves que estão no pátio da Polícia Federal, aeronaves totalmente, eu diria, danificadas, porque eles fazem uma adulteração da aeronave para poder sobrevoar. A gente nem tem a quantidade de pessoas que morrem ali, porque as aeronaves caem e caem dentro da floresta, por exemplo, e a gente não tem o dado, pois elas estão em situação de ilegalidade. E acabam sendo subnotificadas, em qual a razão, na verdade, dessas mortes, porque elas estavam... Os pilotos, que às vezes vêm totalmente... Ou, às vezes, nem são pilotos que acabam utilizando de fato essas aeronaves. Então, a pergunta é: quem está por trás de tudo isso? Essa pergunta que você fez é a pergunta que também fica para nós.

E queria saber de você, Joenia, o que você elege como uma prioridade que nós precisamos focar, para que nós possamos retomar a proteção dos nossos povos indígenas. Eu acho que esse é o ponto principal aqui do debate. E você traz todos os pontos que a gente vem discutindo. Você traz, por exemplo, a informação que já tentaram colocar aqui várias vezes: "Olhem, a situação dos ianomâmis é a vinda dos venezuelanos, é a invasão dos venezuelanos na região". Eu cheguei a perguntar isto aqui, inclusive para um dos representantes do Cimi que estava aqui: "É essa a razão? O que isso influencia?". E você coloca que nós não temos dado real de nenhuma entidade ou instituição que venha trabalhando, se tem realmente essa presença ou não... Então, onde é que está o ponto principal?

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – É o desvio de recurso público? Nós temos informações de que apenas uma entidade pode ter recebido R\$1 bilhão durante quatro anos, significando R\$500 milhões por ano, ou seja, é um volume milionário. Para onde foi esse dinheiro? Onde foi aplicado esse dinheiro? Quer dizer, o resultado, a fotografia que nós temos hoje de crianças desnutridas, da situação dos ianomâmis em total vulnerabilidade é fruto de desvio de recurso público? Onde está esse dinheiro? Para onde foi esse dinheiro? Qual o investimento desse dinheiro? Então, eu queria que você, na verdade, destacasse mais um pouco sobre isso, em relação a esse volume direcionado... Faltou dinheiro ou faltou aplicação do dinheiro? O que faltou de fato para que nós tivéssemos este cenário que nós estamos acompanhado hoje?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Passo a palavra para o Marcos Kaingang para responder às perguntas formuladas pela Senadora Eliziane Gama.

V.Sa. tem cinco minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG (Para expor.) – Agradeço as perguntas da nossa Senadora Eliziane, sempre combativa e atenta ao tema.

Em relação aos hospitais anunciados pela Ministra Sonia, ela fez um anúncio que vem sendo construído, na verdade, com a própria Sesai e com o Ministério da Saúde. Como nós somos um órgão, um ministério criado para articular e promover as políticas públicas para os povos indígenas e garantir e efetivação desses direitos, é uma ação mais específica. O próprio nosso Secretário Weibe, que vai falar daqui a alguns instantes, pode nos responder melhor também, mas é uma ação mais especificamente do Ministério da Saúde a partir de um diálogo também que teve com o Ministério dos Povos Indígenas nesse sentido. A Ministra Sonia fez um anúncio do que está sendo previsto pelo Ministério da Saúde, e a gente não quer sobrepor um anúncio de uma outra pasta, de um outro ministério nesse sentido, mas é uma articulação conjunta nesse sentido, Senadora, que foi construída em diálogos com o Ministério da Saúde, e a Ministra Sonia publicizou talvez uma ação nesse sentido. Mas, enfim, eu não vou responder, porque o nosso Secretário Weibe pode nos dar mais informações em relação a isso também, mas a gente tem construído esse diálogo junto ali.

Em relação às mortes de crianças indígenas e, principalmente, a essa alta taxa de óbito, a gente vê um cenário, de fato, que é uma realidade ainda lá, Senadora, para todos e todas: é um cenário de desassistência ainda muito aprofundada. Na região, a gente tem as ações da própria Sesai dentro das suas limitações e da Funai com seus operativos lá, mas ainda as ações são todas emergenciais nesse sentido. Como eu falei, as nossas ações são pensadas no curto, médio e longo prazos. Este é um objetivo nosso, enquanto servidores e servidoras públicas hoje nesses espaços: promover políticas públicas no longo prazo também – esse é um compromisso do Ministério dos Povos Indígenas. Mas a alta taxa de óbitos que a gente identificou lá foi pela desassistência aprofundada que se deu, mais, especificamente, nos últimos dois anos, nesse sentido, conforme nossos dados e levantamentos do próprio Ministério da Saúde, com que nós fizemos um diálogo e temos compartilhado dados e informações nesse sentido.

Então, a partir desse momento, a gente tem um aprofundamento desses óbitos, Senadora, por uma negligência, de fato, de todo um serviço público que não chegou até o território; o Estado brasileiro não conseguiu prestar serviço público, nos últimos anos, até esses povos, até essa localidade. Então, a gente vê uma redução bem nítida, já nesses primeiros três meses, devido a toda a operação que se tem do Governo Federal na região e dos outros ministérios também: do Ministério da Defesa, mas, principalmente, do Ministério da Saúde nesse sentido.

Com relação ao desvio de recurso, Senadora, eu acho que aí, de fato – ontem, inclusive, a gente esteve numa reunião no Tribunal de Contas da União –, não cabe a nós fazer um jugo de valor em relação a isso. Eu acho que quem vai dizer são os órgãos competentes em relação à execução desses valores, mas, de fato, a gente tem recursos bilionários repassados para organizações executarem políticas de assistência à saúde e de proteção do território também, e esses valores a gente vê que, de fato, não foram executados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de forma mais qualificada, como poderia ser. Mas eu me atendo a não fazer qualquer julgamento prévio, porque quem vai nos dar essas respostas é o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), que está fazendo essa auditoria em relação aos recursos implementados na Terra Indígena Yanomami, inclusive pelo Dsei Yanomami.

Então, é um pouco dessa resposta, mas a gente evidencia, sim, de fato, uma negligência muito grave. Se a gente tem um aporte de recursos nesse montante, a gente não consegue ter uma boa execução. Se a gente vê crianças naquela situação, é porque, de fato, a implementação e a execução dessas políticas públicas desses recursos estão sendo mal gestionadas. E aí há uma responsabilidade do Estado e dos servidores e servidoras nesse sentido também. É algo que a gente vem tentando aprimorar a partir desses próximos anos também, mas eu me atendo, nesse sentido, a deixar para o TCU (Tribunal de Contas da União) também fazer essa análise e o julgamento que ele bem entender em relação à execução desses recursos, que, a nosso ver, poderiam ser melhor implementados e executados na Terra Indígena Yanomami, que tanto precisava desses valores e recursos, que são impostos do poder e da sociedade brasileira também para essa região.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço as indagações e respostas aqui apresentadas.

Gostaria também, apenas para esclarecimento público aos que estão aqui presencialmente e aos que nos assistem através da TV Senado, de dizer que o Marcos Kaingang é advogado também, como é a Dra. Joenia Wapichana. Isso é para vocês verem que eles têm uma bela formação e, portanto, no exercício do cargo que hoje ocupam, estão preparados para exercê-los com absoluta competência.

Então, parabéns aí pela formação e, obviamente, pela facilidade que têm de, de forma didática, apresentar todas essas perguntas que foram aqui formuladas.

E quero registrar aqui a presença do Deputado Duda Ramos, do Estado de Roraima, que também nos dá o prazer da sua presença, assim como o Deputado Stélio.

Passo a palavra à Presidente da Funai, Joenia Wapichana, que dispõe de cinco minutos prorrogáveis.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (Para expor.) – Obrigada, Senador – já antecipando a minha prorrogação, né?

Primeiro, Eliziane, obrigada tanto pelo reconhecimento como também pela atuação. Você esteve presente nessa diligência que nós fizemos em 2021 – foi em 2021, não foi?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Eliziane esteve lá na área ianomâmi, com a Assembleia Yanomami também, e ela constatou... Não foi só uma visita de sobrevoo. Tomou banho lá no rio – não sei se ela se carregou um pouquinho de mercúrio, pois ali é perigoso.

Essa questão, Eliziane... Primeiro, a questão da denúncia dos recursos, isso é público. Inclusive, o Tribunal de Contas está investigando não somente o recurso que veio do próprio Executivo, mas também de emendas parlamentares, em que foi colocada como possibilidade uma suspeita também de desvio de aplicação. Então, esse caso está sendo investigado, e eu creio que, mais dia, menos dia, vai vir à tona o resultado dessa investigação. E nós temos que fazer o acompanhamento, inclusive aqui, o Senado, para ver onde realmente foi aplicado esse dinheiro, que não prestou o seu devido cumprimento de atender a saúde ianomâmi, tanto de responsabilidade do gestor público, que foi várias vezes alterado, principalmente no Dsei Yanomami, que chegou ao escândalo lá de mudanças; é preciso ver a responsabilidade do gestor, mas também das empresas que estavam envolvidas. Se estiverem envolvidas no meio de corrupção, têm que responder.

Então, é preciso que o nosso Congresso venha a acompanhar essa auditoria que o Tribunal de Contas da União está realizando para analisar essa execução dos recursos. É uma dica, inclusive quanto aos medicamentos, em que foi investigado o volume desses recursos. Eu creio que também está previsto – deixem-me só informar aqui para vocês... Em 2022, a despesa prevista do orçamento era de 618 milhões, e as executadas foram 512, valor equivalente a 0,01% do gasto público. E equivale a ver que o orçamento da Funai – esse aqui é da Funai, tá – foi aprovado em janeiro deste ano também. Deixe-me ver aqui... Esse é da Funai, tá? Não é da saúde, não, porque o da saúde é maior. Então, assim, é pouco recurso, inclusive, para fazer a proteção territorial.

Eu sempre tenho falado que foram R\$618 milhões. Desses, quatrocentos e poucos milhões são só para manter a Funai viva, digamos assim, funcionando; de duzentos e poucos milhões que restariam, R\$110 milhões são para cumprir contratos. O que nos resta são R\$90 milhões e, desses R\$90 milhões, R\$70 milhões são para demarcar, delimitar, fiscalizar, desintrusar, indenizar, fazer proteção, ações de desenvolvimento social, cidadania e todos os direitos de proteção. Então, R\$70 milhões para o ano todo.

Então, assim, é totalmente incoerente a obrigação que a Funai tem hoje para cumprir. Eu não estou dizendo que é culpa do orçamento, não, porque deveria ter sido investido mais. O desmonte hoje que a Funai enfrenta para tentar resgatar tem sido de vários anos consecutivos. A falta de investimento em servidores hoje... É necessária a realização de concurso público urgente.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – É necessário repensar um planejamento de cargos e salários desses servidores, que doam a vida para fazer proteção de vida e chegam lá na ponta. São servidores que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vão lá no local, onde enfrentam garimpeiro, madeireiro, grileiro, e doam a sua vida e se dedicam. Então, assim, é importante realmente pensar nessas questões dos recursos disponíveis.

Essa questão das ameaças de proteção, eu realmente, Eliziane, eu sempre... Na minha própria campanha a minha equipe era ameaçada. Dizia-se que se eu fosse, estivesse presente, eu ia levar um tiro na cabeça. Para você que ver ao que chegou essa discussão do garimpo, como se os indígenas – e não importa se era ianomâmi, uapixana, macuxi – fossem os responsáveis por terem ouro em suas terras. Ouro que é cobiça, e quem tem cobiça aí são os que têm recurso para bancar alimentação, voo, com abastecimento de garimpo, aquele que vende o ouro para fora e que se acha imune a qualquer aplicação da lei. Então, as responsabilidades estão em pessoas muito mais altas do que aquele simples garimpeiro, que vai mais com o encorajamento. A impunidade parece que aumenta mais esse risco, não somente de indígena, mas daqueles que os defendem também.

O fato que aconteceu lá em frente da Assembleia Legislativa, em que eu não recebi nenhuma solidariedade depois, só de pessoas depois de fora que viram o absurdo a que chegou, as pessoas estarem me constrangendo e se colocando numa situação minha, uma exposição de uma autoridade, querendo ou não querendo. Hoje... Naquela época, eu era uma autoridade, não é? Eu sou autoridade, mas teriam que dar respeito, do jeito que respeitam o Senador Chico, tinham que estar respeitando, mas, pelo fato de ser indígena, a gente carrega essa responsabilidade muito presente, em qualquer meio em que a gente está.

Então, assim, é preciso realmente pensar nessa insegurança, inclusive de líderes indígenas que hoje estão ameaçados – Davi Kopenawa, Dário –, inclusive lideranças que apoiam essa questão de combate ao garimpo.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – E é necessário realmente retornar essa proteção. A prioridade hoje nossa é retornar essa proteção territorial. A Funai está pedindo isso. Por que que a Funai está pedindo para reformar as pistas de pouso? Para justamente possibilitar chegar essa proteção territorial lá na base, para possibilitar a atuação dos serviços públicos, para a distribuição de cesta básica, para a segurança chegar ali até a área.

Então, assim, é necessário realmente essa proteção territorial. É urgente a questão da desintrusão – é de extrusão que nós chamamos –, e novamente para que se repense nessa questão desse dinheiro todo que foi desviado e que fosse na mesma altura para reverter esse dever institucional da Funai que é essa proteção territorial. Nós estamos trabalhando para que o nosso orçamento seja adequado este ano. Vai chegar aqui na mão de vocês esse orçamento para ser aprovado por vocês, e, quando ele chegar, vocês pensem aí no que a Joenia falou...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JOENIA WAPICHANA – ... da necessidade de ser a obrigação condizente também com o orçamento de que a Funai precisa.

O nosso Presidente Lula nos deu a oportunidade de colocar essa realidade, mas também está apoiando. Hoje, o Presidente Lula foi a Roraima e disse assim: "Joenia, não tenha vergonha de pedir [eu estou pedindo]. Não tenha vergonha de falar qual é o problema [estamos falando]". E hoje o ministério é uma responsabilidade não só da Funai; nós estamos agindo numa atuação interministerial: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério da Saúde.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Cumprimento o nosso Weibe, nosso Secretário. Eu sei que ele tem muita informação.

Então, quando a gente fala de ações conjuntas, nós também estamos nos auxiliando. Quando a Funai não tiver recurso, vou bater na porta do Weibe, ali no Ministério dos Povos Indígenas, para que a gente não fique parado. A Funai não está parada, a Funai voltou, a Funai está propondo e a Funai está mudando para uma gestão não somente comprometida, mas de execução. Nós queremos justamente avançar nessa proteção.

Eu creio que já está muito antiga essa questão da regularização das terras indígenas. É importante que o Brasil reconheça que está parado e que a gente precisa solucionar o mais rápido possível e dar proteção e desenvolvimento sustentável. Não é só homologar, é demarcar, mas a gente precisa levar esse desenvolvimento para que não haja mais insegurança alimentar.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Não vai ser resolvido de um dia para o outro. As soluções vão vir a curto, médio e longo prazos, mas a gente não pode fechar os olhos e não considerar as especificidades que os povos ianomâmis têm ou outro povo do Brasil tem.

Muito obrigada.

Eu vou deixar, assim, aqui a versão do nosso relatório para que conste como também subsídio a esta Comissão Externa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, Dra. Joenia Wapichana, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas para uma ação complementar, antes das perguntas do Senador Astronauta Marcos Pontes, eu vou passar a palavra ao Marcos Kaingang, que a havia solicitado para uma complementação à nobre Senadora Eliziane Gama.

V. Sa. dispõe de cinco minutos.

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG (Para expor.) – Senadora, eu não poderia me esquecer de citar um ponto. O nosso tempo é rápido, e a gente tem que compilar as respostas.

Eu acho que um dos fatores que agravou esse número de óbitos – e também é importante destacá-lo aqui e fogue da alcada política nossa – é uma determinação do Supremo Tribunal Federal, lá em 2021, determinando que o Governo Federal instalasse barreiras sanitárias durante o período da pandemia de covid-19 em diversas terras indígenas e que o Poder Executivo, a União fizesse a desintrusão do território, inclusive ianomâmi, nesse cenário.

Então, a ADPF 709 vem sendo descumprida desde 2021, cenário que diversas ações do Ministério Público Federal, das organizações indígenas e das comunidades que lá residem denunciaram no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que teve que determinar essa ação, mas ela vem sendo descumprida ao longo do tempo também. E aí é uma decisão política nesse sentido também de não tomar ou adotar as medidas que cabem nesse sentido.

Então, é importante salientar que isso agravou ainda mais a gravidade da situação da Terra Indígena Yanomami. Por isso que até agora, nesse primeiro momento, nós estamos correndo contra o tempo para tentar cumprir uma decisão judicial. E nós temos um compromisso muito sério aqui de realizar essa desintrusão e de que as políticas públicas cheguem até a terra indígena, porque isso é preciso para a redução também dessa taxa de mortalidade infantil e de mulheres, jovens e anciões na terra indígena.

Então, é um ponto crucial nessa nossa conversa, como a própria Presidenta Joenia trouxe ali, destacar o que é a ADPF 709, que compõe no âmbito de um conjunto de diversos ministérios uma ação conjunta para desintrusão, mas também proteção. E essa decisão já era para ter sido cumprida há cerca de dois anos, e ela tem sido negligenciada. E aí uma decisão nesse sentido também arca com as suas responsabilidades nesse sentido. Na medida em que a gente toma uma decisão de não cumprir uma decisão judicial que é importante e necessária para aquele território devido à gravidade constatada, a gente também passa a assumir as responsabilidades desses atos a partir desse momento.

Mas só complementando um pouco para a Senadora o que pode ter agravado, um dos fatores que mais identificamos como agravamento da situação dos óbitos identificados naquele momento, no período de pandemia e em 2022 também, das ações que não foram tomadas e precisavam ter sido tomadas por um dever condicional do Estado brasileiro nesse sentido, não uma mera convencionalidade nossa enquanto aqui servidores, servidoras do Governo Federal, em não adotar essas medidas. É um dever, é uma obrigação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Estado brasileiro fazer a proteção daquele território, e essa medida, essa ação não foi cumprida. Então, complementando, Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Passo a palavra ao Senador Astronauta Marcos Pontes.

V. Exa. dispõe de cinco minutos para fazer suas indagações.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – São... É possível estender esse tempo?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Senador, a mesma flexibilidade dada à Senadora Eliziane Gama será dada a V. Exa.: cinco minutos prorrogáveis.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

Eu gostaria, antes de mais nada, de parabenizar as apresentações e dizer que nós estamos aqui todos com um objetivo muito claro, que é a melhoria das condições dos nossos povos indígenas e que os problemas que foram observados e que nós estamos observando agora sejam solucionados e que a gente chegue a um resultado positivo para todos os nossos povos indígenas daqui para frente. Esse é o objetivo principal que eu vejo aqui.

E sempre é bom lembrar que nós estamos olhando um fato, nós estamos olhando um cenário agora, e, obviamente, esse cenário se desenvolve ao longo de anos. A gente tem visto aqui nos depoimentos que se desenvolve ao longo de anos. E é preciso que, ao longo desse trabalho aqui, nós tenhamos a definição dos fatores contribuintes para que esse fato tenha acontecido e, com isso, a gente possa mitigar esses fatores contribuintes e reduzir os riscos no futuro. Essa é a ideia básica. Então, eu vou com esse pensamento aqui para que a gente possa ter o melhor resultado para todos.

Então, pensando dessa forma, eu gostaria de perguntar ao Marcos, que é o meu xará.

Durante a sua apresentação, uma coisa que me chamou atenção, porque sempre foi uma luta muito grande, foi quando falou a respeito das dificuldades do ministério recém-criado com relação a ter nomeações e orçamento. Eu queria que depois você explicitasse um pouco mais como acontece essa dificuldade. Obviamente, o orçamento a gente entende aqui, pelo fato de não estar previsto no ano passado, mas, com relação às nomeações, que depois explicitasse um pouco mais a respeito disso e o que está sendo feito para resolver esse problema.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa me chamou a atenção. Você falou: "Tem um problema ali, mas tem problemas em outros locais também". Isso chama atenção porque obviamente a gente está focado agora na questão ianomâmi, mas temos que levar em conta todos os povos indígenas que estão no nosso país, no nosso território. E, do seu ponto de vista, acompanhando isso, como você vê esses outros problemas? E quais ou qual deles se apresenta no horizonte próximo aí como crítico? Para que a gente já comece a tomar providências, porque às vezes fica tampando um problema, mas tem outros acontecendo e que depois vão surgir. Então, quais são esses problemas que estão no horizonte aí?

Essa questão, como a gente vê, não começou agora, tem denúncias aí bastante anteriores. Eu tenho aqui um boletim de 2007, até falando sobre questão de malária e de outras questões importantes. É o Boletim Pró-Yanomami aqui de 2007. Então, sobre esse desenvolvimento ao longo do tempo aí, o que foi feito? Porque é importante não só a gente falar: "Olha, tem o problema; a gente precisa resolver o problema", e aí muita coisa é falada, muita coisa é planejada, muitas recomendações são feitas, mas só a recomendação não resolve; tem que ter ação prática. O que foi feito de lá para cá? Quais essas ações práticas para se resolver esse problema? E quais resultados que tiveram ou não tiveram? Porque isso também é importante para que a gente possa pensar aí no futuro, para não repetir ações que são ineficientes e trabalhar com ações mais eficientes.

Tem tanta coisa que eu anotei que é duro achar os pontos aqui, mas com relação ainda... Agora seria mais com a nossa ex-Deputada Joenia.

Uma coisa que é importante a gente ter em mente quando a gente sempre começa qualquer tipo de estudo de longa duração... E uma das suas frases me chamou muito a atenção, que foi a seguinte: "Não adianta nós aqui de fora..."

(Soa a campainha.)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... querermos falar: 'Olha tem que ser assim ou tem que ser assimado' sem ouvirmos as pessoas que estão lá, que são afinal de contas os mais interessados em tudo isso".

E, nesse contexto – e é importante para se registrar aqui, já que nós temos aí toda a publicidade, nós temos o registro aqui na Casa, para ficar permanente –, qual é a visão especificamente dos ianomâmis para o futuro deles daqui a 20 anos, daqui a 30 anos? Como eles querem estar? Esse é um ponto importante para a gente levar em conta aqui. Como a gente vê... Imagine que tudo seja possível; que seja completamente possível realizar qualquer coisa. Como eles querem estar em termos de inserção ou não, de ficarem isolados? A gente sabe que tem comunidades que são isoladas, comunidades com semicontato, comunidade com contato. E como eles querem estar? Como eles pensam a respeito do próprio futuro? E como isso é levado em conta, obviamente pela Funai e pelos órgãos, para que sejam tomadas as providências de acordo com isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora falou com relação a uma investigação anterior com crianças, de que a senhora participou também. Quais foram as recomendações para aquilo e como foram cumpridas essas recomendações? Ou não foram cumpridas? Como é a interação entre os povos ianomâmis que estão mais isolados e aqueles que estão menos isolados, que estão já em contato? Como é que eles interagem entre eles ali?

Um ponto muito importante também, com tudo isso, é que a gente fala dos garimpeiros em terras indígenas. Pela lei, ilegal; isso é crime. É bom deixar bem claro isso aí logo de começo. Nós conversamos aqui com associações, com pessoal que trata de ouro, e isso é ilegal e isso tem que acabar; está contra a lei. Então, não é garimpeiro; é criminoso nessa situação. Mas, para que a gente tenha clareza – e para que isso fique também registrado aqui –, a gente está fazendo uma ligação entre o garimpo ilegal e o problema da desnutrição nas terras ianomâmis. É importante se ter claramente e sucintamente essa ligação direta: qual a ligação prática entre a atividade do garimpo e a desnutrição nos povos ianomâmis ali? Isso é importante para deixar muito clara essa ligação.

Outra coisa com relação a isso...

Desculpa a quantidade de perguntas aqui, mas é importante.

A senhora falou sobre orçamento, e quem estava aqui antes me viu falar muito sobre o orçamento da área de ciência e tecnologia. Eu sinto esse drama, acompanho sem dúvida nenhuma.

Eu tenho aqui alguns dados do Sesai ao longo do tempo, de 2011 até 2022, com relação a esses valores: começou lá com R\$9 milhões, aproximadamente, no total –; depois R\$58 milhões; R\$74 milhões; R\$73 ao longo dos anos; R\$83; R\$92; R\$91; R\$91; R\$80; R\$77; R\$98; R\$98 – nos últimos dois anos. E é importante que a gente... Aquela última linha que tinha ali na ADPF 709 trata a respeito da abertura de crédito extraordinário para isso, e aí senhora citou então: de R\$160 milhões, R\$80 milhões, para aplicação.

(Soa a campainha.)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – E como tem sido feito? O que tem sido feito com o Governo Federal para que esse crédito seja especificamente...

(Soa a campainha.)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – ... colocado lá como extracrédito? Quais são as ações que foram feitas para isso? É importante que a gente tenha isso para poder também ajudar por aqui, mas é importante que o Governo perceba isso e coloque esse recurso. O que tem sido feito?

Eu entendi que, em janeiro, foi estabelecido pelo decreto – estou procurando o número do decreto aqui... – um grupo de trabalho, um GT, com duração de 60 dias, como é normal para esses GTs, que eu também já fiz muito lá no ministério. Eu gostaria de saber quais foram... O que foi o resultado desse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho do GT, que começou lá em janeiro – portanto, em dois meses, já se encerrou? E o que tem sido feito em cima desses resultados do GT, ou seja, o que o Governo realmente está fazendo para cumprir essas recomendações do grupo de trabalho?

Por enquanto é isso. Talvez surjam algumas outras perguntas, porque eu anotei bastante coisa aqui, mas só para não me alongar demais também. Para não extrapolar o meu direito de flexibilização de tempo aqui, gostaria de deixar essas perguntas – e também para não aumentar muito a resposta.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra, Marcos Kaingang, para responder as indagações do Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG (Para expor.) – Vou tentar ser bem objetivo, Senador Marcos.

Em relação aos aspectos das dificuldades em nomeações, tem o aspecto de que o ministério também é novo no âmbito da própria administração pública – um primeiro fator. Também tem um pouco do aspecto realmente de dar credibilidade, em alguns aspectos, à real capacidade de nós povos indígenas estarmos ocupando os espaços. Paire sobre a sociedade ainda uma dúvida sobre as reais condições e qualificações que nós temos. E nós estamos mostrando que somos capazes, qualificados e capacitados para ocupar esses espaços e gerir, planejar e executar política pública. Um exemplo sou eu, a Ministra Sonia, a Joenia Wapichana e outros tantos indígenas.

A própria demora tem a ver com a própria dificuldade administrativa interna do Governo Federal, da Casa Civil, em agilizar essas nomeações também. Nesse aspecto, tem demorado também. Nesse sentido, como eu falei, a situação ianomâmi veio, e nós tínhamos, eu diria, oito nomeados – entre eles, estava eu –, mas a gente não mediou esforços para designar o pessoal, dois ou três no ministério, com alguns terceirizados. Então, o aspecto, quando se situa a situação das dificuldades de recursos humanos nomeados naquele momento, tem a ver com essa dificuldade nossa, mas, mesmo com as nossas limitações, sem nomeação, muitas pessoas se disponibilizaram a trabalhar para atender e assistencializar a situação ianomâmi. O nosso aspecto é administrativo, mas também tem um aspecto que eu entendo que, às vezes, é do processo histórico, de compreender que nós estamos capacitados para ocupar esses espaços também e construir coletivamente, com indígenas e não indígenas, todas as políticas públicas para as diversas áreas também nesse sentido. Então, é um pouco nessa perspectiva que eu coloco.

Quanto aos outros territórios em situação crítica, Senador, acho que eu não elencaria como prioridade, mas, principalmente, regionalizando isso, eu colocaria na Região Norte, sem dúvida. A gente tem outras situações graves também. Por exemplo, se a gente pegar, no Mato Grosso do Sul, a situação do povo indígena guarani-kaiowá lá, é uma situação dramática também, a gente vem acompanhando. É isto que eu digo: nós pegamos a situação ianomâmi num princípio de limitações de recursos humanos e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamentários também, enquanto MPI, até articular e conseguir fazer a máquina pública andar. Do nosso ministério, a que me atenho, dizendo propriamente, foram vindo várias demandas que estão, ao longo dos anos, há muito tempo, acumuladas. Eu costumo dizer que há 520 anos. Então, a gente foi se debruçando sobre várias realidades.

Se eu pudesse elencar alguma para o Senador, eu colocaria guarani-kaiowá nessa região. Mas, num aspecto similar ao dos ianomâmis, que também tenha garimpo e que tenha invasão, a gente coloca a Terra Indígena Mundurucu, também no Pará, em que está prevista a desintrusão também no âmbito da ADPF 709, pela gravidade que se encontra lá na região; a Terra Indígena Alto Rio Guamá, também na região lá próxima, que tem uma presença até então não codificada muito concretamente, porque a invasão do território se alastrou de maneira gravíssima, e a gente tem despendido esforços nessa região. Então, elas estão mais localizadas na Região Norte do país, sem dúvida, pela semelhança com a Terra Indígena Yanomami, porque boa parte dos... Eu costumo usar os termos trabalhadores e trabalhadoras. A gente tem garimpeiros lá também, mas eles têm se deslocado.

As desintrusões – eu não comentei com o Senador e não as apresentei também – vêm ocorrendo, as operações estão acontecendo. Só que, no âmbito da ADPF 709, a gente quer fazer uma ação mais robusta nesse sentido. Mas as desintrusões vêm ocorrendo, tem uma redução bem acentuada do número de invasores na região. E aí pensar políticas públicas para eles também é um desafio para nós. Eu coloco MPI e Funai, todos nós, nesse conjunto, como os senhores já vêm colocando em outras audiências também. E, nesse sentido, eu colocaria... Essas pessoas que estão saindo do território estão migrando para outros territórios indígenas.

Então, elas ultrapassam os nossos desafios e condições. Muitas vezes, a gente tem pensado muito mais amplamente, porque eles se deslocam de uma região para outra. E aí, ao pensar políticas públicas para esses grupos também, é importante pensar em como atuar.

Uma identificação nossa, enquanto ministério, com a Defesa, com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e também com a Funai e a Sesai, é um pouco desse nosso diagnóstico. Mas eu elencaria a Terra Indígena Mundurucu e a Terra Indígena Alto Rio Guamá, próximo ao Xingu, em que também já estão ocorrendo essas mesmas situações.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG – Posso complementar, Senador?

Com relação às ações de 2007 para melhorar a situação desse período para cá, eu acredito que tivemos bons avanços ao longo do tempo, mas a gente parou no tempo, sendo bem sincero. A política indigenista não teve, ao longo do tempo, a prioridade que precisaria ter. A gente teve avanços em orçamentos para a política indigenista, como o próprio orçamento da Funai e da Sesai, que avançaram de 2007 para cá, mas, ao longo do tempo, estagnaram também. E aí a gente precisa avançar, porque o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

orçamento da própria Funai é o mesmo há cinco anos, vem reduzindo gradativamente. Então, isso demonstra que políticas públicas a gente quer direcionar para esses grupos.

Então, o que a gente precisa, Senador e demais Senadores, é, de fato, de um compromisso do Estado brasileiro e, principalmente, desta Casa, do âmbito do Legislativo também, para a gente conseguir construir conjuntamente, dentro das nossas condições, com o Executivo e o Legislativo, propostas e ações, como a Presidente Joenia já colocou, para a gente também trazer propostas para o Congresso Nacional que possam contemplar a real necessidade da política indigenista. Então, a gente parou no tempo se eu pudesse responder, assim, em termos de orçamento e ações para os povos indígenas.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG – E, na última pergunta, que são as ações para aprovarmos o crédito extraordinário, a Joenia pode compartilhar comigo essa resposta, mas é uma ação a partir do MPI e da Funai, diagnosticando uma necessidade de profissionais para a região. Mas, para executar as ações, como ela bem apresentou, das BAPEs de proteção territorial, é importante ter recursos humanos, ter condições de trabalho, ter segurança. E a Funai sozinha não consegue fazer essa expressão de trabalho. Você precisa de segurança para a região. Como é que você vai mandar uma equipe para lá sem suporte de segurança nenhum? Na medida em que... Eu costumo dizer que quem for à região vai ver que o Estado brasileiro perdeu a soberania sobre aquela região em dado momento, na medida em que a gente não conseguiu destinar as ações que, minimamente, assegurassem aquela área de fato, com serviços públicos chegando àquela região, o que caracterizaria como área de fato do Estado brasileiro. Então, os povos ianomâmis lá na região também sofreram todo esse processo de violência e negligência histórica. Mas, nesse sentido, os créditos extraordinários vêm por uma insuficiência de recurso da própria Funai e de nós do MPI também, por não termos, como o Senador já bem adiantou, orçamento para essas ações ainda previsto neste ano, conforme aprovado pelo Congresso no ano passado.

Então, é um pouco do dilema em que a gente pediu esses créditos extraordinários, mas, para a Terra Indígena Yanomami, há uma determinação do Supremo para autorização desses créditos extraordinários no âmbito da ADPF também.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sr. Presidente, só para um complemento com relação a isso.

Mais especificamente, o que eu lembro... Eu estou falando desse negócio de orçamento, porque eu passei muito aperto. Quando a gente fala no Ministério da Fazenda agora – antes era Ministério da Economia –, ele logicamente cumpre a função dele de distribuição, mas é importante que o ministério e o Governo pensem num PLN, alguma coisa do Ministério da Fazenda, rapidamente, para colocar, porque é urgente. Não se pode ficar esperando as coisas acontecerem lá. É necessário que seja feita uma ação pelo Governo, mas especificamente por Fazenda e Planejamento, para que esse PLN chegue o mais rápido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possível, porque aí a gente pode trabalhar nele aqui. Mas, sem ter a ação lá primeiro, é difícil, não é? A gente precisa ter crédito extraordinário. Então, isso é importante que se tenha.

É a mesma coisa em relação às nomeações, é prioridade. Digamos assim, o fato está acontecendo, é um fato sério, é um fato que está prejudicando uma população inteira. Então, precisa ter as nomeações rapidamente.

Aí vem a possibilidade de a Casa Civil fazer esse trabalho o mais rápido possível para que tenha as pessoas trabalhando. Eu tenho certeza de que existem pessoas competentes para assumir os cargos lá, mas isso precisa ser feito.

Então, é só um comentário sobre isso.

Pode contar com a ajuda da gente para, no que puder, ajudar a fazer funcionar isso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Passo a palavra à Presidente da Funai, Joenia Wapichana, que agora vai fazer a sua apresentação, dar essas respostas às perguntas, que são relativamente longas, do nosso Senador Marcos Pontes.

V. Exa. tem a palavra por cinco minutos prorrogáveis.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Obrigada, Senador Marcos. São perguntas importantes. Muitos não conhecem o que os ianomâmis pensam para si mesmos. Por isso que, na minha apresentação, não sei se você estava presente, mas eu falei do PGTA ianomâmi. O que é o PGTA? É o Plano de Gestão Territorial e Ambiental em terras indígenas. Isso foi feito pelos próprios povos ianomâmis não este ano, mas alguns anos atrás, e eles estão cobrando da gente implementar agora. E é justamente nessa fase que a Funai, os órgãos ministeriais estão envolvidos para dar resposta. Então, isso responde à pergunta: "O que eles querem ver acontecer daqui a dez, vinte, cinquenta anos no território?".

Tem uma parte, eu até separei, em que ele fala o seguinte, uma apresentação do PGTA:

O PGTA é para manter a todos nós Yanomami e Ye'kwana vivendo bem em nossa terra. Os não indígenas dão este nome de PGTA ao que nós chamamos de Urihi, nossa terra-floresta. Para nós é muito bonito olhar para uma floresta como esta porque sabemos que Omama, nosso antepassado, a criou. Por isso, nós todos, brasileiros habitantes da floresta, queremos defender nossas terras com determinação para que os não indígenas não as destruam.

Nós queremos viver bem e felizes em nossa terra-floresta. Vocês, não indígenas, olhem para estes desenhos [que eu apresentei aí e não estavam disponíveis] de nossas palavras e aprendam. Este PGTA é para manter a todos nós em pé, pois a floresta segura a Terra toda com força.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na floresta tem todos os alimentos que comemos, como antas, queixadas, mutum, castanha, buriti, cacau. Tem também as águas dos rios. É dessa riqueza que todos nós nos alimentamos. A floresta nos sustenta e cuida de nós.

A imagem essencial da nossa terra-floresta defende todos nós Yanomami e Yek'wana. O PGTA é para nós como um documento de identidade da nossa terra-floresta, pois traz consigo a sua imagem essencial.

Essa é uma resposta dada pelo próprio povo ianomâmi. Ele quer viver em paz dentro do seu próprio território, livre da invasão e da destruição que está sofrendo agora.

Então, é importante esse documento que já existe, porque eles já responderam a todos o que eles querem ver acontecendo.

E, de uma forma bem clara, eles pedem providência a nós autoridades para que se solucione essa questão do garimpo ilegal e leve saúde, leve educação, leve direitos sociais básicos e fundamentais, como qualquer brasileiro tem direito.

Para quem não o conhece também, esse é o documento que eles lançaram e em que denunciaram, há dois anos, fizeram denúncias, com mapas, apontando todas as violações de direitos que eles sofreram.

E aqui me perguntaram também qual foi a recomendação dessa Comissão. É bem interessante, porque, naquela época, eu estava aí do outro lado, sendo Parlamentar. A gente se debruçou nessas pesquisas, nas oitivas. E pedimos alguns encaminhamentos, identificamos alguns encaminhamentos que era possível fazer.

Primeiro, reiterar...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – ... porque era uma questão que já tinha sido feita, às autoridades competentes o pedido de retirada dos garimpeiros da Terra Indígena Yanomami.

Segundo, reiterar às autoridades competentes pedido para investigar todos os crimes cometidos contra o povo ianomâmi e para responsabilizar penal e civilmente os responsáveis pelas invasões dos garimpeiros.

Terceiro, solicitar às autoridades que informe à sociedade quem são os financiadores do garimpo, quem está fornecendo os equipamentos para manter o garimpo.

Ver de perto a situação que está vivendo, vivenciando a comunidade ianomâmi.

Ações para retirar a logística de garimpo. Hoje vocês sabem que existe uma alta tecnologia. Enquanto nós, Estado brasileiro, ou Poder Executivo, que está ali com a obrigação, não temos sequer a tecnologia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que hoje o garimpo tem, mas somente... É limitada a questão de comunicação. Por exemplo, tem internet no garimpo, mas não tem internet na base da Funai. Destruir as pistas de pouso que eram clandestinas. Hoje a gente está pedindo para reformar, digamos assim, algumas pistas essenciais, mas tem pistas ali que são clandestinas e servem só para abastecer garimpo.

Cobrar das autoridades ações para reprimir a logística de apoio na cidade de Boa Vista. Infelizmente, nós vemos uma série de empresas envolvidas com o garimpo ilegal e pessoas que têm sido já investigadas pela Polícia Federal e são responsáveis, sim, por financiamento de garimpo. É preciso dar seriedade a esses casos de investigação.

Solicitar relatórios detalhados sobre a base de proteção da Funai, inclusive, isso foi para nós mesmos agora. Agora juntou-se a esse relatório, inclusive, a apresentação das bases, que estão fechadas e estão nesse planejamento de estrutura.

Solicitar da Sesai relatório específico, porque está sendo afetada a questão da saúde, o atendimento. Eu creio que, sobre essa questão da saúde, o nosso secretário vai falar. É justamente essa possibilidade de a gente tornar públicos e transparentes os dados que a Funai tem em Sesai.

Desenvolvimento de ações devido respeito à vida ianomâmi...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – ... é o que nós estamos fazendo agora com essa discussão.

E aí você fala do Protocolo de Consulta dos Povos Yanomami e Ye'kwana. Nós estamos fazendo justamente agora. É uma resposta já do que a Funai está fazendo para melhorar a questão da segurança alimentar e para ouvir os ianomâmis da forma como eles querem. Isso foi feito este mês, o encontro. Vai ser feito um fórum ianomâmi agora, no mês de abril, e, a partir dessas ações, o planejamento de ações para atender direito a políticas públicas, acesso adequado, inclusive acesso aos benefícios sociais.

Agora, por este mês, nós conseguimos conversar com a Caixa Econômica e com o INSS para ter o acesso a esses benefícios sociais, inclusive, levando a Caixa Econômica para mais próximo, o acesso e benefício. Estive lá em Roraima este mês para ver o atendimento da Caixa, criando unidades móveis, porque os benefícios eram muito distantes da realidade das comunidades indígenas.

Então isso é só um exemplo do que a gente já está fazendo a partir dos órgãos públicos.

E também quero solicitar o relatório detalhado...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – ... da Funai, do Ibama, da universidade, inclusive sobre pesquisas sobre esse impacto do mercúrio, e incluir no Orçamento da União recurso para ações permanentes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fiscalização e combate aos crimes dentro das terras indígenas, especialmente a Yanomami. Isso foi para nós aqui, naquela época, justamente repensarmos em melhorar o orçamento da Funai, inclusive colocar a questão dos servidores públicos, como o plano de cargos de carreira, e não apenas colocar questões de atividade. É preciso pensar em quem vai fazer – não é? –, se a gente tem um quadro insuficiente. É preciso reconhecer essa deficiência que nós temos e cobrar do Ministério da Justiça plano permanente de fiscalização. E hoje nós vemos o quanto é importante a gente estar trabalhando junto com o Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Justiça, o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Saúde para essas ações que não são somente de responsabilidade de um órgão, mas que envolvem muito mais.

Então eu vou deixar... Tem outras recomendações aqui para que acompanhem. Essas recomendações vão no sentido de não deixar o crime impune, de verificar quem realmente financia o garimpo. E algumas ações eu também já apresentei logo na minha apresentação, do que a gente já fez depois do ato que declarou o estado de emergência.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Eu acredito que o Weibe vai falar mais também relacionado à saúde. Há a distribuição de cestas básicas – já somam quase 15 mil cestas distribuídas –, mas também deve haver uma série de reuniões para tratar o planejamento da exclusão...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – ... a questão também de inserir políticas públicas mais adequadas, também rever um pouco dessas políticas que são específicas aos povos indígenas; o retorno do PAA e do Pnae para o acesso de agricultores indígenas a esses programas de compra e venda; a discussão de políticas públicas para resgatar essa questão da segurança alimentar e os casos de investigações relacionados à prática de crime. Isso é um pouco das medidas.

Eu agradeço novamente essas perguntas. Eu acho que deixei... Eu acho que, na última vez em que vim aqui numa audiência pública, eu já deixei isso aqui também, mas eu posso deixar. É dos ianomâmis, não é da Funai, mas a gente usa como subsídio à situação do povo ianomâmi.

Muito obrigada.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, só um adendo, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Com a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É que um ponto... Eu entendi, é importante a gente ter essas recomendações que foram feitas anteriormente para que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente possa acompanhar, ao longo do tempo também, como isso vai sendo implementado agora. A gente teve o problema, agora vamos fazer funcionar realmente. Isso é muito importante. Mas um ponto que para mim era muito importante para ficar registrado – um deles – era a questão da visão dos ianomâmis, que eu achei inclusive muito bonita, com relação ao futuro deles, o que eles querem para o futuro. A gente precisa respeitar muito isso aí.

Um segundo ponto que é muito importante é a relação prática, vamos dizer assim, de engenharia – eu sou engenheiro –, a relação prática entre a presença dos garimpeiros e a desnutrição, para deixar registrado como isso acontece, como é essa relação e também, logicamente, como é a relação entre os próprios ianomâmis e os garimpeiros: eles estão sempre em conflito? Não estão? Um ajuda o outro? Não sei. É exatamente como que acontece isso.

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Um minuto, só para...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k. Eu vou lhe dar dois minutos.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (Para expor.) – Eu esqueci de responder uma questão sobre o recurso extraordinário. Eu acabei esquecendo, porque estava correndo com o tempo. Mas a Funai já solicitou essa questão do recurso extraordinário. O orçamento atual da Funai é insuficiente e a gente já solicitou para que venha. Estamos aguardando a resposta. Então, no caso, ainda não o acessamos. Sobre a questão da interação que se fala dos índios isolados e não isolados, os isolados estão isolados, não é? Os ianomâmis que estão com recente contato têm uma área protegida onde vivem as comunidades, então lhes chegam vestígios, sabem que existe, sabem onde moram, mas tem toda uma política interna de eles viverem isolados. Então, às vezes, é difícil, para quem não tem essa convivência com os povos indígenas, entender. Às vezes, até outro indígena que tem mais contato com o contexto urbano não conhece essa realidade, porque é outra realidade, é outro mundo.

Justamente essa questão do garimpo ilegal prejudica toda a questão cultural, a organização social, e tem relação direta, sim, com essa crise que há hoje (sanitária, ambiental, social, de insegurança alimentar), porque, a partir do momento de um conflito levar à violência, de fazer uma disputa sobre recursos naturais, de promover um impacto externo, há efeito direto também sobre a saúde: além da situação de doenças, a insegurança por que as pessoas passam, principalmente relacionada a mulheres, crianças. Há todo um contexto que os ianomâmis não viviam e agora eles praticamente foram impactados por essa invasão ali no seu território. Então, tem relação direta, sim, com a crise hoje humanitária que o povo sofre.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero registrar antes a presença do Senador Mecias de Jesus, que é membro desta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra a V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Na verdade, Presidente, eu queria só somar com a colocação do Astronauta e que a Joenia respondeu muito bem, mas, para reforçar ainda mais, até porque nós estivemos lá – eu estive muito presente na própria comunidade ali, visitando com a Joenia –, e a gente percebe muito claramente que, por exemplo, houve um aumento de suicídio, sobretudo de adolescentes.

Há, Astronauta, a presença muito forte, por exemplo, de doenças advindas do mercúrio. Quando você tem, na verdade, com a presença do garimpo, as máquinas funcionam 24 horas. A Joenia está aqui e conhece isso muito bem. Então, isso afugenta as caças no entorno, por exemplo, da área do garimpo, e eles acabam não conseguindo chegar às caças, porque elas ficam afugentadas, elas saem. O mercúrio está presente no rio.

Outra coisa: não é só o desmatamento ali no entorno do garimpo, porque há um desmatamento que não é nem tão grande; o grande problema é o impacto ao longo do rio. Então, há um impacto gigante, porque o mercúrio vai contaminando toda a região. E o que resulta disso? Várias doenças. Inclusive, os dados sobre a quantidade de crianças que morreram apontam que há uma relação ligada muito diretamente com a questão do mercúrio. Há impacto realmente em várias vertentes – eu posso dizer assim – pela presença, de fato, do garimpo na região.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Exatamente, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – O.k.

O Senador Marcos Pontes gostaria de complementar?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Não é bem um complemento. Eu só gostaria de aproveitar o gancho, já que a gente está falando de mercúrio aqui, para relembrar do requerimento que eu coloquei. É um requerimento para... São dois requerimentos, na verdade, Presidente: o primeiro é com relação a que nós tenhamos aqui uma audiência pública com cientistas para levar à área da ciência a mitigação dos impactos do garimpo nas regiões indígenas como um todo, para que a ciência entre em campo definitivamente com isso.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2023

Propõe a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir com os especialistas da área da ciência, a mitigação dos impactos do garimpo ilegal na Reserva Yanomami.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

Então, eu solicitei a presença de alguns convidados:

– Dr. João Valsecchi do Amaral, que é o Diretor do Instituto Mamirauá, em Tefé, que é uma organização social do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, para falar a respeito da proposta da ciência quanto à mitigação de impactos do garimpo, pensando para frente, para resolver o problema e não voltar esse problema. Então, a mitigação dos impactos do garimpo ilegal;

– Prof. Jailson Bittencourt de Andrade, que é Vice-Presidente da Academia Brasileira de Ciências, para falar a respeito de aspectos técnicos e científicos quanto à contaminação de mercúrio nas áreas de garimpo e meio ambiente e como a ciência brasileira pode colaborar;

– Dr. José Roque, que é diretor do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, onde fica o Sirius, o acelerador de partículas, para falar sobre os potenciais usos do sincrotron, o Sirius, para a rastreabilidade da assinatura do ouro. Lembro de que se falou sobre isso. A gente tem que saber de onde vem o ouro. Eu sei que é uma questão que o pessoal tem tentado, a gente tem tecnologia para trabalhar com isso, e o Sirius pode ajudar muito para fazer um traçador estratégico para saber de onde vem esse ouro e acabar com essa ideia de que o ouro vem de qualquer lugar, e se aceita isso. Não, entendeu?

– Dr. Fábio Salvador, perito criminal federal e ex-Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, para falar sobre os aspectos técnicos e científicos e investigativos para combater as ilícitudes associadas à extração ilegal de ouro no Brasil.

Esse é um requerimento, Presidente.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2023





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante da Empresa, Voare Táxi Aéreo, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre transporte nas ações de saúde pública na Terra Indígena Yanomami.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

No segundo, eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, que convidemos o senhor representante da empresa Voare Táxi Aéreo a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os transportes nas ações de saúde pública nas terras indígenas. Essa empresa é a principal empresa de lá, e é importante a gente ouvir também o que tem sido feito com relação a isso.

São esses dois requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Todos esses requerimentos serão apresentados extrapauta, ao final da reunião, mas V. Exa. já se antecipou com propriedade, e eles serão incluídos como extrapauta para que sejam realmente convidados.

Eu quero consultar o Senador Mecias de Jesus se ele gostaria de fazer alguma pergunta. Não gostando... Não querendo, perdão, fazer essa pergunta... São tantas perguntas que nos embaralhamos aqui;

Eu queria informar a todos os presentes e à Comissão que o Relator, Senador Dr. Hiran, por motivos pessoais, só retornará ao Senado na próxima semana. Portanto, a sua assessoria está acompanhando *pari passu* essas audiências públicas, que serão incorporadas ao seu relatório finalístico, com a aprovação, obviamente, de todos os Srs. Senadores.

Gostaria, de fazer uma breve manifestação...

Aliás, perdoe-me, Senadora Damares, V. Exa. está à esquerda do Plenário e à minha direita... (*Risos.*)

V. Exa. apesar de estar à esquerda do Plenário, mas está à minha direita, aqui também...

Eu gostaria de passar a palavra a V. Exa. para fazer indagações por cinco minutos aos dois convidados.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, obrigada. Deixe-me cumprimentar todos os indígenas que estão no auditório. Obrigada por estarem com a gente nesta Comissão, é uma alegria recebê-los. E tem gente que não conseguiu entrar também.

Deputada Joenia, que bom vê-la na Presidência da Funai. Que bom! Esta Casa tem um respeito muito grande pela senhora. E estamos torcendo muito, muito pela sua gestão. Não vai ser fácil. A senhora está presidindo uma fundação em que, ao longo dos anos, muita gente se aposentou, sem concurso público, recurso humano cada vez mais escasso, a questão financeira também, mas nós estamos aqui para apoiá-la.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou muito preocupada, Deputada – eu não assisti a toda a apresentação, vou assistir em casa com muita calma –, agora sobre a questão das atribuições, Marcos. E aqui eu quero chamar a atenção de vocês dois sobre as atribuições do novo ministério. Nós vamos acompanhar a MP, nós estamos acompanhando essa discussão, mas, na hora de dividir as atribuições, Deputada Joenia, nós temos um Ministério de Povos Indígenas, um Ministério de Direitos Humanos e uma Funai, e temos uma Sesai, e temos a educação indígena lá no MEC. Como vocês vão cuidar de tudo isso para que, daqui a pouco, um de vocês não se sente aí na mesa sendo acusado da omissão que era uma atribuição do outro? Nós vivemos isso nos últimos anos, Marcos. Eu quero chamar a atenção, porque a gente quer ajudá-los nessa condução do novo ministério e nas atribuições da Funai.

Você vai encontrar o seguinte Marcos: vocês têm muito boas intenções, mas quem tem o dinheiro é a Sesai, o dinheiro está lá. Então, como é que vocês vão lidar com tudo isso? E nós aqui no Congresso queremos ajudá-los nessa discussão para que a gente não tenha depois cobrança do ministério que era uma atribuição do outro, e a gente quer acompanhar.

A minha preocupação, Marcos, também é a seguinte: você falou muito da ADPF. Você, quando estava na Apib, que é autora da ação...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Senadora Damares, V. Exa. me dá apenas um minuto?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)
– Sim.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– É para convidar a Senadora Eliziane Gama para presidir a sessão como Vice-Presidente por dez minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)
– O.k.

Marcos, a nossa preocupação é que Judiciário não constrói políticas públicas, tá? Então, muita atenção com a ADPF. Até onde vocês vão conseguir executar as determinações daquela ADPF? Eu sei que muitas determinações para o Governo anterior foram cumpridas, mas chega o momento em que não tem condições. E, a partir de agora, Marcos, vocês serão Estado, vocês serão o órgão da execução. Então, acompanhar a ADPF, mas a construção da política pública cabe a vocês. E a gente vai estar aqui acompanhando, monitorando, ajudando e lutando por recurso. Essa é a nossa função aqui no Legislativo. Mas estou muito preocupada com as decisões do Judiciário, que não venha impor a vocês aquilo que é impossível de executar.

E uma atenção também às ONGs, tá? Vocês vieram – principalmente o Marcos e a nossa Ministra – de uma militância muito grande de ONGs. A gente agradece o trabalho que as ONGs têm feito no Brasil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para os povos indígenas, mas existem recomendações que o Estado não vai ter condições de executar. E aí eu acho, Senadora Eliziane, que a gente pode ajudar nesse equilíbrio entre o que as ONGs estão recomendando, o Judiciário, e o que vai ser possível os senhores executarem.

Por exemplo, a minha preocupação: quantas pessoas entraram a partir de janeiro na área ianomâmi? Eu busquei oficialmente e...

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – ... só tem um autorizado, mas a gente vê reportagem com muita gente lá dentro. Essas pessoas entraram de forma ilegal? Como está acontecendo a entrada?

Aqui, eu termino entregando para a Deputada Joenia um relatório da Sesai, o relatório da Missão Guapo'y. Esse relatório traz, inclusive, coordenadas geográficas de indígenas da Venezuela que tinham migrado. Eles já podem ter voltado, mas eu queria deixar esse relatório aqui registrado.

Por fim, Deputada Eliziane, quando a gente fala de desassistência, houve assistência nos últimos quatro anos. Nós tivemos, Deputada, um episódio de pandemia. Quando eu falo de desassistência, eu me preocupo muito com aquele agente de saúde indígena que está em área ianomâmi – porque 50% são indígenas –, e eles se esforçaram muito nesse período. A gente precisa fazer esse registro de quem está lá na ponta. Talvez, Marcos, não tenha havido uma coordenação, mas esse agente de saúde se esforçou, ele foi lá, ele se colocou em risco, especialmente no período de pandemia. Então, a gente precisa fazer justiça também, às vezes, nas nossas falas. Essas pessoas lá da ponta trabalharam, e eu preciso fazer esse registro, porque estão muito tristes. Cada vez em que a gente chega aqui e fala "genocida", alcança aquele servidor que está lá na ponta se esforçando, que, às vezes, faz uma quarentena de 14 dias, para entrar numa área – são 14 dias para entrar, longe da família, longe dos seus. Então, a gente tem que fazer essa justiça.

Eu desejo, Deputada, que, desta vez – tenho um relatório de 1997, aqui, apontando os mesmos problemas –, juntos, a gente encontre as respostas para o povo ianomâmi.

Que Deus lhe dê muita sabedoria, Deputada! Com você, que é da região, nós estamos apostando muito na condução da Funai agora!

Ao novo ministério, Marcos, toda a atenção! Vocês serão o Estado e poderão contar muito com o Parlamento aqui, na condução da política.

Eu tenho muitas perguntas, mas vou fazer o seguinte: vou encaminhá-las via ofício. Pode ser? Porque, aí, a gente ganha tempo aqui na audiência. O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada, Senadora Damares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, então, à Joenia e ao Marcos.

Querem fazer alguma... (Pausa.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA (Para expor.) – Muito obrigada pelas boas-vindas à Funai.

Eu acredito que a Funai é responsabilidade do Estado brasileiro, até porque é o único órgão que é responsável por demarcar terra, proteger, identificar. A Funai tem um estatuto, por lei, específico para justamente chamar a atenção de que a Funai é uma autarquia criada já há mais de 50 anos e tem toda uma estrutura legal e deveres institucionais. Não se misturam atribuições; as atribuições que a Funai detém são estabelecidas por lei. Então, nós estamos cumprindo deveres institucionais que nos são estabelecidos por legislação. Só para não dizer que recurso de Sesai é de Sesai; recurso de Funai... Quando a Funai tiver que pedir colaboração no sentido de grupos de trabalhos interministeriais, nós estaremos atuando em forças-tarefas interministeriais, como se faz nas operações, ações emergenciais para atender a essa ação que está havendo, hoje, na questão ianomâmi. Então, é só para deixar bastante claro que a atribuição da Funai é definida por lei; há mais de 50 anos, nós já temos a nossa definição e, muitas vezes, específica.

O Ministério dos Povos Indígenas, recém-criado também, veio justamente para fortalecer as atribuições da Funai no sentido de que muitas políticas públicas não estavam previstas em ministério nenhum. Inclusive, é até uma complementação que lembramos agora: a questão da educação escolar indígena não tem um departamento no Ministério da Educação, e poderia ter – você falou que tinha, não é? –, mas os povos indígenas, inclusive, estão solicitando que haja uma questão específica dentro do Ministério da Educação sobre educação escolar indígena. Nós muito gostaremos. E eu estou falando como indígena que vem acompanhando também a discussão de uma educação escolar indígena, inclusive com recursos específicos para tanto, não é?

Agora, sobre a questão... Eu não entendi muito quando você quis relacionar ONGs, organizações não governamentais... Eu já solicitei aqui o dado. A questão... Hoje, para entrada na terra indígena ianomâmi, quem tem uma prévia autorização é o COE. Esse é um decreto do nosso Presidente. O Presidente declarou a questão do estado de emergência a partir da solicitação, e aí a mudança de procedimento em relação a essa crise é outra, específica. Então, não foram muitos, porque a autorização, em princípio, só está liberada para quem é prestador de serviço. Então, a terra ianomâmi tem um procedimento... Agora, para os prestadores de serviço que estão indo lá é outro procedimento, porque eles têm que fazer o serviço de atendimento à saúde. São a equipe médica, a equipe de saúde, os da segurança, que estão dando segurança às equipes, e algumas questões. É por isso que a gente reforça que, quando há visita que não seja de prestador de serviços públicos, que se atentem a esses procedimentos

Hoje tem uma portaria em que a Funai regula essa questão das entradas em terras indígenas, seja ianomâmi, seja outra, mas é preciso apresentar uma série de documentos, inclusive essa questão do certificado de vacinação de covid. E os testes... Eu me submeti ao teste de covid; eu, como Presidente da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Funai, quando fui à área ianomâmi... Aliás, eu iria, mas deu problema de tempo, e eu fiz o teste, o exame para saber se não tinha covid naquele momento. Então, por isso é necessário se atentar a esses procedimentos.

Hoje a Funai, que é uma autarquia – só para referendar isso de que eu estava falando –, tem um vínculo, ela não é subordinada, mas ela tem um vínculo por estatuto, e está ligada, da mesma forma que era ligada ao Ministério da Justiça, hoje nós temos um vínculo com o Ministério dos Povos Indígenas. E as nossas funções são bem definidas para desenvolver essas ações, principalmente relacionadas à regularização fundiária.

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Hoje a Funai é o único órgão federal que faz a regularização fundiária, proteção territorial, proteção social e da cidadania, como eu já tinha falado antes.

Enfim, nós temos essa missão, e é importante se falar da importância dos agentes de saúde, porque nós temos um projeto aqui, gente, tramitando na Câmara, e que virá aqui para o Senado. Eu peço a atenção do nosso Parlamentar, já que a gente quer valorizar os profissionais indígenas, para que aprovem esse projeto também, que é o 3.514, de 2019. Foi o primeiro projeto que eu fiz como indígena justamente para reconhecer o que a Senadora Damares falou: a importância dos profissionais que estão lá na base. O agente de saúde hoje não tem um plano de carreira, não é uma categoria reconhecida, e eu estou justamente pedindo para que os reconheçam em lei. É o Projeto 3.514, de 2019. Da mesma forma, o projeto do rastro do ouro, complementando aqui, que...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – ... é o 2.159, de 2022. Foi um projeto que foi feito e inclusive está sendo referência na medida provisória de que o Governo está tratando do rastro do ouro. Também, quem tem interesse em aprovar...

Bem que podia no Abril Indígena vocês aprovarem um dos dois para dar resposta ao movimento indígena. Se tiver uma atenção, a gente podia sair aqui com uma ação concreta de atenção à prioridade dos povos indígenas. Uma é para proibir o mercúrio em áreas públicas. Outra é para ter uma definição na questão da certificação da origem do ouro – vai acabar com a boa-fé, vai colocar políticas de monitoramento, fiscalização e exigir uma certificação na compra, na venda e no transporte do ouro. Eu acho que isso vai ajudar a Polícia Federal a fazer uma cobrança efetiva sobre essa questão da ilegalidade.

É isso. Eu quero agradecer, desde já, essa questão.

A gente precisa também aprovar o plano de carreira dos servidores da Funai – reforço. Essa questão do concurso público a gente está planejando para este ano também, como uma forma de responder a toda essa demanda. A Funai está contando com o apoio aqui do Congresso Nacional, do Legislativo para fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

valer a nossa Constituição Federal. Essa é a nossa missão institucional, e não é responsabilidade apenas como pessoa, mas é responsabilidade de Estado também com os povos indígenas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada, Joenia.

Eu vou passar a palavra para o Senador Humberto, e, na sequência, o Marcos já responde junto com a pergunta do Humberto, porque nós ainda temos uma outra rodada da área de saúde aqui nesta manhã ainda – já quase tarde, não é?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sra. Presidenta, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ilustres convidados que aqui representam o Ministério dos Povos Indígenas e também a Fundação Nacional do Índio (Funai), eu quero primeiro me desculpar por estar chegando só agora ao final – e vou ter que sair daqui para ir para a Comissão de Direitos Humanos. Eu estava presidindo a Comissão de Assuntos Sociais, onde nós vamos também debater essa temática especificamente no que diz respeito à questão da saúde indígena, porque a saúde é um dos temas da nossa Comissão.

Portanto, não pude acompanhar todo o debate, mas queria principalmente aqui reforçar, primeiro, o nosso compromisso com o encontro de uma solução definitiva para que nós possamos ter o devido respeito, o integral respeito aos direitos dos povos originários: do direito à terra, do direito à saúde, do direito à educação; tudo isso respeitando os valores, os costumes, a cultura dessa população. E eu entendo que, neste Governo, nós estamos tendo uma preocupação absolutamente genuína, que não é apenas uma preocupação em termos das palavras, mas em termos das ações. O que já foi feito até agora, a começar da criação de um Ministério dos Povos Indígenas, representa um avanço importante; e, segundo, as ações que foram feitas diante daquela tragédia identificada em relação aos povos ianomâmis, que têm tido uma continuidade, apesar de ser um problema para uma solução definitiva de médio e longo prazo. Não se pega uma população que passou por aquele processo todo e se consegue um pleno restabelecimento das suas condições de saúde, a promoção de saúde – eu estou me referindo especialmente a isso. E esta Comissão, no seu plano de trabalho, na sua definição inicial, tem por objetivo, entre outras coisas, acompanhar, fiscalizar o trabalho do Governo em relação a isso.

Nós vamos ter oportunidade de ir até a Terra Yanomami, para acompanhar como isso está acontecendo. E temos aí a confiança de que, com a condução e a participação direta dos próprios representantes dos povos originários, nós vamos ter uma solução que não seja, inclusive, só para os ianomâmis, mas para todas as comunidades, todas as etnias Brasil afora. Tenho aí uma esperança.

E a minha pergunta, já que o tema saúde também é objeto desta discussão, é no sentido de que, se esse novo desenho que foi apresentado para o Mais Médicos, que tem a participação de médicos brasileiros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prioritariamente, enfim, pelo menos em princípio, garante a possibilidade de acontecer aquilo que aconteceu anteriormente no Mais Médicos, que tinha a presença dos profissionais cubanos, que é garantir que as aldeias indígenas, as comunidades indígenas possam ter acesso permanente aos profissionais médicos. O que é que, dentro desse novo Mais Médicos, pode nos alentar com a possibilidade de que isso se concretize?

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Muito obrigada.

Vamos passar, então, aqui para o Marcos.

Eu vou fazer o seguinte, para a gente poder ganhar tempo, Marcos, com a sua permissão: eu vou fazer só uma intervenção e encaminho para você e para a Joenia falarem já as suas considerações finais, para a gente seguir para a próxima rodada.

Eu vou deixar uma pergunta para o Senador Rodrigues, para o Senador Presidente da Comissão responder daqui a pouquinho, que é referente ao Marcelo Xavier, que deveria estar hoje aqui, nesta Comissão. Então, eu não sei se é real, mas a informação que eu tenho é de que ele não foi localizado. Até onde eu sei, ele é delegado da Polícia Federal. Então, eu queria saber por que ele não veio, onde é que ele está e por que ele não foi encontrado. Inclusive... (Pausa.)

Sim? (Pausa.)

Ele respondeu? Mas, mesmo licenciado, não poderia participar da Comissão? (Pausa.)

Ah, ele está com licença médica. Tudo bem, então. Muito obrigada.

Eu vou passar aqui ao Marcos para fazer suas intervenções, suas considerações finais, e também à Joenia, já para a gente finalizar esta primeira rodada da audiência pública.

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG (Para expor.) – Com a sua permissão, Senadora, agradeço as contribuições e as indagações da Senadora Damares.

Em relação às atribuições, já complementando um pouco as respostas da Joenia, nossa Presidente da Funai, nós, como ministério e Funai, temos muito bem definido por lei, como a Joenia já trouxe, o estatuto próprio da Funai. O Ministério dos Povos Indígenas também, no Decreto 11.335, já regula quais são as atribuições específicas do Ministério dos Povos Indígenas. Como eu já trouxe lá no início da minha fala: promover e acompanhar a política indigenista; reconhecimento e garantia de promoção dos direitos dos povos indígenas; demarcação de territórios indígenas; promover o bem viver; e, principalmente, a promoção de escuta e diálogo com os povos indígenas, a partir da Convenção 69. Então, as nossas atribuições são mais de planejamento das ações para as populações indígenas. A execução, em específico, fica estritamente restrita à Funai nesse aspecto, como a Joenia bem trouxe sobre esse aspecto. Então, é bem tranquilo. Nesse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aspecto, já temos vários pareceres jurídicos, tanto da AGU quanto da nossa Conjur interna do Ministério dos Povos Indígenas, da Procuradoria Especializada da Funai. Quanto a isso, tranquilo.

Em relação a ter indígenas em outros ministérios, a como a gente vai coordenar a política indigenista, nós somos daquela visão de que tem que ter povos indígenas em todos os ministérios. A criação do Ministério dos Povos Indígenas não centraliza automaticamente todas as demandas, as ações, as execuções, as políticas públicas no Ministério dos Povos Indígenas. Como eu falei lá no início da minha fala, as atribuições são compartilhadas. A gente entende que tem que ter indígena no Ministério da Educação, no Ministério da Defesa, no Ministério da Saúde, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Ministério de Desenvolvimento Social. Só assim a gente vai ter a execução da política pública voltada para os povos indígenas de maneira qualificada e adequada de fato. Não adianta achar que só o Ministério dos Povos Indígenas vai resolver. "Ah, tem um problema lá no Ministério da Educação, vamos falar com o Ministério dos Povos Indígenas, e lá eles resolvem". Não, tem que ter indígena no Ministério da Educação também. Só assim, de fato, a gente vai conseguir avançar. E vai ter, de fato, indígenas planejando, pensando políticas públicas para os indígenas, de acordo com a necessidade daqueles povos.

Historicamente no Brasil a gente tem... E aí, com a criação inédita do Ministério dos Povos Indígenas pelo Presidente Lula, que teve essa sensibilidade, de fato agora nós temos indígenas qualificados e preparados para pensar as políticas públicas para nós, povos indígenas. É histórico – e vemos isso – que todas políticas públicas pensadas para os povos indígenas foram pensadas e planejadas por não indígena para povos indígenas. Então, a gente pela primeira vez na história está inaugurando esse processo, que é histórico, no Estado brasileiro de reconhecimento, de fato, de que nós povos indígenas somos detentores e qualificados para pensarmos políticas públicas para os nossos territórios e comunidades indígenas. Havia uma dissonância nesse sentido: muitas vezes nós tínhamos políticas públicas pensadas lá em cima sem participação indígena e executadas lá na ponta, daí não tinham a eficiência que a gente pensa em promover.

Em relação à responsabilidade de cada indígena também... Eu venho desse processo de militância e de luta por direitos, de empoderamento nosso e de ocupação de espaço. É um processo, como eu já falei, importantíssimo. É importante pensar que o Ministério dos Povos Indígenas veio para ficar. A gente jamais vai poder pensar um Brasil sem os povos indígenas participando dessa construção social. É inadmissível a gente pensar que, em 523 de história do Brasil, a gente sequer tenha tido uma instituição que, de fato, respeitasse e promovesse os direitos dos povos indígenas da forma... Hierarquicamente falando, nesse sentido a gente sempre teve a Funai nesse aspecto, mas em grandes períodos a própria Funai foi conduzida por não indígenas, e, neste momento, nós temos tanto Joenia Wapichana na Funai conduzindo a execução da política indigenista no Brasil como temos a Ministra Sonia também no ministério. E são duas mulheres também a se reconhecer nesse processo. A gente tem que fazer um recorte de gênero nesse aspecto antes de tudo também; de não achar que só homens são qualificados para os espaços.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então nesse aspecto, é crucial que a gente possa pensar nessas ações. E a gente tem muita consciência, de fato, Senador – e aí é bom lembrar –, de quais são as nossas atribuições e responsabilidades. Como eu falei, a gente está preparado e qualificado para ocupar todos os espaços, os diferentes espaços. E estar no Parlamento também é uma luta nossa, por ter representação, e esta Casa já diz a desigualdade que há no país. Isso é triste na medida em que a gente não consegue avançar de maneira mais incisiva, mas é um processo em que a Joenia já tem se colocado, assim como a Ministro Sonia, e outros vão vir ocupar esses espaços nesse processo de renovação também.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS VESOLOSQUZKI-KAINGANG – E outro aspecto, Senador, se me permite, em relação ao cumprimento da ADPF 709, Senadora, a gente identificou que, de fato, pode ter havido uma tentativa de cumprimento, mas ela não foi cumprida. Tanto o é que nós do Ministério dos Povos Indígenas estamos tendo que organizar todo o trabalho de execução dessa ADPF 709. Estamos respondendo aos prazos judiciais de uma maneira alucinante de fato para conseguir dar as respostas que não foram dadas anteriormente.

E aí eu reitero o que eu falei, novamente: é um compromisso e um dever do Estado; não é uma convenção minha, sua ou de qualquer um não aderir ou cumprir uma determinação judicial. Foi transitada em julgado. O Ministro Barroso novamente, dias atrás, teve que soltar um novo despacho reiterando: "Cumpra a decisão da ADPF 709". Eu respondi até à Senadora Eliziane anteriormente que um dos fatores que agravou a situação ianomâmi na região foi o não cumprimento da ADPF 709. Isso são dados que nos trazem todos os estudos que chegam até nós do Ministério dos Povos Indígenas, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, do Ministério da Saúde, em específico da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Então, é um pouco do cenário que a gente traz da nossa preocupação, porque, de fato, ela deveria ter sido cumprida, e não foi, dentro da sua integralidade. E aí a gente precisa de várias decisões judiciais mandando o Estado brasileiro cumprir.

Então, nesse momento, eu acho que o nosso papel aqui é fazer nosso dever enquanto servidores e servidoras: fazer o cumprimento sem fazer avaliação alguma de situação nesse sentido, porque é um dever a partir da situação que se encontra lá. Mesmo que não se encontrasse em situação de calamidade, território indígena deve ser protegido e preservado, como o Senador bem trouxe na sua fala, para a proteção e preservação dos modos de vida desses povos que lá estão na região, que não têm opção a não ser ter que lidar com a criminalidade no dia a dia. Em algumas situações dos relatos, como a Joenia trouxe aqui, o pessoal ali – trabalhador, trabalhadora ou garimpeiro; para mim, não faz muita diferença – aliciando, colocando condições para indígenas que não têm o que comer, que têm que se submeter a condições sexuais lá devido à vulnerabilidade em que se encontra o território pela ausência do Estado brasileiro. Então, acho que o nosso papel, nesse sentido, é o cumprimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, só complementando, Senador, esse aspecto, é importantíssimo a gente ter mais ações de fato e menos fala. O que a gente tem visto historicamente no Estado brasileiro é mais discurso do que ações. E aí a gente precisa também ter ações contundentes para dar resultado, e o que a gente tem visto é que os ianomâmis não conseguiram ter essas respostas de fato. Ficou mais no discurso político.

E aí quero destacar também que a gente poderia ter tido essas ações de maneira mais contundente também nos últimos quatro anos. Nos últimos anos, a gente não conseguiu visualizar isso, mas é uma preocupação que a gente tem agora, a partir de uma própria determinação do Presidente Lula, da Ministra Sonia e do nosso ministério também.

Isso é um pouco do desafio que a gente tem como um todo, assim, enquanto indígenas nesses espaços também, mas a gente está muito ciente, capacitado, qualificado e preparado para executar a política pública. Não à toa os povos indígenas vêm ocupando esses espaços. A gente veio para ficar de fato, e a gente vai mostrar que é capaz. Eu acho que um exemplo disso é a conquista do nosso Ministério dos Povos Indígenas, que veio aí mostrando que é uma necessidade importante, Senadora.

Então, a gente quer agradecer a todos os povos indígenas. Nós também acabamos sendo um exemplo para eles de que é possível estudar, ter acesso à universidade, mesmo com as nossas limitações e condições; de que é possível a gente gerir e tocar o Ministério dos Povos Indígenas. Acho que é o nosso recado aqui, Senador, também, que o Ministério dos Povos Indígenas é qualificado dentro das nossas atribuições, mas, como eu falei, a gente precisa expandir e ampliar ainda mais a participação dos povos indígenas em todos os ministérios.

É isso. Quero já me despedir e agradecer. Deixo aqui o nosso agradecimento por todas as indagações também ao Senador, à Senadora e aos demais que participaram aqui. Quero agradecer aos povos indígenas. E estamos sempre à disposição, Senador Chico, para responder e comparecer a esta Casa – a Ministra também em outras oportunidades.

Eu acho que, bem na linha que o Senador colocou, estamos aqui para pensar situações conjuntas, não só reclamar da situação, mas ser propositivo. Eu acho também que a gente tem um bom cenário pela frente, sim, Senador, e a gente não pode só vir reclamar também. Eu acho que a gente traz as situações gravíssimas que não podem mais ser admitidas no Estado brasileiro, com toda a diversidade que tem. O mundo lá fora respeita, e a gente não consegue ter essa mesma visão aqui internamente no país.

Então, é isso. Desculpe por me alongar.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já tinha elogiado a participação dos dois, tanto da Presidente da Funai, Joenia Wapichana, quanto do Marcos Kaingang, pela forma didática, inclusive com precisão – eu chamaria até de precisão cirúrgica – nas apresentações e nas respostas, o que vai enriquecer o relatório do nosso Senador Dr. Hiran Gonçalves.

Eu apenas queria fazer só uma rápida abordagem, antes de passar para... Ele já se despediu, mas a Deputada – continuo chamando-a sempre Deputada Joenia Wapichana porque ela na verdade representa bem, representa os povos indígenas de todo o Brasil, enfim...

Hoje, duas normas são fundamentais para a questão dos povos indígenas e também para o futuro da cidadania brasileira: a Constituição Federal, que busca preservar a integridade das culturas e do modo de vida dos diversos povos indígenas; e o Estatuto do Índio, que procura a mesma preservação da integridade, mas que concebe simultaneamente a integração dos povos indígenas, o que chamamos de comunhão nacional.

Pois bem, é uma pergunta de um sentido mais amplo para as autoridades presentes, sobre o que pensam especificamente essas duas autoridades, na presidência e também na mediação de conciliação de conflitos. Os dois poderiam realmente dizer como eles interpretariam. Os povos indígenas, a sociedade indígena, estão já definidos pelo Estatuto do Índio. Como eles definem? E em que termos deve haver a integração? Em que termos deve haver essa integração? Há interesse dos povos indígenas em participar da sociedade brasileira de uma forma mais abrangente ou esperam realmente que o Brasil os isole e, por meio disso, proteja a sua condição originária, que é o seu bem mais valioso? É claro que não é uma pergunta... Ela é num sentido *lato sensu*, é muito extensa e muito abrangente, mas nós sabemos da necessidade dessa integração. Partindo de uma abordagem dos dois, que são indígenas, isso aí nos fortalece muito e esclarece a opinião pública brasileira, para que esse sentimento – que espero abordarem – seja na verdade de conhecimento de toda a população brasileira.

A TV Senado, Deputada Joenia, tem uma abrangência nacional, e esses eventos como o de hoje são muito assistidos pela população, tanto que sempre nos mandam muitas perguntas pelo e-Cidadania – e nós as passaremos, após essas audiências, para que vocês possam responder às dezenas, centenas de brasileiros que se preocupam com essa causa.

Então fica aqui essa pergunta. Rapidamente, cada um tem... Acho que um minuto.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Pode ser.

Então, a Deputada Joenia vai responder, e ela pede até cinco minutos. Concedidos cinco minutos.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (Para expor.) – Obrigada, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ficaria aqui o dia todinho falando sobre essa questão, que é uma questão em que nós indígenas muitas vezes consideramos um retrocesso pensar em uma forma de tutela para os povos indígenas.

A nossa Constituição rompeu com essa questão do estereótipo que muitas vezes se tem, a começar pelo termo índio. Nós temos avançado em reconhecer a coletividade, os direitos coletivos, e principalmente reconhecendo que não é um povo, são vários povos, não é? É por isso que nós chamamos: povos indígenas. A própria ONU já reconheceu essa terminologia mais apropriada. E hoje o Estatuto do Índio, de 1973, traz questões já superadas pela nossa Constituição, que reconhece os povos indígenas, sua organização social, usos e costumes, crenças e tradições. Isso quer dizer que não rompe com esse pensamento assimilacionista, integracionista. Isso não quer dizer que eu estando aqui ou o Marcos, que assume um cargo... Eu sou formada em Direito, sou advogada, inclusive sou a primeira mulher advogada indígena do Brasil. E isso não tirou a minha identidade. Então, a gente tem educado as pessoas que não conhecem a realidade indígena, se rompe com esse pensamento assimilacionista e tutelar de muitos que pensam que indígena ainda está em estágios...

É lógico que nós temos diferentes situações hoje dos povos indígenas. Isolados, que estão sem contato, existem muitos, são quase 50 grupos, se não me engano – não é, Janete? –, aqui, no Brasil. Então, nessa proteção, tem direitos específicos. Temos indígena de recente contato, temos indígenas que estão mais em contato. Isso significa que eles têm o conhecimento do português, sim. E acesso aos direitos básicos a cada um brasileiro para a forma que nós indígenas... Isso não significa que a gente não tenha direito à saúde, à educação, a trabalho, a ter uma profissão, não! Isso é direito de todo cidadão brasileiro, inclusive dos povos indígenas. É lógico que nós temos políticas específicas quando se está lidando com acesso a direitos – o seu território, a sua forma de pensar, a sua forma de se organizar, os seus costumes... Hoje, 305 povos, 264 línguas diferentes, povos que eram nações aqui neste Estado.

Uma questão que a gente vê muito quando querem, digamos assim, menosprezar a cultura indígena, o povo indígena é nos colocarem numa situação de inferioridade. A gente precisa romper com esse pensamento racista, muitas vezes, que nos leva a menorizar a falta de acesso aos direitos políticos e, inclusive, civis básicos. Então, eu trago esta questão: não é querer ou não integrar, é questão de acesso aos direitos, principalmente.

Os indígenas têm o direito de escolher como querem viver, inclusive os ianomâmis. Se querem viver no seu território, então, pensando como obrigação do Estado... Os indígenas isolados estão ali isolados por quererem viver... Então, a gente, como Estado, precisa levar proteção de direitos, precisa levar as questões de educação e de saúde específicas.

Hoje, nós temos bastante indígenas já formados, que passaram pela universidade e que têm colocado sua capacidade... O fato de nós sermos indígenas não limita a nossa capacidade, mas todos em diferentes contextos. Então, é importante conhecer que a realidade hoje dos povos indígenas está em diferentes contextos. Inclusive, há indígenas que vivem nas cidades, em centros urbanos, que não estão em territórios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas, mas que também merecem uma política específica, porque ali tem uma diversa situação. Indígenas que estão morando em estradas...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOENIA WAPICHANA – Indígenas que estão reivindicando os seus territórios. Então, tem todo uma forma de diferentes situações dos nossos povos indígenas.

E, quando perguntam se há interesse de participar da sociedade nacional, se não tivesse interesse, a gente não estava aqui defendendo os nossos direitos; se não tivesse, a gente não tinha o Ministério dos Povos Indígenas; se não tivesse interesse, a gente não estaria nas universidades requerendo vagas, cotas, ações afirmativas, justamente para contribuir a partir da nossa cosmovisão, dos nossos direitos específicos e diferenciados, inclusive para dizer o que quer ver acontecer dentro dos próprios territórios indígenas, como os ianomâmis estão fazendo. Sem falar português, eles, na sua própria língua ianomâmi, estão dizendo que querem respeito, que querem sua floresta em pé e livre de garimpeiros e de invasões.

Eu creio que, sim, isso é exercer a cidadania brasileira, isso é cobrar do Estado brasileiro o seu respeito como cidadão, como qualquer brasileiro tem respeito. Eu acho importante deixar isso bastante claro, porque é uma forma também de divulgar o que pensam os povos indígenas, o que pensam as mulheres, o que pensam as crianças. É importante que a gente se veja como coletividade, avançando. Cada um tem a sua identidade e, mesmo a gente exercendo um cargo público, tanto eu, o Marcos, a Sônia e outros indígenas que estão aí, a gente pode até mudar de lugar, fazer um mestrado fora do Brasil ou mudar de estado, mas isso não vai tirar a nossa identidade, a nossa origem indígena.

É isso.

Muito obrigada pela pergunta.

Eu creio que o Senado tem tudo para também avançar nessa perspectiva, para romper com esse olhar de discriminação e, muitas vezes, intolerância, que não contribui em nada, só aumenta o ódio contra os povos indígenas e, muitas vezes, a prática de discriminar e aumentar a disputa pelos direitos tanto à terra como aos recursos naturais. Vai chegar o Abril Indígena aí...

Senador, quero já cumprimentar – o Senador fez parte lá da comissão de diligência, esteve no meu Estado, Roraima – por essa iniciativa o Senado e por poder também chamar a atenção para essas discussões sobre direitos indígenas.

O Estatuto dos Povos Indígenas merece uma atualização, mas a gente tem o nosso principal artigo da Constituição, que nos garante esse olhar específico e diferenciado, inclusive em direitos e políticas públicas.

É isso.

Muito obrigada pelo convite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas, que mudou agora o termo, está à disposição.

Só respondendo à nossa Senadora Damares, nós estamos mudando, sim, a gestão. Se as questões não foram feitas no Governo anterior, na gestão passada... O que a gente sempre alertou, Senador, é que a gente tem uma legislação que já obriga o Estado brasileiro a fazer a proteção territorial. Nós temos decisões judiciais, e não é só uma, não. Nós temos uma vasta, uma lista enorme de decisões judiciais para cumprir uma obrigação o Estado brasileiro. Se estava faltando vontade política, nós estamos numa nova era, em que os gestores estão com toda vontade política de fazer cumprir tanto a legislação como as decisões judiciais. E agora cabe a nós – Executivo, Legislativo e Judiciário – ter ferramentas para implementar tanto a legislação como as decisões judiciais.

Era isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Para encerrar esse bloco, eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Defensor Stélio Dener, que é do nosso Estado, Roraima, um Parlamentar extremamente ativo e atuante.

V. Exa. dispõe de cinco minutos.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (REPUBLICANOS - RR) – Obrigado, Presidente, Senador Chico Rodrigues. Minha palavra, Senador, é apenas para parabenizar o Senado Federal, para parabenizar os três Senadores de Roraima – V. Exa., que está presidindo esta Comissão, o Senador Messias de Jesus, o Senador Dr. Hiran Gonçalves – por estarem conduzindo, juntamente com outros Senadores, esta Comissão tão importante para o Brasil, para Roraima e para o povo ianomâmi.

Gostaria apenas de dizer da minha contribuição, que quero dar, tanto ao Ministério dos Povos Indígenas, aqui representado pelo Marcos Kaingang e também pela minha amiga e contemporânea de faculdade – formamos juntos na faculdade, na Universidade Federal de Roraima, eu e Joenia... Amiga, quero dizer para você que me coloco à disposição tanto do ministério como da Funai para que a gente possa também, juntos, trabalhar em defesa das terras indígenas, em defesa dos direitos indígenas, em defesa também do que vocês têm de concreto para mostrar enquanto Governo.

Quero cumprimentar os Senadores e também agradecer aos que passaram por aqui e deram sua contribuição a todos nós, ao Brasil e ao povo ianomâmi: Senadora Eliziane Gama, Senadora Damares, Senador Humberto Costa e o Senador que estava aqui, nosso Astronauta Marcos Pontes. Quero agradecer a eles e dizer que eu tenho uma grande responsabilidade com o Ministério dos Povos Indígenas, com a minha própria amiga Joenia Wapichana, com o meu povo de Roraima.

Eu não tenho identidade indígena, mas carrego também, no sangue, o sangue indígena. Minha família chegou ao meu estado há mais de 150 anos, tanto a família paterna como a família materna, e lá nós nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

misturamos também com os macuxi e com os wapichana. Então, minha responsabilidade é muito grande em relação a este mandato que estou carregando hoje.

Infelizmente a Joenia não se elegeu juntamente comigo, mas, Joenia, eu digo sempre aos colegas e digo a você hoje que talvez Deus reservou a você esse posto hoje de ser Presidente de uma fundação tão importante no Brasil para os nossos povos indígenas. Você é nossa grande representante hoje, juntamente com a nossa Ministra, para carregar a responsabilidade, juntamente com todos nós, de fazer com que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados no Brasil. Eu trago apenas a minha contribuição como Parlamentar, Deputado Federal, para que a gente possa somar com o trabalho de vocês. Eu me coloco à disposição.

E tem muitas coisas, Marcos, que a gente pode melhorar em todos os outros ministérios, porque hoje os ministérios, tanto o da Saúde, como o da Educação, o da Integração e do Desenvolvimento Social, todos eles, fazem políticas públicas para os povos indígenas, mas não fazem políticas públicas justamente com um olhar diferenciado de dentro para fora, somente de fora para dentro.

Veja só, nós temos dificuldades como Parlamentares Federais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – ... Senadores e Deputados Federais, de colocar recursos para as comunidades indígenas em todo o Brasil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – Quando há uma pequena ação em relação à construção de uma escola, nos limita, no Ministério da Educação, por exemplo, ou no do Desenvolvimento Social, o fato de que a escola só pode ser construída com 12 salas. Não, tem comunidades em que apenas duas salas dão, tem comunidades em que apenas uma sala dá, quatro salas dão. E a mesma coisa acontece em relação ao Ministério da Saúde. Ninguém precisa de um grande hospital, de uma UBS ou de um posto médico grande para uma comunidade que só tem 150 habitantes. Nós precisamos de um posto médico, mas menor...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR) – ... do que a ação que está contemplada no Ministério da Saúde. Então, eu trago isso.

Eu me coloco à disposição. Já estive no Ministério dos Povos Indígenas, dos povos tradicionais, e me coloco à disposição de todos vocês.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Eu quero agradecer a manifestação do Deputado Federal Stélio Dener, pela sua presença e sua permanência aqui nesta Comissão. Isso enriquece, inclusive, a presença tanto em nível de Comissão quanto em nível estadual e nacional.

V. Exa. falou com relação ao recurso, às emendas. Deputada Joenia, eu me orgulho de ser um dos Parlamentares, entre tantos, que tem colocado recursos para atender as comunidades indígenas. São quase 4 milhões de emendas e recursos aplicados para as comunidades indígenas, com tratores, arados, grades, carretas, insumos, uma série de equipamentos. Inclusive, estou fazendo, a partir dessa semana já... No início do ano, já fizemos a entrega de caminhões para atender comunidades indígenas – cinco comunidades indígenas.

E agora temos mais 20 comunidades indígenas a serem atendidas com recursos dessas emendas, no valor de R\$2,844 milhões mais R\$955 mil, totalizando quase R\$4 milhões em emendas efetivamente realizadas, que estão sendo entregues – não são apenas emendas que passam e que não são aprovadas, que não são, enfim, atendidas – para atender várias comunidades. Nós sabemos principalmente das comunidades da área Raposa Serra do Sol, da comunidade dos uaiuais, que estão recebendo esses investimentos, e isso é positivo, é minha obrigação, é meu dever.

Inclusive conclamo os colegas Senadores da Comissão para que coloquem um pouco de recurso também para atender as comunidades dos seus estados, porque nós não podemos só fazer a crítica, que não produz, mas nós temos que dar um estímulo também através das nossas emendas.

Então, minha gente, eu tenho alegria... Eu estou com 45 microtratores para entregar às hortas comunitárias indígenas, que já estão adquiridos, já estão no pátio do Governo do Estado lá na nossa capital. São 45 microtratores que começam, já a partir da próxima semana, a serem entregues também. Tratores de grande porte (60, 80 e 90CV) também já estão sendo entregues.

Eu acho que essa integração, essa interação, esse compromisso que nós assumimos é fundamental para atender, claro, na medida das nossas limitações, parte das comunidades indígenas. Então, você falou em investimentos, e me veio aqui à memória, e foi até bom porque refrescou aqui a minha memória, e eu estava aqui com a minha planilha de emendas e realmente não poderia deixar, Marcos e Deputada Joenia, de me referir a elas.

Então eu quero agradecer a presença da Dra. Joenia Wapichana, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Dr. Marcos Kaingang, advogado – fiquei sabendo por ele que era advogado também –, Diretor do Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agradecer pela apresentação feita, e volto a dizer, já pela terceira vez, a repetir que realmente de uma forma didática, de uma forma precisa, com conhecimento de causa, o que vai, claro, enriquecer o relatório desta Comissão. Então, a visita que faremos à área, para aqueles Senadores que não conhecem, é importante – a Comissão é Comissão Externa – a forma presencial, que nós nos desloquemos à área para ver.

Obviamente precisamos... Inclusive já foi encaminhada a documentação para a Presidente da Funai para ela se certificar e o convite também. É importante a sua participação, a sua presença. Afinal de contas o ponto focal de toda esta Comissão é exatamente a Funai, são as comunidades indígenas ianomâmis especialmente, mas através da Funai, que tem essa responsabilidade com o manto de abrigar e proteger as comunidades indígenas ianomâmis. Então nós aguardamos esse retorno à Secretaria da Comissão, para que nós possamos receber essa orientação, e com a nossa presença nós melhorarmos mais ainda e qualificarmos, qualificarmos esta Comissão, que é tão importante neste momento em que nós vivemos.

Portanto, eu vou desfazer a mesa. Eu sei que a D. Joenia Wapichana tem muitos compromissos lá na Funai, e o Marcos também, o Marcos Kaingang.

Para o segundo bloco vou convidar o Márcio Chaves de Castro, Coordenador-Geral do Contencioso Estratégico e Extrajudicial da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde; o Ricardo Weibe Nascimento Costa, Secretário Especial de Saúde Indígena; e o Paulo Cesar Basta, Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz.

Eu vou dar cinco minutos para nós reiniciarmos o nosso trabalho.

(Suspensa às 11 horas e 41 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Retornando a reunião, a 7ª Reunião da Comissão Externa do Senado para tratar da questão dos indígenas ianomâmis, convido Ricardo Weibe Nascimento Costa, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde; Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; Paulo Cesar Basta, Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Nós iniciaremos a nossa sessão, e eu vou conceder o tempo de 15 minutos para cada apresentador. Se tiver que reduzir, não tem problema; se tiver que ampliar, nós também faremos a ampliação desse tempo.

Então, vou passar a palavra ao Ricardo Weibe Nascimento Costa, Secretário Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. V. Sa. dispõe de 15 minutos.

O SR. RICARDO WEIBE NASCIMENTO COSTA (Para expor.) – Bom, muito bom dia a todos e todas presentes nesta importante audiência pública. Primeiro, quero dizer do contentamento aqui da nossa Secretaria Especial de Saúde Indígena, que é na realidade a única secretaria do Ministério da Saúde que planeja, coordena e, ao mesmo tempo, também implementa, executa uma política de Estado nos territórios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas. E nós avaliamos que é, na realidade, a principal política de Estado que acontece nos territórios indígenas de todo o país.

Então, queria agradecer ao Senado da República por estar propiciando esse debate, um debate público sobre um tema importante, na pessoa do Presidente desta Comissão, Senador Chico Rodrigues, e, na sua pessoa, também estender aqui as nossas saudações aos demais Senadores e Senadoras que passaram por esta audiência pública, aos servidores da Sesai que estão nos acompanhando, Ministério da Saúde, técnicos aqui da Casa, também as lideranças indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul que passaram por esta audiência, representante do Ministério da Saúde, dos povos indígenas e a Presidente da Funai, que acabaram também de fazer as suas exposições.

Queria iniciar informando que nós tomamos conta dessa política de Estado. E eu realmente fiquei bem espantado quando estive num território indígena do povo ianomâmi no Estado de Roraima. Nós temos uma apresentação para fazer, mas, antes disso, eu queria reforçar um dado que eu considero importante neste momento. Primeiro, nós temos uma informação da Hutukara Associação Yanomami, associação que é do povo ianomâmi, que informa que o garimpo ilegal teria crescido 54% em 2022, devastando milhares de hectares, conforme o levantamento feito por imagem de satélite. Os ianomâmis, através dessa associação, têm feito esse monitoramento territorial, inclusive com ajuda de imagens de satélite.

Esse dado aponta para um crescimento acumulado da ordem de 309% do desmatamento associado ao garimpo ilegal entre outubro de 2018 e dezembro de 2022.

Estou iniciando a nossa apresentação com esse dado, porque nós consideramos que a maior parte dos óbitos que foram notificados no território ianomâmi tem uma relação direta com a presença dos mais de 20 mil garimpeiros naquele território que contribuíram com a contaminação das águas, afastando animais, contaminando peixes e levando a um cenário de caos, de insegurança alimentar, uma crise que é humanitária, uma crise também que é sanitária naquele território. E a maior concentração dessa devastação ambiental, das contaminações dos rios é ligada diretamente aos rios Uraricoera, ao norte da terra indígena, Mucajaí, na região central, e Couto Magalhães. Essa atuação dos garimpeiros no território fomentou a disseminação de doenças, conflitos, contaminação da água, espalhando novas cepas de malária em todo o território ianomâmi.

Então, essa informação é importante porque, embora tenha sido colocado, inclusive nesta audiência, na mesa anterior, que, de fato, há um cenário crítico de assistência naquele território que já se estende há bastante tempo, mas, nos últimos quatro anos, nós tivemos, de fato, uma incidência muito grande da presença do número de garimpeiros, de devastação ambiental, de contaminação das águas dos rios sem nenhum tipo de ação, de proteção, de vigilância territorial. Digo mais, a atuação garimpeira naquela região também está associada ao crime organizado, a grupos armados no território que estavam dificultando a atuação inclusive das nossas equipes de saúde no território. Nós tivemos unidade de saúde queimada, nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos algumas unidades de saúde que foram desativadas pela ameaça, pela coação dos nossos servidores que não se sentiram com condições de atuar naquele território.

Senador Chico Rodrigues, que preside esta audiência, eu tive a oportunidade de estar no território ianomâmi. Eu fiz um sobrevoo num helicóptero das Forças Armadas e desci em duas comunidades, ajudando a equipe da Funai a fazer a distribuição de cestas de alimentos em comunidades que estavam tomadas pelo garimpo ilegal e pelo crime organizado, porque eram pessoas armadas. Eu não posso tratar aqui, como foi colocado, simplesmente de um trabalhador do garimpo. Quando as pessoas estão armadas, coagindo, ameaçando, é uma situação realmente bem delicada, e nós só conseguimos chegar lá porque nós descemos com um helicóptero da Aeronáutica brasileira. Nós fizemos a entrega de cestas de alimentos em comunidades que estavam reféns desse cenário, que é de crise, de desassistência e, ao mesmo tempo, de temor, de risco, de ameaça. Eu estou falando aqui porque estive no local e participei dessas operações, que também são humanitárias.

Nós trouxemos uma breve apresentação. A Secretaria Especial de Saúde Indígena é responsável por atuar na atenção primária nos territórios e também realizar as tratativas com as unidades hospitalares, com o sistema de saúde na média e na alta complexidade, na atenção especializada. Nós estamos avançando, evidentemente a partir de um diagnóstico feito com o nosso planejamento, na implementação de ações que tem como foco, tem como objetivo principal tirar o povo ianomâmi dessa crise humanitária, dessa crise sanitária.

E eu queria reforçar aqui, na minha leitura, como uma pessoa que esteve lá, que, de fato, era um projeto de genocídio que estava em curso. Queria reforçar isso na condição também de gestor público responsável por uma das áreas mais importantes da política indigenista brasileira.

Vou pedir o apoio então da nossa equipe para ir passando.

Primeiro, eu queria falar que nós temos uma linha do tempo, não sei se na minha apresentação é a mesma que está aí na frente. Aqui nós temos uma linha do tempo. Eu vou falar dos precedentes, inicialmente.

Pode voltar à tela anterior.

Esse precedente é muito daquilo que a Joenia já tratou e também o Marcos. Nós temos aqui uma ação movida pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que é a ADPF 709, que apontou um cenário de desassistência numa série de territórios indígenas, incluindo o povo ianomâmi, que, numa das decisões do Ministro Barroso, determinou a realização de medidas sanitárias e também a desintrusão daquele território; eu queria reforçar isso.

Os Ministérios Públicos Federais do Estado do Amazonas e de Roraima também estabeleceram algumas medidas e recomendações para que o Governo Federal pudesse adotar ações efetivas para mitigar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o cenário de caos e desassistência no território ianomâmi, inclusive recomendando a intervenção do Ministério da Saúde no Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami.

Pode ir passando.

Há também uma recomendação do Conselho Nacional de Saúde, e isso nós consideramos como alerta. Eu estou falando aqui de Ministério Público Federal, estou falando aqui do ministro do Supremo Tribunal Federal, do Conselho Nacional de Saúde, mas uma série de instituições chegaram a soltar notas apontando para agravos e também alertas para que o Governo brasileiro pudesse adotar de medidas.

Nós temos uma linha do tempo a partir do cenário que nós estivemos acessando no âmbito do Ministério da Saúde, da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Nós tivemos um rumor, e esse rumor foi a partir de notícias veiculadas em jornais, em televisões, de fotos de indígenas no estágio de desnutrição aguda, grave, que foram imagens circuladas no mundo todo. A partir dessa detecção, fizemos uma avaliação de dados. Nós reunimos a nossa equipe técnica no dia 12 de janeiro para avaliar esse cenário e nós decidimos enviar uma missão exploratória ao território para apurar essas informações e realizar um diagnóstico.

No dia 20 de janeiro, a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, declarou a emergência sanitária pública de interesse nacional, uma portaria do Ministério da Saúde. No dia 25 de janeiro, nós tivemos o retorno dessa missão exploratória; no dia 27 de janeiro, nós mobilizamos já a implantação do Centro de Operações Emergenciais, um COE nacional que é composto por 53 integrantes, e no dia 30 de janeiro, nós instituímos o COE, que é local e composto por 32 integrantes.

É importante colocar que o COE é composto por instituições, por agentes públicos, mas também houve algumas entidades que têm atuação no território e lideranças indígenas. Nesse aspecto, eu queria inclusive reforçar que, nesse período também nós tivemos a edição do Decreto 11.384, que é de 20 de janeiro de 2023, que instituiu o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami, entendendo que, para sair daquela crise sanitária, a Sesai e o Ministério da Saúde sozinhos não conseguiriam, realmente, tirar o povo ianomâmi dessa situação, porque envolve segurança pública, envolve ações de assistência social, envolve inclusive tecnologia, infraestrutura, logística e o território não permitiria que a Sesai sozinha, junto com o Ministério da Saúde, conseguissem tirar o povo ianomâmi daquela situação.

Pode passar.

Bom, aqui nós temos o mapa que a Joenia já repassou. Aqui é a dispersão das nossas unidades de saúde. Nós temos polo base e unidade básica de saúde indígena de espécie em todo o território ianomâmi, no Estado do Amazonas e no Estado de Roraima.

Pode ir passando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos os dados demográficos, eles são importantes para a gente entender a complexidade dessa operação naquela região. É uma região, como foi reiterado pela nossa Presidente da Funai, de quase 10 milhões de hectares, é a maior terra indígena do Brasil, e nós temos uma presença de mais de 31 mil indígenas ianomâmis. E, em nossa atuação na condição de Sesai e de Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena, nós temos 37 polos base, que são uma espécie de equipamento que realiza a ação finalística de assistência à saúde indígena, mas também faz a gestão do serviço regional. E nós temos 376 comunidades que são dispersas nesses territórios, são 34 estruturas físicas de polo base e 31 unidades básicas de saúde indígena.

O diagnóstico inicial que foi feito nessa exploração, nessa missão exploratória. Nós identificamos, de fato, que o território é de difícil acesso, e o modal aéreo é o principal acesso ao território, 98% de acesso é pelo modal aéreo. Nós temos um déficit de recursos humanos na Casai, que é uma casa de apoio à saúde indígena. E, também no território, identificamos sete polos bases fechados devido à insegurança gerada pela presença dos garimpeiros do garimpo ilegal; estrutura precária nos polos base de saúde indígena, na Casai, inclusive identificando uma falta de estrutura mínima de acesso à energia, à internet, à água potável e ao saneamento; e falta de insumos nas unidades básicas de saúde indígena (UBSI).

Pode ir passando.

Nesse diagnóstico, nós também identificamos o perfil da mortalidade na região. Entre 2018 e 2022, nós identificamos 505 mortes – a maioria, de crianças menores de um ano. Em 2022, nós notificamos 209 óbitos de janeiro a setembro, sendo 99 mortes de menores de cinco anos por causas evitáveis, e 67 de menores de um ano. Então, os casos, a motivação, a causa dessas mortes em sua grande maioria está relacionada diretamente a desnutrição, malária, problemas renais, doenças diarréicas agudas. Portanto são doenças consideradas evitáveis se nós tivéssemos um sistema de saúde funcionando na sua integralidade e evidentemente não tivéssemos a presença dos garimpeiros e a contaminação das águas dos rios por mercúrio.

Esse diagnóstico aponta para uma morbidade, em 2021, de 56,5% das crianças com baixo ou muito baixo peso; 46,9% das gestantes com baixo peso; 20.393 casos de malária, e a maioria em crianças de zero a nove anos, que foram mais afetadas; uma baixa capacidade de execução das atividades de atenção primária; quanto à cobertura vacinal, nós estivemos identificando o cenário de uma cobertura de apenas 53%, em 2022; uma superlotação de pacientes na Casai; fragilidade da rede hospitalar de Boa Vista e Roraima.

E aí eu queria trazer um destaque nesse cenário. Boa Vista, no Estado de Roraima, tem um sistema de saúde realmente bem limitado, não é? Nós temos um hospital de média e de alta complexidade do estado, e um hospital pediátrico...

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO WEIBE NASCIMENTO COSTA – ... que também, inclusive, tem um setor específico para atuar junto às comunidades indígenas.

Senador Presidente Chico Rodrigues, eu vou pedir a complacência de V. Exa. para, de fato, me conceder um pouco mais de tempo, porque aqui a saúde indígena talvez seja...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Mais cinco minutos.

O SR. RICARDO WEIBE NASCIMENTO COSTA – ... a área mais atuante na região.

Bom, vamos passando rapidamente, então.

Na Casai, nós temos um cenário que estava funcionando até como uma espécie de campo de concentração. A Casai não foi pensada para atuar como um hospital e, por conta desse colapso no sistema de saúde, nós, infelizmente, tivemos um cenário de superlotação naquela região, mas nós temos uma atuação já complementar, resultado dessa nossa força-tarefa, com a presença de 14 voluntários da Força Nacional do SUS, 18 profissionais dos Médicos sem Fronteiras, 18 trabalhadores da Unicef, 12 gestores de saúde coletiva indígena, que foram formados pela Universidade Federal de Roraima, que nós contratamos; uma antropóloga especialista em segurança alimentar.

Vamos passando.

Temos mais algumas ações na Casai que a gente conseguiu implantar: o Hospital de Campanha pela FAB; uma solicitação na Sesai para a permanência do hospital até maio; a inclusão de uma sala de estabilização; busca ativa diária nos alojamentos para identificação de problemas de saúde; reabertura do segundo posto de enfermagem. Nós temos uma parceria com a prefeitura municipal, temos algumas ações de infraestrutura, mas eu vou tentar dar uma acelerada na nossa apresentação, por conta do tempo; depois a gente pode também revisitar essas informações.

No cenário atual dos atendimentos realizados, nós temos 755 atendimentos, uma média ali, até o dia 24 de março, de 465 altas que foram identificadas. A maioria dos problemas, nessa região, na Casai, ainda é por conta da desnutrição, pneumonia, malária e doenças diarreicas agudas.

No cenário geral de atendimentos, a Força Nacional do SUS realizou 3.866 atendimentos até o dia 22 de março – portanto, é um dado bem atual. Atendimentos nas demais unidades de saúde: 151 no Hospital Geral, que fica em Boa Vista; 1.773 no Hospital de Campanha que nós temos também ao lado da Casai, que nós implantamos com o apoio da Força Aérea Brasileira; 3.866 nos polos base; e 3.778 no Hospital da Criança, que é ligado à Prefeitura Municipal de Boa Vista.

Bom, dados sobre óbitos.

Pode passar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui a ocorrência de 57 óbitos em 2023. Os óbitos são, na maioria, ainda relacionados àquelas causas evitáveis a que eu fiz menção agora há pouco; o Centro de Operações de Emergências é essencial para o fortalecimento da melhoria do fluxo de comunicação para a qualificação. E aqui eu rendo as minhas homenagens a todos os integrantes do Centro de Operações de Emergências e rendo as minhas homenagens também a todos os indígenas que, infelizmente, perderam as suas vidas por conta da omissão e da negligência do Estado brasileiro.

Bom, algumas informações sobre resgate nutricional na Casai. Nós tivemos 35 profissionais capacitados para fazer essa triagem nutricional; 14 médicos do Programa Mais Médicos, capacitados para a triagem nutricional, já estão atuando naquela região; quatro nutricionistas. Nós estamos fazendo adaptação de suplementação nutricional, inclusive considerando incluir alguns hábitos que são regionais. Nós tivemos a entrega de alimentos, que foi passada aqui pela nossa Presidenta da Funai – não vou me ater a essa informação –; temos dados sobre mercúrio.

Pode ir passando.

Nós fizemos a implantação do Laboratório de Análises de Mercúrio com ajuda de algumas instituições que são parceiras da Sesai, do Ministério da Saúde. Realizamos reunião com lideranças indígenas para pactuar estratégias de vigilância da exposição ao mercúrio, especialmente considerando questões culturais do povo ianomâmi.

Então, tem que ter muita informação com ele, muita sensibilização, muita educação e saúde para mostrar que é para o bem da própria sociedade de ianomâmi fazer esse tipo de intervenção.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO WEIBE NASCIMENTO COSTA – Então, vou finalizando dizendo que nós realizamos vídeos explicativos. Estamos fazendo, então, a identificação dessas amostras de cabelo, reforçando a vacinação no território. Nós levamos a Ministra Nísia Trindade para o território.

Temos um cenário... Vou pular essa parte da malária, mas eu queria finalizar, Presidente, Senador Chico Rodrigues, dizendo que essa medida da implantação dos dois hospitais permanentes, um na região de Surucucu e outro na região de Boa Vista, foi uma decisão acertadíssima da Ministra Nísia Trindade, a partir de uma provocação nossa da Sesai, de que, nesse caso ianomâmi, nós precisaríamos ultrapassar, furar a barreira da atenção primária, no caso do território indígena, e levar atenção de média e de alta complexidades também para dentro do território ianomâmi. Não é possível em um território com essa complexidade, com quase dez milhões de hectares, com quase 380 comunidades e com uma população de mais de 30 mil indígenas, a gente ter que ficar levando a toda hora para Boa Vista. Isso onera os cofres públicos, e a gente precisa facilitar, levar mais dignidade para o povo ianomâmi.

(Soa a campainha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO WEIBE NASCIMENTO COSTA – E nós já estamos na fase de implantação do hospital de campanha naquela região. A inauguração, o início de funcionamento desse hospital será no próximo dia 14, do mês de abril. É uma informação importante, porque nós vamos desafogar a Casai e evitar que os pacientes sejam levados para Boa Vista.

Como meu prazo aqui se esgotou, eu queria agradecer por essa oportunidade e reforçar aqui a parceria com o Ministério da Defesa no caso da logística, que é muito complexa, reforçar a parceria também com o Ministério de Minas e Energia – estamos inclusive ampliando essa ideia do acesso à energia para as unidades de saúde e também para perfuração e funcionamento dos poços subterrâneos que nós estamos realizando naquela região – e com outros ministérios.

Senador, permita-me só mais uma informação, porque foi falado inclusive na rodada anterior da questão do crédito extraordinário. A coordenação nacional foi coordenada, na realidade, pelo Ministério da Casa Civil e tem uma previsão, na realidade, de R\$925 milhões para serem aportados para a gente realmente superar essa crise ianomâmi, a partir de uma ligação direta com 198 ações, que foram organizadas em nove eixos, envolvendo uma série de ministérios. Então, a ação é interministerial para a gente superar essa crise sanitária e humanitária no território ianomâmi.

Queria agradecer pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a apresentação inicial Dr. Ricardo Weibe, Secretário Especial de Saúde Indígena.

Entendo que a sua abordagem é ampla, geral e irrestrita, no sentido amplo, até porque você mostra com muita transparência, com muita clareza o que está sendo feito, de uma forma positiva, as fragilidades, as demandas... Então, é importante aqui, nesta Comissão, que nós possamos ter de forma fidedigna, assim como os demais participantes têm vindo a esta Comissão e explanado de uma forma muito aberta, muito franca, mostrando, vou repetir, o que está sendo feito positivamente, mas o que deixou de ser feito, porque há todo um contexto de décadas que vem se arrastando em relação especificamente à questão indígena.

Eu já acompanho isso há aproximadamente 35 anos, desde o início dos meus primeiros mandatos lá pelos idos de 1988 – e já estou no nono mandato –, lá no Estado de Roraima, vendo, com meus próprios olhos, essa senoidal de atendimento, de assistência e também deficiência no sistema para os ianomâmis, que é o povo mais, eu tenho que dizer assim, antigo – vou usar a palavra antiga, porque outro dia eu usei na imprensa o termo "primitivo" e foi uma hecatombe, mas, enfim... Eles precisam, sim, de ação do Estado brasileiro, seja em que governo for, para que possam manter seus usos, costumes, sua cultura, enfim, a sua história, que, na verdade, é o espelho da história brasileira. Nós, na verdade, somos essa sequência do que encontramos aqui em 1500. Então, eles têm que ser preservados.

E alguns, na verdade, mais açodados se manifestam de uma forma inadequada em relação a esse ou àquele tema que diz respeito às comunidades indígenas, que têm que ser respeitadas. São mais de 800 mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas que hoje estão registrados nos dados estatísticos do país, e cada comunidade com as suas especificidades. E os ianomâmis, obviamente, pela sua fragilidade, têm que ser realmente cuidados com mais empenho, com mais presença e com mais eficiência pelo Estado brasileiro.

Eu vou chamar o próximo convidado, Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde; depois, o Paulo Cesar Basta, da Fiocruz. E, posteriormente, as perguntas que venham a ser realizadas serão respondidas em bloco, concedendo-se cinco minutos a cada um.

Vou passar ao Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, que dispõe de 15 minutos para a sua apresentação.

O SR. JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço, na pessoa do Senador Chico Rodrigues, a oportunidade de estar aqui hoje nesse fórum...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE LUIZ ROCHA REGHINI RAMOS – ... para prestar alguns esclarecimentos adicionais sobre o esforço que tem sido empreendido pelo Governo Federal para o enfrentamento da emergência de saúde pública ianomâmi.

Cabe-me um papel difícil depois de três falas bastante completas – do Marcos, da Presidenta Joenia e do Secretário Weibe – sobre o diagnóstico da situação existente e sobre o conjunto de medidas que já estão em andamento. Então, eu apenas vou complementar e sublinhar algumas questões que já foram abordadas aqui nesta Casa hoje.

O primeiro comentário que eu faço é para salientar a questão transversalidade desse problema. O Secretário Weibe citou aqui um volume de recursos em discussão de R\$900 milhões, que abrange não apenas ações do Ministério da Saúde, mas também de diversas outras pastas ministeriais – Defesa, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Justiça e Povos Indígenas, dentre outras –, o que expressa que essa não é uma questão estritamente de saúde.

Usando uma metáfora da área de saúde, a gente pode dizer que a emergência por desassistência é o sintoma da doença, que tem causas estruturantes por trás dela. E o enfrentamento dessa situação tem que envolver desde ações que enfrentem esses sintomas, que são as ações mais imediatas de assistência à saúde da população, mas também um conjunto amplo de medidas estruturantes que permitam que, ao longo do tempo, sejam mantidas as devidas condições de vida da população ianomâmi, em específico, mas de todas as populações indígenas de uma maneira mais ampla.

Os palestrantes anteriores já discorreram bastante também sobre as causas dessa situação. O ponto central, entendo eu, é uma desorganização dos modos de vida dos povos indígenas, que ocorreu com mais intensidade nos últimos anos, comprometendo as condições de alimentação e acesso aos serviços de saúde,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que acabou gerando essa situação inexplicável, inaceitável que a gente vive hoje. Esse é o problema de fundo.

O enfrentamento desse problema precisa abordar um conjunto grande de especificidades da saúde indígena e da oferta de serviço de saúde do território ianomâmi. O Secretário Weibe apresentou aqui que 98% do modal de transporte é aéreo. É muito comum o Ministério da Saúde ser questionado sobre o volume de horas-voo, por exemplo, no atendimento da saúde indígena, e é preciso ter isto em conta: não há como prestar serviços de saúde num território em que 98% do acesso se dá pelo modal aéreo sem o financiamento adequado de meio de transporte que permita a devida prestação desse serviço.

Então temos uma especificidade logística, temos uma especificidade do cuidado do acesso aos próprios médicos, profissionais da saúde que prestam serviços de saúde naquelas localidades, de maneira a se respeitarem os modos de vida, o pensamento, manter o diálogo constante com os povos indígenas que são atendidos e também evitar a proliferação de novas doenças no território. Tudo isso dá um caráter bastante especial a essa missão de enfrentamento que está em curso no território ianomâmi, mais especial ainda do que a situação da saúde indígena, que por si só já exige todo um cuidado diferenciado.

Eu gostaria de, pela Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, registrar com toda a ênfase a absoluta prioridade que tem sido dada a essa questão no Governo Federal, no Ministério da Saúde e na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, inclusive. Eu chamo a atenção para a linha do tempo que o Secretário Weibe apresentou, a extrema rapidez com que as providências foram tomadas. Essa atual gestão tomou posse em 1º de janeiro. No dia 4 de janeiro, chegaram ao Ministério da Saúde rumores sobre situações que explicitavam desassistência à população ianomâmi. No dia 15 de janeiro, uma missão exploratória já estava em campo, tanto fazendo diagnóstico da situação sanitária como prestando serviços de saúde emergenciais. Essa missão tinha duração prevista de dez dias, do dia 15 ao dia 25 de janeiro. No dia 20 de janeiro, portanto antes de encerrada a missão exploratória, dada a gravidade da situação, dado o reconhecimento da necessidade de ações emergenciais, foi declarada a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin), por desassistência ao povo ianomâmi, que está em curso hoje, que é o objeto da nossa conversa aqui hoje. Então, eu gostaria de salientar a extrema rapidez e a extrema prioridade que têm sido dadas ao tema.

Na qualidade de representante da Secretaria Executiva, não me cabe detalhar mais ainda do que o Secretário Weibe já detalhou sobre as ações que estão sendo executadas, que estão em andamento. Cabe registrar o papel que a Secretaria Executiva tem se proposto e tem realizado desde o início da emergência, de coordenação das ações no âmbito do Ministério da Saúde. A Sesai, do Secretário Weibe, coordena o COE, que é um comitê operacional de enfrentamento à emergência; a Secretaria Executiva atua como um facilitador na interlocução com outras unidades do próprio Ministério da Saúde e, muitas vezes, como um facilitador da interlocução com outras unidades do próprio Governo, Ministérios da Defesa, da Justiça, do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desenvolvimento Social, do Desenvolvimento Agrário, dos Povos Indígenas e tantos outros que, como já foi abordado aqui, são essenciais para o enfrentamento dessa emergência.

Nosso papel é garantir os meios necessários ao enfrentamento da emergência de saúde pública. Como meios, a gente se refere a recursos orçamentários, financeiros, organizacionais e humanos. Então, a gente tem atuado no sentido de que a disponibilidade de recursos não seja, de forma alguma, um entrave, um impedimento ou um dificultador do enfrentamento da situação ianomâmi. De fato, como já foi citado aqui, está em discussão um crédito extraordinário. A parcela do Ministério da Saúde seria da ordem de R\$190 milhões nesse crédito, mas, independentemente do crédito extraordinário, todo recurso necessário para o enfrentamento da emergência está sendo disponibilizado. Temos a vantagem de estarmos no início do ano, então, temos o orçamento do ano todo a ser executado, e tem sido dada prioridade absoluta à execução das despesas necessárias ao enfrentamento da emergência.

Aproveito aqui para fazer um registro e um agradecimento também a esta Casa. Acho que todos nós acompanhamos a proposta orçamentária para 2023, que, a princípio, encaminhada ao Congresso Nacional, previa apenas cerca de 40% do recurso necessário para o funcionamento da saúde indígena ao longo de 2023. Graças à sensibilidade dos Parlamentares, graças ao esforço da equipe de transição, a aprovação do que foi chamado de PEC da transição foi possível, recompondo esse orçamento para o patamar histórico que ele tem apresentando ao longo dos últimos anos, na casa de R\$1 bilhão, de R\$1,6 bilhão, o que garante que todas as medidas necessárias neste momento possam ter continuidade. E, ao longo do exercício, vamos discutir as eventuais suplementações orçamentárias necessárias para compensar a despesa adicional gerada.

Por fim, só dialogando um pouco com o tema desta audiência, o tema eram as causas e as ações de curto, médio e longo prazos que estão sendo empreendidas.

Com relação às causas, isto já foi muito explorado aqui: a questão da relação com os garimpos ilegais, a invasão das terras indígenas e todo o impacto socioambiental que essa situação gera no modo de vida das populações indígenas.

E, sobre as ações que estão em andamento, se me permitem, quero resumir, sempre com o risco de deixar de fora ações que são importantes. Eu destacaria que a ação mais imediata, de curto, curtíssimo prazo, que já está em andamento e já temos indicadores de sucesso, é a prestação de assistência à saúde à população que estava desnutrida e precisando de atenção à saúde. A Ministra Nísia ontem, numa audiência no Tribunal de Contas, citou o número bastante alentador de que, nas últimas duas semanas, não foi registrado nenhum óbito na Casai em Boa Vista e, na última semana, nenhuma remoção de pacientes da Casai para unidades hospitalares, o que mostra que a situação mais aguda, a situação primeira a ser enfrentada tem sido equacionada, o que não diminui em nada o tamanho dos desafios que a gente tem pela frente para a adequação da atenção à saúde indígena no território ianomâmi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No médio prazo, a gente vai ter que enfrentar a busca de soluções mais estruturantes para a provisão de pessoal, para a prestação de serviços de saúde e também de estruturas. Já foi citada aqui a questão das unidades hospitalares, centros de referência e equipamentos que devem ser adaptados à realidade, às necessidades daquela região e da população a ser atendida. Também medidas no campo do saneamento, eu gostaria de ressaltar, para a melhoria da qualidade da água e controle da qualidade da água consumida também são essenciais para a manutenção dos níveis de saúde da população. E, no longo prazo – que não pode ser o longo prazo dos economistas, quando todos vamos estar mortos, tem que ser um longo prazo mais breve –, é esperado que o conjunto de ações não só executadas pelo Ministério da Saúde, mas pelo conjunto do Poder Executivo Federal venham surtir efeitos, desmontando o conjunto de causas que geraram essa situação aguda que implicou a emergência de saúde pública de importância nacional que estamos enfrentando.

Então, são essas as minhas palavras, apenas recuperando um pouco do que já havia sido dito antes.

Fico à disposição, depois, para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Quero agradecer aqui a apresentação do Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos, Diretor de Programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, que demonstra exatamente essa ação coordenada que vem sendo realizada.

Uma observação apenas que eu farei é exatamente para que haja solução de continuidade após esse momento crítico que se viveu nesses últimos 90 dias, porque, como já disse quando falava sobre a apresentação do Ricardo Weibe, o grande problema dos ianomâmis, que eu acompanho há 35 anos aproximadamente, é exatamente a solução de continuidade. Faz-se uma operação, uma ação, uma assistência em bloco, e depois vai realmente diminuindo a presença do Estado, o controle, o acompanhamento, a fiscalização, etc., e aí volta tudo como era antes. Então, nós esperamos que hoje, nessa nova formatação, inclusive com a criação do ministério dos povos originários, este venha realmente a ser um ministério que vá ter igualdade de discussão com os demais ministérios e possa, sim, cobrar para que todas essas ações sejam permanentes.

Eu quero aqui fazer o registro, com muita alegria, da presença da Deputada Célia Xakriabá, que tem participado dessas sessões, de algumas sessões aqui da Comissão Externa. Posteriormente à apresentação do Paulo Cesar Basta, eu passarei a palavra para ela também, para suas manifestações. Ela conhece, tem essa sensibilidade crítica sobre esse problema e este momento especificamente. E aí nós estamos falando dos povos ianomâmis, não das demais etnias. Isso será muito importante para o Relator na formatação final desse relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao Paulo Cesar Basta, Pesquisador Titular da Escola Nacional de Saúde da Fundação Oswaldo Cruz, a nossa querida e honrada Fiocruz, que tem trabalhos brilhantes e relevantes prestados à sociedade brasileira.

V. Sa. dispõe de 15 minutos para sua apresentação.

O SR. PAULO CESAR BASTA (Para expor.) – Boa tarde a todas e a todos os presentes.

Quero agradecer o convite para participar desta audiência pública, cumprimentar todos os Parlamentares na pessoa do Senador Chico Rodrigues, cumprimentar o Secretário Ricardo Weibe, a Deputada Célia Xakriabá, todos os povos indígenas do Brasil, o colega do Ministério da Saúde e todos os demais participantes.

Bem, eu sou médico de formação, sou pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública e trabalho com povos indígenas há 25 anos. Comecei minha trajetória no Estado de Roraima, trabalhando com o povo ianomâmi, e depois trabalhei, no Dsei-Leste de Roraima, também com os povos macuxi e wapichana, enfim. De lá, eu posteriormente migrei para o Rio de Janeiro para fazer carreira acadêmica e, desde então, eu me dedico à temática da saúde indígena.

Hoje eu vim aqui compartilhar com vocês um pouco dessa experiência de trabalho acumulada ao longo dos anos e pensei em fazer um preâmbulo – pode passar os eslaides lentamente –, uma introdução falando sobre o garimpo efetivamente, fazer uma análise preliminar sobre essa questão do garimpo e, em seguida, falar sobre alguns indicadores decorrentes da presença ostensiva de garimpos ilegais em territórios indígenas, do uso indiscriminado do mercúrio e dos efeitos nefastos à saúde da população local. Por fim, vou tentar finalizar com algumas recomendações, se o tempo permitir.

Bem, eu começo dizendo que a atividade garimpeira no Brasil é uma atividade legal. Isto é importante ficar claro para todos: é uma atividade regulamentada pela legislação nacional, pela Lei 7.805, de 1989. É uma lei antiga, mas que ainda está em vigor e que faz menção a um órgão que já foi extinto, o Departamento Nacional de Produção Mineral, que virou Agência Nacional de Mineração. Basicamente, essa legislação é pautada na outorga de permissão de lavra garimpeira e dispõe sobre o licenciamento ambiental. Então, eu trago essa legislação só para lembrar isto: que o garimpo é uma atividade legalizada desde que cumpra todo esse escopo da legislação e trate também de licenciamento ambiental.

Próximo, por favor.

Mais um.

Tem uma série de artigos, dentro dessa legislação, que fala sobre a importância do licenciamento ambiental, mas eu destaco esse art. 23, que diz que a permissão da lavra garimpeira de que trata essa lei não se aplica a terras indígenas. Então esse grifo é importante para dizer que qualquer atividade hoje existente em territórios indígenas ou em outras terras da União é considerada um ilícito ambiental. Enquanto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Constituição Federal não... melhor dizendo, enquanto o Parlamento, tanto a Câmara quanto o Senado, não fizer uma regulamentação dessa atividade, ela fere o dispositivo do art. 231 da Constituição e é considerada um crime.

Próximo, por favor.

Então, para ilustrar essa temática, eu trago aqui um levantamento feito pelo Instituto Igarapé, que fala do ecossistema do crime ambiental na Amazônia. Esse documento aponta alguns ilícitos sobre toda a Amazônia Legal, no qual se incluem desmatamento, grilagem de terras, extração ilegal de madeira, agropecuária com passivo ambiental e, especificamente, a mineração.

Próximo.

Aqui se faz uma abordagem por estados, por unidades federativas, e eu vou focar o Estado de Roraima: aponta-se que praticamente 90% dos crimes ambientais que incidem sobre o Estado de Roraima são decorrentes do garimpo.

Próximo.

Esse gráfico mostra uma evolução dos crimes ambientais sobre a Amazônia Legal, de 2010 a 2022, mostrando claramente uma expansão nos últimos anos de todos os ilícitos; e, na linha marrom, em cima do gráfico, vê-se que a maior expansão dos crimes ambientais sobre a Amazônia é decorrente do garimpo.

Próximo.

Essa árvore, vamos dizer assim, mostra que, associado ao crime... O garimpo por si só já é um crime, um ilícito ambiental, mas traz junto com ele uma série de outras ilícitudes, que incluem lavagem de dinheiro, tráfico de armas, de drogas, de pessoas, corrupção. Há uma sequência de atividades ilegais vinculadas ao garimpo.

Próximo.

Quanto ao mercúrio, eu custumo dizer que o mercúrio está na ponta do *iceberg*. Ele é só a ponta do problema. Está na mão do garimpeiro, está na mídia, está na boca das pessoas, mas, embaixo do mercúrio, tem uma série de outros problemas que já foi muito bem pontuada aqui tanto pelo Weibe quanto pela Joenia.

O mercúrio é um elemento químico natural, presente na crosta terrestre, no planeta terra. Ele está descrito na tabela periódica dos elementos nessa posição rosa do meio da tabela, que se chama metais em transição. Isso significa que ele pode se apresentar de diferentes formas na natureza. E, à esquerda do gráfico, a gente mostra o mercúrio metálico, que são as bolinhas cinzas, também chamado de azougue, ou prata líquida, que é o mercúrio utilizado pelo garimpeiro; as bolinhas azuis são o mercúrio iônico, que ganha cargas elétricas e se desloca por diferentes compartimentos ambientais na natureza; e as bolinhas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vermelhas são mercúrio orgânico, também chamado de metilmercúrio, que já foi citado pela Deputada Joenia.

O próximo, por favor.

Esse infográfico traz a seguinte pergunta: por que o mercúrio do garimpo representa um risco para as pessoas que não praticam essa atividade e que, muitas vezes, são contrárias a ela? Então, a gente começa ilustrando esse gráfico com a figura do garimpeiro na bateia. O garimpeiro utiliza o mercúrio, a prata líquida, porque o mercúrio forma ligas metálicas com diferentes metais. Ele gruda, forma um amálgama com diferentes metais, sobretudo com o ouro e com a prata, então facilita a vida do garimpeiro na hora de identificar o ouro num sedimento, num pedaço de rocha, no fundo do leito do rio. É por isso que é utilizado amplamente o mercúrio.

Então o mercúrio gruda no ouro, facilita a identificação, só que, na hora de vender o ouro, o garimpeiro não pode vender o ouro amalgamado, porque ele perde o valor de mercado. Então ele precisa queimar esse ouro. E, nesse processo de queima, ele esquenta na boca do fogão, no maçarico, de qualquer modo, e isso vira vapor, esse mercúrio vira uma fumaça. Essa fumaça pode ser inalada pelo garimpeiro ou por quem estiver do lado assistindo ao procedimento – se fizer em casa, pela esposa, pelos filhos –, e essa fumaça pode provocar lesões químicas dentro do pulmão ou pode ser absorvida pela corrente sanguínea, distribuir-se pelo corpo e causar danos, em particular, para o próprio trabalhador do garimpo.

E o que não é inalado sobe para a atmosfera e vai se juntar às nuvens, vai virar mercúrio iônico e pode navegar, se precipitado em formato de chuva, em diferentes regiões da Amazônia, do Brasil ou pode entrar nos rios voadores e circular pelo planeta.

Voltando à figura do garimpeiro, como essa atividade é ilegal, não cumpre legislação ambiental, trabalhista, de segurança social, de saúde, nada, então é uma atividade rudimentar. Há estimativas de que, para cada quilo de ouro que o garimpeiro encontra, ele utiliza de dois a oito quilos de mercúrio excedentes. Então o que grudou no ouro facilitou a vida dele, e o que é excedente é liberado no leito do rio.

Esse mercúrio metálico liberado no leito do rio desce ao fundo do leito do rio, vai lá, se mistura com sedimento, junta-se com micro-organismos, e algumas bactérias transformam esse mercúrio metálico, o azougue, no mercúrio orgânico. Esse mercúrio ganha radicais, moléculas de carbono e se transforma no mercúrio orgânico, e o mais conhecido, o agente mais tóxico para as populações tradicionais é o metilmercúrio. Ele é tóxico por quê? Porque ele vai ingressar na cadeia trófica alimentar. Então ele vai afetar todos os seres vivos que moram no rio, desde algas, larvas de insetos, pequenos crustáceos, jacaré, tracajá, diferentes espécies de peixes, e vai se fixar no tecido muscular do pescado, exatamente na carne do peixe, naquela parte que a gente usa para a nossa alimentação.

E o povo tradicional, que tem o hábito de comer peixes com muita frequência, vai se alimentar de um pescado contaminado. Então, à medida que a pessoa ingere o pescado, vão ser absorvidos os nutrientes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desse alimento, mas junto com os nutrientes vai ingressar o metilmercúrio. O metilmercúrio cai na corrente sanguínea, vai ser distribuído pelo corpo todo e vai se fixar em diferentes órgãos e sistemas, e, à medida que vai se acumulando nesses órgãos e sistemas, ele vai provocando lesões, e essas lesões vão ser manifestadas por intermédios de sinais e sintomas.

O principal órgão afetado é o sistema nervoso central. Então, em adultos, vai provocar lesões cognitivas, lesões motoras e lesões sensitivas, tanto em adultos quanto em crianças. Os adultos vão ter tremores nas mãos, vão ter fraqueza nos pés, dificuldade de segurar um copo, de segurar um talher, vão ter problemas relacionados ao equilíbrio, podem ter problemas de visão, de audição, ter um gosto metálico na boca, ter problemas de dor de cabeça, labilidade de humor, insônia. Então são vários sintomas que podem se confundir com outras doenças, e isso dificulta a identificação do processo de contaminação. Além disso, pode causar também problemas relacionados à hipertensão, aumenta as chances de ter infarto, pode afetar os rins. Enfim, o mercúrio tem uma série de desdobramentos no corpo humano. E ele é particularmente nocivo para mulheres e gestantes, porque, se a mulher está gestante e come o peixe, à medida que o mercúrio é absorvido pela corrente sanguínea ele passa, por intermédio da placenta, para o feto e vai afetar esse bebê que está em formação no ventre da mãe. E há estudos que informam que a concentração de mercúrio no cérebro da criança chega a ser de cinco a sete vezes maior do que no cérebro da mãe adulta.

O próximo, por favor.

Bem, esse outro eslaide mostra um estudo recente que mapeia as principais áreas da Amazônia, as terras indígenas da Amazônia afetadas pelo garimpo, não é? Então, a gente tem ali, à esquerda do mapa, a cor de areia, que seriam as terras indígenas da Amazônia Legal. Em vermelho, a terra mais afetada, que é a Terra Indígena Kayapó; em segundo lugar, a Terra Indígena Munduruku, que está em amarelo, as duas no Pará. E, no extremo norte do país, lá em Roraima, a Terra Indígena Yanomami.

A direita nos gráficos mostra notificações do avanço do garimpo sobre a Amazônia no período de 1985 a 2020. O gráfico de cima mostra a Amazônia como um todo; e os gráficos de baixo, o "a", Terra Kayapó; o "b", Munduruku; e o "c" é a Yanomami. Então, além do fenômeno, do fato de todas as três terras estarem impactadas pelo garimpo, o que chama atenção da gente é que, a partir de 2016, há um incremento vertiginoso nessas atividades que vão ter o pico lá em 2019 e 2020, não é? E nós sabemos as razões desse incremento.

O próximo, por favor.

Focando no caso ianomâmi, não é? Então, aqui trago também, mais uma vez, um mapa da Terra Indígena Yanomami para mostrar duas coisas basicamente: primeiro, que o povo indígena ianomâmi também não é único, não é? A gente falou aqui que existem mais de 300 etnias indígenas diferentes no Brasil, 300 povos. E ainda, dentro de um mesmo povo, existem subgrupos. Então, dentro da Terra Indígena





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Yanomami existem seis subgrupos que falam línguas mutuamente inteligíveis, mas que têm origens particulares, que se distribuem ao longo desse território.

Além desses seis grupos já identificados, existe um grupo, o moxihatéteá, que é isolado, como foi mencionado. E tem também o povo indígena iecuana, que divide o espaço territorial com eles, não é? Então, isso mostra a complexidade desse território, a riqueza desse tecido social e cultural que está presente na região.

E no mapa...

Volte ali, por favor. Isso.

No mapa ali, olhando especificamente o Estado de Roraima, a gente vê uns quadradinhos, uns quadriculados, não é? Esses quadradinhos, esses polígonos no mapa representam requerimentos de permissão de lavra garimpeira protocolados na Agência Nacional de Mineração. Então, isso significa que todas as pessoas que fizeram esses requerimentos estão aguardando a regulamentação por parte do Congresso Nacional para transformar uma atividade ilegal numa atividade legal, tá?

Mas, independentemente disso, também queria destacar no mapa em amarelo esses pontos, essas linhas em amarelo. Elas mostram as áreas que hoje – melhor dizendo, esse mapa é de 2020 –, as áreas que em 2020 já estavam impactadas pelo garimpo. Então, a calha do Rio Uraricoera, principalmente lá no extremo norte do Estado de Roraima, e a calha do Rio Mucajaí, do Couto Magalhães, do Rio Apiaú, mais no centro do estado, ali perto da divisa com o Amazonas.

O próximo, por favor.

Bom, eu trago aqui alguns, agora, documentos históricos, não é? Esse documento foi publicado em 1991 e avaliou 162 indígenas ianomâmis que estavam internados na Casai de Boa Vista, no final dos anos 80, quando houve a primeira corrida do ouro. E, naquele momento, esses autores já identificavam a presença de contaminação nas amostras de cabelo que foram avaliadas. Tá?

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR BASTA – Então, destacando ali...

Senador Chico Rodrigues, o senhor me concede um tempinho adicional?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Concedo mais cinco minutos.

O SR. PAULO CESAR BASTA – Obrigado.

Bom, então, ali mostrando as áreas, à esquerda na tabela, de que as pessoas que estavam na Casai eram provenientes, chama atenção da gente que a área do Surucucu, a área do Papiú, áreas que estão hoje





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

invadidas, já vinham sendo invadidas há pelo menos 30 anos. Esse problema está se "cronificando" dentro do território.

O próximo, por favor.

Esse estudo é um pouco mais recente, foi publicado em 2003, mas trata de dados na região do Catrimani, um pouco ao sul da Terra Indígena Yanomami. Foram avaliadas ali oito aldeias, cinco no ano de 1994 e mais três no ano de 1995. Dessa vez, os autores utilizaram como biomarcador de exposição ao mercúrio amostras de sangue em vez de cabelo, mas, na coluna da direita, em que está o destaque do eslaide, também já se apontam ali os altos níveis de mercúrio nas amostras de sangue, naquele momento nos anos 90.

O próximo, por favor.

Davi Kopenawa, como um grande xamã, um grande líder, um visionário, já percebia que a crise sanitária se agravaría à medida que o garimpo se expandisse no seu território. E, em 2013, ele escreveu essa carta para mim lá na Fiocruz, pedindo ajuda da nossa instituição para estudar três áreas específicas.

Pode passar para o próximo.

Baseados nesse pedido do Davi Kopenawa, nós nos organizamos internamente. A partir daí, foi criado um grupo de pesquisa chamado Ambiente, Diversidade e Saúde, do qual sou coordenador, junto com a colega Sandra Hacon, do departamento. Em dezembro de 2014, fomos às três áreas indicadas pelo Davi; na época, visitamos 19 aldeias, avaliamos 239 pessoas, principalmente mulheres e crianças, e já identificamos, por intermédio das amostras de cabelo, que os níveis de contaminação eram bastante elevados.

Na área do Rio Uraricoera, em que, naquela época, estava voltando o garimpo, estava começando o afluxo de garimpeiros, mais de 90% das pessoas avaliadas apresentaram níveis elevados de contaminação. Por outro lado...

Pode passar para o próximo eslaide.

Ali, a gente tem, lá em cima, no extremo norte, na calha do Rio Uraricoera, a comunidade de Aracaçá, que foi mencionada aqui pela Deputada Joenia. Naquela época, já estava sofrendo os impactos do garimpo. E, no ano passado, houve toda essa comoção, denúncias, foi criada essa Comissão Externa na Câmara, para investigar, mas esse problema começou lá atrás. Não é?

Logo abaixo, a comunidade de Ye'kwana, também com quase 30% das pessoas com altos níveis de contaminação, e, no centro da terra indígena, há o destaque para a região de Papiú, que foi muito afetada na primeira corrida do ouro, na década de 80. Em 2014, não havia atividade garimpeira. Ainda assim, após 20 anos da interrupção da atividade garimpeira naquela região, quase 7% das pessoas tinham níveis





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

elevados de mercúrio, mostrando a permanência desse metal no ambiente, contaminando os peixes e contaminando as pessoas. Esse é o dado mais importante.

O próximo, por favor.

As mulheres iecuanas foram avaliadas. Aqui, a gente tem amostra de oito cabelos de mulheres, cabelos longos, com 20cm, 30cm de extensão, e a gente fez uma análise sequencial. Estima-se que o cabelo cresce a uma velocidade de 1,5cm, 2cm por mês. Então, pegando um cabelo longo, você faz uma análise sequencial e pode entender o que aconteceu retrospectivamente. Esse gráfico mostra que, no período anterior de 12 meses às coletas de dados, os níveis de mercúrio se mantêm elevados ao longo do ano inteiro e ficam mais altos ainda na época da estação seca, em que o rio diminuiu o nível e fica mais fácil a captura do pescado. Portanto, as pessoas consomem mais peixes contaminados e os níveis de contaminação aumentam ainda mais.

(*Soa a campainha.*)

Concluindo. Todo esse trabalho mais recente compôs um relatório técnico que foi amplamente divulgado aqui em Brasília em 2016. Representantes da Hutukara, do Instituto Socioambiental e da Fiocruz montaram uma caravana e entregaram esse documento na Sesai – na época, o Secretário era o Antônio Alves –, na Presidência da Funai, na Presidência do Ibama, na 6ª Câmara da Procuradoria-Geral da República. E, lá em cima, a foto de cima ilustra o Davi Kopenawa entregando esse documento à Dra. Victoria Tauli-Corpuz, que, na época era representante dos povos indígenas na ONU. Então, desde esse tempo, em 2016, a gente vem alertando a sociedade, a gente vem fazendo reuniões com as autoridades públicas, com as lideranças indígenas, com o movimento indígena, apontando para a necessidade de interrupção dessa atividade nas terras indígenas, sobretudo na Terra Yanomami; a necessidade de interromper o uso do mercúrio. Então, a gente vem acumulando evidências científicas desse problema.

O próximo.

Eu trouxe aqui alguns dados complementares, mas eu acho que o tempo não vai permitir que eu fale. Recentemente, nós fizemos um estudo no Estado de Roraima, no qual nós coletamos 75 amostras de pescados diretamente das mãos dos pescadores, pescados que seriam vendidos em feiras livres, nos mercados da capital de Boa Vista, dos Municípios de Mucajá, de Amajari, enfim do Estado de Roraima como um todo. Então, essa imagem é para ilustrar que todos os seres vivos que se alimentam de peixes – não só os seres humanos, mas qualquer outro animal que se alimente de pescado contaminado – também estão sujeitos a ter problemas de saúde, a desenvolver uma série de doenças e agravos e a poder evoluir à morte.

E, rapidamente, pode passar o próximo.

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CESAR BASTA – Só para mostrar então os pontos que foram mostrados aí no Estado de Roraima, no Rio Branco, no Baixo Rio Branco, lá perto do Município de Mucajá. Depois, na saída da foz do Rio Mucajá, onde ele encontra o Rio Branco; depois, da cidade de Boa Vista; e o ponto 4, lá em cima, no Município de Amajari, no Rio Uraricoera, que é o principal rio que vem da Terra Indígena Yanomami.

Mais um eslaide, por favor.

Então, a gente coletou 75 amostras de peixes dessas regiões, que estão divididas em 20 espécies diferentes dos 4 níveis tróficos possíveis, e todos eles foram encaminhados para o laboratório do Instituto Evandro Chagas, em Belém do Pará, que é uma referência nacional que trata dessa temática da contaminação por mercúrio. E as amostras revelaram que em todos os peixes, sem exceção, tinham níveis de contaminação, e esses níveis variavam de acordo com o nível trófico do pescado. Então, já se sabe que os peixes maiores e os peixes carnívoros acumulam quantidades maiores de mercúrio no seu corpo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO CESAR BASTA – Com isso, à medida que esse consumo vai aumentando – eu vou concluir –, as pessoas que se alimentam desse pescado podem ter riscos importantes para a sua saúde.

E a mensagem final desse último trabalho é que o problema não está restrito aos territórios indígenas. Não é só o povo ianomâmi que está sendo contaminado, está sendo impactado pelas atividades garimpeiras. O peixe que está lá em cima – o mercúrio desce e chega aqui embaixo – está sendo vendido nos mercados e feiras livres do Estado de Roraima, e todo cidadão amazônida que consome, tem o hábito de consumir regularmente pescado, pode estar sujeito aos efeitos da contaminação por mercúrio.

Então, essa é a principal mensagem desse estudo final.

Enfim, eu vou parar por aqui e fico à disposição para tirar dúvidas das pessoas que quiserem informações adicionais.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer ao Dr. Paulo César Basta, Pesquisador da Fiocruz, pelo trabalho que acaba de apresentar aqui, com precisão científica, muito positiva, muito importante para esse esclarecimento.

Todo esse trabalho pode ser entregue, depois, à assessoria da Comissão, para que o Relator possa se debruçar sobre ele e incluí-lo no seu relatório final, para apreciação do conjunto dos Senadores da Comissão e aprovação *a posteriori*, para apresentarmos ao Poder Executivo.

Continuando a 7ª Reunião, com a participação dos convidados, eu vou passar a palavra à Deputada Célia Xakriabá, que fará a sua manifestação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG. Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Sr. Secretário de Saúde Weibe Tapeba, que tratou também dessa responsabilidade da situação ianomâmi. Eu fui a primeira Parlamentar a estar no território a convite do Secretário de Saúde, acompanhando toda a situação, porque nós povos indígenas temos tratado isso de maneira transversal. Quanto à saúde também, a Dra. Ana tem sido uma parceira da Fiocruz, assim como o Jorge Luiz também no compromisso com o Ministério da Educação.

Antes de estar aqui, eu vinha acompanhando. Eu estava em outra agenda, mas acompanhei algumas indagações sobre o porquê de, agora, enquanto o Ministério dos Povos Indígenas tem uma representante dos povos indígenas, a Funai, depois de 55 anos, tem uma representante dos povos indígenas, e o Sr. Weibe Tapeba...

Mas é preciso lembrar a responsabilidade de outros indígenas que passaram por ali nos quatro anos, nessa responsabilidade de tratar sobre essa responsabilização.

Atendo-me a essa situação, porque eu sempre digo: vocês acham que, se não fosse um Ministério dos Povos Indígenas conduzido por uma Ministra dos Povos Indígenas, a Secretaria de Saúde sendo conduzida por um indígena, que tem compromisso, a Funai sendo conduzida, Parlamentares conduzindo, teria essa situação de emergência como teve? – com essa comitiva no território ianomâmi. Teria todo esse engajamento para tratar de maneira emergencial? Teria toda essa situação para se dedicar à apuração do genocídio? – cuja palavra ninguém gosta de escutar, mas foi um genocídio programado quando existiu também negligência.

Atendo-me a isso porque eu quero tratar de uma questão que tem sido muito polêmica, e ninguém quer falar sobre esta situação, mas, todas as vezes, em outras reuniões – esta é a sétima –, tenho falado do infanticídio para criminalizar a população ianomâmi.

É preciso dizer que, nesta Comissão, estou aqui hoje não somente como Deputada, mas como Presidente da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, onde também foi aprovado um requerimento para tratar dessa situação.

É importante a gente não distrair, não desviar o pensamento. Querem criminalizar as nossas mulheres e as crianças indígenas, mas, ao mesmo tempo, para além de discutir infanticídio, nós temos que ter o compromisso de discutir o genocídio, o suicídio nos territórios indígenas, o etnocídio.

Nessa apresentação que se coloca aqui, quando se mata um povo, está-se matando o nosso modo de vida. É etnocídio, é a matança da identidade.

Ainda ontem, a ex-Ministra Damares pediu o desarquivamento do PL 119, de 2015, sobre o infanticídio. Não se pode fazer isso sem processo de consulta livre e prévia, informada aos territórios que estão sendo vítimas dessa criminalização. Quando se ouve a palavra "matar", e a palavra "matar" é muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grave, ela precisa ser tratada não só a partir do âmbito penal – penal, jurídico, de lei e de criminalização. A palavra "matar" é muito séria, mas, para nós, povos indígenas, também é sério quando a gente escuta "matar um rio", matar 70% das crianças que estão com vida contaminadas pelo mercúrio. A palavra "matar" é muito séria, e eu quero me ater a, mais uma vez, dizer: nós também achamos que é crime, embora não esteja no Código Penal, quando se mata um rio, é ecocídio. Então, é preciso se ater também aos processos que têm sido desviados aqui para criminalizar também a nossa população indígena.

Quero ainda pedir que o Secretário de Saúde... Porque, quando nós fomos ao território ianomâmi, se falava do investimento de 2 bilhões, e ninguém quer falar sobre onde foram investidos os 2 bilhões, querem tratar muito mais do que aconteceu nesses poucos dias, da conduta do Secretário de Saúde Indígena. Ninguém quer falar da responsabilização do que existiu, dos 4 bilhões.

E, ainda, no relatório elaborado pela Comissão de Direitos Humanos, que trata também da violação da situação do povo ianomâmi, foi apresentado que a ex-Ministra relatou positivamente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos o conteúdo do Projeto de Lei 191, de 2020...

(Soa a campainha.)

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (Bloco/PSOL - MG) – Mais um tempo, Sr. Presidente.

... que propunha a legalização da atividade de garimpo. Ela sugeriu a aprovação pelo Congresso Nacional, a legalização do garimpo, que é exatamente a causa morte, o que intensificou a mortalidade e a desnutrição no território ianomâmi.

Então, é preciso aqui, mais uma vez, me ater ao que eu já falei da outra vez nesta Comissão tão importante, Sr. Presidente: quando se trata de vida, sobretudo de vida do povo ianomâmi, quem é que não se sensibilizou? Eu estive com o Secretário. Até os policiais choravam – o Secretário me contava – quando se carregava uma criança ianomâmi queimando de febre por malária. Aqui não se trata de questões partidárias, porque as pessoas que não se sensibilizam com causa morte por fome e desnutrição do povo ianomâmi não se tratam de inimigo, de adversário político; são adversárias humanitárias.

Para concluir, nós precisamos também, nesta Comissão, e eu vejo pouco falar disso, de tratar da situação, dos casos subnotificados de mais de 30 meninas grávidas de garimpeiros, que é a violência sexual. Querem falar de infanticídio? Vamos falar de violência sexual que foi ocasionada também por essa violência ao território e pela matança, pelo "de comer" e pelo "de beber" do povo ianomâmi.

Falou-se aqui também de recurso – Sr. Presidente, eu não estava aqui –, da importância de os Parlamentares também se sensibilizarem e enviarem emendas para essa situação, porque, como é de conhecimento, o Secretário Weibe Tapeba já falou que, se continuar dessa maneira, até o meio do ano, a saúde vai entrar em colapso com o Orçamento aprovado e vigente para este ano. Para isso, nós já elaboramos uma carta a ser enviada para 200 Parlamentares, sensibilizando para o envio de emenda





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parlamentar para a saúde indígena, para a Funai e para o Ministério dos Povos Indígenas. Também enviamos ainda ontem, protocolamos ontem, uma emenda à medida provisória ao Ministério da Saúde para que se garanta que 5% das vagas do Mais Médicos também sejam direcionadas para os DSEIs. Eu sei que lá no território ianomâmi já chegou o Mais Médicos.

E quero dizer, para finalizar, que nós estamos aqui lutando para combater as diversas mortes. Nós queremos matar é a fome, nós queremos matar é a violência, mas nós não queremos matar os direitos. Quando se fala de infanticídio, nós não temos medo da Justiça, nós temos medo é da injustiça. Portanto, é muito importante se ater aqui a isto: se se quer falar de infanticídio, vamos também tratar, acionar o art. 231 da Constituição, que fala da proteção dos territórios indígenas. Não podemos fazer um debate nas costas do povo ianomâmi, sem a participação dos povos ianomâmis, de lideranças ianomâmis, sobretudo de mulheres ianomâmis, porque as nossas vidas importam.

Para finalizar, a situação do povo ianomâmi não é somente uma situação localizada no Estado de Roraima, porque me assustou bastante, na reunião passada, quando se disse que o problema do povo ianomâmi só ele vai resolver. Um povo que morre de fome não tem força para lutar. Por isso é importante o engajamento, o compromisso de toda a sociedade, mas, sobretudo, do Senado, do Congresso Nacional e do Executivo nessas tratativas tão importantes, porque, diante de algo que assolou, que comoveu o mundo, esta Casa também não pode ficar omisa e tratar a justiça pela metade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado, nobre Deputada Célia Xakriabá, pela sua participação. Você conhece o âmago dessas questões, que são questões recorrentes nesse cenário a que nós temos assistido nos últimos meses.

Paralelamente, uma coisa que causa alento são as providências que começam a gestar no sentido de que se possa, de forma efetiva e permanente, resolver esse problema, porque aí é uma questão de Estado, não um problema de Governo. Então, o Estado brasileiro tem toda responsabilidade no sentido de implementar políticas públicas que possam mitigar todas essas situações que ocorreram e que não se repetirão se o Estado estiver presente.

Para lidar com o caráter emergencial da crise humanitária, o que seria preciso fazer para melhorar, o mais rápido possível, o perfil nutricional e alimentar das comunidades indígenas afetadas pelo garimpo, como tem sido discutido aqui, eu gostaria que os três convidados – o Ricardo Weibe, o Jorge Luiz e o Paulo Cesar – pudessem responder a essas indagações que eu vou fazer de uma forma até mais ampla. A primeira é: qual seria esse perfil nutricional, alimentar? Vejam bem, eu pude constatar – e deixei exatamente para a apresentação, para quando viessem os representantes do Ministério da Saúde – que as cestas básicas que estão sendo distribuídas aos ianomâmis contêm sardinha em lata, carne seca, jabá, arroz, feijão, farinha, leite, enfim. V. Sas. consideram adequada, em termos nutricionais, a distribuição desses alimentos para a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cultura alimentar dos ianomâmis? Essa é uma pergunta. Esses alimentos contêm os nutrientes necessários para auxiliar o tratamento da desnutrição que essa etnia tem enfrentado de uma forma tão perversa? Que outros alimentos seriam importantes para atender a essa demanda e, obviamente, fazer uma recomposição orgânica dos índios ianomâmis, que hoje vivem submetidos a essa desnutrição quase extrema?

Então, essas eram as perguntas que eu gostaria de deixar aqui para vocês três responderem, porque isso me chamou muito a atenção quando estive na área conversando com algumas pessoas em Boa Vista, na Conab, que prepara as cestas básicas, porque eles diziam para mim que muitos daqueles alimentos que vão na cesta básica o índio não usa, ele simplesmente descarta. Não há um planejamento, uma planificação para atender a esse ponto especificamente de alimentos que tenham um poder de nutrição de resposta mais rápida orgânica?

Quem gostaria de falar?

Ricardo Weibe, com a palavra.

O SR. RICARDO WEIBE NASCIMENTO COSTA (Para expor.) – Bom, primeiro, também quero parabenizar pela presença a nossa Deputada Federal Célia Xakriabá, que abrilhanta esta audiência pública. Ela traz informações que corroboram com a visão da Secretaria Especial de Saúde Indígena. Inclusive, nós estamos aqui operando, como foi colocado, um orçamento que foi planejado ainda na gestão passada, e nós entendemos que a saúde indígena, pelo conjunto da sua complexidade, precisa de muito mais recursos. A saúde indígena, de fato, é cara, requer muito mais investimento, porque ela acontece num cenário de muita complexidade, dificuldade de acesso, são territórios, realmente, como foi colocado aqui, no caso ianomâmi, de modal aéreo. Isso, de fato, encarece a nossa operação, mas a saúde indígena, como política de Estado, precisa chegar a todos os territórios indígenas ocupados por populações indígenas. Eu queria fazer esse registro.

Primeiro, Senador Chico, que preside esta audiência, esta Comissão, coloco inclusive nossa contrariedade. Quando nós começamos a atuar, nós identificamos que tínhamos cerca de 4 mil cestas de alimentos paradas, lá no mês de janeiro ainda, acho que na sede da Funai. Nós identificamos que essas cestas iriam, inclusive, vencer e iriam estragar enquanto o povo ianomâmi passava fome. Por esse tipo de legado, que é um malefício real – enquanto o povo ianomâmi passava fome, tinha 4 mil cestas de alimentos paradas num depósito –, a gente precisa, de fato, apurar responsabilidades.

Evidentemente, quando nós começamos a atuar assegurando uma ampliação da assistência no território ianomâmi, porque a crise foi gerada também por conta da presença dos garimpeiros, da desassistência por conta da falta de profissionais, do fechamento de unidades de saúde, do desabastecimento dessas unidades de saúde, mas, evidentemente, a causa principal era a contaminação das águas dos rios, a desnutrição grave, severa, aguda naquele território, e o estado não estava preparado naquele momento para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela crise, então, o que foi possível naquele momento, pelos contratos que o estado tinha naquele momento, até porque a emergência sanitária nem tinha sido ainda editada como portaria do Ministério da Saúde, se usou o que tinha.

Evidentemente, com muita responsabilidade, na Sesai, em conjunto com a Funai, nós estabelecemos um novo protocolo e alteramos, inclusive, a composição dessa cesta de alimentos. Então, nós alteramos, aproximando os hábitos alimentares do povo ianomâmi, mudando aquela estrutura de composição das cestas que nós tínhamos. Essa história da sardinha, de algum tipo de outro enlatado, linguiça, que nós tínhamos lá, nós alteramos isso. A sardinha até que, no começo, foi bem absorvida por parte do povo ianomâmi, era o único tipo de nutriente que nós tínhamos ali em condição de ajudar aquela comunidade naquele momento, mas nós alteramos isso. Nós alteramos, fizemos um protocolo a partir de uma indicação do próprio Centro de Operações de Emergência; fizemos uma nota técnica, partilhada entre a Funai e a Sesai, mudando a composição dessa cesta de alimentos. E nós temos discutido inclusive com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a necessidade de nós aproveitarmos também a produção local de verduras e legumes que possam chegar a essas comunidades. Evidentemente, há dificuldade, a logística é muito complexa, nós temos dificuldade de armazenamento e também para fazer a entrega desse tipo de alimentação, mas nós incluímos a farinha e a carne seca para que possam chegar no território ianomâmi e a gente consiga superar essa situação da nutrição no território.

Há, de fato, um plano de nutrição. Ele começou pela Casai. Esse plano tem a presença de profissionais de nutrição, tem a presença de médicos, nós temos nutricionistas. Esse GT pensou inclusive em ter uma abordagem também na adaptação da suplementação nutricional. Nós incluímos, por exemplo, o açaí na composição dessa suplementação para que seja mais bem aceita principalmente pelas nossas crianças ianomâmis.

Evidentemente que a nossa saída desse cenário de desnutrição está muito longe ainda, requer muito esforço. Não baixou ainda o nosso desafio ou risco, mas nós estamos realmente empenhados em superar essa crise com a ajuda dos outros ministérios. Por isso é que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, dirigido pelo Ministro Wellington Dias, tem sido um parceiro da Sesai e do Ministério da Saúde para pensar nessas alternativas da alimentação específica e também do acesso à água potável para o povo ianomâmi.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– O Jorge Luiz não...

Paulo Cesar. Você é médico, agora vamos apertar você!

O SR. PAULO CESAR BASTA (Para expor.) – Pena o Senador Marcos Pontes não estar aqui também porque ele fez perguntas importantes sobre essa temática e seria importante ele escutar o que a gente tem para dizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começo pela pergunta que ele fez: se é possível estabelecer uma relação direta entre a questão da desnutrição e o avanço do garimpo. Para tentar elucidar essa questão, eu digo que a primeira providência do garimpeiro quando entra no território é promover a devastação da cobertura vegetal, a derrubada da floresta, a mudança do curso dos rios, fazer cavas, fazer grandes buracos dentro da área nativa e, com isso, promover uma mudança no ecossistema local. Então, como já foi citado no relatório lido pela Joenia, os animais de grande porte, como a anta, o veado, o caititu e outros animais que são fonte de proteína, que são fonte alimentar para os povos ianomâmi, quando não são diretamente abatidos pelo garimpo, eles são afugentados. Isso faz com que a obtenção desse alimento fique cada vez mais difícil, as pessoas tenham que cobrir distâncias cada vez maiores para ter acesso a essas proteínas naturais.

À medida que o garimpo destrói a cobertura vegetal, ele também diminui a disponibilidade de produtos alimentares que são provenientes da coleta. Por exemplo, a castanha, o açaí, o buriti, a bacaba, os cogumelos, enfim, outros produtos, diversos alimentos que são fruto de coleta e que ajudam a alimentação dos povos indígenas são diretamente comprometidos. Com a expansão do garimpo, as terras agricultáveis que são utilizadas para roça, para as lavouras das famílias e das comunidades também ficam comprometidas. As áreas diminuem sua disponibilidade, e, além disso, essas áreas ficam contaminadas. E, para priorar a situação de uma vez, os garimpeiros contaminam os rios, como foi mencionado, contaminam os peixes, uma das principais fontes de nutrientes para essas populações. Então, esse é um processo de associação direta da presença do garimpo com a escassez de alimentos naturais dentro do território.

Por outro lado, o garimpo usa duas estratégias de cooptação, de aliciamento das comunidades. A primeira é a promessa, principalmente para homens jovens, de enriquecimento fácil, de acesso ao ouro, de acesso a bens e mercadorias que vêm da cidade, e isso faz com que o garimpo tire esse homem jovem de dentro da comunidade. E o homem jovem dentro da comunidade tem dois papéis importantes. Há uma divisão tradicional do trabalho nas comunidades ianomâmis, no qual o homem vai abrir uma clareira na floresta para que sua esposa vá fazer o roçado, vá fazer a sua lavoura. Depois, a esposa fica responsável pela manutenção da roça, onde são produzidos basicamente carboidratos, como mandioca, inhame, cará, milho, batata-doce, banana, etc., e o homem fica com a função de buscar proteína por intermédio da caça do animal na floresta ou, então, do pescado ou dos produtos de coleta. Como esses produtos estão escassos, eles não vão chegar às famílias. A dupla ação negativa do garimpo é que o homem, que é responsável por esse trabalho, é retirado da sua comunidade, ele é levado para dentro do garimpo, então, ele desguarnece a sua família: ele não vai ter condições de levar, para alimentar sua mulher e seu filho, nenhum tipo de proteína e vai deixar sua família em condições de vulnerabilidade, sujeita à violência sexual, sujeita a diversos abusos e a outros tipos de violações. Aí se fecha um ciclo terrível que compromete diretamente a segurança alimentar nos territórios.

(Soa a campainha.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO CESAR BASTA – Essa é a primeira parte da minha resposta. Se o senhor me conceder mais um pedaço, então, para estabelecer essa relação clara entre a presença do garimpo e a insegurança alimentar, a fome e a desnutrição nos territórios...

E, com isso, as pessoas vão adoecendo.

Outras consequências da mudança do ecossistema é que aumenta a população de mosquitos e, com isso, as doenças transmitidas por mosquito aumentam. Eu tinha dados para apresentar da expansão da malária nos territórios ianomâmis ao longo dos últimos anos. É impressionante, de 2007 para 2020, o número de casos de malária *falciparum* dentro do território ianomâmi aumentou 87 vezes. Então, as pessoas doentes, com febre, consumidas também não têm condições... Como disse a Célia, quem tem fome não tem força para lutar. Então, esse é um problema importante.

E como é que faz para enfrentar esse problema? A desnutrição, assim como praticamente todos os eventos em saúde, é um evento multicausal, é um evento de determinação complexa. Então, para isso, ela requer ações igualmente complexas.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR BASTA – Mais uns minutinhos?

A primeira providência que eu costumo citar para enfrentar a desnutrição é garantir a soberania, a segurança e a soberania do território. Então, a desintrusão dos invasores é a primeira providência, mas não é o suficiente, porque o Estado brasileiro tem que garantir que esses invasores não vão retornar para dentro do território. É a partir da desintrusão que vai começar o processo de recuperação dos territórios e de recuperação da sociedade local.

Enfim, é necessário também, como foi dito aqui pelos colegas que me antecederam, garantir serviços públicos essenciais para essa população. Com a contaminação do ambiente, a contaminação dos rios e dos peixes, as fontes naturais de alimento e as fontes naturais de água não estão mais disponíveis. As comunidades não têm água potável para beber, não têm alimentos em quantidade e qualidade suficiente para manter a sua energia, manter a sua vitalidade. Então, o Estado precisa garantir serviços públicos essenciais, precisa garantir a presença de serviços de saúde. Como foi dito aqui, vários serviços foram desativados, vários postos foram queimados, vários desvios de recursos, de vacinas, de medicamentos... Então, toda criança... Quem é pai ou quem é mãe aqui sabe que uma criança é um ser humano frágil, que precisa fazer um acompanhamento regular, que precisa ter cumprida a sua caderneta de vacina, que precisa ter uma assistência adequada à sua alimentação. Infelizmente, as crianças ianomâmis foram abandonadas pelo Estado brasileiro durante décadas, e esse abandono ganhou seu auge nos últimos quatro anos. Então, o Estado precisa assumir esse papel de ofertar esses serviços públicos essenciais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso também não é suficiente. É preciso que existam projetos de remediação, de recuperação dessas áreas recuperadas. Tem que se fazer reflorestamento das áreas que foram devastadas. Precisa-se pensar, com os engenheiros do Senador Marcos Pontes, em soluções para descontaminação das áreas, descontaminação da terra, descontaminação do rio.

É preciso pensar também, o Estado tem que pensar em projetos de etnodesenvolvimento, no qual as populações indígenas sejam envolvidas desde a concepção dessas propostas ao desenvolvimento dessas propostas, à execução, à avaliação da eficácia dessas propostas e, sobretudo, à repartição dos benefícios que, porventura, sejam oriundos dessas propostas. E essas propostas precisam valorizar as vocações locais, tanto sob o ponto de vista das pessoas que vivem no território como das vocações do ambiente, e não se chegar com pacotes fechados de projetos desenvolvimentistas achando que garimpo é sinônimo de riqueza...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO CESAR BASTA – Muitas vezes, o garimpo é o que perpetua a pobreza e acentua ainda mais as desigualdades em saúde.

E, por fim, Senador, se o senhor me permite, fazendo referência à fala da Deputada Joenia Wapichana, a recuperação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional(Consea), que foi uma das primeiras ações do Governo Lula, a recuperação dos programas de aquisição de alimentos, dos programas da agricultura familiar, dos programas relacionados à cesta básica nas escolas ou à merenda escolar, desculpe, isso tudo tem que ser trabalhado em parceria com a Embrapa, com desenvolvimento de sementes, para poder levar alimentos apropriados à população. E, enquanto isso tudo não acontece, infelizmente, a cesta básica é emergencial, cumpre um papel importante para matar a fome das pessoas. Naturalmente, as cestas precisam ser adequadas às tradições e à realidade local.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Eu gostaria de agradecer... (Pausa.)

A Senadora Damares acaba de chegar. V. Exa. vai querer...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)
– Sim...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– V. Exa. dispõe de cinco minutos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)
– Senador, eu sou mulher!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
 – Seis minutos!

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF.
 Para discursar.) – Eu lamento não ter assistido à apresentação do Secretário Especial de Saúde Indígena, do Dr. Jorge Luiz e do Dr. Paulo, mas eu já conheço o trabalho do senhor e eu prometo que eu vou assistir com muito cuidado depois ao que vocês falaram.

Esta Comissão quer mesmo não só acompanhar a saída dos garimpeiros, ela começa com um objeto, mas ela ampliou muito o seu leque, para a gente apresentar respostas.

E, nesse sentido, eu queria, com todo o respeito, me dirigir à Deputada que está presente.

(Soa a campainha.)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)
 – Deputada, eu quero muito conversar com a senhora sobre o projeto de lei de que nós pedimos o desarquivamento, um projeto aprovado por um número absurdo de votos na Câmara que chegou ao Senado, já passou por uma Comissão, está aqui desde 2015, amplamente discutido. É um projeto para proteger mulheres indígenas e crianças. Se esse projeto já tivesse sido aprovado, Deputada, talvez a gente não teria tanto para discutir nesta Comissão. Quando esse projeto diz que o Estado é obrigado a cuidar de uma criança desnutrida, é uma redundância, Dr. Paulo? Talvez seja, mas é um projeto que traz para o agente público a obrigação, inclusive, de, se preciso, tirar a mulher vítima de estupro da comunidade, a criança vítima de estupro da comunidade. É um projeto que foi amplamente discutido com os povos, criado pelas mulheres indígenas e leva o nome de uma mulher indígena. Então, Deputada, eu me coloco à inteira disposição para conversar com a senhora, com muito carinho, com muita atenção, e, se precisar, para a gente melhorar o projeto de lei.

Acreditem, eu tenho anos na causa – anos. Eu tenho uma história. E, nos últimos anos, a minha história – Senador, me permita, é um minuto só – tem sido rasgada por um jogo de narrativas. Eu não vou morrer como assassina de índios, de indígenas; eu não vou morrer como genocida. Eu quero a oportunidade de mostrar o trabalho que eu fiz por 30 anos e o trabalho que eu ainda quero muito fazer com os povos.

Com todo o respeito, sou mãe de uma menina indígena. Eu convivo com as comunidades e eu demonstrei isso em três anos em que fui Ministra: um ano cumprindo um PPA que a gente recebe de um Governo anterior, que é o que está acontecendo contigo agora, e dois anos de pandemia. E a política indígena não era a minha responsabilidade. E eu fiz tudo que estava dentro da minha atribuição e, às vezes, extrapolei.

Assim, eu só precisava fazer esse registro, Deputada, porque as redes já estão fervendo de novo com a Senadora assassina. Nesta Comissão, a gente tem Senadores comprometidos com a causa que querem uma resposta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada por esta oportunidade.

E, Deputada, quero muito conversar contigo, muito mesmo, para a gente, se precisar... Eu não sou autora do projeto, eu participei dessas discussões lá na Câmara e aqui no Senado e quero continuar essa discussão para a gente encontrar caminhos para proteger mulheres e crianças indígenas.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Eu vou conceder dois minutos para V. Exa. se manifestar, por conta do adiantado da hora e também em função do compromisso dos nossos convidados. V. Exa. dispõe de dois minutos.

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG) – Vou até concordar com os dois minutos, mas eu poderia dizer: eu sou mulher e sou indígena.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Mais um minuto, então! (*Risos.*)

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG. Para expor.) – No enfrentamento à violência... E os companheiros que estão aqui sabem que nós, além de ser Deputada, somos cofundadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas. É muito difícil fazer um debate... Inclusive, nas mulheres indígenas, existe uma diversidade de mulheres indígenas, mais de 305 povos, mais de 274 línguas faladas. E aí, quando fala da violência, nós não somos a favor da violência! Todos os meses, nós enfrentamos, nos posicionamos na questão de violências sexuais, de mulher guarani-caiová que foi queimada viva ano passado, das casas de reza, de crianças...

Inclusive, hoje, a questão de trocar trabalho por comida é crime, trocar também comida para tentar saciar a fome de meninas que são vítimas do garimpo também é crime. Todas as vezes que tratamos dessas violências, nós tratamos com muita responsabilidade.

Eu vou dizer, agora, à Senadora que disse que quer dialogar: não tenho problema nenhum com dialogar, mas quero dizer que, embora eu não tenha mais de 40 anos na causa, é porque isso, na verdade, não é uma causa; eu sou a causa, nós somos a própria causa. Então, é muito importante dizer que... Eu entrei também com uma proposta, protocolamos um projeto lei para que sei crie o dia 5 de setembro como Dia de Combate à Violência contra as Mulheres Indígenas; entraria com um projeto de lei, mas não entrei não por falta de criatividade; é porque nós mulheres indígenas temos um modo de fazer os processos. Iremos começar esse projeto de lei, a minutar esse projeto de lei, agora na Mobilização Nacional Indígena, com as mulheres indígenas de todo o Brasil, e vamos terminar na Marcha das Mulheres Indígenas, que será em setembro. Teremos oito meses. Então, quando falamos que consultamos, se foram cinco mulheres indígenas...

(*Soa a campainha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CÉLIA XAKRIABÁ (PSOL - MG) – Mesmo eu sendo indígena, eu tenho o cuidado de consultar 305 povos diferentes. Nós precisamos de projetos de lei, ainda que com as melhores ideias – e, mesmo sendo indígena, eu tenho tomado cuidado com isso –, que sejam de acordo com os territórios indígenas. Para a gente pensar no combate à violência, temos que pensar também em soluções do próprio território, porque não é penalizando que a gente vai resolver também toda a situação, mas, principalmente, que os agressores – parte da violência – sejam parte da solução também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Quero agradecer a sua participação. Acho que ela foi oportuna, desde o início. É por isso que, na verdade, é interessante o contraditório. Com isso, nós enriquecemos, na verdade, as proposições que nós queremos apresentar ao final deste ciclo que nós temos de 120 dias. Tenho certeza de que haverá, realmente, um belo trabalho para que o Poder Executivo possa estar consciente das suas responsabilidades para proteger, de uma forma cuidadosa e definitiva, os nossos povos indígenas e, agora, nesse caso especificamente, os ianômamis.

Quero agradecer a participação do Ricardo Weibe Nascimento Costa, que é tapeba, do Ceará; do Jorge Luiz Rocha Reghini Ramos; e do Paulo Cesar Basta, da Fiocruz.

Eu não sabia que já tinha trabalhado, no início da sua carreira de médico, lá no nosso Estado, no Estado de Roraima, algumas décadas atrás, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Há 25 anos. Parabéns pelo estudo científico da mais alta complexidade e da mais importante eficiência, eficácia, para acompanhar este momento que, de uma forma transversal, vai juntando todos esses pontos para que possamos, na verdade, ajudar a decifrar... Não é decifrar, eu não diria decifrar, mas a solucionar essas questões tão relevantes que nós estamos vivendo hoje.

Então, agradeço a presença dos três participantes desta audiência pública.

Vou continuar a sessão apresentando...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Ainda tem participação?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Não, encerramos, mas pode, se quiser se manifestar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para discursar.) – Presidente, é porque aqui no Senado, assim como no Congresso Nacional como um todo, a gente tem que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se transformar em mil para dar conta de tudo. Eu estava ali na CCJ, com alguns projetos de lei, e acabou que eu não participei deste segundo momento aqui da audiência.

Eu estava ali na CCJ, com alguns projetos de lei, e acabou que eu não participei desse segundo momento aqui da audiência, mas eu queria cumprimentar todos, Presidente, e destacar algumas ações que eu acho que são, assim, bem pertinentes.

A gente está vivendo, como eu coloquei já, uma crise sanitária grave em relação aos povos ianomâmis e esta Comissão nasce, na verdade, com esse objetivo, mas eu queria também destacar as ações que o Governo Federal tem feito em relação a este momento. Logo no primeiro dia em que o Presidente Lula assumiu a Presidência da República, ele já fez a revogação do decreto pró garimpo, porque, na verdade, é inconstitucional, é criminosa a exploração do garimpo em terras indígenas.

Então, eu acho que esse gesto do Presidente foi muito importante. Nós tivemos a ida, por duas vezes, do Presidente Lula, só neste ano, aos povos ianomâmis: nós tivemos no dia 21 de janeiro e nós tivemos, agora, no dia 13 de março, ou seja, o Presidente da República, que é a autoridade máxima do Brasil, Deputada Célia, vai à região. É exatamente uma demonstração do apreço dele e da determinação, sobretudo, do atendimento a esses povos.

E a criação, também, do Comitê de Emergência, que não é apenas um setor. São vários ministérios envolvidos nessa ação, ou seja, você reúne, na verdade, uma força-tarefa para encontrar uma saída e uma alternativa para combater esse nível de desnutrição tão profunda. E, agora, nós temos aí, com essa finalização destas ações, ontem, ou foi anteontem, em que a Ministra anuncia a construção de dois hospitais para os povos ianomâmis.

Então, são ações que eu acho que são importantes, que precisam ser destacadas e eu gostaria de fazer esse destaque, mais uma vez, Presidente, pedindo desculpas aí pela minha não participação neste segundo momento aqui desta audiência.

E cumprimento, mais uma vez, a Deputada, que também tem vindo aqui, com muita frequência, a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Muito obrigada pela sua participação já ao final dessas discussões.

E eu gostaria de dizer para V. Exa. que não se preocupe, porque, inclusive, o Presidente teve que se ausentar por três vezes aqui da mesa para dar presença em outras Comissões, porque são simultâneas, mas estamos fazendo nosso papel e V. Exa. está aqui presente, assim como a nossa Ministra, a nossa Senadora Damares.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos e dizer que as suas contribuições paralelas, por solicitação do Relator desta Comissão, serão extremamente relevantes ao longo e ao curso desse ciclo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, muito obrigado pela presença dos senhores.

Itens extrapauta.

Com a anuência do Plenário, coloco em votação os seguintes requerimentos extrapauta.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 13, DE 2023

Requer, em aditamento ao Requerimento n. 12 - CTEYANOMAMI, o qual dispõe sobre a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre as providências que estão sendo adotadas para rastreabilidade da lavra e comercialização do ouro, a inclusão de representante da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF no rol de convidados.

Autoria: Senador Chico Rodrigues

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações sobre o contrato com a empresa Icarai Turismo Táxi Aéreo, que forneceu aeronaves para o transporte de profissionais de saúde e de indígenas Yanomamis.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2023



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidada a Senhora Deputada Silvia Waiãpi, ex-Secretária de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de discutir a retirada de garimpeiros das Terras Yanomami.

Autoria: Senador Dr. Hiran**2ª PARTE****EXTRAPAUTA****ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 16, DE 2023**

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, informações sobre a situação da oferta de serviços de educação na Terra Indígena Yanomami.

Autoria: Senadora Eliziane Gama**2ª PARTE****EXTRAPAUTA****ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 17, DE 2023**

Propõe a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir com os especialistas, da área da ciência, a mitigação dos impactos do garimpo ilegal na Reserva Yanomami.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes**2ª PARTE****EXTRAPAUTA****ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 18, DE 2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado representante da Empresa Voare Táxi Aéreo, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre transporte nas ações de saúde pública na Terra Indígena Yanomami.

Autoria: Senador Astronauta Marcos Pontes

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2023

Requer, em aditamento ao Requerimento 17/2023 - CTEYANOMAMI, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, a inclusão de dois convidados na audiência pública destinada a discutir com especialistas, da área da ciência, a mitigação dos impactos do garimpo ilegal na Reserva Yanomami.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Proponho ao Plenário, com base no art. 235, inciso III, alínea d, item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a votação em bloco dos itens.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação os requerimentos. (Pausa.)

Eles estão aprovados e seguirão o curso desta Comissão. (Pausa.)

Vamos votar a ata das reuniões anteriores.

Havendo número regimental, coloco em votação as atas das 5ª e 6ª reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Apresentação de requerimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui sugerindo aos Srs. Senadores membros desta Comissão que nós teremos até amanhã para apresentar os devidos requerimentos para que nós possamos fechar esse ciclo de requerimentos e dar curso às reuniões com os eventuais convidados.

Na verdade, nós temos uma... Eu vou, até por uma questão regimental, mas também pelo pleito apresentado aqui pela Senadora Eliziane, pelo Senador Humberto Costa, pela Senadora Leila e pela Senadora...

Qual foi o outro que assinou? (*Pausa.*)

A Senadora Zenaide Maia também subscreveu esse documento, pedindo para que fossem feitas algumas modificações no calendário da primeira ida à área, com o que nós concordamos. Não tenho... É fazer apenas um sobrevoo nas comunidades. Eu, na verdade, que conheço a realidade, acho que seria muito importante esse contato direto dos membros da Comissão, até porque nós tivemos o cuidado de fazer o convite para a Presidenta da Funai. Ela deverá estar presente conosco, e seria interessante que fosse mantida a visita a duas ou três comunidades próximas ali do Surucucus. Eu não vejo, assim, nenhuma dificuldade.

E a Presidenta Joênia Wapichana, conversamos aqui sobre a companhia dela nessa viagem, que será obviamente muito importante, facilitaria muito na análise e interpretação da situação em que os ianomâmis estão vivendo hoje. Nós não podemos olhar a distância, temos olhar de forma presencial.

Essa é a minha sugestão, mas, de qualquer forma, está aqui o ofício encaminhando ao Presidente da Comissão, e eu quero apenas – só temos presente a Senadora Eliziane – saber se ela concorda, qual é o impedimento que acharia nesse não pouso nessas áreas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, deixa eu lhe falar: na verdade, sobre apenas o sobrevoo, eu conversei inclusive... Em toda decisão que nosso gabinete toma, a gente sempre conversa com os movimentos, com as entidades e com as próprias comunidades, com os próprios povos, e há, na verdade, um certo temor em relação a conflitos com os próprios garimpeiros nessas três comunidades que nós destacamos aqui.

Então, a ideia seria só um sobrevoo lá, e a gente faria a visita, de fato, ao Surucucu.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Olha, veja bem, pelas informações que nós temos, em duas dessas comunidades já não tem mais nenhum garimpeiro – duas – e as outras estão sendo evacuadas possivelmente até o dia 5, dia 6, eu acho, de abril...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, a gente poderia deixar esse ponto aqui específico, como a gente ainda tem mais um tempinho, para a gente tomar uma decisão sobre elas...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Sim, sem problema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... até para sentir.

A nossa observação é só sobre isso, sobre clima de tensão...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– O. k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu lembro, Senador Chico, quando nós estivermos lá, e olha que nós estivemos... Naquela nossa primeira visita, em que o senhor inclusive estava, a gente nem chegou a ir às comunidades. Eu fui depois, numa segunda ida, mas naquela primeira... E houve ali uma manifestação terrível – o senhor lembra disso, não é? Eu citei agora há pouco – inclusive foi com a Joenia – que ela quase foi agredida fisicamente. Houve distribuição de áudios nosWhatsapps de garimpeiros, enfim, há um conflito, o senhor sabe, o senhor é de lá, e sente isso.

Então, essa nossa preocupação é só sobre a questão de segurança mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... e não é nem para a gente, e, sim, para os povos ianomâmis. Na verdade, a nossa preocupação é com eles, sobretudo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Não, mas nós...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, acho que se a gente pudesse deixar esse item específico apenas, ainda tem tempo...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Está certo, sem problema, esse item ficará para ser decidido posteriormente aos outros.

E a visita à Casai, na parte da tarde, até, porque, como há uma apresentação lá no Pelotão Especial de Fronteira, onde estão sendo comandadas todas as operações lá na área, é importante, obviamente, e é por isso que está aqui na agenda. Posteriormente – já vai encerrar lá para meio dia, 1h, e é uma hora e quinze minutos de voo do Surucucus para Boa Vista –, então, haveria o almoço. Depois, nós nos deslocaríamos para Boa Vista, à Casai, teríamos a visita à Casai, que é importante, obviamente, à casa de apoio; também ao hospital de campanha que foi instalado; ao Hospital Geral de Boa Vista, como foi solicitado também aqui. Inclusive, o Dr. Ricardo Weibe fez uma apresentação detalhada daqueles indígenas que passam na verdade pelo atendimento hospitalar lá no Hospital Geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi solicitada a visita ao Hospital Geral – foi solicitada pelos quatro Srs. Senadores e nós acatamos – e a visita ao Hospital da Criança Santo Antônio, que tem uma assistência muito, muito, muito eficiente. O Prefeito Arthur Henrique tem dado total assistência a essas crianças ianomâmis, tanto que hoje vocês verificam, pelo que foi apresentado aqui, que não houve nenhuma grave, nos últimos 15 dias, eu acho, em relação às crianças ianomâmis.

Bom, então, ficaria acatada essa sua solicitação e as visitas manteriam o roteiro anterior que nós apresentamos.

Uma questão apenas... (Pausa.)

Também, Senadora Eliziane, foi colocado aqui: debate no auditório do Ministério Público Federal.

Veja que nós havíamos solicitado preliminarmente, na agenda original, que houvesse, na verdade, uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado. Por quê? Porque obviamente nós somos políticos e ali é a Casa da população, ali é a Casa do povo e não teria, no nosso entendimento...

Veja que ali tem uma Comissão de oito Senadores, de oito Senadores que iriam, na verdade, ouvir comentários... E acho que nós não podemos ficar acuados, afinal de contas é uma representação externa do Senado da República, e nós iríamos, na verdade, com total poder e responsabilidade também em ouvir as manifestações.

Então, esse também é outro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Senador Chico...

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – ... item que nós, na verdade, queríamos discutir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Senador Chico, realmente, no caso específico aqui, citei o caso da Joenia. Nós fizemos uma audiência pública na Assembleia Legislativa. Na verdade, nós nem conseguimos fazer uma audiência pública, nós fomos recebidos pelo Presidente. Senador Chico, foi impraticável aquilo que aconteceu, quer dizer, o nível de mobilização contra e a falta de controle ali em relação aos Parlamentares, e havia ali vários Senadores também.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, assim, eu acho que nós já tivemos um retorno do que aconteceu em relação à Assembleia Legislativa. Os Parlamentares podem todos ir para a sede do Ministério Público Federal. Mas, sinceramente, eu acho que não passou segurança na experiência que nós tivemos. Como eu disse, por muito pouco, o nosso carro não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi... O nosso carro, não; a gente não foi agredido ali! As pessoas vieram de uma forma tão terrível que foi uma coisa assustadora.

Então, eu realmente acho que é inseguro, pela experiência que nós tivemos, pela experiência que nós tivemos e pela vulnerabilidade a que os Parlamentares foram submetidos naquele momento ali de a gente repetir uma experiência que nós já tivemos. Eu acho que o auditório do Ministério Público Federal é um ambiente onde nós teríamos uma melhor tranquilidade para a realização dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
 – No auditório do Ministério Público Federal não cabem 40 pessoas, como V. Exa. presenciou, pois nós estávamos juntos lá.

Então, eu acho que, na verdade, naquele momento, estava no clímax mesmo. Naquele momento, nós estávamos no clímax mesmo da presença dos garimpeiros na área ianomâmi e o clima era tenso. Hoje você verifica que a cidade está totalmente pacificada. Aliás, uma coisa que inclusive a mim me chamou muito a atenção, Senadora Eliziane, foi que, exatamente quando foi judicializada a questão e houve a determinação de retirada desses garimpeiros, até hoje, dia 29, não temos notícia de nenhum conflito ainda com essa retirada dos garimpeiros. Eles estão saindo de forma espontânea, porque houve a decisão judicial. Então, no estado, pelo menos para nós, que vivemos lá, o clima é de absoluta tranquilidade.

Eu acho que isso daria para o Relator – e para nós, da Comissão, como um todo – mais subsídios, mais informações. Agora, nós podemos deixar para as próximas sessões definir essa ida à Assembleia Legislativa. Eu entendo que, em função do que nós vivemos lá hoje, um clima de paz, de tranquilidade, etc., não haveria nenhum temor, como houve na época, mas vamos deixar para decidir na próxima sessão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, eu fiz uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
 – Sim, sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu quero deixar consignada essa minha sugestão por precaução e em cima de uma experiência que nós tivemos lá atrás.

O senhor é Presidente da Comissão, o senhor é morador do estado, e naturalmente que a sua posição tem um peso, e até de responsabilidade em relação à Comissão. Mas o meu posicionamento é de uma experiência terrível que nós tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
 – Foi o que viveu. Isso é compreensível, totalmente compreensível.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar a sessão, eu convoco a sessão para amanhã às 9h da manhã, para continuarmos com...

O e-Cidadania na verdade apresenta algumas questões. Eu vou ler apenas algumas.

Júlia Falcão, do Rio de Janeiro, pergunta: "Como proteger os povos originários de crises futuras?". Olha que a pergunta é recorrente.

Anna Beatriz, de São Paulo: "Qual a melhor forma de proteger o povo ianomâmi sem prejudicar sua cultura?"

Eduardo Almeida, do Rio de Janeiro: "Na visão do Executivo Federal, quais as principais causas para a crise na terra indígena ianomâmi?"

Serão distribuídas para os participantes, que acredito que deverão retornar com essas informações para os senhores internautas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos convidados e dos Srs. e Sras. Senadoras para a audiência, e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e boa tarde.

(Iniciada às 8 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 42 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8^a REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia trinta de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Eliziane Gama, Astronauta Marcos Pontes e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Dr. Samuel Araújo, Eduardo Gomes e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Dr. Hiran, Mecias de Jesus, Humberto Costa e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** A visão do Poder Executivo Federal sobre a crise na Terra Indígena Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo. **Participante:** Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Ibama - Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/30>

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8^a Reunião da Comissão Temporária





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

A audiência pública de hoje é em atendimento ao item 3.3 do plano de trabalho com o objetivo de debater a visão do Poder Executivo federal sobre a crise da Terra Indígena Yanomami, causas e possíveis soluções, de curto, médio e longo prazos.

A presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Antes de iniciarmos a audiência, comunico a todos os membros que encerra hoje o prazo para apresentação de novos requerimentos à Comissão.

Participará da audiência de hoje o Sr. Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), também indicado para representar o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima nos assuntos pertinentes.

Convido o Sr. Jair Schmitt para fazer parte da mesa. (*Pausa.*)

O senhor dispõe de 20 minutos para fazer a sua apresentação.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Chico Rodrigues. Bom dia aos Senadores aqui presentes, aos demais presentes e a todos que nos acompanham pela TV Senado.

Agradeço a oportunidade de trazer esclarecimentos a esta Comissão, sobretudo sobre a atuação do Ibama na proteção da Terra Indígena Yanomami e no combate ao garimpo ilegal naquela unidade.

Eu vou fazer uma breve apresentação aqui daquilo que representa de maneira geral a atuação do Ibama nos últimos dois meses, trazendo informações e esclarecimentos aqui à Comissão.

O primeiro ponto importante de esclarecimento é que a atuação do Ibama no combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami se dá por três motivos. O primeiro é o dever legal da instituição, as atribuições a ela conferidas, para combater as práticas ilegais ambientais na Região Amazônica, em terras indígenas e em outras áreas especialmente protegidas de maneira geral, sob atribuição institucional. Adicionalmente, como é de conhecimento, nós temos duas decisões judiciais que tratam da Terra Indígena Yanomami e que trazem obrigações à instituição de agir. A primeira delas é a ADPF 709, do Supremo Tribunal, que determina a atuação do órgão para proteção não só desses territórios, mas também de outros seis territórios na Amazônia igualmente afetados pela exploração ilegal de minérios e de madeira ou por outras práticas ilícitas, com ocupação de pessoas não autorizadas. Então, além da Terra Indígena Yanomami, estamos nas Terras Indígenas Munduruku, Kayapó, Trincheira Bacaja, Karipuna, Uru-Eu-Wau-





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Wau e Arariboia. Além dessas terras indígenas, existem outras decisões pontuais, singulares na Justiça Federal que obrigam o Ibama, a instituição, a agir na proteção das terras indígenas, assim como outras instituições.

E, especificamente, ainda na Terra Indígena Yanomami, nós temos uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal a qual determina a atuação do órgão para auxiliar na desintrusão e no combate a esses crimes e infrações ambientais.

Aqui eu trago um breve resumo da evolução do desmatamento, da supressão da vegetação nesses sete territórios, abarcados pela ADPF 709. Nós temos aqui o território indígena ianomâmi de 2019 a 2020. Esse estudo foi feito aqui com imagens de satélite de alta resolução, e aponta aí um aumento de cerca de 7 mil hectares em supressão da vegetação, parte disso para usos diversos e boa parte aí para atividade mineral.

Na sequência nós temos a Terra Indígena Kayapó, também com um volume expressivo de cerca de 6 mil hectares desmatados; Trincheira Bacaja, Karipuna, Munduruku e Arariboia, que são as mais afetadas.

Bom, especificamente nessa imagem aqui, a gente tem uma representação aí da localização dos principais pontos de concentração dessas áreas com garimpo. Basicamente, as mais recentes, de 2019 a 2020, já estão concentradas em quatro blocos: três blocos, um mais a norte, na calha do Rio Uraricoera; uma mais central, na calha do Rio Mucajá, e uma mais a sudoeste, aqui próximo aos limites da terra indígena. Além disso, existem outros pontos aí dispersos por todo o território também com ocorrência de mineração.

Bom, para além das ações que são desenvolvidas pelo Governo Federal, seja de assistência, atendimento humanitário, seja por conta das questões de saúde, alimentação, entre outros, a atuação do órgão na terra indígena foi desenhada com três elementos estratégicos, na perspectiva de que a gente pudesse influenciar na retirada de invasores e de reduzir a ocorrência dessa criminalidade.

A primeira linha estratégica é impedir, bloquear a entrada de suprimentos que viabilizem, que sejam insumos para a prática ilícita, para a prática criminosa: combustível, maquinário, material, suprimentos alimentares, entre outros. Então, para isso foram estabelecidos bloqueios em dois pontos estratégicos da terra, um pelo Rio Uraricoera e o outro pelo Rio Mucajá, que são as principais formas de acesso fluvial ao território e onde circula grande quantidade desses insumos que são levados até os garimpos e também há a retirada dos minerais, o ouro, que é o principal mineral, o mais valioso e tudo mais, mas também a cassiterita, que é também um mineral bastante valioso e explorado em grande quantidade e em grandes volumes naquela região – a cassiterita de onde, depois, é extraído o estanho. Então, esses pontos de controle são decisivos para que a gente interrompa e promova essa saída dos garimpeiros.

A outra estratégia é inviabilizar a infraestrutura utilizada para a prática criminosa, sejam motores, acampamentos, materiais utilizados para fazer a exploração ilegal do minério; aeronaves que também, pela via aérea, se utilizam desse modal para levar suprimentos a determinadas regiões, a determinados garimpos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nessas duas estratégias iniciais, nós iniciamos os trabalhos no dia 7 de fevereiro e temos atuado, até então, até o momento, naquela região, sem previsão, sem perspectiva de saída da área, ou, pelo menos, a perspectiva é de que quando, de fato, cesse a atividade ilegal.

Há uma terceira estratégia que está associada também à redução de suprimentos para a atividade ilegal, sobretudo o fornecimento de combustível para a aviação e outras formas de combustível que são empregadas na prática ilegal.

Bom só um detalhe aqui, no gráfico anterior, neste gráfico em azul, aqui se demonstra a evolução do desmatamento na terra indígena, nesses últimos quatro anos. Observem que há uma evolução gradativa em 2019, 2020, 2021 e 2022, com grande pico de desmatamento. A maior parte do desmatamento, como eu havia ponderado, é feita justamente para a exploração mineral.

Bom, do ponto de vista administrativo, do papel do Ibama como órgão ambiental, para combater as práticas ilegais, o que nós temos de resultados um pouco mais formais? Isso não exclui a atuação de outras forças federais, sobretudo de Polícia Judiciária, Polícia Federal, que também atua no combate aos crimes, a abordagem de polícia de Justiça, a Polícia Judiciária, investigando, estabelecendo as medidas de persecução criminal.

Por parte do Ibama, foram feitos 52 autos de infração – isso equivale a cerca de 28 milhões de multas indicadas aos infratores; foram feitos 77 termos de apreensão dos diversos materiais, objetos e insumos utilizados na prática ilícita; 53 termos de destruição de parte desse equipamento e material que foi inutilizado; termos de demolição; termos de suspensão de determinadas atividades; e outras notificações para esclarecimentos ou providências aos administrados.

Como uma das estratégias principais é inviabilizar a estrutura empregada para a prática criminosa, então a apreensão e inutilização desses equipamentos é decisiva e é o que mais tem gerado efeito dissuasório imediato e, de fato, tem contribuído para a desativação ou, pelo menos, a paralisação de garimpos em boa parte do território.

Então, a instituição, até o momento, apreendeu mais de 20 mil litros de combustíveis, seja de aviação, gasolina ou o próprio diesel utilizado nos motores para exploração ilegal, diversos equipamentos na parte de infraestrutura dos acampamentos, *freezer*, material empregado por esses acampamentos. Foram desmobilizados 285 acampamentos, ou seja, uma situação equivalente, talvez, a 285 frentes de exploração mineral naquela área. Há outras estruturas, portos, equipamentos utilizados de comunicação para os garimpeiros, principalmente internet, que viabiliza a comunicação deles, o cometimento dessas práticas ilícitas. Enfim, há uma diversidade enorme de materiais e equipamentos.

Destaco também o volume de aeronaves apreendidas e algumas utilizadas na prática ilícita, aviões, aeronaves; apreensão de mais de 20 toneladas de cassiterita. O detalhe é que essa cassiterita, fazendo um preço médio de mercado, isso é relativo ao teor de estanho, mas considerando-se a R\$100 o quilo da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cassiterita, nós teríamos aí pelo menos R\$2 milhões nesses produtos e alguns gramas de ouro. O ouro, normalmente, é um insumo, um material extraído que é um pouco mais complexo de se apreender. Também foram apreendidos aí 4,5kg de mercúrio, motores utilizados no garimpo – são 50 motores. Enfim, retroescavadeira também foi objeto de apreensão. Então, tem um volume grande de produtos envolvidos na prática ilícita que foram apreendidos e parte inutilizados.

Bom, aqui vou repassar brevemente, é só um contexto, são imagens desse cenário do garimpo ilegal. Então, aqui é uma área de porto, que é utilizada como entreposto de abastecimento terrestre e fluvial para levar insumos. Isso é dentro da terra indígena.

Nós temos aqui alguns exemplos de apreensões. Aqui na foto superior, tem um acampamento utilizado para a prática ilícita, balança, alguns gramas de ouro que foram apreendidos sendo pesados. É comum e recorrente a apreensão de armas, desde armas pequenas a armas de grosso calibre. Na foto ao centro, inclusive, nós temos munição de fuzil. Há relatos de grupos criminais organizados também envolvidos na área.

Aqui uma outra imagem do emprego de balsas, de meios flutuantes também para fazer a exploração ilegal do ouro. Nossa equipe, inclusive com a aeronave, aqui está fazendo a abordagem, fazendo a atividade de fiscalização. Nesses casos aqui, a medida aplicada é a inutilização desses equipamentos para a prática ilícita.

Aqui algumas imagens de embarcações transportando esses insumos para dentro do garimpo. Normalmente, são embarcações de 12m, com motores potentes de 200 HPs ou mais.

A Força Nacional nos ajuda nas tarefas, entre outras instituições, fazendo a abordagem desses garimpeiros.

O nosso ponto de controle para interromper esse fluxo de suprimentos à terra indígena. Algumas embarcações também foram apreendidas. Então, são exemplos da nossa atuação, do nosso trabalho.

E aqui, especificamente, alguns equipamentos materiais, a maior parte deles irregular inclusive perante a autoridade aeronáutica, mas que são utilizados para a prática criminosa, a prática ilegal, como aeronaves, aviões, helicópteros e escavadeiras.

Bom, embora com todo o esforço empreendido pela instituição que tem, sim, gerado resultados positivos no intuito de retirar e impedir essa prática criminosa, nós ainda temos observado muitas aeronaves sobrevoando a região e levando suprimentos, e isso foge um pouco do alcance de atuação da instituição. Nesse aspecto logístico aqui, é decisivo que a gente tenha uma atuação mais contundente para evitar a chegada desses suprimentos. Então, aqui são exemplos de aeronaves, aviões, helicópteros atuando em prol dos criminosos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, alguns resultados importantes iniciais na atuação da instituição, olhando para as principais calhas de rio – o Rio Mucajá, o Rio Uraricoera –, o Ibama concentrou inicialmente a sua atuação no Rio Uraricoera e depois expandiu sua atuação para o Rio Mucajá. No Rio Uraricoera, os alertas de desmatamentos recentes, que são indicativos de avanço do garimpo, reduziram em 78%.

Então, esse é um resultado bastante significativo nessa estratégia de inviabilização da prática criminosa. É um resultado bastante significativo para essa região. E, obviamente, nas regiões que têm menor concentração de atuação ou que estão numa escala em planejamento, não teve uma redução tão significativa quanto essa aqui. Então, é um resultado bastante expressivo para o cumprimento da determinação judicial, para a proteção daquele território.

Numa estimativa mais perceptiva das áreas em que nós atuamos, acredita-se que 70% a 80% dos garimpos que estavam ativos nessa calha de rio hoje não se encontram mais ativos. Então, é um número bastante expressivo para essa região, para esse bloco de atuação.

Enfim, essas são algumas considerações, alguns apontamentos iniciais. O trabalho do Ibama tem sido realizado com muito afinco pelos seus servidores, especialmente pelo grupo especializado de fiscalização. Então, além dos fiscais convencionais que lá estão apoiando, atuando, nós temos um grupo especializado que tem atuado com aeronaves da instituição e também com o apoio de outras aeronaves, da Polícia Rodoviária Federal, da Força Aérea, do Exército e da Marinha, dentro daquele contexto do apoio logístico determinado pelo Presidente da República, por meio do decreto presidencial.

A nossa expectativa, como eu havia ponderado, é uma atuação permanente na região, somando a outros esforços do Governo Federal para de fato retirar, acabar com todo o garimpo que existe na terra indígena e sobretudo criar condições factíveis para que essa prática em vista não volte a ocorrer naquela área.

Medidas importantes ainda que devem ser tomadas ou que estão em curso. Primeiro, precisamos efetivamente impedir que esse fluxo, esse suprimento aos garimpos por meio aéreo ocorra. Boa parte desses garimpos são supridos com combustível, alimentos. Inclusive, ouro e cassiterita são retirados também por meio aéreo. Então, precisamos efetivamente fazer com que essa forma de operação de garimpo não ocorra. Inclusive há relatos de que aeronaves transpõem a fronteira para trazer esses suprimentos ao Brasil. Então, aeronaves que vêm da Venezuela ou de garimpos próximos dali estão sendo supridas dessa forma.

É importante inclusive avançarmos nas investigações criminais. A gente olha a fala e comenta muito sobre o que trata dos garimpeiros, que são parte da massa de pessoas envolvidas no crime, mas é evidente que existem outras camadas criminosas que financiam essa atividade. Então, a polícia tem atuado, já deflagrou algumas operações, mas certamente essa investigação, seu aprofundamento quanto a esses financiadores e atores chaves é decisiva para a atuação na região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, o controle, as melhores regras da cadeia de exploração de mineral, sobretudo de ouro, é extremamente importante. O controle financeiro, o controle da cadeia de custódia do ouro, algumas medidas – até hoje, inclusive, no *Diário Oficial* foram publicadas regras novas aí que vinculam o controle por meio de nota fiscal eletrônica da exploração mineral, que é uma das medidas importantes, mas existem outras a serem estabelecidas – que precisam ser empreendidas.

(Soa a campainha.)

O SR. JAIR SCHMITT – Isso, inclusive, é importante para que a gente possa separar a produção legal, a produção sustentável mineral no país daquela prática ilegal que vem ocorrendo nesses territórios indígenas.

Por último aqui, quero só fazer o agradecimento não só aos servidores do Ibama que têm atuado nessa operação, mas aos outros parceiros institucionais, a Força Nacional de Segurança Pública, a Funai, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Agência Nacional de Petróleo, as Forças Armadas como um todo, o Ministério da Defesa, o Ministério dos Povos Indígenas, e a várias outras instituições locais lá que têm contribuído para a atuação da instituição.

Meu obrigado, Senador, e me coloco à disposição aí para os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Eu quero agradecer a apresentação do Jair Schmitt, representando aqui o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente.

Vou passar a palavra para a Senadora Damares Alves.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Sr. Jair, obrigada por ter colaborado com informações tão preciosas para esta Comissão.

Quero cumprimentar todo o seu pessoal que está lá na base, que está lá na ponta.

Ontem eu fiz uma coisa aqui com os agentes de saúde e vou fazer hoje com a sua equipe lá do Ibama. Às vezes, quando a imprensa está falando dessa tragédia, é como se todo o pessoal do Ibama tivesse parado por anos, sem estar na área, sem fazer nada, mas a gente sabe que a equipe do Ibama, ao longo dos anos, tem cumprido o seu papel dentro de suas atribuições, dentro do que é possível. A gente sabe das operações nos últimos quatro anos, das aeronaves que foram apreendidas, do trabalho que a equipe do Ibama fez. Então, eu preciso fazer esse registro pelos agentes de Estado. Esse povo está trabalhando. Esse povo esteve trabalhando. Então, eu faço esse registro.

Eu só vou ter uma pergunta para fazer, Sr. Jair.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Decreto 11.405 fala da neutralização de aeronaves apreendidas. As neutralizações estão acontecendo? Elas estão apreendidas em algum lugar? Nós aprendemos 111 nos anos anteriores, no Governo anterior. Essas que estão sendo apreendidas já estão sendo neutralizadas?

E a outra pergunta, Sr. Jair: já temos um plano de recuperação ambiental? As imagens que o senhor mostra são muito fortes, e a gente sabe que isso vai aí por um bom tempo ficar daquele jeito, aquela devastação. Nós já temos um plano? Esse plano já está sendo apresentado? A gente já pode ter acesso, ajudar, inclusive, em sugestão? E a gente sabe que nada nesse país se faz sem dinheiro, e o orçamento está aqui no Congresso. De que forma a gente pode colaborar com o plano?

E parabéns pelo trabalho de vocês.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Senadora Damares, muito obrigado pelas suas ponderações e também pelas suas perguntas.

De maneira bem objetiva: a neutralização, inutilização, apreensão, destruição de aeronaves podem ser feitas pelo menos por três caminhos distintos que a legislação ampara. Tem uma atuação por meio do controle de espaço aéreo e pelas medidas de segurança a cargo da Força Aérea Brasileira. Aí, especificamente a esse respeito, eu acho que seria mais apropriado a própria Força Aérea responder e prestar esses esclarecimentos. Eu não quero invadir a competência e o próprio conhecimento específico sobre o assunto.

Essas aeronaves também podem ser apreendidas e, em alguns casos, destruídas, neutralizadas por meio de processos criminais, por meio de investigação criminal, conduzidos normalmente pelo Ministério Público ou pelas polícias judiciárias, notadamente pela Polícia Federal, e podem também ser apreendidas, neutralizadas, destruídas por meio do rito administrativo que compete aos órgãos ambientais, no caso aqui, especificamente ao Ibama.

Então o Ibama, ali no quadro anterior, naquilo que a legislação nos ampara – nós temos amparo legal para fazer isso, seja na Lei 9.605, seja em atos regulamentares da lei, seja, inclusive, nas próprias decisões judiciais: a DPE 709 e a decisão da ação civil pública do Ministério Público. Naquilo que nos compete, nós já fizemos a apreensão e a neutralização de pelo menos sete aeronaves: seis de asa fixa, que são os aviões; e uma de asa rotativa, que são os helicópteros. Inclusive esse helicóptero já havia sido apreendido em outro momento. Teve alguma liberação judicial...

O que a gente observa muito dessas aeronaves é que, além de toda irregularidade, do ponto de vista da operação da aeronave, perante a autoridade aeronáutica, Anac, elas estão escondendo os brevês, colocando adesivos para descharacterizar as aeronaves, como se fossem outras placas de carro. Então, existe um conjunto de outras práticas ilícitas, associadas ao uso desses equipamentos. Então, da parte da instituição, nós temos feito isso. Mas, sobretudo, ampliar o controle ou impedir que essas aeronaves, efetivamente – salvo aquelas de natureza humanitária, de suprimentos, que a própria Funai e outras





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições utilizam –, sobrevoem e levem suprimentos à terra indígena é fator crucial e decisivo para o sucesso dessa operação.

Ah, desculpe-me, a outra pergunta sobre a recuperação ambiental, Senadora, é extremamente importante, porque o grande problema do garimpo não é necessariamente o desmatamento, esse é um problema, mas é pequeno; o problema do garimpo, do ponto de vista ambiental, é o mercúrio; são todos os sedimentos que estão expostos na água; é a doença, enfim, a contaminação da água, dos alimentos dos indígenas, isso é que traz consequências bastante nefastas a eles. Então, esse processo de recuperação ambiental é necessário, é importante, mas certamente vai ter mais sucesso, vai ser mais bem conduzido a partir do momento em que a gente conseguir efetivamente parar e retirar os garimpeiros de lá. Não existem hoje condições – vamos dizer assim – factíveis de se avançar e fazer uma recuperação ambiental enquanto tiver exploração ilegal, não é?

Então, o próprio Ministério do Meio Ambiente, na pessoa da Ministra Marina Silva, já se posicionou no sentido de dar atenção, prioridade máxima a isso, com possibilidade, inclusive, de financiamento, via Fundo Amazônia, ou outras fontes de financiamento para buscar a recuperação ambiental daquele território ou talvez de outros territórios. Esta é uma medida importante: não basta parar o dano, nós precisamos reparar esse dano, para que quem vive lá não continue com as mazelas, com as consequências que foram cometidas no passado.

Mais um detalhe, já existe uma articulação, um trabalho do Ibama, do próprio Ministério do Meio Ambiente, de fazer um acompanhamento, um monitoramento da contaminação do mercúrio, junto a outras instituições, para que se faça um monitoramento mais de médio e de longo prazo para que se avalie a qualidade ambiental na região.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Gostaria de consultar o Senador Astronauta Marcos Pontes sobre se gostaria de fazer alguma indagação. (Pausa.)

V. Exa. tem a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interolar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia; bom dia, Jair.

Eu tenho algumas questões a fazer agora. Eu estava ouvindo o questionamento da nossa Senadora Damares, e, com relação às parcerias do Ibama, obviamente que ninguém consegue fazer nada sozinho, então essas parcerias são bastante importantes.

Sobre a parte das aeronaves e do controle do tráfego na região – o senhor sabe que eu sou da Força Aérea também, não é? –, nós temos lá o Censipam. Como é feita essa relação do Ibama com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Censipam, mais especificamente... O Censipam é o gestor justamente do sistema de proteção da Amazônia, eles têm obviamente uma certa capacidade aí de se ligar ao sistema, todos os radares, etc., que podem auxiliar nesse monitoramento de aeronaves não autorizadas. Lá, inclusive, eu mesmo já participei de treinamento de interceptação de aeronaves lá, mas era mais no caso de drogas, não era exatamente essa parte. Então, a primeira questão é esta: como é feito esse relacionamento com o Censipam, se isso tem sido feito ou se pode ser melhorado, porque é importante para a gente poder ajudar aqui a articular essas melhorias, esse contato.

Outra questão importante com relação à parte de regeneração das áreas degradadas no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – e esse é um projeto que eu conheço bem porque eu ajudei a instituir isso aí lá –, é que nós temos um projeto chamado Regenera. O Regenera tem 120 áreas de regeneração que são estudadas por cientistas, obviamente, conhecedores exatamente disso para usar a melhor ciência para a regeneração de áreas, não só na Amazônia, como nos diversos biomas do Brasil. E a minha intenção, inclusive, era aumentar de 120 para pelo menos 2 mil áreas de regeneração. Não é que eles vão fazer regeneração de tudo; é que eles estudam a regeneração e depois passam o conhecimento para as autoridades locais e para aqueles que podem dar continuidade ao processo, que é o modo bastante inteligente de fazer essa regeneração das áreas. Então, se vocês têm essa parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu acredito que existe, eu acredito que existe. É só para confirmar aqui, por que é uma boa uma boa dica aí também.

Com relação ao mercúrio, que é uma das preocupações... Inclusive ontem nós colocamos o requerimento para vir uma equipe de cientistas, pesquisadores com foco justamente na recuperação de mercúrio no *tracing*, no rastreamento do ouro. Inclusive é uma coisa para a gente saber exatamente da onde vem o ouro, apesar das modificações no processo de depuração, mas nós acreditamos que seja possível. Virá aqui para falar com a gente o Zé Roque, que é o Diretor do Centro de Pesquisa em Energia e Materiais, que o pessoal conhece mais pelo Sirius, mas é um dos laboratórios que tem lá no complexo em Campinas, eles têm uma capacidade gigantesca em observação de materiais e talvez eles consigam ali achar uma maneira de fazer esse rastreamento do ouro para saber da onde vem o ouro especificamente, porque é uma coisa muito importante a gente determinar ouro vindo de local ilegal, como se fosse achar o – entre aspas – "DNA" daquele ouro lá.

E também vem o pessoal para falar sobre mercúrio, sobre recuperação de áreas com mercúrio e, inclusive, sobre a possibilidade de se evitar completamente o uso de mercúrio dentro desses sistemas, o que, particularmente, eu acho que seria muito importante, porque a gente vê o estrago que faz o mercúrio, e, mexendo em todo sedimento ali, eu imagino que outros minerais, outras coisas vão acabar contaminando também toda a vida.

É uma luta que a gente tem no oceano. Não sei se você tem acompanhado outra coisa lá no ministério, que é importante também – é outro assunto aqui –, com relação ao oceano. Eu criei lá o Instituto Nacional





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Mar, e uma das finalidades, logicamente, é conhecer a biodiversidade dos nossos oceanos, mas também a análise de como utilizar essa biodiversidade de forma sustentável e a limpeza do oceano, porque muita coisa é jogada nas águas. O pessoal fala desses emissários, como se fosse uma ótima coisa. Eu detesto esse tipo de coisa, como jogar coisa lá dentro do oceano... O microplástico é outro problema seriíssimo nos oceanos. Essa equipe é justamente para isso. Então, esse órgão já foi criado. Agora, a gente está esperando o decreto para justamente assinar ali o contrato de gestão com o Ministério de Ciência e Tecnologia, que vai ser muito bom. É uma parceria. Tem a COP, tem aquela da UFRJ, tem a Marinha do Brasil junto, então esse é um negócio muito bom.

Mas, basicamente, com essa questão do mercúrio... Não é nem uma pergunta, é só uma informação, porque eu vou trazer os pesquisadores para cá, e é importante essa ligação com o Ibama também, porque, logicamente, eles podem estudar as maneiras de se fazer, mas tem que ter atividade lá no local.

Com relação... Eu imagino que já tenha sido falado aqui, mas, como tem sido a atuação do Ibama dentro dessas áreas nos últimos anos ou – vamos pensar – nas últimas décadas? Porque eu vi aqui muitas coisas que aconteceram nessa área, como a gente viu ontem lá, de 2007 ou anteriormente até... Tem muita coisa que se desenvolveu para se chegar a essa situação de agora. E esses são fatores contribuintes para a situação que nós temos agora dos ianomâmis.

Então, eu queria – imagino que você já tenha apresentado, e me desculpe, eu cheguei um pouco mais tarde aqui porque estava em outra atividade – um tipo de resumo sobre, basicamente, a atuação do Ibama nessa última década com relação a essas áreas, o que tem sido feito e o que pode ser feito de maneira diferente a partir de agora.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Acho que suas observações também são muito valiosas e obrigado pela oportunidade de responder, de tratar de alguns pontos.

Eu vou começar por alguns aqui também de maneira bastante pragmática. Acho que a questão do mercúrio é uma questão extremamente grave, quando a gente fala em garimpo e mineração para além dos outros danos e consequências, porque o mercúrio acaba se incorporando à cadeia alimentar, se incorpora ao nosso organismo, as consequências são terríveis, e não tem solução prática. A recuperação ambiental de áreas contaminadas com mercúrio sempre é muito complexa, muito difícil, muito embora a ciência, nossos institutos de pesquisa, as universidades têm se debruçado sobre buscarem melhores soluções para a recuperação ambiental por esse tipo de contaminação, mas todos sabemos que ela não é muito simples e que há uma grande complexidade por trás disso. E quanto mais a ciência puder trazer de subsídios talvez mais prontamente a gente tenha condições de atuar sobre o assunto.

Sobre a rastreabilidade, eu anotei aqui como rastreabilidade do ouro, mas, na verdade, é o controle da origem, a verificação da origem, que é sempre importante. E eu falo isso por quê? Porque a gente tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades de exploração mineral no país legais, que funcionam, têm licença ambiental, têm licença do órgão mineral, e funcionam com trâmite legal. E isso às vezes, lá no mercado, se mistura, ou o ouro ilegal acaba sendo "esquentado" a partir desse ouro legal. A gente tem histórias aí relacionadas aos próprios diamantes conhecidos por nós.

Mas um dos trabalhos importantes que está sendo feito é justamente isso. Existem algumas propriedades químicas, físicas do ouro, e nós temos colaborado, inclusive, com a Polícia Federal para determinar isso. Então, por análises forenses, é possível determinar, tem elementos, se aquele ouro veio dessa região ou de outra região. Então, um dos papéis de colaboração do Ibama com esses outros atores – não só com a Polícia Federal, mas com institutos de pesquisa – é fornecer essas amostras apreendidas para que se tenha as amostras de referência de determinado local, se monte uma coleção e, aí, quando se apreende, quando se analisa ouro apreendido, se possa dizer "opa, esse ouro vem daqui; essa área está autorizada legalmente para explorar" ou "ah, esse ouro não veio daqui". Talvez não se diga de onde veio, mas "com certeza daqui não veio". Então, isso é extremamente importante para o controle da cadeia, além de outros métodos e práticas que serão estabelecidas.

Em relação à recuperação ambiental, à regeneração ambiental, o Ministério do Meio Ambiente, nesse novo desenho, nessa nova estruturação, tem um departamento específico que trata da recuperação da vegetação, e obviamente alguns assuntos perpassam por essa temática. Então, certamente é um objeto de trabalho do Ministério do Meio Ambiente, assim como do Ibama. O Ibama tem uma área de recuperação ambiental e está instado a contribuir com vários outros atores. Essa não é uma missão exclusiva de meio ambiente; tem vários atores da sociedade que têm contribuições, de modo a fornecer boas ideias, formular bons projetos, buscar financiamento e executar esses projetos. Então, além do Ministério de Ciência e Tecnologia, refiro-me também às universidades e institutos de pesquisa. Acho que todos esses também estão instados a colaborar, e aí existe um processo mais organizado de formulação, de preparação que coincide com o que a Senadora Damares havia ponderado, que é a busca da recuperação da área.

Senador, em relação à sua primeira ponderação, sobre a própria atuação do Censipam, o Censipam é um órgão vinculado ao Ministério da Defesa. Então, o próprio Ministério da Defesa está envolto em contribuir logicamente e apoiar a atuação das outras estruturas do Estado na proteção da terra indígena, na ajuda humanitária e assim por diante. E, especificamente, acredito que, enquanto órgão processador de informações, inclusive integrante do Sistema Brasileiro de Inteligência, ele possa, sim, contribuir com informações de inteligência para melhor atuação no controle do espaço aéreo e, sobretudo, de quem tem o papel de execução, que no caso é a Força Aérea Brasileira, quando a gente fala do espaço aéreo brasileiro, e eventualmente talvez a atuação da Anac aí em alguma medida.

Especificamente em relação ao Ibama, o Ibama não tem atribuições do espaço aéreo, então a gente acaba...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAIR SCHMITT – Exatamente. As parcerias que existem estão em outros segmentos de atuação: de combate ao desmatamento; de prevenção e combate a incêndios florestais. Então, isso já existe de longa data e pode ser aperfeiçoado para contextos atuais e de estratégias de gestão e de trabalho, mas, especificamente na parte aérea – e falo isso porque já trabalhei lá alguns anos atrás, inclusive na área de monitoramento e vigilância territorial.

Então, acredito que possam, sim, ser fornecidas informações úteis e relevantes aí para aperfeiçoamento dessa linha de ação, dessa linha estratégica de controle do espaço aéreo relacionado principalmente a essas aeronaves que dão apoio e suporte ao garimpo, inclusive algumas transpondo a fronteira, não é?

Então...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Desculpe-me, Presidente.

É só com relação a última pergunta, sobre o tempo, da última década para agora: se existe alguma mudança de trabalho em termos de ações, visto o que já aconteceu.

O SR. JAIR SCHMITT – Obrigado, Senador. Desculpe-me: eu acabei me esquecendo dessa última ponderação.

O que ocorre, Senador? O que a gente observou – até nos eslaides que eu apresentei – é que a instituição do Ibama frequentemente atuava na proteção de terras indígenas, seja ianomâmi, seja outras terras indígenas também. Lá tem registros, relatos, existe um engajamento, um senso de responsabilidade e de missão muito forte dos servidores para com esse assunto.

Mas o que nós temos de diferente nisso? Na verdade, nós temos uma explosão do garimpo, dessas práticas ilegais nos últimos quatro anos, como a gente pode observar naqueles dados lá de desmatamento e de exploração mineral nas terras indígenas. E obviamente a resposta da instituição não foi à altura dessa necessidade, por seus vários motivos. Inclusive, a própria decisão judicial que determinava que a instituição atuasse permanente lá na área.

Então, do que nós estamos cientes dessa obrigação legal que nós estamos estabelecendo agora, é de uma atuação permanente lá, com base fixas, equipes permanentes atuando nessas linhas de ação e, obviamente, adequando a necessidade operacional ali no terreno.

Então, o grande diferencial é este: na verdade, houve um aumento expressivo da prática ilícita, e a resposta institucional nesse período não foi equivalente. E agora nós temos que dar essa resposta com essa equivalência, com essa magnitude.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, só para terminar, me permite mais uma pergunta?

Diretor, no período de pandemia havia regras muito claras de não se entrar em áreas, especialmente na área ianomâmi. Como é que vocês atuaram nesse período de pandemia? É possível dizer que, por conta disto, das quarentenas, de vocês não poderem entrar na área no período de pandemia, os garimpeiros ilegais tenham se aproveitado dessa possibilidade?

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Senadora, no período de pandemia nós até tínhamos um decreto presidencial que estabelecia, entre outras atividades, a atividade de fiscalização como atividade essencial. Então, tecnicamente, do ponto de vista legal, assim como forças policiais na atuação de segurança pública, eles tinham o dever de agir, não é? E, para adentrar pela terra indígena como papel de Estado, como ente de Estado, a instituição segue todos os protocolos de segurança. Então, acredito que, dada essa particularidade na missão de combater o ilícito, assim como as instituições que prestam assistência humanitária ou vão promover vacinação, elas também precisam adentrar por essas terras indígena. Eu entendo que isso não seria um impedimento para atuar nessas áreas, obviamente seguindo todos os protocolos sanitários, como a instituição até hoje aqui vem seguindo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bom, não havendo mais questionamentos, eu vou agora, pessoalmente, fazer apenas uma observação em relação à questão do mercúrio. O mercúrio é utilizado há séculos e, obviamente, nós sabemos da contaminação que faz nos rios, enfim. Especificamente, a um caso pontual eu me referi, apenas ao caso do nosso Estado de Roraima: as águas do Rio Mucajaí, do Rio Uraricoera, enfim, todos eles, nas cabeceiras, onde estão concentradas as áreas de garimpagem, estão contaminados. Qual é o tipo de acompanhamento, fiscalização e controle que o Ibama tem feito para mitigar os efeitos dessa contaminação, e com indicativos, enfim, ao Governo, à Prefeitura, à área de captação de água, inclusive, para uso humano? Gostaria de que essa pergunta fosse respondida com precisão ou com dados que sejam efetivos, reais, para que nós possamos, inclusive, também no Estado de Roraima, junto ao Governo, junto à Prefeitura, levar esses subsídios.

E a segunda questão é: quem cuida do rastreio do mercúrio no Brasil? Tem como verificar... O Ibama tem dados para que possa identificar a quantidade e a origem desse mercúrio ilegal?

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Partindo da última pergunta, em relação ao controle da cadeia do mercúrio, o mercúrio tem regramentos internacionais – Convenção de Minamata – que estabelecem limites de uso, de emprego, dada toda a periculosidade que envolve esse produto. Então, o que ocorre? Hoje existem algumas atividades legais constituídas que utilizam mercúrio em seus processos fabris, e isso é controlado, principalmente a importação. O Brasil não é um produtor de mercúrio, ele acaba importando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, o Ibama é o órgão que faz esse controle da importação sob o aspecto ambiental e, inclusive, faz operações, fiscalizações justamente sobre esses atores, que precisam pedir autorização e são controlados no que eles usam, nos resíduos e na destinação desses resíduos. Até, recentemente, agora, no final de 2022, o Ibama fez uma grande operação, acho que apreendeu algumas dezenas de quilos de mercúrio que estavam sendo desviados de uso legal para o uso ilegal. Então, essa é uma atuação da instituição para impedir que esse mercúrio vá abastecer garimpos ilegais ou outras práticas ilegais e, evidentemente, isso venha contaminar corpos d'água, enfim, se espalhar e trazer consequências para a sociedade como um todo.

No entanto, nós temos também uma outra parcela do mercúrio, além desse mercúrio legal, controlado. Inclusive, o Ibama está preparando projetos para aperfeiçoar a rastreabilidade, o controle da cadeia de custódia – na verdade, é isso. Nós temos a necessidade de aperfeiçoar isso. Se detectamos problemas, temos que enfrentar esses problemas e buscar soluções.

Mas, para além desse mercúrio para o qual existe previsão legal, nós temos também um volume grande de mercúrio que é abastecido de maneira clandestina. Então, nós temos entrada fronteiriça pelo Paraguai, Bolívia, Venezuela. Muito mercúrio, na área ianomâmi, entra pelas nossas fronteiras com a Venezuela.

E aí, quando a gente fala em fronteira, muito embora o Ibama atue, muitas vezes com as suas limitações operacionais de efetivo, de quadro, nós temos unidades especializadas no controle do comércio exterior, no controle transfronteiriço, mas essa obrigação perpassa outros entes, seja de aduana, seja de polícia judiciária, no assunto. Então, combater o contrabando, essa entrada ilegal do mercúrio também é uma medida que eu incluiria naquele rol de medidas importantes para combater o garimpo ilegal no Brasil ou na Terra Indígena Yanomami. Então, é uma medida importante.

E aí sobre a sua primeira pergunta, Senador, sobre a contaminação dos rios, olhando até para o desenho de bacia hidrográfica do Estado de Roraima, principalmente estas duas calhas do Rio Mucajáí e do Rio Uraricoera, que estão fortemente afetadas e contaminadas não só por sedimentos ali... Tinha algumas fotos que eu apresentava aqui em que o leito do rio está destruído, é um lamaçal. E aquele sedimento ali na água mata qualquer vida, mata a vida na água, impede que peixes e outros microrganismos que precisam respirar... Ou ele aumenta as alterações de consumo de oxigênio ou outros processos químicos na água o que inviabiliza a vida. Ali também tem o mercúrio que está sendo carreado, e, muitas vezes, cidades estão se abastecendo de água para o seu consumo humano, urbano e tudo o mais... E aí tem algumas estatísticas, alguns estudos de algumas organizações que ponderam que tem muita água que a gente está tomando que está contaminada com mercúrio em taxas diversas. Então, existem alguns estudos.

Particularmente no papel do Ibama, nesse caso específico aqui, o papel do Ibama essencialmente é combater o garimpo para a gente cessar a contaminação desses corpos hídricos. Isso é fundamental. Senão, a gente não consegue resolver o problema, que vira um problema contínuo. Não adianta a gente querer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tratar, tentar eliminar o mercúrio nos processos de tratamento de água na hora de abastecer, se a fonte continua permanente... Então, isso é decisivo.

Assim, combater o mercúrio, estabelecer a recuperação dessas áreas e monitorar permanentemente, como eu havia ponderado... Existe uma proposta, até com apoio, cooperação internacional, de monitorar de forma permanente os níveis de contaminação para que a gente possa, de fato, ter dados precisos, robustos, consistentes para auxiliar a tomar a decisão: que medidas nós vamos adotar em relação a isso?

E aí, especificamente no consumo humano, os órgãos de abastecimento, de tratamento de água, eles têm as medidas de controle, são as práticas de monitoramento de contaminação, de conteúdos contaminantes que têm que ser adotadas. E aí são um pouco mais específicas em cada cidade, na companhia de abastecimento.

Nós temos que acertar, sobretudo, o problema na raiz, na origem. Então, isso é decisivo.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Como última observação, não sendo propriamente uma pergunta, desde o início dessas operações que nós acompanhamos, uma coisa que me chama sempre muito a atenção, que obviamente não é apenas de responsabilidade do Ibama, mas de todos os órgãos de fiscalização e controle, é exatamente um ponto que eu acho que é uma incoerência, é uma conduta que pouco adiciona às operações, se você for considerar o poder de utilização *a posteriori* que têm determinados equipamentos. Por exemplo, aviões. É feita realmente a queima dos aviões, dos helicópteros, das máquinas etc., etc.

Já questionamos algumas vezes em algumas operações e eles falam que é de difícil acesso para retirada, enfim, de área etc. Mas a gente percebe, por exemplo, no caso dos aviões e helicópteros, sem considerar os outros equipamentos que podem ser utilizados em associações, em determinados fins agrícolas, etc., mas para os aviões e os helicópteros por exemplo, a Funai tem contrato de mais de R\$50 milhões só para a área ianomâmi, para assistência de saúde à área ianomâmi, com contrato de locação de helicópteros e aviões. Pois bem, não seria muito prudente que houvesse um monitoramento, depois uma retirada desses equipamentos, dessas aeronaves, para que pudessem ser, aí, sim, utilizados com assistência nas comunidades indígenas, operações do próprio Ibama etc.? Qual é a sua avaliação sobre essa observação nossa?

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Muito obrigado pela pergunta, Senador. É uma pergunta extremamente importante e ajuda a esclarecer não só aos presentes, mas ajuda a esclarecer à sociedade, sobretudo, sobre a atuação do Ibama nesse assunto.

Então, eu me permito até buscar ser mais didáticos, haja vista que muitos nos acompanham pela internet. Primeira coisa: o Ibama, legalmente, é autorizado a apreender produtos ou objetos relacionados à infração ambiental. Esse é um comando legal, outros órgãos também o têm, dadas as circunstâncias de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação de cada um deles. E, em alguns casos excepcionais, previstos também na legislação, o Ibama pode estabelecer a destruição, a inutilização desses equipamentos.

E isso se deve por quais motivos? Primeiro, a viabilidade logística de efetivamente se retirar esse bem do local onde está ocorrendo infração. E aí, quando a gente olha, acho que tem no meu segundo mapa aqui, quando nós estamos olhando aí a 200 quilômetros no interior da terra indígena, aonde, de barco, levam-se seis dias para chegar e, de aeronave, poucas aeronaves têm autonomia para chegar até lá, então, retirar determinados produtos, equipamentos da prática criminal é muito difícil logisticamente, para não dizer impossível. Acho que impossível a gente não utilizaria, mas, assim, é inviável logicamente retirar.

A segunda questão é que, se você não tomar uma medida imediata sobre aquele equipamento, ele vai continuar sendo utilizado na prática criminosa e gerando dano ambiental. Então, o Estado tem uma obrigação, um dever de interromper aquele dano ambiental, aquela continuidade do dano ambiental.

E, terceiro, que é uma questão muito importante. Quando a gente olha, isso serve para todos os equipamentos, mas principalmente para aeronaves. A aeronave é um equipamento extremamente sensível se não tiver uma boa manutenção. Então, as aeronaves – todo regramento internacional, nacional, o Senador Marcos Pontes conhece muito bem o assunto –, se nós não tivermos uma manutenção dessas aeronaves adequada, dificilmente... O risco de uso dessa aeronave é elevadíssimo. E a gente sabe, é da prática da atividade garimpeira, que essas aeronaves, a maior parte delas são irregulares por vários aspectos: são feitas modificações, alterações, não é feita a manutenção regular que se espera de uma aeronave. Quando a gente pega, apreende uma aeronave e vai conferir o prefixo dela junto à autoridade aeronáutica, ou ela nem existe, ou qualquer registro de manutenção não existe há muitos anos. Então, é de altíssimo risco utilizá-las, voar nessas aeronaves.

Conto mais um caso, um relato de um servidor. Em outras operações, o Ibama ou a própria Polícia Federal, também apreenderam aeronaves. Algumas estão apreendidas. De fato, quando isso é viável, a gente apreende e deposita num pátio, para seguir o processo legal, o tempo legal. Tanto que lá, no pátio da Polícia Federal em Roraima, existem algumas aeronaves apreendidas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIR SCHMITT – Isso.

Então, em determinadas circunstâncias em que a aeronave está em um local de fácil acesso, em que se consegue retirá-la, normalmente de cima de um caminhão – não voando, por conta do risco de operação da aeronave –, sim, ela é retirada. Enfim, após o perdimento da aeronave, cogitou-se fazer uma venda, e algumas empresas foram verificar essas aeronaves para pensar em comprar, aproveitar também as peças. Praticamente ninguém tem interesse nisso, porque são peças velhas, sucateadas, não se sabe como foi feita aquela manutenção. Então, do ponto de vista prático, não há muito o que se fazer com essas aeronaves,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim como com essa situação de mal-uso, de falta de manutenção. Eu, particularmente, não voaria e jamais autorizaria um servidor do Ibama a voar em uma aeronave dessas, face o risco de se cair.

Acho que foram até relatados, se eu não me engano, na audiência de ontem, os vários acidentes aéreos que ocorrem com essas aeronaves e que têm subnotificação, não são nem registrados. Então, efetivamente, essa é uma abordagem.

Por último, só para fechar o raciocínio, a prática de destruição, de inutilização de equipamentos que o Ibama adota, na verdade, é exceção perante o conjunto daquilo que a gente apreende. Então, se eu olhar, analisar tudo o que o Ibama apreende no Brasil, olhar para os 100%, o que se observa é de 1% a 2% – há uma variação –, em que se adota essa prática de inutilização. Então, existe a exceção. Agora, é evidente que isso acaba tendo muita repercussão na mídia. Às vezes, a gente toma por percepção que essa é a prática corriqueira da instituição, e não é, mas, quando necessário e devidamente amparado legalmente, a instituição a adota, sim, e tem um efeito, inclusive, dissuasório, um efeito prático sobre o infrator que ali está.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Eu compreendo as explicações de V. Sa., mas o que nós observamos lá, em muitos casos, são aeronaves saindo de oficinas, com manutenção em dia, etc., nos próprios boletins de ocorrência das apreensões. Mas não vamos generalizar também; obviamente, você fez algumas observações cuidadosas e verdadeiras. Há aeronaves que estão voando seguras pela vontade de Deus somente, mas, de qualquer forma, muitas delas poderiam ser utilizadas, evitando-se o custo gigantesco que o Estado brasileiro tem em relação à assistência dessas áreas, porque praticamente 95% da assistência, seja sanitária, seja de alimentação, seja de apoio logístico etc., nessas áreas mais distantes, de difícil acesso, é feita por via aérea. Então, essas aeronaves já iriam sendo incorporadas, com revisões, etc., para diminuir esse custo Brasil. Enfim...

O Senador Astronauta Marcos Pontes tem a palavra.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Presidente, como essa é uma área que está bem ligada com a minha atividade, seja como engenheiro aeronáutico, seja como piloto, piloto de teste, etc., uma coisa pode ser feita, como sugestão. Na medida em que você apreende um equipamento desse, existem técnicos, por exemplo, do próprio Comando da Aeronáutica, que têm a capacidade de engenharia e de operação de avaliar o estado dessas aeronaves e certificar se a aeronave é utilizável, se existe essa possibilidade. Mesmo que ela não tenha, vamos dizer assim, todos os registros de manutenção feitos, pela própria observação e certas análises que você consegue fazer na estrutura, na estrutura da asa, no trem de pouso, como é que está funcionando o motor, dá para você fazer testes nessa aeronave e ver se ela é ainda utilizável. E aí concordo em se reutilizar a aeronave. Eu acho que é uma maneira de se ter um certo ganho para o Estado, de ter um recurso extra, ou não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, essas que não são utilizáveis podem ter também uma outra segunda utilização que não precisa de tanto, mesmo porque existem outras no país que acabam sendo desativadas e podem ser utilizadas por universidades, etc., para aprender sobre os sistemas. Ela pode ser desmontada como se fosse um material de estudo depois, para os alunos estudarem como funciona um trem de pouso, como funciona uma asa e assim por diante. Eu lembro que, na USP, lá em São Paulo, a gente tinha algumas que eu consegui, inclusive da própria Força Aérea. Eram aviões抗igos da Força Aérea que estavam sendo desativados e que levavam para lá para os alunos poderem utilizar como elemento de estudo.

Uma pergunta que eu tenho com relação a esse equipamento... Estavam falando de tratores... Tem vários tipos de equipamentos que o pessoal usa no meio. Eles chegam lá de alguma forma, obviamente, não é? Como é que eles chegam lá? Porque a área é difícil de chegar, não é? Como é que eles conseguem levar esse material para lá em média?

E outra coisa só como uma ideia, talvez para a gente pensar sobre isso com as indústrias, com a questão de importação. Quando você vê... Eu vi algumas fotos de alguns tratores, e não era um trator pequeno, era um negócio grande, principalmente para desmatamento de grandes árvores, tal e tal, era um equipamento pesado. Esses equipamentos geralmente não são produzidos no Brasil – se fossem, seria até mais fácil. Se eles são importados, a gente tem que ter uma rastreabilidade de quem importou, de que forma foi importado isso aí, de onde chegou esse material. Digo rastreabilidade do material utilizado, não é? Como é que ele chegou ao Brasil? Quem fez a importação para chegar lá? E, se foi construído no Brasil, ainda é mais fácil.

Eu estava aqui pensando – engenheiro não tem jeito, está sempre pensando em alguma solução – se a existe a possibilidade de se obrigar a instalação de rastreadores para certo tipo de equipamento, de forma que você saiba onde está aquele equipamento, dá para se pegar o sinal via satélite, dá para pegar o sinal de várias maneiras, e se foi retirado. É como se fosse uma tornozeleira eletrônica do equipamento, de certos tipos de equipamento. Se parar de funcionar aquilo, você vai atrás do responsável, do dono daquilo. Se ele está sendo rastreado, você sabe onde ele está. Se ele entrar numa área de possível desmatamento ou numa área de garimpo, numa área irregular, imediatamente a gente consegue – o Ibama ou os órgãos de solo – acompanhar e saber o que eles estão fazendo lá, por que eles estão entrando com esse equipamento lá nesse local.

Obrigado.

É só uma consideração.

Não sei... Vocês provavelmente já devem ter pensado nisso, mas está aí uma possibilidade.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Novamente obrigado, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que são ponderações que estão em sintonia com medidas que a instituição ou outros atores pensam, para prevenir a ocorrência do crime, da infração, e não só combater depois que ele ocorre. Então, essa solução de se buscar rastreabilidade em alguns equipamentos que são essenciais, que são relevantes para a exploração ilegal é um mecanismo que se pensa, mas ainda não se tem certeza da sua eficácia. E aí cito um exemplo: muitos desses equipamentos, a própria aeronave, o avião, o trator, o caminhão... Às vezes, quando é exploração de madeira, eles são equipamentos roubados. Então, é evidente que quem o roubou não vai querer que tenha rastreabilidade. Talvez, se tivesse originalmente a rastreabilidade, alguém iria arrancar, desativar, continuará na prática ilícita e a gente não vai... Então, sob certo aspecto, pode haver eficácia; talvez, sob outros aspectos, a gente não tenha uma clareza sobre a sua eficácia. Mas, sim, é um caminho, é uma sugestão, e fico feliz em que o Parlamento pense nessa perspectiva. A gente sempre olha não só para combater o ilegal, mas também para separar aquele que trabalha legalmente, para não ser confundido com o criminoso e assim por diante. Então, essa é uma coisa importante.

Sobre o uso, o emprego de aeronaves ou outros equipamentos apreendidos, para que sejam equipamentos didáticos para centros de estudo, pesquisas, escolas, isso é uma boa ideia. Inclusive, o Ibama já adotava isso em outros momentos, quando apreendia caminhões e doava para o Senac e para outras escolas técnicas, para os cursos de mecânica; para servir de experimento, manutenção. Então, sempre que é viável, é possível e nós temos interesse e predisposição para isso, a gente ou formaliza parcerias para estabelecer acordos para recuperação e viabilização de maneira mais célere, mais factível, mas existem casos em que de fato não existe habilidade operacional para se retirar o equipamento do meio da floresta, num contexto operacional com todos os regramentos e procedimentos que a administração pública tem que seguir, para poder às vezes alocar em outra região, outra cidade.

Por que os criminosos fazem isso? Porque obviamente eles não seguem as regras, sejam aeronáuticas ou outras práticas, e o custo operacional, o custo de oportunidade deles é muito diferente do nosso custo na administração pública. Então, a gente vê, por exemplo, motores de caminhão, motores a diesel que são utilizados lá para exploração mineral, para jatear o barranco, a área a ser explorada, que são rebocados como carga externa, de helicóptero, que não tem nenhuma homologação... Inclusive, a potência da aeronave não é nem apropriada para isso. Mas chega-se dessa forma, ou chega-se em pedaços, em partes, em peças dentro da aeronave. Chega na embarcação, depois de seis, sete dias de voadadeira, de barco de alumínio percorrendo a calha do rio. Alguns desses barcos afundam pelo caminho. E são riscos operacionais em que a administração pública às vezes não consegue colocar o seu agente nesse tipo de risco, ou não consegue contratar alguém que se sujeite a fazer esse tipo de serviço, quando se pensa em terceirizar. Não por isso, tem algumas inibições logísticas.

Naquilo que tem viabilidade, a gente inclusive tem algumas parcerias em que você apreende o produto e tem a parceria estabelecida. Esse fiel depositário, que é quem guarda às vezes o bem apreendido por determinado tempo, ele vem lá e o busca. Ele, com seus próprios meios, vem lá e busca o produto, às vezes em uma prefeitura, em alguns casos que... Ou às vezes com o Ibama, após o transitado e o julgado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do processo, quando esse é um bem apreendido, porque é apreendido cautelarmente. Obviamente que o cidadão tem direito à defesa e em alguns casos inclusive ocorre de o bem ser devolvido ao infrator, mas são casos atípicos, dado o flagrante, mas, no final do processo, existe o perdimento do bem. Então, esse bem pode ser doado para instituições sem fins lucrativos e ele também pode ser até vendido, mas isso sempre é ao final do processo.

De qualquer forma, as sugestões também são bem válidas aqui do Senador, e a instituição tem em conta isso.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Eu quero agradecer pela presença ao Jair Schmitt e pela apresentação.

Solicito, inclusive, que o material gerador dessas informações que foram apresentadas também possa ser disponibilizado por via eletrônica para a Comissão para que seja encaminhado ao Relator, para que possa, na verdade, elaborar o seu relatório baseado também em várias informações preciosas que você acaba de nos passar.

Então, eu quero agradecer e dizer que tanto o Ibama quanto Ministério do Meio Ambiente atenderam a demanda desta Comissão e nós já nos damos por satisfeitos em ter essas informações detalhadas, pormenorizadas e facilitadas para o nosso relatório conclusivo.

Então, muito obrigado pela sua presença.

O SR. JAIR SCHMITT – Senador, eu que agradeço a oportunidade de estar aqui prestando esclarecimentos quanto Ibama, mas também representando a própria atuação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A Ministra Marina Silva não tem medido esforços para apoiar a atuação do Ibama, para atuar na proteção também das terras indígenas, juntamente com outros ministérios e órgãos aí do Estado brasileiro.

E reforço o agradecimento aí também a nossas instituições parceiras de trabalho, que têm colaborado com o Ibama em campo, e sobretudo aos nossos servidores, que por várias vezes também sofreram ataques em campo e têm sido objeto aí de retaliações, principalmente pelo cumprimento do seu dever legal quanto órgão de fiscalização e órgão de combate aos crimes e infrações ambientais.

Então, reforço os agradecimentos e também nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais que esta Comissão e esta Casa aqui necessitarem por parte da nossa instituição.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Muito obrigado.

Dando continuidade à nossa sessão de hoje, eu gostaria de apresentar aqui para os Srs. Senadores a agenda, que já foi detalhada, inclusive com as alterações que foram propostas aqui pela Senadora Eliziane,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senador Humberto Costa, pela Senadora Leila e pela Senadora Zenaide Maia. Fizemos apenas uma adequação da programação original que havíamos apresentado no início, em relação à viagem para o dia 12 de abril com retorno no dia 14. Foi feita uma solicitação, que nós acatamos, para que a audiência pública lá em Boa Vista fosse feita na Polícia Federal, que tem um auditório maior do que havia sido proposto. E uma segunda viagem para que nós possamos, se necessário, fazer, nos dias 26, 27 e 28 de abril, para concluirmos, de uma forma definitiva, esse trabalho desta Comissão Externa, que estabelece, na verdade, esses parâmetros para que nós possamos, de forma conclusiva, apresentar um documento substancial para o Governo Federal passar a executar de uma forma continuada.

Não se pode ficar só olhando pelo retrovisor dos últimos quatro anos, como sempre se comenta aqui que, nos últimos quatro anos, foram destruídas essas áreas, enfim, porque isso é um processo histórico. No nosso estado, por exemplo, há mais de 50 anos que se explora essa área dos ianomâmis. Então, acho que são comentários mais ou menos... Talvez não... Não é que não sejam bem-intencionados, é que são inoportunos. Nós queremos ver o problema hoje e apresentar soluções para que efetivamente essa questão seja resolvida sem apontar o dedo para "a", "b", "c" ou "d", porque, se formos olhar no contexto global, muitos segmentos, na verdade, muitos governos negligenciaram essa questão desse aumento dos ianomâmis.

Mais algum comentário, Senador Marcos Pontes?

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.)

– Presidente, apenas para corroborar, vamos dizer assim, com a sua fala, eu concordo plenamente com o que o senhor falou. Muitas vezes, a ideologia política acaba distorcer fatos técnicos a respeito do problema. Da mesma forma, quando fazemos uma avaliação de um acidente, por exemplo, não podemos deixar, de forma nenhuma, qualquer ideia, intenção, que é pautada em interesses próprios, alterar o resultado daquela investigação.

Nós vemos aqui nesse caso, devido à polarização política que aconteceu nos últimos anos, uma tendência muito grande de se tentar colocar a culpa, como o senhor disse, em "a" ou "b", nos últimos quatro anos ou lá atrás, etc. Isso não pode ser considerado como fator contribuinte para um acidente ou uma situação como essa. É importante olhar o passado com olhos técnicos. Esse assunto, como o senhor conhece bem a área, o senhor sabe. Como a gente tem visto nos documentos aqui, a gente observa, em documentos datados, lá detrás, de 2000, de 2007 e assim por diante, o desenvolvimento desses fatores que contribuíram para a situação atual.

Então, é importante fazer esse levantamento todo, isento de questão de um partido ou de outro. É importante ver isso. No final das contas, o objetivo é sempre proteger as comunidades, melhorar a vida delas daqui para frente, resolver os problemas ambientais, buscar essas soluções e não simplesmente, como o senhor falou, apontar o dedo para um ou para outro, porque isso não vai ajudar em nada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pela postura! É simplesmente para daqui confirmar e corroborar com a sua fala. É importante que a gente tenha esse foco realmente técnico na solução do problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Muito obrigado pelos comentários, Senador Astronauta Marcos Cesar Pontes.

Eu gostaria agora de ler algumas perguntas que os internautas encaminharam pelo e-Cidadania.

Erik Gabriel, do Paraná: "Quais meios [...] para acabar com exploração ilegal nas terras indígenas?".

Stephany Alves, do Distrito Federal: "Quais são as assistências para [sanar] a crise na Terra Indígena Yanomami?".

Gabrielle Castro, do Tocantins: "O quanto o garimpo ilegal agravou a crise na Terra Indígena Yanomami e quais medidas estão sendo tomadas para que não volte a acontecer?".

Nathaly da Silva, de Pernambuco: "Como o Governo Federal enxerga a relação entre a mineração ilegal e a saúde dos indígenas ianomâmis?".

Vem sendo debatido com muita precisão aqui, não é? E, obviamente, tenho certeza de que essas questões serão encaminhadas para os segmentos devidos. E eles receberão os seus comentários pelo e-Cidadania.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, agradecendo a presença de todos e convocando sessão para terça-feira... (Pausa.)

Nós estamos, inclusive, alinhando aqui para que tenha mais uma convocação para o dia 11 de abril, às 8h da manhã. Alguns reclamam do horário, mas... (Pausa.)

Então, minha gente, eu quero novamente encerrar a sessão e agradecer a presença dos Srs. Senadores: Senador Marcos Pontes e Senadora Damares Alves, que têm sido muito presentes na Comissão.

E nós vamos pedir aos demais colegas Senadores que se façam presentes até porque uma Comissão tem que ter um conteúdo programático definido, com um relatório substancial, para justificar a dimensão e a importância deste Senado da República.

Muito obrigado a todos.

Bom dia!

(Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 50 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9^a REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia onze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a presidência dos Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Astronauta Marcos Pontes, Zenaide Maia e Leila Barros, e ainda dos Senadores Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Eduardo Braga, Fabiano Contarato, Damares Alves, Beto Faro e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** A visão do Poder Executivo Federal sobre a crise na Terra Indígena Yanomami: causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazo para o problema identificado. **Participantes:** Rita Cristina de Oliveira, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e Marcelo Mendes Mello, Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval - Ministério da Defesa. **Resultado:** Audiência pública realizada. Antes de encerrar os trabalhos, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 7^a e 8^a reuniões, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente ata será assinada pelos senhores presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Mecias de Jesus

Presidente Eventual da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Senador Dr. Hiran

Presidente Eventual da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/11>

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

A audiência pública de hoje é em atendimento ao item 3.3 do plano de trabalho, com o objetivo de debater a visão do Poder Executivo Federal sobre a crise na Terra Indígena Yanomami, causas e possíveis soluções de curto, médio e longo prazos para o problema identificado.

A presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Participarão da audiência de hoje: Rita Cristina de Oliveira, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, representante do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Marivaldo de Castro Pereira, Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Marcelo Mendes Mello, Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval, representante do Ministério da Defesa.

Eu solicito se a Dra. Rita Cristina está presente, por favor. (Pausa.)

Eu passo inicialmente a palavra para a primeira expositora, Dra. Rita, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

A senhora tem 15 minutos para a sua apresentação.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Bom dia a todos, todas, "todes".

Bom dia, Senador. Obrigada pelo convite.

Em nome do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, estou muito honrada em ter a oportunidade de falar um pouco sobre o nosso trabalho em relação ao povo ianomâmi e também trazer aqui um pouco do diagnóstico que nós empreendemos em relação à situação em território ianomâmi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comitiva do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, uma comitiva criada a partir de uma portaria que instituiu um gabinete de crise para tratar da tragédia em território ianomâmi, de que todos nós sabemos, realizou uma missão no Estado de Roraima em duas etapas até agora: de 29 de janeiro a 3 de fevereiro de 2023, uma primeira etapa; e uma segunda etapa do dia 6 de fevereiro até o dia 8 de fevereiro. Nós percorremos os territórios ianomâmis, ouvimos lideranças indígenas, mapeamos equipamentos públicos, ouvimos também autoridades e atores do Governo estadual e também dos municípios no entorno do território.

Numa primeira etapa, nós então fizemos uma escuta coletiva de lideranças no Dsei Yanomami; nos reunimos com o Governador do Estado de Roraima; também nos reunimos com organizações da sociedade civil; fizemos escutas de lideranças indígenas ameaçadas; conversamos com órgãos do sistema de Justiça, Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e Ministério Público do Estado de Roraima. Fizemos visitas aos Municípios de Alto Alegre, Caracaraí, Iracema e Mucajaí, reuniões com redes de proteção local. E fizemos um levantamento também de todos os registros de ações correlatas realizadas nos últimos cinco anos pela pasta do antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Isso resultou num relatório preliminar, que foi divulgado recentemente também, que apontou alguns registros importantes a serem mencionados aqui.

Nós verificamos que, na gestão anterior, recomendações de órgãos e entidades nacionais e internacionais, com vários alertas sobre violações sofridas pelo povo ianomâmi entre os anos de 2019 e 2022, foram relativamente ignoradas.

Verificamos que a antiga gestão, diante de denúncias feitas da situação, registrou manifestações desfavoráveis às demandas trazidas em relação à pandemia da covid-19.

Também verificamos o descumprimento de exigências judiciais e de também articulações ministeriais, que não trouxeram resultado à população ianomâmi.

Em 17 de junho de 2020, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, verificando a situação decorrente da pandemia de covid-19 e também a condição do avanço do garimpo ilegal, fez uma série de recomendações já para proteção do território ianomâmi. E, em 17 de maio de 2022, estabeleceu medidas provisórias à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que foram exaradas em 1º de julho de 2022.

Foram determinadas a adoção de medidas necessárias para proteger efetivamente a vida, a população ianomâmi, a saúde, o acesso à alimentação e à água potável e também ações para prevenir exploração e violência sexual, para adotar medidas de atenção médica adequada e para proteger a integridade pessoal das lideranças indígenas dos povos ianomâmi.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, entre julho de 2022 e dezembro daquele mesmo ano, apesar da situação de extremo risco, essas medidas de emergência não foram adotadas para enfrentar a situação de crise.

Então, foi essa a situação de crise que nós herdamos, logo no primeiro mês de gestão do atual Governo. E verificamos um quadro bastante intensificado de violações.

Já em território ianomâmi, nós pudemos verificar uma série de violações que são até impossíveis de descrever aqui. E acredito que haverá uma comitiva desta Comissão em território, que, possivelmente, vai ver uma situação trágica também, mas ainda é muito melhor do que a que nós verificamos quando estivemos lá.

Verificamos danos à saúde por contaminação, quadro disseminado de malária e tuberculose.

Identificamos um quadro de contaminação de rios em trechos que superam 180 km, conforme dados também levantados pela nossa comitiva; e um quadro de maior incidência, inclusive, de doenças neurológicas em recém-nascidos nas comunidades ianomâmi devido à contaminação.

Observamos também um quadro de taxa desproporcional elevada de cardiopatias em crianças indígenas; registros desproporcionais de abortos espontâneos, indesejados e por má-formação fetal, também decorrentes da contaminação; dificuldade de acesso e de obtenção de alimento, conforme o modo de vida tradicional, o que levou a um quadro de desnutrição infantil também disseminado; grande quantidade de água parada e aumento vertiginoso de casos de malária, já mapeados desde 2019; e um maior número de óbitos.

Registra-se, inclusive, que os dados de saúde identificam uma taxa de incidência de malária superior a duas vezes para cada pessoa.

Os números apresentados pela Secretaria Estadual de Saúde, inclusive, são maiores do que os já identificados pelo Ministério da Saúde.

Conforme informado por profissionais de saúde entrevistados, também verificamos um outro quadro muito grave, muito preocupante: o uso de arma de fogo, inclusive, para coagir profissionais de saúde para o repasse de medicamentos e tratamento de malária destinado aos indígenas para garimpeiros.

No quadro de contaminação de malária, apesar de ser maior em garimpeiros, a taxa de óbito em indígenas é muito maior, supera. E há, portanto, em decorrência disso, uma acentuada situação de vulnerabilidade dessa população diante do agravamento da doença.

Quadros de tuberculose, como eu já disse, também se agravaram. Houve aumento significativo do número de indígenas com a doença; dificuldade de assistência médica em virtude da tomada pelo garimpo de polos de bases de saúde; desvio de medicamentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polos de saúde indígenas foram fechados pelo menos 13 vezes devido a ameaças a profissionais. E, naquela época, havia quatro polos bases fechados e ocupados por garimpeiros, na região de Surucucu, e outros três nas demais regiões do território ianomâmi.

Então, nós identificamos basicamente as mesmas violações que a sociedade civil já vinha denunciando, através do Projeto Sumaúma, também da entidade Hutukara: que garimpeiros expulsavam equipes de saúde e transformavam o local em um depósito de combustível.

E nós identificamos um quadro que vai nos desafiar muito no que diz respeito à saúde mental, que é o uso abusivo de álcool e outras drogas e violências associadas, em território indígena.

Muitos acampamentos do garimpo se desenvolveram, passando a configurar pequenas vilas, com comércio, casas de prostituição totalmente ilegais dentro do território ianomâmi. Hoje mesmo saiu na imprensa uma matéria em que se identificou uma vila com uma casa de bingo e restaurante dentro do território ianomâmi. É disso que se trata.

Inúmeros depoimentos foram colhidos, relacionados ao uso abusivo de álcool em território ianomâmi. Conversas com lideranças e também com pessoas que trabalham junto ao território relataram crescente consumo de álcool e outras drogas, inclusive por crianças e jovens, isso também adicionado a pequenos furtos de gasolina do garimpo e álcool, pasmem V. Exas., inclusive para consumo de combustível como álcool. Aliciamento de indígenas pelo tráfico de drogas e redução das práticas necessárias à produção de alimentos e à coleta de alimentos, que é própria da comunidade; aumento de violência entre os indígenas; violência doméstica; exploração sexual de meninas e mulheres ianomâmis em troca de drogas e bebidas alcoólicas.

Outro quadro também muito estarrecedor é o tráfico de armas e acirramento de conflitos sociais em território ianomâmi, que agravou, de certa forma, a violência no território e a forma como a comunidade lida com os conflitos, uma escalada decorrente do avanço do garimpo.

Também houve um aumento de ferimentos resultantes de conflitos armados entre indígenas, muitos relatos relacionados à entrega de armas por garimpeiros aos povos indígenas. Essa presença ostensiva do garimpo ilegal também está intrinsecamente ligada à maior incidência de violência sexual. O abuso e a exploração sexual foram temas recorrentes nas interlocuções que o ministério fez em Roraima, e, sobretudo, nos territórios em que o garimpo está mais consolidado. Isso gera uma série de outras violações, relacionadas ao conflito doméstico, comunitário. Lideranças femininas manifestaram ao Ministério grande preocupação com essa temática.

Um quadro, como eu já disse, disseminado de insegurança alimentar, precarização da convivência familiar e comunitária, e mais um outro agravante do modo de vida: trabalho em condição análoga à escravidão. Nós verificamos várias situações e relatos de que indígenas estavam sendo forçados ao trabalho em troca de comida e bebidas alcoólicas. Trabalho em condição análoga à escravidão também é relacionado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

à exploração sexual de mulheres e meninas, confirmando o que já vinha sendo dito no relatório "Yanomami sob ataque", da entidade Hutukara.

Essa dinâmica do garimpo também levou a uma sobrerepresentação de pessoas indígenas nas áreas urbanas, e que também levou ao abandono de crianças, a uma incidência maior de acolhimento institucional indevido e também a uma atuação de acolhimento institucional que gerou situações de adoção irregular de crianças indígenas.

Um quadro bastante complicado que já vinha sendo tratado também no debate público diz respeito aos defensores de direitos humanos ameaçados. A intensa circulação de garimpeiros armados e consequentes intimidações para que os indígenas coadunassesem com essas condições impostas por esses invasores fizeram com que pessoas indígenas que denunciam esse estado de coisas sejam extremamente ameaçadas e tenham suas vidas ameaçadas o tempo todo, tanto em território indígena quanto em território urbano, e isso exigiu do ministério ações urgentes e imediatas de inclusão e de reforço no monitoramento dessas lideranças em programas de proteção. Então, esses últimos quatro anos foram de um avanço intenso e devasso do garimpo ilegal e esse monitoramento que o ministério fez nos levou a pensar em ações emergenciais importantes, que eu vou precisar declinar aqui.

(Soa a campainha.)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Peço um pouquinho mais de tempo.

O que nós identificamos como ação imediata e que já está sendo tocada pelo Governo diz respeito à desintrusão do território ianomâmi. No atual cenário de crise no território, não há como deixar de tomar essa medida em caráter emergencial, desarticulando de forma imediata a atuação do garimpo ilegal, como já vêm denunciando as lideranças indígenas.

Os quadros generalizados de desnutrição, de infecção por malária, por tuberculose, diferentes doenças congênitas, malformações, falta de acesso a medicamentos e a atendimento médico, levam-nos a tomar medidas de curto prazo para salvaguardar a vida das pessoas ianomâmis sujeitas a morrer nesse quadro trágico.

Implica, portanto, essa intervenção estatal que pode gerar impactos que nós sabemos que são complexos e imprevisíveis. Para isso, nós precisamos ter um pacto de articulação federativa também, que reponha os equipamentos públicos e que torne viável a recomposição do modo de vida tradicional do povo ianomâmi, que nós sabemos que não será automático, mas é possível com algumas medidas importantes e com algumas medidas de redução de danos, porque algumas violações, infelizmente, já foram consolidadas.

Então, nós precisamos adotar medidas públicas intersetoriais que possibilitem o retorno do bem-viver da população, com garantia de acesso à segurança, acesso a serviços de saúde, alimentação e educação culturalmente adequadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Políticas de recuperação ambiental urgentes e a ampla participação social também são fundamentais pra a adequação da intervenção do Estado no território, para que a gente também dê conta de um processo de contato continuado com não-indígenas, e que levou a um certo ponto de não-retorno em algumas características da população tradicional em relação ao seu modo de vida. Mas há caminhos sustentáveis que nós precisamos ter como horizonte para a retomada das condições de vida e que devem ser norteados pelos indígenas com amplo apoio do Estado.

Recentemente, o Governo Federal editou uma medida provisória que destina R\$640 milhões para essas políticas intersetoriais que vão auxiliar nesse processo, não só de desintrusão do garimpo, mas de retomada do modo de vida, e esse processo – repito – precisa ser orientado com a participação social, em respeito à autonomia e aos parâmetros internacionais de direitos humanos.

(Soa a campainha.)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Fortalecimento das instituições indigenistas e de mecanismos de consulta, incluindo respeito ao protocolo de consulta dos povos indígenas ianomâmi.

Este Ministério de Direitos Humanos e Cidadania vai fazer o que não foi feito até agora, que é fazer a articulação dessas políticas de modo intersetorial para garantir o respeito aos direitos humanos da população ianomâmi. Por isso, todas as secretarias do Ministério estão envolvidas nesse projeto. Esse projeto vai participar de forma intersetorial com todas as pastas do Governo na articulação e no direcionamento da preservação do modo de vida da população ianomâmi. E vai ser também orientado por especialistas e antropólogos que entendem o modo de vida dessa população. Vamos fazer escutas, um processo amplo de escuta que já começou, mas que vai ser continuado para implementação de todas as ações que nós estamos planejando; uma recomposição do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, que é preciso; articulação federativa para fortalecer os equipamentos públicos. E vamos estar presentes no território. É importante que o Estado se torne presente no território, como não estava até então.

Agora nós temos o Estado lá fazendo uma atuação emergencial, mas o Estado vai ter que permanecer pelo tempo que for necessário para proteger essa população e também para ouvi-la e dar o horizonte das atuações que são necessárias, de acordo com o que essa população espera de nós.

Então, medidas de reinserção laboral também devem ser pensadas no que diz respeito a esse contingente de garimpeiros que existe no Estado de Roraima. Nós sabemos que medidas penais precisam ser aplicadas, e o Ministério da Justiça vai se manifestar sobre isso, porque existem crimes ambientais e outros relacionados ao garimpo que foram praticados e que precisam ser responsabilizados, mas é preciso também dar conta de alternativas socioeconômicas para esse grande contingente de garimpeiros que se instalou na região – e se instalou culturalmente, inclusive.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pasta vai fazer uma articulação com instituições, instituições de sistema de Justiça, instituições de Governo Estadual e Federal, mobilizar-se em favor da assistência à saúde alimentar e também no controle territorial, que é necessário, além do aporte de discussão de alternativas econômicas.

Nós sabemos que isso tudo vai nos exigir uma aliança, uma aliança muito importante de Governo para dar conta dessa tragédia e dessa crise, que não é uma crise fácil de ser lidada, é uma crise complexa, mas nós estamos engajados com uma diretriz muito clara de atuação articulada entre os ministérios para dar conta desses desafios.

Eu vou encerrar por aqui porque já estourei meu tempo, mas quero dizer que estou à disposição para esclarecer outras dúvidas que porventura sejam colocadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Secretária Rita.

Em seguida, passo a palavra aos nossos Senadores e Senadoras para que possam fazer seus questionamentos e seus comentários a respeito da exposição da nossa Secretaria, e ela também terá um tempo de três minutos para fazer os esclarecimentos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Posso começar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF). Para interpelar.) – Secretaria, vamos começar aí pelo finalzinho. A senhora disse que vão 640 milhões para a área ianomâmi? Que o Governo vai investir 640 milhões na área ianomâmi?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor.) – São 640 milhões para políticas para os indígenas.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Em todo o país?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Hã-hã.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – A senhora pode nos dizer quanto o Ministério de Direitos Humanos vai investir em área ianomâmi? Qual é o orçamento do vocês para a área ianomâmi?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Esse valor está articulado entre várias pastas, e o Ministério dos Direitos Humanos não é uma das pastas, mas nós sabemos que o papel do Ministério dos Direitos Humanos é um papel de articulação para que esses investimentos tenham, de fato, o endereçamento de políticas públicas que vão ser executadas por outras pastas, mas também em articulação com outros órgãos públicos.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Então, o Ministério dos Direitos Humanos não executa a política, ele faz a articulação?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Não, ele executa a política. Por exemplo, a política do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos tem um orçamento próprio do Ministério, que, inclusive, foi complementado pela PEC da transição, porque, durante a gestão anterior, foi deixado um orçamento indigno para esses programas de proteção. Nós temos várias pessoas ameaçadas a serem incluídas, inclusive de território ianomâmi, e nós estamos utilizando essa suplementação para fazer a execução dessa política. Mas esses 640 milhões adicionais que foram colocados agora pelo Governo são para outras pastas, em que o Ministério dos Direitos Humanos, através da sua participação no Comitê Interministerial, vai articular com esses ministérios a execução dessas políticas, que dizem respeito a saúde, defesa, justiça...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Secretaria, a senhora pode mandar para a Comissão, para a gente apontar no relatório final, qual foi o líder ianomâmi que pediu para ser incluído no Programa de Proteção a Testemunhas, no Programa de Proteção aos Defensores e que não foi atendido? Mande o nome e a solicitação de quando foi apresentado ao ministério.

Outra coisa: a senhora disse que denúncias foram relativamente ignoradas no Ministério de Direitos Humanos. O que é relativamente ignorada? A senhora pode explicar o termo "relativamente" e nos entregar para relatório também as denúncias que não foram acatadas pelo Ministério de Direitos Humanos em relação aos povos indígenas e a ianomâmis especialmente?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Sim, esses registros já foram divulgados através do relatório preliminar do diagnóstico da comitiva que foi apresentado. Já foi divulgado publicamente e já foi debatido até aqui na Câmara, mas eu posso enviar para a senhora novamente.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Especificamente as denúncias e as que não foram acolhidas e explicadas.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – É, eu vou explicar. "Relativamente ignoradas" é porque elas não foram acolhidas dentro do ministério como da competência do ministério. Foram endereçadas para outras pastas, foi dito que era competência de outras pastas, foi tratado de forma como se não tivessem a importância devida...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– Então a senhora quer dizer que as denúncias chegaram, e o ministério encaminhou para as pastas que executam...

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Disse que não tinha competência...

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– ... em forma de articulação? Em forma de articulação encaminhamos para as pastas que executam, foi isso que aconteceu?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Mais que isso: além de encaminhar para outras pastas ou dizer que não tinha competência, não houve o monitoramento das respostas. As respostas dessas outras pastas, o acompanhamento da política de atenção não foi monitorado pelo ministério. Disso nós temos os registros.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– Mande para nós, aqui para a Comissão, os registros.

E quais foram as decisões judiciais que o ministério não acatou com relação ao povo ianomâmi? A senhora pode encaminhar também para a Comissão?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Posso encaminhar.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– E, no final, eu queria saber sobre o Programa Protege Brasil, que é um programa direcionado ao enfrentamento à violência contra a criança indígena e tem um recorte específico para o povo ianomâmi. Como é que está a execução do programa?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Programa Protege Brasil?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– Protege Brasil, um programa escrito com a articulação de diversas pastas do Governo para a proteção da criança indígena com recorte no ianomâmi. Como é que está o programa, está em execução?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Não. Nós estamos estabelecendo os nossos programas para a população ianomâmi. E nossos programas dizem respeito ao respeito a essa população. Dizem respeito também a escutá-la, a saber do que essa população precisa. Não é uma articulação unilateral. Nós estamos executando um programa que nós entendemos que é o mais adequado para a população ianomâmi.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– A senhora pode enviar para nós também, Secretaria, o nome dos servidores do ministério que foram à área ianomâmi nesse período da operação?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Sim.**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– O ministro foi à área ianomâmi?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – O ministro esteve duas vezes...**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– Em Boa Vista ou na área ianomâmi?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Ele esteve a primeira vez com o Presidente Lula e, depois, ele esteve em Boa Vista, teve várias reuniões. Infelizmente, na segunda vez em que ele esteve, ele não conseguiu descer porque havia problemas climáticos para operação de voo.**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– Tá, então o ministério está em fase de elaboração de ação para ser executada em área ianomâmi.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Já foram apresentadas várias ações dentro do Comitê Interministerial.**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– O.k.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Posso ler aqui para a senhora.**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– É, o ministério vai articular essas ações, não vai executá-las.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Vai executar algumas ações, mas algumas ele vai articular.**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– O.k. Mande para nós para a gente conhecer as ações que o ministério vai fazer.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Sem dúvida.**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF)

– Presidente, eu me dou por satisfeita, aguardando as respostas por escrito para a gente fazer um relatório final, ajudar no relatório, sobre ações desenvolvidas pelo ministério anterior e pelo de agora.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Secretária.

O próximo inscrito é o nosso Astronauta Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente; bom dia, Secretária; bom dia a todos.

Eu vou fazer algumas perguntas porque fiquei com certas dúvidas aqui. E, da mesma forma que a Senadora Damares pediu algumas informações por escrito, eu vou pedir para a mesa também registrar aqui a importância de se enviarem algumas outras, que depois eu vou pedir aqui para não ficar muito extenso.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Claro.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Durante a sua apresentação, eu observei – coloquei como um xiszhinu aqui – que a senhora falou que existe conflito entre os garimpeiros e os indígenas. Aliás, é garimpo ilegal, eu nem os considero como garimpeiros, mas como ilegais. Mas existe esse conflito entre os "garimpeiros", vamos chamar assim, entre aspas, e os indígenas, correto? E, logo num outro *bullet*, a senhora falou que existe entrega de armas dos garimpeiros aos indígenas. Isso me pareceu um tanto contraditório: se existe conflito entre eles, um entregar, colocar na mão dos outros as armas?

A senhora podia me explicar um pouquinho mais essa relação entre os garimpeiros e os indígenas? Afinal de contas, eles estão cooperando ou eles estão contrários, vamos dizer assim, um ao outro?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, o território indígena é muito extenso e conflituoso. Existem vários segmentos de conflito ali, e existe uma situação em que os próprios indígenas – e é nesse contexto que há a entrega de armas – são cooptados para o garimpo. Esses indígenas cooptados para o garimpo estão sendo armados pelos garimpeiros.

Agora, obviamente, tem indígenas que resistem, e resistem diante de uma tragédia dessa magnitude, ao avanço do garimpo. Essas são as vítimas dos garimpeiros. Isso também gera conflito entre os indígenas. É a esse quadro que eu estou me referindo.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Certo.

Com relação às medidas que o ministério está tomando ou tomará, esse é um ponto que me chama a atenção também. A Senadora já perguntou com relação aos 640 milhões no país, e certamente – e aqui vem um ponto que eu gostaria de pedir à Comissão para que observe o recebimento desse documento também – é importante que nós tenhamos o planejamento de execução. Certamente o ministério já fez um planejamento de como aplicar esses recursos de orçamento e exatamente em que áreas vão ser aplicados, com qual expectativa, e de quais são os critérios indicadores para se acompanhar a utilização, a execução desses recursos, de forma que eles não sejam simplesmente colocados e esquecidos, para que a gente tenha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse acompanhamento. Como Secretária-Executiva, a senhora sabe bem, é um critério importante fazer o acompanhamento dos recursos e que essas políticas tenham um acompanhamento em termos de critérios, critérios muito bem definidos, com indicadores, de forma que a gente saiba se a política está tendo resultado ou se não está tendo resultado. Certamente vocês têm esse documento, e eu gostaria que fosse enviado aqui para a gente também.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Senador, só um esclarecimento: os 640 milhões, parte deles, não serão destinados ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. A nossa parte de execução de políticas está sendo feita com orçamento próprio, que já foi suplementado, como eu disse, pela PEC da transição, que diz respeito basicamente aos programas de proteção e outras ações da comitiva e do gabinete de crise, que estão executando ações no território. Esse valor está sendo destinado a outras pastas que têm uma articulação de execução imediata de políticas no território: Saúde, Defesa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – ... Funai. Exato!

Então, nós, do Ministério dos Direitos Humanos, através da nossa participação no Comitê Intergovernamental, vamos auxiliar na articulação da execução dessas políticas, orientadas pelo respeito e pela promoção dos direitos humanos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Entendo. Isso aí foi exatamente o que eu entendi, mas, certamente, como vai ser feita a articulação, imagino eu, interpreto isso como uma liderança das necessidades, do cumprimento dessas necessidades. É importante que a gente tenha aqui que o Ministério da Defesa vai ficar responsabilizado por 100 milhões para fazer essa, essa, essa e essa ação e, depois, então, o que se espera dessas ações. Essa ação tem que ter esse resultado em tanto tempo, e assim por diante. É esse o tipo de documento que a gente precisa ter para interpretar se tudo está sendo feito ou o planejamento está sendo feito da forma como deveria.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Existe um Comitê Intergovernamental, com vários ministérios, que vai acompanhar a execução de todas essas ações e políticas, e esse comitê produz relatórios, produz informes, debates sobre como vai ser a execução dessas políticas. Então, é uma atuação realmente articulada, que envolve a Funai e todos os órgãos, o Ministério dos Povos Indígenas, enfim. Existe uma articulação muito grande do Governo para que esses recursos cheguem ao território e para que, de fato, as políticas sejam implementadas.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Então, excelente! É importante que se tenha, mas também é importante que se tenha o planejamento para que eles saibam o que vai ser feito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Então, é isto que estou dizendo: eu tenho o planejamento. Esse comitê existe para isso. Ele planejou...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É desse planejamento que a gente precisa.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Sim, a gente pode apresentar, inclusive o do comitê como um todo, não só o do Ministério dos Direitos Humanos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Um outro ponto que se colocou é com relação a esse Programa Protege Brasil. O que eu vejo muito? E essa é uma das coisas em que, particularmente, segue um comentário aqui que me chama a atenção, da necessidade de eficiência na utilização de recurso público e tempo e etc.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Sem dúvida.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Vamos colocar de uma forma mais simples: imagine a construção de um prédio muito grande sendo feita, que demore, vamos supor, 20 anos para se finalizar e que se mude o controle, ou seja, o governo que está responsável por aquela construção ao longo do tempo. Seria muito ineficiente se o prédio começasse a ser construído, paredes fossem feitas e, de repente, o próximo que entrasse destruísse aquelas paredes e começasse outras paredes em outro local. Ou seja, o recurso pago com o orçamento, com o imposto das pessoas, estaria sendo mal utilizado.

Isso é uma das coisas que eu não gosto nas transições de governo. E uma coisa que eu fiz questão de fazer no meu ministério, por exemplo, é a observação dos projetos e programas existentes anteriormente, para dar continuidade a esses programas existentes, com as devidas modificações, se necessárias, mas dando continuidade, de forma a não perder tempo, eficiência, recursos e assim por diante.

Então, já que foi falado que esse programa foi basicamente cancelado e substituído por um outro, eu gostaria de ter a informação – não precisa explicar agora, porque isso aí demora bastante tempo, e é por isso que eu peço por escrito, o que é mais adequado – do que foi avaliado com relação a esse programa anterior, quais partes foram consideradas ineficientes, por que e como que elas foram substituídas por outro programa que se mostra mais eficiente do que esse, e como vão ser feitos os critérios para se mostrar que realmente é mais eficiente. Deu para entender?

Porque isso aí é uma coisa básica, vamos dizer assim, de gestão, que eu tenho certeza de que vocês devem ter lá; deve ter sido feito. Isso é tipo uma análise *swot*, de fortitudes, fraquezas, oportunidades e desafios para isso. Para a gente é importante também ter isso, já que é importante para nós aqui, como representantes das pessoas do nosso país, fazer esse acompanhamento da execução do recurso, da governança, de tudo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um último ponto: a senhora ressaltou com relação aos quatro anos. E a impressão que eu tive, pelo seu relato, é que estavam excelentes todas as condições existentes da região – eu estou olhando para o Hiran, que é da região lá –, que tudo que era anteriormente ali estava muito bom, estava excelente e, de repente, nos últimos quatro anos, degringolou, ficou completamente errado. Essa foi a impressão que eu tive durante a fala. Mas é importante que a gente tenha provas disso aí, de que tudo estava excelente antes; que nós tenhamos documentos comprovando essa situação anterior, e não tenhamos, por outro lado, documentos que comprovem qualquer tipo de irregularidade anterior ou de que havia uma formação de fatores contribuintes para a situação atual, já em ocorrência anteriores, e anteriormente nenhuma providência ou providências foram tomadas de forma não eficiente para que não acontecesse o final, para que não ficasse tão frágil, vamos dizer assim, no final toda essa condição.

Essa é basicamente... Se vocês têm esses documentos comprovando que estava tudo 100% antes ou se não. E, se existem documentos, aí eu peço aqui também para quem estiver fazendo a pesquisa histórica aqui para ver se existem documentos que comprovem, de alguma forma, que existem problemas agora que tiveram nascimento ou desenvolvimento ao longo do tempo nas últimas décadas talvez, não é? O que nós temos com relação a isso? Se a senhora tem esses documentos.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Senador, dos últimos quatro anos, o que nós identificamos é que várias denúncias, modificações chegaram ao ministério relatando a situação do avanço do garimpo ilegal, de um quadro de insegurança alimentar, de problemas de conflitos no território ianomâmi, e essas denúncias se repetiram. Só de ações judiciais foram pelo menos três ações judiciais, ações civis públicas, além das medidas adotadas internacionalmente. Isso aconteceu nos últimos quatro anos.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Não tinha nada antes?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – É possível que tivesse. A gente tem um problema histórico ali na região, isso aí a gente sabe, não é? Mas, nesses últimos quatro anos, nós tivemos um avanço, um crescimento exponencial de violações de direitos humanos que foram denunciadas ao longo desse período e que não foram tratadas adequadamente, segundo os informes públicos; não é uma questão de opinião, não é? Isso já vem sendo... Tanto que a Corte Interamericana de Direitos Humanos teve que reforçar as recomendações que já tinha feito ao Estado brasileiro através de medidas cautelares que são coercitivas. O Estado brasileiro passou a ter que prestar relatórios periodicamente à corte para demonstrar se estava adotando medidas ou não. E essa petição à Corte Interamericana e à Comissão Interamericana foi instruída com diversas provas, que têm origem também nesses procedimentos que também tramitaram dentro da pasta.

Então, tudo isso foi levantado nos últimos anos para que a gente pudesse ter uma noção, um diagnóstico do que a gente tinha que enfrentar, do que deixou de ser feito, das escutas que deixaram de ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizadas, da atenção que deixou de ser dada, para a gente poder pensar em ações de curto, de médio e de longo prazo. E essas ações já foram estabelecidas junto ao Comitê Interministerial para orientar a atuação do Governo.

O senhor falou do Programa Protege Brasil, que seria um edifício, da questão da gestão dos recursos públicos. Nós podemos salvar edifícios quando eles não têm comprometimentos estruturais. Quando eles têm comprometimentos estruturais, nós precisamos erigir um novo edifício. E essa é uma questão que se colocou: nós não tivemos, não observamos ações consistentes da gestão anterior para dar conta da crise. E isso é tão verdade que a crise está colocada em números, que nós não estamos inventando. Os números estão aí para todo mundo, para quem quiser ver. Então...

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – É importante que nós tenhamos esses...

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – A taxa de óbito exponencial a partir de 2019.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ótimo, excelente. É importante que nós tenhamos os dados factuais para a tomada de decisão, mesmo porque a gente não quer repetir o problema, que às vezes a...

Então, é importante que nós tenhamos esses dados, que nós tenhamos essas informações de como foi feita essa análise, os números e tudo isso. Não só os números, mas os documentos que comprovem todas essas situações, porque nós estamos analisando um problema existente agora, mas a gente tem que ver como foi que esse problema evoluiu ao longo do tempo. E essa evolução a gente tem que ver desde os primórdios, vamos dizer assim, disso. E para que nós tenhamos essa noção melhor, para que entre no relatório para que as devidas providências sejam tomadas e fiscalizadas – o que é importante, a nossa função é essa aqui também, como fiscalizadores dos ministérios –, para que a gente faça essa fiscalização de forma coerente com o que foi planejado. A gente não pode fiscalizar alguma coisa que o ministério não planejou. Então, é importante que nós tenhamos tudo isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Senador.

Obrigado, Secretária.

Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Presidente, eu gostaria de cumprimentar a Secretária e fazer apenas umas duas perguntas.

A senhora tem ido ao Estado de Roraima nesse período?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Eu fui uma vez, na primeira ida da comitiva. Depois a comitiva é que passou a fazer o acompanhamento.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Tá. Quantas vezes a senhora foi? Uma vez só então?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Uma vez.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – E a comitiva do ministério está lá em Roraima?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Não, a comitiva esteve em Roraima duas vezes, por duas vezes.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Por duas vezes?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Ficaram quanto tempo lá?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Como eu disse, esteve em janeiro, ficando do dia 29 de janeiro ao dia 3 de fevereiro. Depois retornou em 6 de fevereiro, ficando até o dia 8 de fevereiro.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Foram *in loco*, lá dentro dos...

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Foram *in loco*, mantêm...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – ... dos ianomâmis? Quais as comunidades visitadas?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Mantém contato com todos os atores das redes locais, recebemos informações oficiais...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Quais as comunidades visitadas?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Na primeira etapa da missão, a gente fez uma escuta coletiva de lideranças indígenas ianomâmis no Dsei; nós nos reunimos com o Governador do Estado de Roraima e todo o seu secretariado; fizemos reunião com organizações da sociedade civil, escutas de lideranças indígenas ameaçadas também na sede do Dsei; conversamos com os atores do sistema de Justiça – Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, Tribunal de Justiça do Estado de Roraima,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público do Estado de Roraima –; e foram feitas visitas aos Municípios de Alto Alegre, Caracaraí, Iracema e Mucajaí e reuniões também com a rede de proteção local.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Secretaria...

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Na segunda etapa da missão – ainda não conclui –, visita à Casa de Saúde Indígena Yanomami (Casai Yanomami), conversou com equipes de profissionais de saúde e de assistência social; também fizemos escutas com lideranças indígenas ameaçadas e visitas às respectivas instituições para verificação das questões de segurança; visita à região de Surucucu, polo-base da Sesai, 4º Pelotão Especial de Fronteira, comunidade roca, visitas às unidades de saúde estaduais e Hospital Regional de Roraima, Hospital Materno Infantil Nossa Senhora de Nazareth, todos localizados em Boa Vista.

Em algumas partes do território, Senadora, não foi possível a comitiva ingressar, embora tenha tentado, justamente porque estavam tomadas pelo garimpo e nós fomos desaconselhados a ingressar nesse território, porque não havia nenhuma condição de segurança para ingresso, inclusive para agentes da Funai naquele momento.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Eu ouvi a senhora falar em um dos seus comentários que a questão do garimpo em Roraima é cultural e que é histórica, não é isso?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Então, por aí, por essa sua fala já dá para perceber que isso não aconteceu lá nos últimos quatro anos.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Isso vem acontecendo há décadas, e os povos ianomâmis estão lá, de fato, abandonados à própria sorte há décadas. Inclusive, quando o Presidente Collor estava na Presidência da República, ele determinou que se fechasse lá os garimpos, mandando jogar bombas nas pistas e tal, porque, naquela época, já acontecia isso.

A nossa preocupação é que aconteça agora mais uma grande narrativa dizendo que estão protegendo os povos indígenas, mas, na realidade, não passe disso, de uma narrativa, de um discurso para jogar isso para a mídia internacional ou para quem tem interesse de ver, quem não conhece lá, de fato, a realidade, quem não conversa, de fato, com os povos que estão lá dentro, porque, em Boa Vista...

Quem são os povos ianomâmis que vão a Boa Vista? Quem está com problema de saúde ou quem tem outros negócios a tratar, senão eles não saem, não vão a Boa Vista. Então, você só vai conseguir ver





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em Boa Vista quem está doente ou quem tem negócios a tratar dos povos ianomâmis lá em Boa Vista ou fora de lá.

O povo ianomâmi não sai de suas comunidades para visitar a capital. Então, é importante que essa visita do Governo, de todos os ministérios, seja feita *in loco*, dentro de cada comunidade. O Governo tem aparelhamento suficiente para dar garantia total, e, pelo que a gente ouve falar, 80%, 90% dos garimpeiros já deixaram lá as regiões que, como a senhora disse, têm a proteção, em algumas comunidades, dos próprios indígenas. Se foram cooptados ou não... Uma forma fácil de se cooptar alguém é quando esse alguém está com fome. Então, se os indígenas se permitiram ser cooptados é porque eles estavam passando por alguma necessidade, e essa necessidade foi suprida naquele momento pelos garimpeiros, caso contrário, eles não permitiriam.

Então, o nosso apelo é que o Governo não faça só um discurso bonito para que todos possam ouvir, mas que, de fato, mantenham essa assistência permanentemente.

Um médico muito conhecido lá no estado, o Dr. Nunes, já divulgou uns dois vídeos há poucos dias dizendo que não tem medicamento, que não tem atendimento e que o hospital lá que trata dos ianomâmis, de tudo, está dentro de um discurso apenas enganoso, para enganar as comunidades internacionais, e não para salvar, de fato, os povos ianomâmis. Ele é médico, atende lá na Casai Yanomami.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – E é indígena. É indígena. Ele fez mostrando a realidade dos fatos.

Então, já há vários meses o Governo decretou essa crise humanitária lá e para a qual, de fato, nem precisaria de um decreto; ela é vista a olhos nus de quem quiser ver. Mas é uma crise muito antiga. É uma crise muito antiga.

E, se precisa ser uma questão cultural, como a senhora disse, é preciso que haja um entendimento de que as duas partes, tanto os indígenas quanto os garimpeiros, precisam ser bem tratadas, porque os garimpeiros que estão lá, e isso já serve também para o representante do Ministério da Justiça que vai falar, que vai ser ouvido aqui, que vai conversar conosco, os garimpeiros que estão lá dentro ainda são simplesmente funcionários da fábrica, aqueles que trabalham lá no chão da fábrica. Os donos dos garimpos não estão lá. Aqueles que mantêm os maquinários, que têm aviões, que têm essa... Eles já saíram de lá há muito tempo.

Então, não se pode tratar o garimpeiro que está lá dentro como se fosse um transgressor. Ele está trabalhando e trabalhando pesado, duro, para sustentar sua família. Todos os garimpeiros que estão lá têm família em Boa Vista, têm família no Pará, no Amazonas... Em qualquer lugar do Brasil eles têm família e eles precisam manter essas famílias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu gostaria de fazer mais uma pergunta: a senhora tem conhecimento do Fundo Amazônia? Esse recurso, do Fundo Amazônia, foi repassado ou será repassado, desse valor, algo para cuidar dos indígenas ianomâmis, especificamente?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Isso é uma articulação que está sendo feita com a diretriz do Governo Federal. Possivelmente sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Esse recurso é repassado para ONGs em parte, alguma parte?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Eu não sei precisar exatamente em que medida esse recurso é repassado para ONGs, mas posso levantar essa informação.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – A senhora pode levantar e passar essas informações para nós?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – O.k., Presidente. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Senador Mecias. Obrigado, Secretária Rita. Agradeço a sua presença na nossa Comissão.

Vou agora chamar aqui o Marivaldo de Castro Pereira, que é o Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Segurança... Desculpa, desculpa...

Senador Contarato, tem alguma pergunta para ela? Perdoe-me. Eu não...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não. Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Mas você pode... Marivaldo, você pode vir para cá...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, inicialmente eu quero parabenizar V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Você me perdoe, que eu estava...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Não, sem problema. Sem problema nenhum.

Quero parabenizar V. Exa. pela condução do trabalho, parabenizar também a Secretaria Rita...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu confesso para V. Exa. que eu assumi o meu mandato aqui em 2019, mas contra fatos não há argumentos, Sr. Presidente. Nós temos uma garantia constitucional, que está no art. 225, que diz que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. E o fato é que, infelizmente, o ex-Presidente Bolsonaro, com aquiescência e participação de diversos ministros, promoveu um verdadeiro ataque à pauta ambiental e aos povos indígenas tradicionais.

Eu lembro que, no dia 12 de dezembro de 2022, eu protocolei uma representação junto ao Ministério Público Federal pedindo providências sobre o que estava acontecendo com os povos ianomâmis. Eu lembro também que, quando eu presidi a Comissão de Meio Ambiente, eu fui visitar os índios guarani-caiovás, no Mato Grosso do Sul, dizimados – não tem outra palavra –, estão cercados pelo latifúndio, agrotóxico aplicado com aeronaves, indo para a comunidade indígena, febre, vômito, diarreia, dor de cabeça. Isso ninguém me contou, não; eu vi. Eu saí daqui, porque passou da hora de o Parlamentar derrubar os muros do Parlamento e interagir com o principal destinatário, que é a população, que são os pobres, os pretos, os indígenas, os quilombolas. Então querer atribuir qualquer responsabilidade ao atual Presidente ou Governo ou ministro, eu nunca vi um comportamento tão contraproducente.

E aqui eu quero refrescar a memória de quem está nos acompanhando: na ADPF 709, Ação Direta promovida no Supremo, o Supremo Tribunal Federal apontou omissão sistemática do Governo Jair Bolsonaro em adotar medidas efetivas para combater as atividades ilegais de garimpos madeireiros nas terras indígenas. Olha, não sou eu, não. Isso não é uma fala de um Parlamentar porque é do partido A, B ou C. Fatos! Eu já tinha denunciado ao Ministério Público Federal, porque a Constituição Federal é a espinha dorsal e dela saí todos os ramos do Direito, entre eles, o Direito Penal. Nós sabemos que todo comportamento humano pode ter responsabilidade tanto na esfera penal como na esfera civil e na esfera administrativa. Nós sabemos que essa função do Estado de proteger os povos indígenas era do Estado com o Presidente Jair Bolsonaro, e que sua omissão, dita aqui na ADPF pelo Supremo Tribunal Federal, tem repercussão. O Supremo nada mais fez do que reconhecer o art. 13, §2º, alínea "a", do Código Penal, quando diz que a omissão é penalmente relevante quando o agente tenha por lei a obrigação de proteção, vigilância ou cuidado.

Então o supremo vem na ADPF e fala: "Olha, o Governo Jair Bolsonaro está sendo omissivo sistematicamente". Tanto que eu defendi que fosse incluído no relatório da CPI da covid o crime de genocídio aos povos indígenas, por uma razão muito simples: porque um crime é praticado não só por ação, mas também por omissão. Daí a relevância da omissão. E digo mais: esse comportamento por ação ou omissão pode ser o título de dolo ou o título de culpa. E o conceito de dolo também está expresso no Código Penal quando diz que existe o crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. E, se não for caracterizado o dolo, vamos ser bem complacentes com o Governo Bolsonaro, ele agiu ou por imprudência, que é a prática de um ato perigoso, ou por negligência, por inação ou por imperícia. Mas esses são os fatos. Então esses ataques...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O desmonte foi tão grande, Presidente – perdoe-me o desabafo –, que o Governo Bolsonaro chegou a editar a Medida Provisória 870. E aí eu tenho que refrescar a memória: ele tentou atribuir ao Ministério da Agricultura a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas, além de transferir a Funai para o Ministério da Mulher. Foi um vilipêndio à pauta ambiental!

Pontuou: acabou com a Secretaria de Mudanças Climáticas; acabou com o plano de combate ao desmatamento; acabou com o departamento que tratava de educação ambiental; criminalizou ONGs; proliferou agrotóxicos; reduziu a participação da sociedade civil; autorizou extração de minério em terra indígena, de petróleo... Isso são fatos! São fatos que estão aí e que vão ficar na história, mas a responsabilidade de quem, de qualquer forma, tenha concorrido para esses crimes aos povos ianomâmis... E aqui eu faço questão de ressaltar quais foram estes crimes: homicídio, lesão corporal, ameaça, estupro, favorecimento da prostituição, exploração sexual de crianças e adolescentes, corrupção de menor, tráfico de pessoas, redução à condição análoga de escravo, o que é previsto no art. 149, crimes contra a saúde pública, esbulho possessório, dano, falsificação de documento público... Ele permeou o Código Penal e as leis penais especiais.

Eu não poderia deixar de vir aqui e falar que todo esse desmonte que foi operado na pauta ambiental tem nome e sobrenome: Jair Messias Bolsonaro e seus ministros, que devem ser responsabilizados tanto por ação quanto por omissão, tanto a título de dolo como a título de culpa. Eu quero que sejam responsabilizados penal, civil e administrativamente!

Parabenizo a competência da Secretária Rita.

Quero falar que esta Casa é a Casa da população brasileira e falar que, enquanto Deus me der vida e saúde, eu estarei aqui, porque nós não podemos banalizar este direito constitucional expresso no art. 225: todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. E não é só aí: o art. 231, §2º, determina que o usufruto das terras dos povos indígenas é exclusivo aos povos indígenas e às comunidades tradicionais.

Querer atribuir qualquer responsabilidade à gestão atual é não reconhecer tudo que o Governo do Partido dos Trabalhadores e das trabalhadoras fez em prol dos pretos, pardos, índios, em prol dos pobres, em prol dos povos indígenas, das comunidades tradicionais, da saúde pública de qualidade, da educação pública de qualidade...

Fica aqui o meu registro. Eu não poderia deixar de fazer essa manifestação mais uma vez, esperando que a justiça seja feita para responsabilizar quem, de qualquer forma, tenha concorrido para esse crime. Isso não sou eu que estou dizendo, pois finalizo com o art. 29 do Código Penal, que diz que quem, de qualquer forma, concorre para o crime incide nas mesmas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade, seja autor, seja coautor, seja partícipe moral na forma de induzimento ou instigação, seja partícipe material na forma de auxílio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Senador.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Pois não, Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF). Pela ordem.) – Alguns crimes que o colega Fabiano citou são imprescritíveis. Então, em 2013, o assassinato... Em 2013, Globo divulgando: o assassinato de índios nos Governos Dilma e Lula aumentou 168%. Então, como os crimes são imprescritíveis, que a gente também peça a criminalização, a punição dos antigos Presidentes da República, se é assim que nós vamos lidar com esse tema nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.

Eu quero aqui, em seguida, passar a palavra para o Marivaldo de Castro Pereira, que é o Secretário de Acesso à Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Marivaldo, por 15 minutos.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Dr. Hiran. Muito bom dia aos presentes nesta Comissão. Quero cumprimentar o Senador Contarato, a Senadora Zenaide, o Senador Mecias, a Senadora Damares, os companheiros de governo aqui presentes, representantes dos povos indígenas da Terra Indígena Yanomami aqui presentes. E quero agradecer pelo convite formulado ao Ministério da Justiça.

Eu gostaria de começar na linha do que foi apontado pelo Senador Contarato, muito bem lembrado. No dia 8 de julho de 2020, o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão, o Ministro Barroso, na ADPF 709. Veja, no dia 8 de julho de 2020, numa ação proposta pela Apib, pelo PSB, pelo PSOL, partido que eu tenho muito orgulho de integrar, pelo PCdoB, pela Rede, pelo PT e pelo PDT.

E, já naquela época, o Ministro, ao analisar a situação de sete terras indígenas, incluindo a Terra Indígena Yanomami, determinou ao Governo que instalasse uma sala de situação para gestão de ações de combate à pandemia quanto a povos indígenas em isolamento ou de contato recente, com participação das comunidades, por meio da Apib, da Procuradoria-Geral da República, da Defensoria Pública da União. Os membros deveriam ser designados em 72 horas, a partir da ciência da decisão, e a primeira reunião virtual deveria ser convocada em 72 horas depois da indicação dos representantes. Barreiras sanitárias: que em dez dias, a partir da ciência da decisão, o Governo Federal ouça a sala de situação e apresente um plano de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

criação de barreiras sanitárias em terras indígenas. Plano de enfrentamento da covid-19: que o Governo Federal elabore em 30 dias, a partir da ciência da decisão, com a participação das comunidades e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, um plano de enfrentamento da covid-19 para os povos indígenas brasileiros. Os representantes das comunidades deveriam ser definidos em 72 horas a partir da ciência da decisão. Contenção de invasores: que o Governo Federal inclua no plano de enfrentamento e monitoramento da covid-19 para os povos indígenas medida de contenção e isolamento de invasores em relação a terras indígenas. Destacou, ainda, o Ministro Barroso que é dever do Governo Federal elaborar um plano de desintrusão e que, se nada for feito, voltará ao tema. Subsistema indígena: que todos os indígenas em aldeias tenham acesso ao subsistema indígena de saúde, independentemente de homologação das terras ou reservas, e que os não aldeados também accessem o subsistema na falta de disponibilidade do SUS geral. Ou seja, não bastasse ser competência do Governo Federal adotar medidas para evitar o que estava acontecendo nas terras indígenas em plena pandemia, o Supremo reforçou e determinou ao Governo Federal que adotasse essas medidas para interromper o processo de invasão, interromper o processo de genocídio dos povos indígenas, que foi aprofundado e acirrado durante a pandemia da covid-19.

Não bastasse a competência constitucional, a competência legal, o Supremo Tribunal Federal determinou que fossem adotadas medidas. E que medidas foram adotadas? Basicamente, nenhuma. Fossem essas medidas adotadas, nós não assistiríamos ao que a gente viu agora no início do ano, o genocídio dos povos que habitam a Terra Indígena Yanomami.

Vimos uma situação em que se estimam que cerca de 30 mil garimpeiros estavam na terra indígena. Vimos uma situação em que absolutamente nenhuma assistência, nenhuma atuação do Governo Federal estava sendo tomada para interromper o que ali estava acontecendo.

E aí o Governo resolveu adotar medidas. O Presidente Lula esteve presente na terra indígena, o que um Presidente que honre aquela faixa, que honre aquele cargo deveria fazer, que é estar presente em uma situação daquela em que o seu povo está sofrendo, seu povo está morrendo, inclusive de fome. O Presidente Lula esteve presente, o Ministro Flávio Dino esteve presente, o Ministro Silvio esteve presente, a Ministra Sônia esteve presente. Dali saiu uma série de medidas para tentar interromper aquele cenário de terror, aquele cenário que, infelizmente, foi herdado do Governo passado, que, infelizmente, foi herdado do Governo Bolsonaro. Lamento ter que afirmar isso, é lamentável que um governo tenha deixado chegar a esse ponto a situação na Terra Indígena Yanomami. A partir dali, vários medidas foram sendo adotadas.

A Polícia Federal, em parceria com o Ministério da Defesa, em parceria com o Ibama, em parceria com a Funai, decidiu a adoção de providências em pelo menos três fases. A primeira delas foi interromper a atuação do garimpo; a segunda delas, a retirada dos garimpeiros da terra indígena; a terceira fase, a retomada das bases que haviam sido tomadas pelos garimpeiros que atuavam na região para o armazenamento dos insumos utilizados na atividade ilegal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira fase teve início. Para facilitar a saída dos garimpeiros, não houve o fechamento total do espaço aéreo. E agora a gente vê o fechamento total do espaço aéreo, o que resultou, inclusive, nesta semana, com a destruição de uma aeronave.

Em um balanço aqui, que certamente já deve ter aumentado, ao todo, nós tivemos, com a atuação desses órgãos públicos lá, a retirada de 70 balsas, 4 aeronaves, 11 embarcações, a destruição de mais de 290 acampamentos de garimpeiros, a destruição de 145 motores e a apreensão de mais de 13 mil quilos, quase 14 mil quilos de cassiterita...

Vejam que a atuação do poder público, logo de cara, já demonstrou efeito. Isso pode ser visto pelas imagens da saída dos garimpeiros da terra indígena, mas é importante salientar que a atuação da Polícia Federal não ficou restrita à terra indígena. Houve uma preocupação muito forte em atacar a cadeia do garimpo. Vejam que há uma situação ali na região: a logística é muito cara, e, então, não é fácil levar todo aquele equipamento, todo aquele material para lá, para a exploração do garimpo. É necessário ter muito recurso, vide o gasto que o Governo Federal está tendo para poder socorrer a população que vive na Terra Indígena Yanomami. Exatamente por isso, a Polícia Federal deflagrou uma série de operações fora da terra indígena. Entre elas, a Operação BAL, deflagrada em 10 de fevereiro de 2023, para apurar e identificar financiadores do garimpo ilegal na terra indígena, com oito mandados de busca e apreensão cumpridos. A Operação Avis Aurea, deflagrada em 14 de fevereiro de 2023, também focada em financiadores, cumpriu 13 mandados de busca e apreensão, sendo seis em Boa Vista, seis no Estado de São Paulo, um em Goiás, e bloqueou R\$15 milhões. A Operação BAL bloqueou R\$28 milhões. A outra, Operação Nau dos Quintos, deflagrada no dia 28 de fevereiro de 2023, também contra financiadores, cumpriu três mandados de busca e apreensão em Boa Vista e bloqueou R\$25 milhões. Também teve uma operação da Polícia Federal contra a exploração sexual de mulheres e adolescentes, no dia 18 de março, com quatro mandados de busca e apreensão sendo cumpridos.

No total, foram 28 mandados de busca e apreensão só em operações fora da terra indígena e R\$68 milhões apreendidos e bloqueados, mostrando que a atuação do Governo Federal mira atingir toda a cadeia do garimpo ilegal, e não apenas atuar diretamente na terra indígena.

Além disso, é importante agora destacar que a operação... Essa semana, mencionei aqui, nós tivemos o fechamento do espaço aéreo, medida que, por si só, quando os povos da Terra Indígena Yanomami, quando os Parlamentares do Psol, do PT, do PSB, da Rede, os Parlamentares aqui do Congresso Nacional provocaram o Governo Federal para que adotasse medidas para a proteção dos povos que vivem na Terra Indígena Yanomami, só essa medida de fechamento do espaço aéreo já teria evitado que a situação chegassem à situação a que a gente assistiu esse ano. Só essa medida teria salvado muitas vidas daquelas crianças que a gente viu morrerem desnutridas. Só aquela medida já teria evitado muito do extermínio que a gente assistiu na Terra Indígena Yanomami.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E agora a operação vai chegando ao seu final. Vai chegando ao seu final com o fechamento do espaço aéreo e avança agora para a retomada das bases. O Governo, como a Secretária Rita mencionou muito bem aqui... E tem se empenhado, o Ministro Sílvio, a Secretária Rita e toda a equipe do Ministério dos Direitos Humanos tem se empenhado dia e noite na articulação de medidas para atendimento da população da Terra Indígena Yanomami.

Como ela mencionou, o Governo liberou R\$640 milhões, Senador, para cumprir a decisão do Ministro Barroso, na ADPF 709, decisão que foi tomada em 2020 – em 2020! Ou seja, lá em 2020 já havia uma obrigação determinada pela Suprema Corte para que o Governo adotasse medidas. E nada foi feito. Por isso, a gente assistiu a esse cenário. E hoje nos desdobramos dia e noite para poder socorrer a população que vive na Terra Indígena Yanomami.

É evidente que, a partir da detecção do problema, não foi possível já instalar a base de atendimento à saúde, não foi possível já prover toda a assistência necessária aos povos indígenas, porque, como muito bem colocado aqui, a logística para acesso à terra indígena é extremamente difícil, é extremamente complicada e cara. E, não bastasse isso... E isso é uma coisa muito importante de se colocar e é algo com que nós temos nos deparado o tempo todo ao longo da nossa nova gestão: destruir é muito fácil e rápido; construir é muito mais difícil, muito mais caro. Construir demanda pactuações, demanda articulações.

Lamentavelmente, o cenário que nós assistimos em relação às terras indígenas, em relação aos povos indígenas, é um cenário de completa destruição. É exatamente o cenário que a gente assistiu na Terra Indígena Yanomami, e hoje todo o Governo vem se empenhando, se articulando... O Ministro Flávio Dino lida com o tema dia e noite, junto com a Ministra Sônia, com o Ministro Silvio, com a Ministra Nísia, com todo o Governo, para que a gente consiga reestruturar o suporte necessário à proteção daquela terra indígena.

Por isso a liberação desse recurso agora, por isso a criação da Diretoria do Meio Ambiente na Polícia Federal, fortalecendo... Aquilo que era uma coordenação virou uma diretoria, com muito mais força para poder atuar na região. Por isso o investimento nas aeronaves da Polícia Federal. A Polícia Federal tinha uma aeronave capacitada para voo, uma, no início dessa gestão. Apenas uma aeronave estava disponível para voo, e, evidentemente, sem condições de dar esse suporte necessário àquela terra indígena.

Da mesma forma, estamos discutindo o problema da cadeia do ouro. É muito mais difícil circular com madeira e carne no Brasil do que com ouro. A cadeia do ouro possui uma situação extremamente frágil. Tivemos, esta semana, a declaração do Supremo derrubando o dispositivo legal que presumia a boa-fé de quem está adquirindo ouro, tivemos, esta semana, uma instrução normativa da Receita Federal exigindo a nota fiscal eletrônica para a aquisição do ouro, e estamos discutindo outras medidas para aumentar o rigor do controle da cadeia do ouro e permitir que seja aferido se o ouro adquirido no Brasil foi extraído de uma lavra legal e se ele possui todas as autorizações necessárias para ser comercializado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Presidente, Senador Dr. Hiran, em resumo, era isto que a gente gostaria de colocar e dizer que o Governo segue absolutamente empenhado e tem consciência de que não é necessário apenas combater o garimpo ilegal, mas é necessário que o Governo pense iniciativas e coloque de pé, imediatamente, programas que permitam que aqueles municípios que hoje dependem do garimpo ilegal possam ter outras fontes de geração de renda...

(Soa a campainha.)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – ..., e é exatamente por isso que está em debate, no âmbito do Governo também, a discussão sobre a adoção de programas como, por exemplo, programas de recuperação de florestas, uma medida que vem sendo defendida muito fortemente pelas entidades da sociedade civil como alternativa viável, sustentável que pode substituir a atividade do garimpo ilegal e, assim, pacificar essas regiões e retomar todo o modelo de estrutura e proteção das terras indígenas em nosso país.

Estou no Ministério da Justiça, passei por lá em 2005, voltei para lá em 2010 e fiquei até 2016. O problema do garimpo ilegal, evidentemente, como foi colocado aqui, sempre existiu. Porém, o que é novo é a omissão, a omissão do Governo ao ser acionado, ao receber uma denúncia, ao receber um pedido de socorro desesperado de um povo que estava sendo extermínado e simplesmente lavar as mãos. Em plena pandemia, em plena pandemia, que matava os brasileiros aos milhares, os povos indígenas foram os mais castigados, foram os mais atacados, foi quando o Governo mais se omitiu e deu de ombros diante do sofrimento desses povos. Felizmente, felizmente, temos a oportunidade de corrigir esse crime que foi cometido e reverter essa situação com muito custo, com muito trabalho. Mas, junto com os povos indígenas, vamos virar essa triste página da nossa história e retomar um Governo Federal presente, que, ao ser acionado diante de um crime, diante de um crime que está acontecendo, de uma crueldade que está acontecendo, não se omite e atua diretamente para reverter a situação.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Muito obrigado, Secretário Marivaldo.

Eu quero, antes de passar a palavra para o primeiro Senador dos Senadores inscritos, registrar a presença do Maurício Yekuana, Presidente da Associação Hutukara, que representa os povos ianomâmis yekuana.

Seja bem-vindo, Maurício.

Quem seria o primeiro inscrito? *(Pausa.)*

Senador Mecias, com a palavra.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR. Para interpelar.) – Dr. Marivaldo, o senhor citou alguns números que eu gostaria de saber qual o órgão





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficial que deu. O senhor falou de 30 mil garimpeiros de terras indígenas. Qual o órgão que deu esse número oficialmente? Quantos garimpeiros já saíram e quantos ainda existem lá dentro das terras indígenas?

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA (Para expor.) – Senador, isso, por óbvio, é uma estimativa. Não há um dado oficial determinando a quantidade de garimpeiros, porque, evidentemente, não é possível fazer um censo dos garimpeiros presentes, porque a autoridade, quando chega na terra...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Então, não se pode afirmar que são 30 mil?

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Perfeito. Estimativa. Estima-se. Quantos saíram, da mesma forma, porque não há... Os garimpeiros saíram de várias formas da terra indígena, inclusive alguns se dirigindo a outras terras, segundo denúncias de outros povos indígenas, como, por exemplo, os mundurukus e os caiapós que estiveram presentes lá no ministério. Não é possível fazer essa estimativa por questões óbvias, mas estima-se. Agora, o fato é que, pelas imagens e pelo que a imprensa amplamente divulgou, a gente tinha uma quantidade muito grande de garimpeiros na terra indígena, e o lastro de destruição ambiental deixado pelo garimpo também está registrado, fotografado, o mundo inteiro assistiu.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – O lastro de destruição ambiental não é em função da quantidade de garimpeiros que está lá, mas pelo tempo que eles estão lá. Um só garimpeiro consegue fazer muita devastação se ficar lá por muito tempo, e é o que acontece lá. Ninguém tem esse número oficial. Nós vivemos aqui constantemente essa guerra de narrativas de dizer números que não são oficiais, e não é correto que o Ministério da Justiça traga números não oficiais para serem ditos numa Comissão do Senado Federal.

Mas eu quero lhe fazer outra pergunta, Dr. Marivaldo.

Oficialmente, qual o número de óbitos de crianças ianomâmis? Oficialmente, quem foi o órgão oficial que disse o número de óbitos de crianças ianomâmis?

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Eu vou pedir para a Secretaria Rita mencionar o número de óbitos, porque eles acompanham isso mais de perto. (Pausa.)

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Agora, é importante só colocar, Senador, que o senhor tocou num ponto muito importante, que é o tempo. Você vê que a decisão do Supremo é de 8 de julho de 2020, e não houve nenhuma iniciativa do Governo Federal. Talvez, se o Governo Federal tivesse cumprido a decisão do Supremo, certamente, esse lastro de destruição não teria ocorrido.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Dr. Marivaldo, deixe-me lhe dizer uma coisa: eu sou uma pessoa contra narrativas. Eu não vim aqui para discutir se a culpa é do Governo Lula, do primeiro governo do Lula, do segundo governo do Lula, do governo da Dilma ou do governo do Bolsonaro, eu quero encontrar soluções para as questões existentes lá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no momento. Se a gente for discutir essas narrativas do que o Governo Bolsonaro deixou de fazer, do que o Governo Lula deixou de fazer, esta Comissão não vai ser concluída. A gente precisa acabar com essas narrativas e sugerir propostas concretas para resolver a situação dos ianomâmis, dos iecuanas, de todas as comunidades do país. Nós vamos ficar aqui neste debate... Eu não quero fazer este debate, acho desnecessário os Senadores ficarem aqui usando da palavra para acusar, ou até mesmo os convidados a serem ouvidos aqui virem aqui para fazer uma narrativa contra o governo do Presidente Bolsonaro ou contra qualquer governo. Não é isso que esta Comissão está discutindo. Nós queremos ouvir do Governo o que está sendo feito concretamente e quais as sugestões. Esta Comissão não foi criada para fazer esse tipo de coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Pode.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA (Para expor.) – Senador, nós temos aqui uma evolução dos dados de mortes de indígenas no estado de uma maneira geral, dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde de Roraima. Eles mostram um aumento, uma tendência de aumento desde 2016, e números especialmente altos entre 2019 e 2022. Entre 2019 e 2022, saiu de 469 óbitos passando para 573 óbitos em 2020; 595 em 2021; e uma pequena queda em 2022, para 426 óbitos; total, entre 2012 e 2022, de 4.649 óbitos. Na virada de 2017 para 2018, o acréscimo é considerável, saindo da faixa de 398 para 410; depois 469, em 2019; chegando a 595 em 2021, o ápice.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Em 2010 qual era o número?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Tenho dados para 2012; é o que eu tenho, a partir de 2012.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Em 2012 qual era o número?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Era 338.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Em 2012, 338.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Isso.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – E em 2016?

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Em 2016, 367.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Eu agora vou falar aqui como membro da Comissão; não como Presidente, mas como médico também.

Nossa querida colega Zenaide, os dados epidemiológicos dentro da área ianomâmi são extremamente subnotificados, até por conta do que a Secretaria falou aqui: é uma imensidão e nós temos uma densidade demográfica muito baixa e muito esparsa, não é, Secretaria? Então nós estamos... Já está saindo o censo aí, e nós vamos ter, só em Roraima, cerca de 16 mil indígenas para uma extensão territorial de 9,6 milhões de hectares, então a subnotificação é muito grande.

Nessas notificações de mortes aqui, que são de todas as etnias do nosso estado, não dá para a gente fazer um corte assim: isso aqui é ianomâmi, isso aqui é patamona, isso aqui é ingaricó, isso aqui é macuxi, isso aqui... Não tem como, e está aqui o Maurício, que sabe que eu não estou falando nenhuma bobagem. Então é só para a gente esclarecer.

Além disso, me chamou a atenção esse corte temporal nessa análise que foi feita. Aliás, é uma análise benfeita, mas deveria haver uma análise histórica mais espaçada, porque nós temos presença de garimpeiros dentro da área ianomâmi há mais de 80 anos. Aquelas pistas, Secretário, que foram feitas lá em todos aqueles polos básicos, 37 polos básicos, à exceção de Surucucu e Auaris, aquelas pistas todas foram feitas por garimpeiros e são utilizadas pela saúde indígena, pela Funai, enfim, por todos os órgãos que trabalham dentro da reserva. É só uma questão de esclarecimento. Desculpem se me intrometi aqui, mas vou voltar a palavra para o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, não, o senhor não se intrometeu, o senhor concluiu inclusive o meu pensamento com relação aos números, que não era possível dizer de fato de qual etnia são todos esses números levantados aí.

Mas eu quero perguntar ao Dr. Marivaldo sobre os recursos do Fundo Amazônia. O senhor tem conhecimento se esses recursos foram repassados, se foi usado algum valor deles para o atendimento dos povos indígenas ianomâmis.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Senador, lamentavelmente havia uma interrupção do uso dos recursos do Fundo Amazônia. O Governo está se desdobrando porque, para usar esses recursos. Não é simplesmente uma conta em que você saca e já pode utilizar automaticamente; é necessária a construção de projetos. E isso, pelo menos da perspectiva da segurança pública, está em construção dentro do Ministério da Justiça, nem por isso o Ministério deixou de atuar. A Polícia Federal começou a atuar, por exemplo, a gente comentou aqui, os 640 milhões liberados agora pelo Governo em crédito extra para os vários órgãos poderem atuar lá, a Polícia Federal já está atuando há muito tempo, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Federal usou os recursos que tinha disponíveis e já começou a atuar, e agora que está chegando o recurso porque é assim que tem que fazer em uma situação de emergência.

E peço desculpas ao senhor sobre a menção à ADPF 709. O objetivo não era a discussão de narrativas, mas sim porque havia uma decisão da Suprema Corte e é importante todos nós gestores públicos termos uma atenção muito grande por aquilo que o Supremo determina. Longe de mim querer disputar narrativa, mas é que havia uma decisão desde julho de 2020 sobre esse problema.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – O senhor tem conhecimento de alguma ONG que tenha recebido recursos do Fundo Amazônia?

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Não tenho conhecimento. Basicamente a atuação do ministério vai diretamente pelos órgãos do próprio ministério que atuam nesse caso, inclusive não mencionei aqui a Força Nacional de Segurança Pública, que vem tendo um papel excepcional sob o comando do ex-Deputado Tadeu Alencar, que vem fazendo um trabalho excelente junto à Senasp.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – O.k., satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Senador Mecias. Obrigado, Secretário Marivaldo.

Passo a palavra para minha querida colega, Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpellar.) – Bom dia, Presidente, meu colega Hiran, médico; Sr. Marivaldo de Castro, representando a Justiça e a segurança pública; nossa Rita Cristina, mesmo nessa mesa, Rita, é uma mulher e dois homens, a gente está sempre com essa pauta de equidade, Secretária-Executiva do Ministério dos Direitos Humanos.

Eu quero até pedir desculpas porque cheguei atrasada, porque tinha outros compromissos, mas eu ouvi aqui, porque eu estava ouvindo mesmo não estando presente para tentar quando chegasse aqui. Primeiro que a logística é difícil, o acesso a terras indígenas. Com isso, a gente, como falou o Dr. Hiran, tem subnotificação até de óbitos. Isso faz com que eu lembre aqui, porque muitas vezes olham para a Senadora e dizem: a senhora nunca lá nas terras indígenas. Mas a gente está vendo. A gente vê. Não é necessário.

Inclusive, nós vamos estar lá amanhã e eu sei que precisa de toda uma... Que Hiran está se envolvendo e todos para a gente poder ter esse acesso a terras indígenas.

Segundo, que me chamou atenção quando se falou de número de óbitos. Se tivesse só uma criança indígena, Hiran, era para a gente estar fazendo isso tudo. Terceiro, todos nós sabemos que garimpos ilegais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso aí ninguém contesta. Agora, também nós não podemos deixar de mostrar que houve, não consideraram mais.

A gente sabe que de todas as instituições foram retirados equipamentos, foram retirados. Na verdade, foram abandonados. Lembrando que eu, como médica, quero dizer o seguinte: ninguém pode apagar aquela imagem de centenas de índios ianomâmis com desnutrição gravíssima, que a gente chama de marasmo, como Hiran sabe. É aquela desnutrição que falta tudo, gente, até a farinha. É diferente do kwashiorkor, que pelo menos a farinha estariam comendo. Isso é fato.

Terceiro, quando mostrou que um garimpeiro faz um estrago grande. Você imagine o número de garimpeiros. Como foi falado pelo meu colega, um garimpeiro já faz. E uma coisa é certa. Esse garimpo se empoderou nesses últimos quatro anos. Isso é líquido e certo. Ninguém aqui vai contestar porque estão lá as imagens mostrando.

A gente chama isso em Medicina de ver coisas que não existem, ouvir vozes de indígenas pedindo socorro que não existem. Isso tem um nome de uma doença grave para a gente. Chama esquizofrenia, não é, Hiran?

Então, nós vimos as imagens, que chocaram não só o Brasil, mas o mundo. Tenho certeza de que por causa da difícil acessibilidade e como não tínhamos instrumentos. Não é falando de governo A, B ou C, mas a gente tem que ser realista. Houve realmente um descaso pela proteção do meio ambiente e das terras indígenas. Não é falando de Presidente A, B ou C.

E muito importante o que o governo... Isso a gente chama emergência. A emergência era retirar o garimpo de lá, salvar o máximo de pessoas, de seres humanos que estavam ali.

Como Hiran falou, tem dificuldade, até tem subnotificação. A gente está vendo um número e geralmente, quando a gente reconhece que tem subnotificação, é porque a gente tem certeza de que é muito maior. Seja pelo número de indígenas que existem lá, seja pelo número de óbitos.

E outra coisa. O Governo tem que se preocupar sim com a situação dos municípios, dos municípios. Tem alternativa. Emergência hoje e continua até lá, porque a gente está vendo que continuam lá estruturados até com bingo. Então, por isso eu acho que fizeram uma estimativa, uma narrativa, como o meu colega Senador disse, para você fazer bingo, tem que ter um número mais ou menos de pessoas.

Terceiro, existe algo aqui que não é negociável. Eu acredito que...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Então, mas o que eu quero dizer é o seguinte... Eu queria dizer o seguinte. Não é negociável a extração, a presença do garimpo nas terras indígenas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso eu acho que todos concordam. Como vamos resolver? Quem vivia do garimpo ilegal, aí é outro detalhe, porque o que mostrou é que o garimpo ilegal nas terras indígenas é de uma crueldade, é um esfacelamento, é impossível a gente ver aqueles seres humanos. Aquilo doeu. Eu que sou acostumada a salvar vidas, como o Dr. Hiran, vi aquilo ali, por omissão. Existiu uma omissão anterior, mas essa dos últimos anos foi gritante, gente, porque começou a desacreditar até no que a gente vinha...

E eu, Zenaide, Senadora, como médica, me recuso a achar que o que está sendo mostrado não é verdadeiro. É verdadeiro, sim. Posso até não contar com números, mas se for só um número, já era o suficiente para a gente estar aqui debatendo esse assunto, dando visibilidade à sociedade. E amanhã vou estar lá.

E outra coisa, porque muitos vão dizer, mas eu sou do Nordeste, ali do Sertão. Zenaide não conheceu lá. Já passei, já viajei pela Amazônia, e meus olhos, como nordestina, ver aquele mundo d'água, que é onde a vista alcança, e aquele verde ainda que existe...

E outra coisa, gente, eu queria dizer algo aqui a vocês: eu acho que o Brasil tem que ser grato. As populações que já destruíram o seu meio ambiente e que há algum tempo estão tentando recompor, porque descobriram que não existe vida humana, animal ou vegetal sem a transversalidade. Então nós temos um privilégio – com certeza, todos vamos nos unir – de ainda salvar grande parte da nossa vida vegetal, animal e humana.

Então era isso. Não vou perguntar, porque eu achei que foi esclarecedor. Inclusive as perguntas dele, Hiran, ajudaram.

Mas termino aqui dizendo: algo inegociável. Como eu digo com minhas netas, o cinto de segurança. Cinto de segurança, a vovó não negocia. O uso do cinto de segurança. Então não existe essa negociação de retorno do garimpo às terras indígenas. E com isso, a gente concorda. E amanhã eu vou estar lá.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Será uma honra recebê-la. E quero dizer aqui...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – E você já deu até, fez um programa de rádio.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – ... muito claramente que ninguém, ninguém no nosso Estado propõe retorno de garimpeiro a terra indígena, porque isso é crime. Acabei de falar. É crime.

Agora, nós precisamos debater como explorar nossas riquezas aqui dentro desta Casa. Isso é um outro problema, mas não é aqui nesta Comissão. Aqui nós temos que proteger as nossas etnias lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa, Senadora Zenaide, a senhora vai ficar muito sensibilizada, porque eu sei do seu viés humanitário, eu sei da sua formação humanística, porque nós vamos também visitar a Operação Acolhida, e aí a senhora vai ver o que é genocídio. Genocídio é o que a Venezuela faz com os venezuelanos. Seis milhões de pessoas a vagar pelo mundo em situação de absoluta vulnerabilidade. E nos abrigos, a senhora vai ver que a maioria das mulheres jovens ou estão grávidas, ou já têm uma ou duas criancinhas nos braços. E aí, a gente fica pensando o que será dessa geração.

Então, a senhora vai ver que lá... Nós temos também lá, não é Mecias? Esta semana mesmo, alguns locais onde os ianomamis que ficam nos limites da reserva nos municípios vêm para as cidades e, sem condição de subsistir, geram problemas de alcoolismo. São problemas gravíssimos que eles vivem. Muitos ficam a perambular em alguns locais da nossa cidade. Você vai ver, isso é muito importante, também, a gente olhar. E também olhar para aqueles operários, para as pessoas pobres de que o Mecias falou aqui, com muita propriedade, porque conhece, está lá também há muito tempo.

Há muitas pessoas, também, que sofrem porque os garimpeiros têm uma dinâmica, saem de um garimpo e vão para o outro, mas há muitas pessoas que saíram das suas casas, em Boa Vista, e vislumbraram no garimpo uma única possibilidade de melhorar as suas vidas, de ajudar as suas famílias, que também vivem numa situação de vulnerabilidade. Então, nós temos indígenas, nós temos venezuelanos que não foram acolhidos pela Acolhida, porque ela tem limites – você conhece muito bem. Temos esse pessoal que saiu do garimpo, que também está numa situação de vulnerabilidade, tanto nos municípios quanto na capital. Isso impacta muito o nosso sistema de saúde, que é um sistema de saúde incipiente, frágil.

Para vocês terem uma ideia, nós não temos lá um ciclo completo para o tratamento de câncer, nós não temos radioterapia nem braquiterapia no nosso estado. As pessoas que têm câncer precisam sair de lá para outros estados, gastam muito com TFD. Enfim, é bom que você vá para você, inclusive, defender os interesses da nossa Roraima aqui no Senado e no Congresso Nacional.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Com certeza, Hiran, é isso tudo o que foi mostrado. Por isso, que eu acho – mesmo que não diga... É a importância dos ianomamis, mas também de todos... Por isso, esta Comissão.

Nós sabemos, como eu disse, que a gente tem o emergencial, como estancar os óbitos. Não é possível que a gente ainda fique vendo pessoas morrerem de fome, mas, infelizmente... Os trabalhadores também. A gente tem que descobrir que o garimpo ilegal, com certeza, não sendo os garimpeiros maiores, porque não justifica, nada justifica.... Mas, como você falou, tem gente lá que trabalha para quem vai ganhar dinheiro. E, o pior: não fica nada para o Estado, porque do ilegal só ficam as mazelas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Exatamente. Perfeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Só ficam as mazelas.

Por isso, gente, que quando se fala em Estado mínimo... Vocês que estão me assistindo: Estado mínimo é a ausência do Estado brasileiro em cada um dos municípios do seu país. Então, não me venham com a história do Estado mínimo. Vamos, sim, ampliar o Estado. A gente sabe que isso tudo é decisão política. Inclusive, Zequinha, que é tomada aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR) – Mecias.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Desculpe-me, Mecias.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – São irmãos, falam tão juntos e combinam tanto. Desculpe-me. Eu encontrei Zequinha ali e tinha dito: "Ele esteve aqui? Ele tinha dito que vinha aqui".

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Só porque ele é pequeno a senhora já confundiu com o Mecias.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Não, pequenos não. São pequenos, mas grandes homens.

Então, o que é que a gente quer dizer? Presença do Estado brasileiro. Então, gente, vamos para aonde? Vamos para o Orçamento. Nós nunca vamos colocar a segurança pública no Orçamento nacional? Passem: é menos de meio por cento. Nós não vamos colocar a educação, a saúde pública, no Orçamento? Cabe a nós. Por que se permite, nesta Casa... É hora de conversar e dizem: "Você não é economista". Eu digo: mas sou dona de casa. Dona de casa... Ninguém é mais economista do que dona de casa. Ela é o termômetro para tudo.

Temos dívidas, sim, como o Japão, os Estados Unidos, mas estes não entregam a metade do seu orçamento para o sistema financeiro para pagamento de uma dívida. Vamos exigir que esse povo venha para a Comissão Mista de Orçamento, porque o Congresso passa o ano todinho mendigando 4% para a educação pública, 4% para a saúde pública, menos de 0,5% para a saúde pública. Hora de a gente sentar... Será que os senhores do mercado financeiro e dos bancos não podem abrir mão, pelo menos, de 10% e a gente pagar 40% dessa dívida em prol de gastos básicos, em prol de se ter um projeto para melhorar a situação dessas pessoas que foram jogadas ao relento, de onde quer que seja que elas tenham vindo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não defender direitos humanos não faz parte aqui da Senadora Zenaide, não. Vida, não só humana, vida animal e vegetal.

Obrigada.

Você sabe que meu nome é Zenaide Maia Calado? De Calado parece que eu só tenho o nome!
(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Só tem o nome.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Zenaide.

Eu vou passar...

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Pois não, Marivaldo.

O SR. MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA (Para expor.) – Presidente, só em complementação ao tema que o senhor e a Senadora Zenaide mencionaram aqui, sobre a exploração do garimpo em terras indígenas, é importante destacar que o Presidente Lula, a pedido do Ministro Flávio Dino, pediu a retirada do Projeto de Lei nº 191, de 2020, elaborado pelo então Ministro da Justiça Sergio Moro, na gestão passada, e que regulamentava o garimpo em terras indígenas.

Então, um projeto que era mais uma agressão violenta aos povos indígenas e foi feita essa correção histórica pelo Governo Federal, a pedido do Ministro Dino, no pedido encaminhado pelo Presidente Lula à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Marivaldo.

A SRA. RITA CRISTINA DE OLIVEIRA – Regulamentava não, não é, Valdo? Ele legalizava.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Eu só queria...

Pois não. (Pausa.)

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – ... eu vou pedir licença para sair, porque eu vou ali para uma Frente Parlamentar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Fique à vontade, Senadora.

Eu queria também...

Já que a gente precisa aqui restabelecer a verdade, o Projeto de Lei nº 191 regulamentava o que já está escrito na nossa Carta Maior. A nossa Carta Maior, a Constituição brasileira, diz que a gente precisa regulamentar a exploração das nossas terras ocupadas pelas populações naturais. E nós não regulamentamos isso, Mecias, desde 1988.

Nós precisamos discutir, sim, nesta Casa, porque não é explorar garimpo, nós fazermos, por exemplo, hidrelétricas, explorar energia eólica dentro de terras indígenas. Eu não vejo nenhum tipo de problema, desde que a gente regulamente isso num marco legal adequado. Eu não tenho nenhum problema... Isso está consignado, já, no nosso regramento legal.

Eu vou chamar aqui...

Agradeço ao Marivaldo. Pode ficar aqui, Marivaldo.

Eu vou chamar o Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval, representante do Ministério da Defesa, Marcelo Mendes Mello, para fazer sua exposição.

O SR. MARCELO MENDES MELLO (*Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Dr. Hiran Gonçalves.

Aqui é o Capitão de Mar e Guerra Fuzileiro Naval Marcelo Mendes, representante do Ministério da Defesa.

Gostaria de perguntar aos senhores se todos me ouvem bem, uma vez que, infelizmente, eu não pude estar presente, mas estou aqui, graças ao recurso da videoconferência.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – O som está muito bom.

O SR. MARCELO MENDES MELLO (*Para expor. Por videoconferência.*) – Tá ótimo.

Então, eu gostaria de dar bom dia a todos, na presença do Senador Dr. Hiran, agradecer pelo convite realizado ao Ministério da Defesa, cumprimentar também os demais participantes da mesa, os convidados, a Sra. Secretária Rita Cristina, o Sr. Marivaldo Castro e os demais Senadores, diletos participantes desta reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, em função do tempo que tenho disponível, gostaria de ser bem objetivo, mas, ao mesmo tempo, abrangente sobre a participação, sobre o trabalho de coordenação realizado no Ministério da Defesa, do apoio das Forças Armadas nas ações realizadas na Terra Indígena Yanomami, sendo bastante objetivo, já iniciando nas ações a partir de janeiro de 2023, para que pudesse, então, ter tempo hábil para esclarecer eventuais dúvidas. Aquelas que eu não puder, vou fazer todo o esforço para buscar as informações necessárias.

Então, dentro do contexto da nossa Constituição Federal e, principalmente, da Lei Complementar 9.799, que determina às Forças Armadas o apoio aos órgãos de Estado, principalmente com o apoio logístico, apoio de inteligência, comunicações e instrução, as Forças Armadas, então, têm se feito presentes em todo o território nacional, especialmente na Terra Indígena Yanomami, desde janeiro de 2023.

Um marco muito importante foi a publicação do Decreto 11.384, que instituiu o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações na Terra Indígena Yanomami. Com isso, o Ministério da Defesa designou um participante nesse comitê nacional.

Ainda na data de 20 de janeiro, foi publicada a portaria do Ministério da Saúde que declarou a emergência em saúde pública de importância nacional, estabelecendo o Centro de Operações de Emergência, conhecido como COE-Yanomami. Também nós temos membros do Ministério da Defesa participando desse comitê.

Ressalto que esse marco de 20 de janeiro, antes disso ainda, ainda no dia 11 de janeiro de 2023, a Força Aérea Brasileira realizou o resgate de uma indígena gestante na comunidade Wanapiki, localizada ali próxima da região de Surucucu, em que ela precisou ser extraída e transportada até Boa Vista e, numa coordenação muito rápida entre o Ministério da Defesa e a Força Aérea, conseguimos, então, fazer essa evacuação aeromédica dessa indígena, o que demonstra que as Forças Armadas sempre estão e sempre estiveram presentes e atuantes no apoio à nossa população, no apoio aos órgãos de Estado.

E, mormente a partir de 20 de janeiro, então, com a publicação do decreto e da portaria, iniciamos os nossos trabalhos na região, fazendo transporte de cestas básicas. Dentro dessa vertente de apoio, de ajuda humanitária, fizemos transporte de cestas básicas, transporte de membros da Sesai, membros também da Funai, para que pudéssemos, então, reforçar as ações de enfrentamento da desassistência sanitária na Terra Indígena Yanomami.

Ressalto também que ainda em 26 de janeiro, o Ministério da Justiça estabeleceu um grupo de trabalho com a finalidade de propor medidas contra atuação de organizações criminosas e contra a exploração do garimpo ilegal em terras indígenas.

Então, também nós do ministério, com representantes do Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) também fazemos parte e também estamos contribuindo, então, nesse grupo de trabalho, capitaneado aí pelo Ministério da Justiça. A partir disso, então, houve um adensamento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das ações militares na região. E no dia 30 de janeiro houve um outro marco muito importante, que foi a assinatura do Decreto 11.405, que dispôs sobre as medidas para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e de combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

Então, a partir de janeiro, nós estabelecemos uma outra vertente, que foi o apoio ao combate ao garimpo ilegal naquela região.

Então, a partir já do início de fevereiro, realizamos reuniões, inclusive de coordenação com o Ministério da Justiça, mormente com a Polícia Federal, com representantes da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, para estabelecermos como seria esse apoio a essa segunda vertente; a primeira vertente de medida de enfrentamento à desassistência sanitária e a segunda vertente, então, de apoio ao combate ao garimpo ilegal.

Com isso, o Ministério da Defesa se articulou e no dia 3 de fevereiro foi estabelecido o Comando Operacional Conjunto Amazônia, um comando, uma estrutura temporária, porém organizada com militares da Força Aérea Brasileira, do Exército Brasileiro e da Marinha Brasileira, um comando conjunto estabelecido em Boa Vista, comandada por um Brigadeiro, o Brigadeiro Nogueira, para que, no local, pudesse, então, coordenar todas as ações de apoio, seja de enfrentamento à desassistência, seja de apoio ao combate ao garimpo ilegal.

E esse Decreto 11.405 determina também ao Comando da Aeronáutica a criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea, conhecida pela sigla Zida, isto é, estabelecer medidas sobre o espaço aéreo na Terra Indígena Yanomami para coibir o tráfico ilegal de aeronaves que poderiam estar apoiando logisticamente as ações do garimpo.

Com isso, então, foi criada uma estrutura na ordem de 600 militares, sendo que, desses 600, basicamente 30 militares são específicos da área de saúde. A Força Aérea Brasileira estabeleceu também um hospital de campanha na cidade de Boa Vista e equipes pequenas lá no pelotão de fronteira de Surucucu, pertencente ao Exército brasileiro, para reforçar também as ações de atendimento médico aos indígenas.

Desde lá, então, temos estabelecidas ações de apoio a diversos órgãos, eu poderia citar Funai; a Sesai, ligada ao Ministério da Saúde; ao Ministério da Justiça, especificamente Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública; ao Ibama. Cito também o transporte aéreo de diversas comissões, incluindo a Comissão do Senado, que esteve lá no final de fevereiro, no período do Carnaval. E estamos nos articulando também para apoiar uma nova visita da Comissão Temporária do Senado, entre os dias 12 e 14 de abril.

Nesse contexto, apoiamos também as ações do IBGE, que realizou o censo demográfico na região, ali no período entre 6 de março, encerrando aí no início de abril.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E destaco também, como já foi citado aqui pelo meu companheiro Marivaldo, do Ministério da Justiça, que, dentro desse contexto do controle do espaço aéreo, houve a necessidade da criação de três corredores de voo, para que permitissem a saída voluntária dos garimpeiros.

É do conhecimento de todos que o garimpo ilegal atua de modo a dificultar ainda mais a condição sanitária dos indígenas. Então, as Forças Armadas, através, principalmente, dos seus helicópteros, do apoio, nas bases existentes, do Exército, na Terra Indígena Yanomami, fornecem condições logísticas necessárias para o combate a essas regiões de garimpo, realizado pelos órgãos de segurança pública. Então, nesse contexto, também, nós apoiamos o censo realizado lá na região.

Tudo isso contribui para aquele grupo de trabalho, que eu citei, que está ativo, pelo Ministério da Justiça, para que se tenha uma base de dados que forneça elementos necessários para a execução de operações na região, de modo a mostrar a presença do Estado e a conduzir as políticas públicas. E, com isso, as Forças Armadas exercem esse papel de apoio logístico, apoio de inteligência, de acordo com o decreto recém-assinado e com o papel das Forças Armadas, como está previsto na nossa Constituição e na Lei Complementar 9.799.

O Senador Hiran citou, por exemplo, a atuação na Operação Acolhida. Então, essa é mais uma das operações que as Forças Armadas realizam, de modo a apoiar o desenvolvimento nacional, de modo a mostrar o seu lado, de que realizamos as nossas operações de caráter subsidiário. Estamos em constante preparação para a defesa do território nacional, mas não deixamos de realizar operações de caráter subsidiário em prol da nossa população, em prol da nossa soberania e em prol do desenvolvimento do nosso país.

Com isso eu encerro as minhas palavras, mostrando o papel que as Forças Armadas, sob a coordenação do Ministério da Defesa, têm realizado, o trabalho que fazemos de coordenação com os diversos órgãos, através da nossa estrutura logística, através da nossa presença, através da nossa prontidão, através da capacidade dos nossos meios de muitas vezes superar as dificuldades logísticas e as dificuldades das intempéries na região amazônica, para permitir a presença do Estado e a execução das políticas públicas estabelecidas lá para a região.

Com isso, coloco-me então à disposição para atender, naquilo que estiver ao meu alcance, qualquer questionamento ou qualquer dúvida por parte do trabalho das Forças Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Muito obrigado, Capitão Marcelo Mendes.

Eu quero aqui passar a palavra para o Senador Mecias, para fazer as suas considerações.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Presidente, eu só quero cumprimentar o Capitão Marcelo e agradecer a ele e a todas as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Forças, que estão dando essa assistência lá. Cabe-nos agradecer, porque sei que a eles está sendo dada uma missão e eles cumprem rigorosamente essa missão e cumprem com excelência.

Portanto, só o meu agradecimento em nome de todos aqueles envolvidos lá nessa situação de calamidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – O senhor quer fazer alguma consideração, Capitão?

O SR. MARCELO MENDES MELLO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, senhor. Eu gostaria de agradecer as palavras do Senador Mecias.

Talvez eu não tenha falado, eu faço parte de um setor do Ministério da Defesa que é subordinado ao Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e que o nosso chefe é o Almirante de Esquadra Aguiar Freire. Provavelmente os senhores já estiveram junto com ele em visitas realizadas lá também. E subordinado ao nosso ministério, ao nosso querido Ministro Múcio, existe também um outro braço subordinado ao Ministro, que é Secretaria-Geral. Então, desde o dia 3 de fevereiro, quando foi estabelecido o comando conjunto para atuar de forma como os senhores têm acompanhado, nós também, no ministério, nos articulamos naquilo que a gente chama de um centro de operações de controle, como se fosse um gabinete de crise, para que todos os setores do Ministério da Defesa pudessem acompanhar, dia após dia, todas as ações realizadas e, com isso, nós nos coordenarmos internamente e permitirmos também uma coordenação com os diversos órgãos atuando naquela região tão difícil de operar, mas tão necessária da presença do Estado.

Por isso, eu agradeço, em nome do nosso ministério, em nome dos militares que têm trabalhado, lutado lá diariamente, as palavras e a consideração do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Capitão Marcelo, ao encerrar essa sua exposição, eu quero transmitir, em nome da nossa Comissão, o reconhecimento pelo trabalho do Ministério da Defesa, que tem à frente o nosso Ministro José Múcio. E que o senhor transmita às nossas Forças Armadas o nosso respeito, o reconhecimento pelo trabalho que vocês fazem na preservação da nossa integridade territorial, nos cuidados, na presença nessas áreas tão difíceis de atuar e onde vocês atuam de maneira tão eficiente.

Parabéns! Parabéns pela sua participação!

Muito obrigado.

Eu quero aqui, antes de encerrar, havendo número regimental, colocar em votação a Ata das 7^ª e 8^ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

As atas estão aprovadas.

E nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos convidados e dos Srs. Senadores e Senadoras nessa audiência e declaro encerrada a presente reunião, desejando um bom dia e boa semana a todos.

(Iniciada às 9 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia dezoito de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a presidência do Senador Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros com a presença dos Senadores Dr. Hiran e Leila Barros, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Damares Alves, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Vanderlan Cardoso, Paulo Paim, Flávio Bolsonaro e Marcos do Val, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Eliziane Gama, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**. **Finalidade:** Debater sobre a rastreabilidade da lavra e comercialização do ouro com vistas à resolução do conflito existente em terras indígenas. **Participantes:** Jarbas Vieira da Silva, representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; Eduardo Ferrari de Araújo, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil; Jose Luiz Ubaldino de Lima, Diretor do Departamento de Geologia e Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia; Ricardo de Souza Moreira, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal - Ministério da Fazenda; e Erich Adam, Diretor da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais. **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo senhor presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Chico Rodrigues

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/18>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Temporária Externa criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 34, de 2023, com a finalidade de, no prazo de 120 dias, acompanhar *in loco* a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros das suas terras.

A audiência pública de hoje é em atendimento ao item 3.3 do plano de trabalho, com o objetivo de debater a rastreabilidade da lavra e comercialização do ouro, com vistas à resolução do conflito existente em terras indígenas.

A presente reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, e pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Dando continuidade às sessões desta Comissão Temporária, nós gostaríamos de fazer o registro da participação de membros da Comissão no Estado de Roraima, em uma visita *in loco* que foi realizada com o intuito de atender, em todas as suas demandas, ao que se propõe esta Comissão.

Comunico aos Parlamentares que, infelizmente, não estiveram presentes na diligência desta Comissão, entre os dias 12 a 14 de abril, que, apesar da não realização da ida à terra indígena, em respeito à recomendação do COE e da FUNAI, todas as outras atividades previstas na agenda, absolutamente todas, amplamente divulgadas por esta Presidência, ocorreram de maneira eficiente e muito proveitosa.

Ressalto que grande parte da crise das terras indígenas ianomâmi reverberam na capital Boa Vista, principalmente nos seus hospitais, no hospital de campanha, na Casai, no Hospital Geral e no Hospital da Criança que receberam *in loco* nossa comitiva.

Além disso, foi realizada a visita à Operação Acolhida, como parte dessa viagem complementar; necessariamente nós não precisaríamos, mas, como houve uma janela, nós verificamos até para dar conhecimento aos Parlamentares que participaram, para terem conhecimento, até porque é bom ter uma visão crítica em relação a essa operação.

A Operação Acolhida, como todos sabem, é o acolhimento dos venezuelanos que vêm tangidos pela necessidade de saída do seu país, e os Governos, tanto o Governo anterior do Presidente Jair Messias Bolsonaro, quanto do Presidente atual, Presidente Lula, na verdade têm mantido em operação essa forma de recepção dos venezuelanos e com números extremamente expressivos para a opinião pública nacional, que não sabe que pelo nosso estado já passara mais de 800 mil venezuelanos – vou repetir, 800 mil venezuelanos já passaram pelo Estado de Roraima e ali hoje residem, em sua grande maioria de forma precária, em torno de 100 mil venezuelanos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é necessário que o Brasil tenha conhecimento, que o Governo Federal tenha responsabilidade e compromisso com o Estado de Roraima para atender às suas demandas reprimidas, fruto também inclusive dessa população, que é uma população flutuante, porque por ali já passaram mais de 800 mil venezuelanos. E nós... todos sabem o que é uma capital que tem apenas 450 mil habitantes já comportar mais de 550 mil habitantes, exatamente por conta dessa entrada dos refugiados venezuelanos. Então foi, de certa forma, importante para aqueles que participaram e não são do estado, como eu, o Senador Dr. Hiran e o Senador Mecias, para conhecerem a realidade fática em relação a essa questão, que é gravíssima para o Brasil. Na verdade, muitas vezes o Governo não entende a necessidade de investimentos mais vultuosos ou uma presença mais permanente em relação ao Estado de Roraima, que tem suportado na área de educação, na área de saúde, na área de segurança a participação de toda essa população venezuelana.

Lógico entendo que a assistência deveria ser muito mais, mas muito mais mesmo mais rigorosa, apesar dos investimentos de mais de R\$2 bilhões – vou repetir, mais de R\$2 bilhões – que já foram realizados pelo Governo Federal, desde o início da Operação Acolhida, apenas 10 mil desses 100 mil venezuelanos estão em abrigos de acolhimento. Eram 13 abrigos; agora, com a ampliação do abrigo máster, foi reduzido. E o que vocês verificam é a dificuldade gigantesca para o nosso estado em relação a essa questão dos venezuelanos, assistida uma pequena parte, inclusive de uma forma muito eficiente, diga-se de passagem, pelo Exército Brasileiro. Então, essa foi uma das questões que nós gostaríamos de deixar registradas aqui, nesta Comissão, para todos aqueles que não tiveram oportunidade de ir ao nosso estado.

Por fim, foi realizada audiência pública com as autoridades locais, servidores públicos e lideranças indígenas, conforme sugerido por este Colegiado e aprovado por unanimidade.

Ainda aguardamos resposta do Ofício 97, de 2023, desta Comissão, que questiona o posicionamento e o mau entendimento do COE sobre a agenda da visita, que considerou que ficaríamos em terra indígena de 12 a 14, o que não era verdade, até porque o que estava programado na agenda e que foi comunicado para a Funai era apenas uma manhã ou parte do dia, de acordo com o deslocamento aéreo, através de helicópteros da Força Aérea Brasileira, não mais de que três, quatro horas em área. No entanto, são coisas do Brasil com que nós temos que realmente conviver.

Uma próxima visita será comunicada a tempo a todos os membros deste Colegiado e às autoridades dos órgãos competentes.

Nós gostaríamos, inclusive, de concluir os nossos companheiros Senadores que fazem parte desta Comissão para que tivessem mais efetividade e presença nesta Comissão pela gravidade. Parece que nós não estamos percebendo a dimensão que tomou essa questão da retirada dos garimpeiros da área dos ianomâmis. Então, foi criada esta Comissão, por determinação do Presidente Rodrigo Pacheco, exatamente para dar uma satisfação à sociedade, e nós Parlamentares, que representamos o Estado brasileiro, podemos trabalhar de uma forma eficiente e eficaz no sentido do acompanhamento, instalação, suprimento, manutenção, observação, controle de todas essas etapas que estão ocorrendo ali, naquela área, e que nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verificamos ou – como diz o general japonês: "Eu vi com meus próprios olhos" – vimos com nossos próprios olhos a situação por que passam os indígenas, mesmo com toda essa movimentação, essa mobilização, essa informação de que recursos superiores a R\$700 milhões serão destinados para todas as etapas dessa operação. Mesmo assim, os índios reclamam a questão da saúde, medicamentos, alimentação, deslocamento, etc., etc., etc.

Então, é o momento em que tem que haver uma certa reflexão urgente por parte do Governo, se é que quer resolver o problema, e logicamente dar aos índios ianomâmis aquilo de que na verdade eles necessitam, necessitam.

Nós tivemos a oportunidade de conversar com vários segmentos da etnia ianomâmi, porque é dividida em sete subgrupos. E cada um, ao seu tempo e ao seu modo, com as suas necessidades, suas demandas, nos mostrou a fragilidade com que eles, na verdade, estão vivendo mesmo depois de ter começado essa operação.

Com relação à retirada dos garimpeiros, o que se percebe, não *in loco*, porque não foi possível a ida – e nós iremos num segundo momento –, é exatamente uma mobilização, uma movimentação no sentido de haver esse atendimento, até porque a justificativa anterior de que 20 mil garimpeiros ali estavam já não mais se torna verdadeira, porque mais de 90%, 95% desses garimpeiros não estão mais na área.

Outra questão que eu gostaria de deixar registrada aqui para as Sras. e Srs. Senadores, aqueles que estão presentes e aqueles que ainda não se fazem presentes a esta sessão é que hoje, por exemplo, uma nova missão está indo até Surucucus, acabando de decolar para Surucucus de Boa Vista, com a presença do Ministro das Comunicações, uma equipe do ministério, do Governador do estado. E o COE, e a Funai, na verdade, deu um prazo do dia 20 para voltar às autorizações normais, ou seja, nós estamos muito preocupados para saber o que é que a Funai está pensando em relação a esta Comissão, o que é que está se querendo esconder por trás disso, porque hoje não é dia 20 ainda e estão se deslocando para a área. Acho que é obrigação, é dever do Estado; ali tem um Ministro de Estado, ali tem um Governador do Estado que estão indo obviamente em uma missão – pelo que fomos informados –, para participarem da instalação do sistema de comunicações tanto na comunidade Surucucus, quanto nas demais bases da Funai, onde estão áreas ianomâmis.

Então, é uma pergunta que fica aqui para a população brasileira, a imprensa brasileira fazer esse questionamento, porque não se justifica realmente, depois de nós termos tido cuidado, termos tido respeito, de uma forma extremamente cuidadosa, não termos forçado a barra, vamos dizer assim, para que a Comissão se deslocasse até a área, porque havia uma orientação preliminar do COE. Então, eu gostaria de deixar essa pergunta no ar e obviamente gostaria de solicitar da nossa assessoria da Comissão que fossem feitos todos esses questionamentos para a Funai e o Ministério dos Povos Originários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Presidente, V. Exa. me concede para uma questão de ordem?

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pois não.

Com a palavra o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, assessores, convidados, bom dia!

Presidente, eu acompanhei, com muito cuidado, toda essa movimentação dessas exigências que foram feitas à Comissão através da Funai. Eu, como médico, refuto, de maneira muito veemente, essas exigências; não são exigências inteligentes.

Veja bem, Presidente, todos os dias – nós somos de Roraima, nós conhecemos toda a logística que está sendo feita em atendimento às populações indígenas, através do Ministério da Defesa –, então, todos os dias, membros das forças saem e entram na reserva. Essas pessoas – pilotos, todo pessoal da logística – vão à reserva e voltam; ou pernoitam lá e voltam, vão para casa, circulam em Boa Vista e voltam para a reserva. E essas pessoas não precisam fazer teste de covid todos os dias. Então, eu acho que quem exige o teste de covid para esta Comissão precisa ser mais bem orientado. Isso é absolutamente despiciente se a gente tem pessoas que estão entrando na reserva não só das forças de segurança, mas também que trabalham no distrito sanitário ianomâmi, que entram e saem da reserva e certamente – certamente! – não fazem teste de covid todos os dias.

Essa medida é uma medida exatamente para cercear o direito de esta Comissão estar dentro da reserva.

Eu acho que isso tem um viés – inclusive, não quero crer –, me parece um viés meio que ideológico. Tem vários segmentos que, inclusive, foram ouvidos aqui nesta Comissão, representações como o Cimi, por exemplo... Tem instituições que divulgam, assim, informações que não são verdadeiras a respeito de membros desta Comissão, como se os Senadores de Roraima fossem a favor de garimpo. Ninguém nunca disse aqui que é a favor de garimpo.

Eu desafio... Na campanha eleitoral de que participei – o senhor já era Senador agora, mas eu participei de uma campanha disputadíssima... Eu sempre fui claro na campanha: que eu era contra a maneira como estava sendo praticado o garimpo em terra indígena, porque aquilo é crime. Eu fui muito claro, e alguns segmentos, algumas instituições que estão sendo ouvidas aqui criam essas narrativas falsas, de que nós somos a favor do garimpo. Não podemos ser a favor do garimpo daquele jeito, porque aquilo cria vulnerabilidade aos indígenas e cria vulnerabilidade àqueles operários de garimpo a que o senhor se referiu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui. Inclusive, tem alguns que não conseguem sair da reserva, porque não têm como sair, porque estão lá abandonados também e sofrem com isso.

Então, eu acho que nós precisamos encarar isso de frente. E vejo assim, Presidente: como Senadores da República representando a nossa República, representando o nosso país, não há de se proibir a nossa entrada em lugar nenhum deste país – em lugar nenhum deste país –, porque nós não vamos lá imbuídos de más intenções. Nós estamos lá, e esta Comissão foi composta aqui, nomeada pelo Presidente desta Casa, para fazer proposições que venham a evitar que aconteça aquilo que aconteceu do ponto de vista de médio, curto e longo prazos.

Então, eu quero também deixar aqui o meu protesto, a minha manifestação. E vamos, inclusive, encaminhar um documento ao Presidente desta Casa para dizer que tem instituição no nosso país – parece que a Funai não faz parte do Governo brasileiro – que trabalha contra o trabalho de uma Comissão composta por um Poder da República. Então, eu acho que a gente precisa de ser tratado com maior respeito. Então, deixo aqui manifestado o meu protesto contra aquilo que foi uma maneira de tentar cercear os trabalhos desta Comissão.

Aliás, eu, como Relator, nem acho que precise mais ir a terra indígena. Eu já conheço aquilo ali desde... Tem muita gente que está aqui que nem tinha nascido, e eu já estava perambulando dentro daquele negócio de Parafuri, Xitei, Homoxi, Totobobi, Balalaú, Demini... Aquilo ali, para nós, a gente já rodou muito aquilo ali, a gente sabe como é que é. E aquilo que está acontecendo já aconteceu outras vezes e vai acontecer outras vezes. Vai acontecer, infelizmente. Eu já vi muitas operações selva livre, muita operação de explosão de pistas e, enfim, desde 1989, 1990. E as coisas terminam acontecendo de novo, porque é muito difícil se estabelecer uma estratégia de controle de presença de não indígenas dentro da reserva, até porque índios ianomâmis que vieram aqui, nesta Comissão, disseram: "Tem membros da nossa etnia que são parceiros de garimpeiros e que também têm atividade de garimpagem dentro da área indígena". Ianomâmis também.

Então, eu quero manifestar também, Presidente, essa indignação por conta da maneira como esta Comissão tem sido tratada, inclusive, por entidades do próprio poder público do nosso país. Nós temos muita responsabilidade, e vocês vão ver neste relatório que nós vamos construir. Eu sou o Relator, mas aqui nada se faz só, Presidente. Aqui, tudo isso vai ser feito ouvindo cada membro desta Comissão.

A partir do momento em que tivermos pactuado um relatório que demonstre a realidade dos fatos, que ajude o nosso país, que ajude o Governo brasileiro a traçar todas as estratégias para tentar mitigar o sofrimento, primeiro, daquela população, depois, desses operários de garimpo, evitar que haja toda essa crise que aconteceu, que ela se repita – e eu tenho medo que se repita –, aí, sim, nós vamos aprovar um relatório aqui que venha a ajudar o nosso país e evitar factóides, evitar versões. Porque estou meio cansado de ouvir aqui nesta Comissão algumas entidades falando sobre versões que carecem de um fundo de veracidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Muito obrigado, Senador Dr. Hiran, membro e Relator desta Comissão, que conhece como poucos aquela área porque foi médico da Funai. Conhece realmente todos esses fatos a que se reporta agora, que merecem absoluta...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Da Funasa.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Perdão, da Funasa.

Merece absoluta credibilidade. V. Exa. é uma referência para os demais membros desta Comissão que não conhecem e, obviamente, necessitam de conhecer *in loco* para que possam formar juízo de valor e para que tenham uma consciência cívica e política do papel que esta Comissão representa aqui para dirimir todas as dúvidas e acompanhar, fiscalizar e ajudar até no controle também dessa retirada, mas sem criminalizar ninguém. Pelo contrário, são ações propositivas que nós entendemos que, ao final desse relatório que será votado nesta Comissão, nós queremos apresentar ao Governo Federal, a quem cabe total e absoluta responsabilidade de implementá-las, o que, na verdade, não está sendo feito hoje, como em outros tempos também, para atender a esse segmento que é importantíssimo na vida brasileira. Então, para nós brasileiros, apesar de ter um viés internacional fortíssimo também e questões outras, nós precisamos aqui trabalhar com absoluto equilíbrio, controlando e analisando ponto a ponto para que, ao final e ao cabo, nós possamos dar satisfação para o conjunto dos Senadores e para o Presidente Rodrigo Pacheco, que teve o cuidado de compor esta Comissão com Parlamentares que nós temos certeza de que são responsáveis, são patriotas e, acima de tudo, não utilizarão uma linha ideológica para politizar os trabalhos desta Comissão.

Dando continuidade aos convites aos participantes de hoje, nós gostaríamos de convidar para fazer parte da mesa o Sr. Jarbas Vieira da Silva, representante da Secretaria-Geral da Presidência da República. (*Pausa.*)

Convidamos Eduardo Ferrari de Araújo, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de conduta do Banco Central do Brasil. (*Pausa.*)

José Luiz Ubaldino de Lima, Diretor do Departamento de Geologia e Produção Mineral, substituto do Ministro das Minas e Energia. (*Pausa.*)

Ricardo de Souza Moreira, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, aqui também representando o Ministério da Fazenda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós utilizaremos a seguinte metodologia, para facilitar, inclusive, a apresentação de todos os senhores representantes: nós daremos o tempo de dez minutos a cada um dos senhores. Os interessados poderão anotar as suas perguntas, Senadores, Senador Relator, enfim, para que possamos, em bloco de três, responder aos questionamentos. Os internautas também podem fazer as suas perguntas; o que for possível será respondido aqui durante a sessão, ou posteriormente nós vamos distribuir para cada um dos que vão aqui fazer suas apresentações, para que possam responder.

Erich Adam, Diretor da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.

Com a palavra, o Sr. Jarbas Vieira da Silva, representante da Secretaria-Geral da Presidência da República.

O SR. JARBAS VIEIRA DA SILVA (Para expor.) – Bom dia!

Primeiro quero agradecer, Senador, em nome do Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, esse convite para a Secretaria fazer parte desse diálogo desta Comissão, que é tão importante perante o tamanho desse problema que nós estamos vivenciando no país. A gente espera também, enquanto Secretaria-Geral, que esta Comissão possa ter um bom relatório final, que possa também atender à resolução dos conflitos, sem negar ou aprofundando a participação também social dos indígenas que vivem no território do Estado de Roraima.

Digo isso porque a Secretaria-Geral da Presidência foi reconstruída, e, nessa reconstrução, uma das atribuições da nossa secretaria, particularmente da nossa Secretaria Nacional de Articulação de Políticas Públicas e Diálogos Sociais, é a gente escutar as entidades da sociedade civil em relação aos diversos temas que envolvem o desenvolvimento econômico do nosso país, mas também sem deixar de escutar, sem deixar de levar em consideração as pessoas e comunidades que estão em conflito, impactadas por um projeto "x" ou "y" de desenvolvimento.

Como o lema do Governo é "União e Reconstrução", nós estamos nesse diálogo e nessa proposição: unir para reconstruir, mas levando em consideração também a participação social, porque são pessoas que foram aliadas do processo de decisão política do país no percurso de nossa história, e nesse momento, com a retomada do Governo Federal do Presidente Lula e Alckmin, precisamos ter um avanço em relação a essa participação.

Dito isso, nós precisamos também compreender que esse problema fez a Comissão existir, infelizmente, diga-se de passagem, porque a gente poderia estar discutindo outros temas aqui neste momento, mas nós estamos discutindo os problemas relacionados à saúde da população indígena deste país. Não só de saúde, mas também de fiscalização do bem da União, bem mineral, mais especificamente, digamos, da extração minerária, método garimpagem do ouro. Nos últimos períodos, nós tivemos algumas políticas que foram constituídas...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe, Senador Chico Rodrigues e Senador Dr. Hiran, que existe um problema que é histórico, que vai e volta, vai e volta, não é? Se a gente está identificando que vai e volta, a gente precisa construir uma política para parar, para que não volte mais a acontecer uma discussão relacionada a um tema parecido com isso, as operações dentro das terras indígenas. Enfim, a gente precisa dar um avanço e colocar uma pedra no sentido de esse problema estar solucionado e a gente precisar discutir outros problemas.

Nesse sentido, a redução orçamentária e o enfraquecimento dos órgãos de controle, monitoramento e fiscalização relacionados à política ambiental causaram uma redução drástica na política ambiental, o que, em certa medida, também dialoga com os problemas que estão relacionados ao tema da nossa da Comissão que foi instalada aqui no Senado.

Só um dado importante para a gente: tem um estudo de dois professores da UFRJ e do pesquisador Antonio, do Instituto Socioambiental, chamado: "O financiamento da gestão ambiental no Brasil: uma avaliação a partir do orçamento público federal". E eles chegam à conclusão de que o ano de 2014 foi o período, dentro dessa série histórica, em que essa política ambiental teve mais recursos: Ibama, ICMBio, Funai, Incra, Inpe, Serviço Florestal Brasileiro, todos esses juntos, em 2014, tiveram um orçamento de 13 bilhões, que foi o recorde, não é? E no ano de 2021, esse orçamento, para essa quantidade de órgãos, que têm o papel de fiscalizar, monitorar e controlar, caiu para 3,5 bilhões.

Então, veja, o sucateamento e o não fortalecimento dessa quantidade de órgãos acaba acarretando e aprofundando esses conflitos que existem dentro da terra indígena. Dentro da terra indígena não estão somente os indígenas, mas também tem toda uma biodiversidade que está dentro daquele espaço territorial.

E o segundo exemplo – claro, não está no Estado de Roraima, mas é importante a gente trazer aqui – é a aprovação das Medidas Provisórias 756 e 758, do ano de 2017, que tratam da redução dos parques nacionais, das florestas nacionais do Estado do Pará. Essas reduções também impactaram diretamente os conflitos que estão acontecendo no Estado do Pará, nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso. Houve a redução da Floresta Nacional do Jamanxim e não teve uma ampliação, como estava previsto, no ano de 2006, pelo então Presidente Lula.

Eu trouxe só esses dois exemplos para a gente não estender muito, porque tem outros colegas aqui que precisam também falar, e também escutar o debate, para a gente poder ir construindo uma síntese, porque a política a gente não faz com os amigos. A gente faz com os diferentes para a gente chegar num acordo e numa síntese comum, para poder avançar e entender o que é melhor para a sociedade brasileira como um todo, para a população do nosso país.

E, por isso, a decretaria, a gente tem avaliado que existe um problema concreto para o qual a gente não pode fechar os olhos. Nós não estamos fechando os olhos para esse problema relacionado às invasões ilegais para extração dentro de terras indígenas. Temos um problema concreto que precisa ser resolvido. Uma das formas foi pela Comissão aqui desta Casa, do Senado. A outra forma foi pela desintrusão, de que,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inclusive, a Secretaria-Geral, outra secretaria interna, está tomando conta, e está acompanhando também esse processo das desintrusões, porque a gente precisa dar um passo para frear o que está acontecendo.

A partir desse freio, a gente precisa discutir como resolver os problemas, porque nós não podemos dar prosseguimento e constituir a política do fato consumado. Como foi dito pelo Hiran, se é ilegal, se é um crime, temos que tratar como criminosos. Isso é um crime que está acontecendo, porque não é permitido pela Constituição Federal.

Então, a gente precisa dar esse passo da desintrusão, de avançar na desintrusão, e vamos resolver o problema. Resolver o problema por quê? Primeiro, a gente entende que a rastreabilidade é extremamente importante para a gente combater o que tem sido construído não só dentro das terras indígenas, Chico, mas dentro de terras quilombolas, florestas nacionais isso também acontece, o famoso esquente do ouro – tem especialista aqui sobre isso também, o José Luiz, que pode falar com mais propriedade, inclusive, sobre essas questões que acontecem e que a maioria dessa sala aqui também acompanha.

Então, não precisa a gente avançar sobre isso, mas a gente sabe que acontece em outros territórios que são áreas protegidas e que também precisam ter esse processo de resolução no sentido da desintrusão também, para podermos conversar sobre isso.

Por quê? O problema da saúde dos ianomâmis, as diversas violações que têm acontecido são fruto de todo esse processo de permissão, de não diálogo, de incentivo ao crime, porque, se você comete uma atividade ilegal, você está incentivando a relação de um crime. E, a partir daí, a gente poder avançar no diálogo de como é possível a gente ter um processo legal das permissões de lavra garimpeira dentro de outros territórios. Inclusive, talvez, Senador, também seria um tema convidar as entidades do setor, tanto do garimpo, quanto do setor mineral, da megamineração, digamos assim, para poder identificar quais são também os problemas e as divergências entre os direitos minerários e o avanço da legalização das PLGs.

Eu acho que esse é um tema importante para o Senado também enfrentar, porque, mais uma vez, não é com o amigo que a gente constrói a política. A gente precisa construir a política com os diversos, e os diversos, nesse caso, são as PLGs e também os títulos das grandes, que se precisa resolver, porque a saída encontrada pelos garimpeiros é a invasão de terras indígenas, de terras quilombolas, Floresta Nacional, as áreas protegidas. Então, seria uma questão para a gente poder ir avançando nessa questão da união e da reconstrução do nosso país.

Como resultado também, a situação do trabalho escravo. Tem uma comissão que foi criada no Ministério do Trabalho que tem identificado diversos trabalhos análogos à escravidão. Isso também é um problema que a gente precisa estar discutindo, e avançando, a respeito de como a gente resolve esse que é mais um de tantos outros problemas pelos quais está passando a extração mineral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós da secretaria estamos no processo interno de construção das mesas de diálogo – mais uma vez, o Governo da união e da reconstrução –, e essas mesas de diálogo, a prioridade com que nós estamos construindo...

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS VIEIRA DA SILVA – Mais dois minutos para concluir, por favor!

A mesa de mineração: a gente precisa trazer as Prefeituras dos municípios, a gente precisa trazer os entes federados – estado, município e União – não só sobre a questão do garimpo, Senador, mas sobre a questão fiscal e tributária, a política nuclear brasileira, que também envolve a extração mineral, em que também tem conflito. Mas como a gente faz esse diálogo com os diferentes para poder avançar na política mineral, com a participação social também, que é um tema caro que o Governo tem assumido para si, e está conosco ali também na Secretaria-Geral. As organizações legítimas do setor, organizações nacionais que representam, seja o setor dos garimpeiros, seja as populações que estão impactadas, e também o setor, digamos assim...

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS VIEIRA DA SILVA – ... de povos e comunidades tradicionais que são impactadas, que precisam ter um outro tipo de diálogo para essas mesas de diálogo.

Então, nós estamos nesse processo da construção das mesas de diálogo para a gente também ter uma contribuição em relação a como nós vamos resolver, e essa resolução de todos os conflitos que existem a partir da exploração mineral, seja do garimpo, da pequena, da média, da grande, dos agregados da construção civil...

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS VIEIRA DA SILVA – ... da água para a gente poder avançar.

E as saídas que nós já temos apontado, que talvez aí possam contribuir no relatório: a gente precisa fortalecer os órgãos de fiscalização e controle que tratam da questão, que se envolvem de alguma maneira. Além desse fortalecimento, a gente precisa também construir uma interligação para que as informações sejam compartilhadas, e as campanhas de resolução do conflito sejam também atuadas em conjunto.

E não sei como é que está o processo, José Luiz, das Minas e Energia! Se a gente tem condição, de dentro da Agência Nacional de Mineração...

(Soa a campainha.)

O SR. JARBAS VIEIRA DA SILVA – ... com a Polícia Federal e a Receita, de construir um diálogo, uma interlocução e troca de informações, para que a gente verifique se o que está sendo recolhido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas DTVMs e os títulos minerários realmente está batendo. Essa é uma das principais causas que precisam ser combatidas.

Concluindo, Chico, a extração a gente precisa controlar – o processo da extração até a primeira venda.

Desculpe eu passar tanto do tema. É porque é um tema complexo e a nossa Secretaria tem essa responsabilidade de também escutar e encaminhar os impactados.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)
– Muito obrigado ao Jarbas Vieira da Silva pela apresentação.

Tenho certeza de que deverão surgir dúvidas, perguntas, e que você estaria disponível para fazer esses esclarecimentos.

Passo a palavra ao Eduardo Ferrari de Araújo, Chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil.

V. Sa. dispõe de dez minutos.

O SR. EDUARDO FERRARI DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos!

Exmo. Sr. Senador Chico Rodrigues, Presidente desta Comissão Temporária Externa para acompanhar a situação dos ianomâmis e a saída dos garimpeiros; Exmo. Sr. Senador Dr. Hiran, Relator desta Comissão; Exmas. Sras. Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes; senhores convidados que fazem parte desta mesa, representando vários órgãos; senhores e senhoras que assistem e acompanham a transmissão deste evento, é com imenso prazer que participo desta Comissão, representando o Banco Central, para participar e colaborar na construção de soluções para um problema bastante complexo.

A quantidade de órgãos que participam desta mesa já ilustra como não é um problema localizado em um único ponto, mas são várias autoridades, vários órgãos que têm atribuições diversas em relação a esse assunto e que deverão trabalhar juntos para construir uma solução complexa para um problema complexo, como nós percebemos na fala inicial do representante da Secretaria de Governo.

Do ponto de vista do Banco Central, o que cabe ao Banco Central é a regulação e a supervisão das instituições financeiras, entre as quais aquelas que fazem a primeira aquisição do ouro oriundo de PLGs (Permissão de Lavra Garimpeira), que são um conjunto hoje muito pequeno de instituições.

A supervisão que é exercida pelo Banco Central tem duas vertentes: sendo a primeira uma vertente prudencial, que cuida das questões relacionadas à governança das instituições, à contabilização, à saúde econômico-financeira, aos riscos operacionais, riscos gerenciais, a uma série de aspectos que nós consideramos como prudenciais; e também a supervisão de conduta, que é aquela que cuida de outros assuntos do relacionamento dos bancos com clientes, que é o assunto que interessa a esta Comissão, mas à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão da prevenção da lavagem de dinheiro. Então, o Banco Central tem exercício em áreas distintas. Inclusive temos um departamento para fazer a supervisão prudencial dessas DTVMs que hoje fazem a aquisição de ouro – um conjunto de sete ou oito DTVMs – e um outro departamento que faz a supervisão de prevenção à lavagem de dinheiro, ambos com atuação autônoma, mas que convergem e trabalham juntos na fiscalização dessas instituições que estão autorizadas a comprar ouro, e fazem essa supervisão em bases regulares. A cada plano anual de supervisão, com abordagem com base em riscos, aloca recursos rotineiramente para fazer a supervisão dessas instituições.

Especificamente em relação à prevenção à lavagem de dinheiro, há trabalhos realizados nessas instituições que fazem a aquisição de ouro há muitos anos, inclusive com aplicação... Quando o Banco Central detecta problemas e irregularidades em relação à regulamentação existente, pode aplicar a determinação de regularização de apontamentos e até mesmo a aplicação de multa cominatória, processo administrativo sancionador e eventualmente, nos casos mais graves, até a exclusão daquela instituição financeira do Sistema Financeiro Nacional, por meio da liquidação extrajudicial. Então, a supervisão das DTVMs é feita pelo Banco Central. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que o Banco Central já vem há alguns anos participando de diversos fóruns que tratam desse assunto, ouro. Inclusive a Enccla, que provavelmente é um fórum que vai ser inclusive citado por outros convidados aqui da mesa, estudou durante um ano esse assunto "prevenção da lavagem relacionada a ouro" e fez uma recomendação à Agência Nacional de Mineração para que fizesse a norma de prevenção à lavagem de dinheiro do ouro extraído dos garimpos. Isso foi feito – os representantes do ministério vão mencionar aqui – agora em fevereiro de 2023. O Banco Central estava lá junto, inclusive se colocando à disposição da Agência Nacional de Mineração para contribuir, assim como o Coaf, com a *expertise* em relação a esse assunto, para o aprimoramento da prevenção à lavagem de dinheiro na extração, que é diferente da lavagem de dinheiro depois da primeira aquisição por uma DTVM.

O Banco Central faz a supervisão dessas instituições sob esses diversos aspectos que eu comentei, e especificamente em relação ao ouro, a partir do momento em que o ouro mercadoria é vendido para uma DTVM ou por um garimpeiro ou por uma cooperativa de garimpeiros e se torna nesse momento, portanto, um ativo financeiro. É a partir desse momento que o Banco Central entende que tem competências em relação à supervisão do ouro ativo financeiro e das DTVMs que fazem a aquisição desse ouro.

Outro fórum do qual o Banco Central participa já há algum tempo é um fórum que envolveu vários órgãos que estão aqui presentes nesta mesa, para tratar da criação da nota fiscal eletrônica. Provavelmente o colega da Receita vai falar mais sobre isso. Entendemos que o trabalho do grupo avançou muito e agora foi muito bem-sucedido, inclusive com a edição da instrução normativa específica em relação ao assunto, transformando tudo que era papel agora em eletrônico, o que vai facilitar muito e vai empoderar os órgãos de controle para fazer a fiscalização desse tema tão relevante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também temos participado de reuniões com a Casa Civil para buscar uma solução conjunta para esse problema tão grave.

Acho que não tem muito mais o que falar neste momento, a não ser me colocar à disposição de todos depois para perguntas relacionadas à competência do Banco Central.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradecendo ao Eduardo Ferrari de Araújo, do Banco Central, eu passarei a palavra agora ao José Luiz Ubaldino de Lima, Diretor do Departamento de Geologia e Produção Mineral Substituto do Ministério das Minas e Energia.

V. Sa. dispõe de dez minutos.

O SR. JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA (Para expor.) – Bom dia, Senador Chico Rodrigues, bom dia, Dr. Hiran, nas pessoas de quem eu cumprimento todos os demais Senadores, assessores, demais presentes e os componentes da mesa também.

Primeiro, eu gostaria de agradecer o convite em nome do Ministério de Minas e Energia e falar que essa é uma questão de governo, é uma questão do Governo Federal e é uma questão de Estado, também. Então, estar discutindo esse tema com esse grupo – como nosso colega Ferrari falou –, com esse grupo tão eclético, dá uma dimensão do problema.

Eu trouxe uma apresentação rápida, vou ser rápido. Gostaria que, por favor, passassem a minha apresentação. Se me permite, Senador, posso? Só para dar uma dimensão um pouco melhor do problema.

Próximo eslaide, por favor.

Bom, é só um mapa, ali talvez não tenha ficado muito visível, mas são os processos minerários. Hoje, a Agência de Mineração trabalha com 220 mil processos minerários, e, ali, na região principalmente da Amazônia, a gente tem a questão das permissões de lavras garimpeiras – que estão em roxo, a gente não vê muito –, que correspondem a 10%.

Próximo.

Essa é a estatística. Então, lavra garimpeira, a lavra mesmo, o título de lavra garimpeira, é 1% do total, com mais 8% de processos que estão em pedido de lavra garimpeira. Então, o total é em torno de 10% dos 220 mil títulos.

Próximo.

Apesar de a quantidade não ser tão grande, a gente vê que a questão da lavra garimpeira está numa região sensível – o nosso colega Jarbas já tocou no assunto –, é sensível do ponto de vista ambiental, é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sensível do ponto de vista social. Atinge a questão – ultimamente tem atingido – uma população indígena que é uma população sensível, com a qual tem que se ter uma preocupação, e também é uma questão, em alguns casos, até de polícia. Então, é uma preocupação que transcende o ministério e que é uma questão de governo.

Aqui, só para dar uma noção, desde 2019, de maneira mais sistemática, o Ministério de Minas e Energia tem trabalhado a questão de instituir um GT de garimpo, que trabalhou as questões do garimpo como um todo e trabalhou, principalmente, processos minerários, manejo ambiental, a informalidade do garimpo e a questão de rastreabilidade. O relatório está disponível, eu não vou citar.

Próximo, por favor.

Aqui são algumas questões que foram dirigidas, recomendações do relatório, como a questão do título minerário – que a gente tinha falado – e uma série de questões. Não vou elencar aqui, mas vou deixar esse material disponível. O manejo ambiental para a questão de garimpo...

Próximo.

Há a questão da informalidade do garimpo, também, e a gente tratou diversas questões relacionadas.

Próximo.

E, mais especificamente, a questão da rastreabilidade. Já no GT Garimpo, lá em 2019, com o relatório de 2020, a gente tinha essa preocupação com a rastreabilidade, com a elaboração de um sistema que fosse suficiente para mapear toda a questão da cadeia do ouro, a questão da nota fiscal eletrônica, a questão da declaração das operações, a questão da guia de transporte e demais coisas. A questão do aparelhamento das DTVMs para se ter balanças precisas e tudo mais. Então, isso já era uma preocupação lá em 2020.

O próximo, por favor.

Voltando, volta, por favor.

Nesse momento ficou muito claro para o Ministério de Minas e Energia que a questão era muito maior que o Ministério de Minas e Energia, pois envolvia aí Receita Federal, Bacen, ANM, Ministério da Justiça e outros. Então, a gente...

O próximo.

Nós fomos convidados a participar da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. Lá em 2021, a gente participou do grupo que tinha a função de aprimorar os mecanismos de rastreabilidade. Basicamente, teve a participação aí da Polícia Federal, da Receita, da Ajufe, do Ministério de Minas, Febraban, ANM, Abin, Ministério Público. E os temas tratados aí envolviam a questão de rastreabilidade como um todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo.

E entre as atividades dos vários relatórios emitidos pela estratégia nacional, um deles é específico sobre rastreabilidade da cadeia produtiva do ouro.

O próximo.

Então, aí uma série de recomendações da Enccla com relação à rastreabilidade, implementação do sistema de rastreabilidade, a questão da nota fiscal eletrônica, a questão da criação de uma regulamentação de guia eletrônica e de transporte.

O próximo.

Eu não vou me ater a todas, mas é só para dar um panorama geral. E aí são outras questões também de recomendações da Enccla, e o nosso colega Ferrari já comentou que muitas dessas recomendações já estão sendo implementadas aí no âmbito do Governo Federal e das instituições que compuseram o grupo de trabalho.

O próximo.

Entre essas ações, há algumas ligadas mais diretamente à ANM. O Ferrari já comentou também, nosso colega. Tem a Resolução 103, de 2022, que é a resolução do primeiro adquirente, que é um mecanismo que regulamenta o cadastro do primeiro adquirente, lembrando que, por competência da ANM, a ANM tem a competência de trabalhar até a primeira aquisição de ouro. Hoje nas competências da ANM não está o pós à primeira aquisição, não está incluída, inclusa nessas competências a questão das próximas atividades aí na cadeia.

Nós tivemos aí, entre outras coisas também, a instrução normativa, de que nosso colega Ricardo vai poder falar um pouquinho, a instrução normativa da Receita Federal com relação à nota fiscal, e a Resolução 129, da ANM, que foi um marco fantástico, que dispõe sobre o cumprimento da legislação que trata sobre lavagem de dinheiro e, nesse caso, mais especificamente, com relação a pedras preciosas, a garimpo, ouro e diamantes. O intuito da norma é trazer aí um instrumento possível para a ANM poder comunicar ao Coaf todas as transações de algumas empresas, todas as transações realizadas, e resguardar e guardar isso em diretórios por dez anos. Então, é uma resolução que a ANM conseguiu aprovar, agora, já em 2023. É um marco muito interessante dentro do ranking de recomendações dadas pela Enccla no cumprimento de uma resolução junto ao Coaf.

Obrigado. Próximo.

Outra coisa que a gente vai falar, rapidamente, aqui – depois, o meu colega, o Erich, vai poder falar um pouquinho –, é sobre a parceria da CPRM, uma empresa que pertence ao Ministério de Minas e Energia,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na montagem de um banco de dados de amostras para, em conjunto com a Polícia Federal, fazer estudos de identificação.

Acabou não sendo corrigido. Desculpem o erro lá. A gente tentou corrigir, mas...

Identificação da origem do ouro. Então, em conjunto com a Polícia Federal, a gente – vou falar genericamente – ter um DNA do ouro. Então, é um trabalho fantástico. O colega Erich vai poder falar um pouquinho.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA – Próximo.

Dois minutos para a gente terminar.

Algumas recomendações específicas com relação à Terra Yanomami. As resoluções da ANM, a limpeza da questão dos títulos minerários que estavam se sobrepondo à terra, a questão do leilão dos bens minerais apreendidos nas terras...

Próximo, por favor.

Quero lembrar que as competências da ANM estão restritas à primeira aquisição – só para reforçar isso. Entre as 39 competências trazidas na criação da ANM, a gente tem nove relacionadas a garimpos, permissão de lavra para garimpeiro e a questão de rastreabilidade.

Próximo.

A questão, no âmbito do Governo Federal, já é notícia. Vários meios de imprensa já divulgaram e está em discussão, dentro do âmbito do Governo...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA – ... como a gente, no ministério, tem analisado a questão de vários projetos de lei que trazem a questão da rastreabilidade do ouro, a questão do controle da origem da compra, do transporte do ouro em todo o território nacional, sempre lembrando a decisão do STF ajuizada pelo Partido Verde e pelo partido Rede Sustentabilidade. A questão suspendeu a eficácia da legislação que presumia a boa-fé na aquisição do ouro.

Próximo.

Então, são essas as considerações iniciais aqui, Senador. Estou à disposição para os esclarecimentos.

Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR)

– Muito obrigado ao José Luiz Ubaldino de Lima, do Ministério de Minas e Energia.

Passo a palavra ao Ricardo de Souza Moreira, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil, aqui também representando o Ministério da Fazenda.

V. Sa. dispõe também de dez minutos.

O SR. RICARDO DE SOUZA MOREIRA (Para expor.) – Sr. Senador Chico Rodrigues, Sr. Senador Dr. Hiran – fiquei sabendo que o seu pai é também auditor fiscal da Receita Federal, é um prazer! –, assessores, convidados, aqueles que nos assistem remotamente e demais integrantes da mesa que me antecederam, como representante da Receita Federal e do Ministério da Fazenda, cabe-me falar mais sobre a competência privativa da Receita em relação a esse tema da fiscalização da circulação do ouro tanto ativo financeiro quanto mercadoria.

Como já foi dito anteriormente, os recursos minerais são bens da União, e, de acordo com a Constituição Federal, a exploração desses bens depende de uma autorização.

No caso do ouro, destacam-se a concessão da lavra e a permissão da lavra garimpeira. A concessão de lavra permite que firmas individuais ou empresas habilitadas extraiam e beneficiem, comercializem o ouro. Em outras palavras, trata-se de uma atividade de exploração de minas específicas. Essa é a concessão da lavra.

A permissão da lavra garimpeira, atualmente mais conhecida como PLG, foi criada para proteger o garimpeiro autônomo, que, lá em 1940, conforme o Código de Minas, era o trabalhador que extraía substâncias minerais úteis por processo rudimentar e individual de mineração.

No entanto, a sucessão legislativa flexibilizou esse conceito. Substituiu por características da própria atividade, como o tamanho da área permissionada e as substâncias minerais autorizadas.

Atualmente, a lavra garimpeira é um regime de extração de substâncias minerais com o aproveitamento imediato do jazimento mineral, o que, por sua natureza, sobretudo seu pequeno volume e a distribuição irregular do bem mineral, não justifica, muitas vezes, o investimento em trabalhos de pesquisa, tornando-se, assim, a lavra garimpeira a mais indicada.

São considerados como minerais garimpáveis o ouro, o diamante e a cassiterita, entre outros vários minerais de ocorrência que vierem a ser indicados a critério da Agência Nacional de Mineração.

A permissão de lavra garimpeira pode ser requerida por brasileiros pessoa física ou firma individual e cooperativa de garimpeiros.

Diferentemente da figura histórica, com a sua picareta e a bateia, o garimpeiro atual utiliza processos de escala industrial ou semi-industrial. Contudo, diferentemente do que ocorre com a concessão da lavra, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisa mineral prévia não se tornou um requisito obrigatório, no caso a permissão da lavra garimpeira. Dessa forma, não é possível estimar a produtividade esperada da jazida, o que dificulta descaracterizar a origem do ouro, que pode ser decorrente de lavra em áreas não permitidas.

O ouro extraído por permissão de lavra garimpeira deve, obrigatoriamente, circular dentro da circunscrição da região aurífera produtora até que seja vendido a uma instituição legalmente autorizada a realizar a compra.

O transporte pode ser realizado pelo garimpeiro, por seus parceiros ou por qualquer outro agente que atue em atividades auxiliares, como pilotos de avião, comerciantes de suprimentos, fornecedores de combustível e de equipamentos, entre outros, desde que acompanhado pelo título autorizativo da PLG, sob o risco de apreensão pela Receita Federal.

Para realizar a primeira compra do ouro, a instituição deve ser legalmente autorizada pelo Banco Central do Brasil, como já falou o Ferrari, no caso uma DTVM. A prova de regularidade da transação é feita com dois conjuntos de documentos, um do vendedor e outro do comprador. O vendedor emite uma nota fiscal, se for uma cooperativa de garimpeiros, ou recibo de venda, se for uma pessoa física. Ademais, deve apresentar declaração de origem do ouro identificando a área da lavra.

Por sua vez, o comprador deve emitir uma nota fiscal de aquisição. Por força de lei, a responsabilidade pela veracidade das informações é do vendedor, presumindo-se a legalidade do ouro e a boa-fé do comprador, o que agora foi suspenso por uma decisão da nossa Corte.

No ano de 2022, embora a PLG seja 1% da concessão das autorizações para utilização, a quantidade do ouro comercializado foi aproximadamente o dobro da quantidade do ouro comercializado pelas concessões de lavra – então, 1% comercializou o dobro de toneladas da concessão de lavra, em torno de 62 toneladas contra 32 toneladas da concessão de lavra.

A legislação brasileira estabelece dois possíveis enquadramentos para a comercialização do ouro, de acordo com a destinação e dos intervenientes: o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial e o ouro mercadoria. O ouro ativo financeiro ou instrumento cambial, em estado bruto, refinado ou independentemente do estado de pureza, é considerado ativo financeiro destinado à execução da política cambial do país, e as operações devem ocorrer, como já falei, com a intervenção de instituições autorizadas pelo Banco Central. Sobre o ouro financeiro incide o imposto sobre operações de crédito, câmbio, seguro ou relativas a títulos e valores mobiliários, o chamado IOF, na alíquota de 1%, sendo o contribuinte a instituição autorizada a efetuar a primeira aquisição. Também há incidência do Imposto de Renda sobre os rendimentos de ganho de capital decorrentes das operações com ouro ativo financeiro em que estão sujeitos às normas do mercado financeiro.

O ouro extraído por PLG é considerado necessariamente ativo financeiro. Então, aquele da PLG é necessariamente ativo financeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vale notar que a baixa tributação na primeira aquisição – 1% de IOF – eleva o risco da simulação de venda do ouro para fins de lavagem de dinheiro. Assim, pessoas detentoras de recursos de origens ilícitas podem alegar a origem desses valores decorrente da venda de ouro em etapa próxima à extração e à primeira venda.

Para aumentar o controle sobre essa comercialização de ouro, foi instituída, por meio da Instrução Normativa da Receita Federal 2.138, a Nota Fiscal Eletrônica do Ouro Ativo Financeiro para a primeira compra.

O ouro que não é destinado ao mercado financeiro ou para a execução da política cambial é considerado ouro mercadoria, como, por exemplo, o ouro utilizado para a fabricação de joias. O ouro mercadoria se sujeita às regras das demais mercadorias e sofre a incidência de ICMS, PIS-Cofins e Imposto de Renda sobre o grande capital. E a nota fiscal eletrônica para o ouro mercadoria já existe desde 2005, foi instituída pelo Ajuste SINIEF nº 07, de 30 de setembro de 2005, pela Receita Federal e pelo Conselho Nacional de Política Fazendária.

Para concluir, chama-se a atenção para a necessidade de lei complementar que autorize o compartilhamento, mediante convênio, das informações das notas fiscais – tanto nota fiscal de ouro ativo financeiro como de ouro mercadoria – com a ANM e órgãos ambientais, no intuito de facilitar o rastreamento da circulação dos minerais garimpados no país. Hoje isso não é possível. Hoje, de acordo com a nossa Constituição Federal, a Receita Federal só pode compartilhar informações fiscais com outros fiscos, com os fiscos estaduais. Então, para que a gente possa viabilizar todas aquelas recomendações da Enccla, é necessária a edição de uma lei complementar.

Então, a minha apresentação inicial seria essa. Agradeço muito o convite e fico à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Agradeço ao Dr. Ricardo de Souza Moreira, Coordenador-Geral de Fiscalização da Receita Federal do Brasil. Antes de passar a palavra ao Dr. Erich Adam, eu gostaria de fazer um comunicado de diligência.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores e aos senhores presentes ou ausentes nesta sessão, através das suas assessorias, que a próxima diligência da Comissão que acompanha a retirada dos garimpeiros da área dos ianomâmis será no dia 28 de abril para cumprirmos o que já está previsto no plano de trabalho aprovado por esta Comissão.

Esta Presidência oficializará à Funai e comunicará aos órgãos e autoridades competentes, inclusive à própria Diretoria-Geral desta Casa, para que preste a devida assistência para a diligência externa, incluindo o apoio à secretaria, consultoria e gabinetes envolvidos, que são essenciais para que a diligência seja bem-sucedida em seu trabalho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de deixar esse registro ao tempo em que, com o retorno do Senador Hiran, eu gostaria de ouvir apenas o último apresentador e pedir a licença aos senhores – ele continuará presidindo esta sessão – , por um compromisso da Comissão de Relações Exteriores, que temos agora, meio que inadiável.

Então, passo a palavra ao Sr. Erich Adam, Diretor da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais.

V. Sa. dispõe de dez minutos.

O SR. ERICH ADAM (Para expor.) – Primeiramente, agradeço pela oportunidade, Exmo. Senador Chico Rodrigues, e também ao excelentíssimo Senador Dr. Hiran, colega de profissão na área de perícia criminal.

De fato, eu venho aqui trazer duas perspectivas. A primeira é o cenário do garimpo ilegal dentro da Terra Indígena Yanomami. Também, além de diretor de administração da APCF, sou geólogo de formação, tenho mestrado na área de geoquímica dentro de garimpo ilegal e também sou chefe do setor de geologia de perícias da Polícia Federal e venho trabalhando com essa temática há quase dez anos.

A ideia, a princípio, é trazer uma explanação sobre a rastreabilidade do ouro e, conjuntamente, a questão do garimpo ilegal dentro da TI Yanomami e colocar que, sim, é uma realidade. Na audiência anterior, foi colocado que a questão da rastreabilidade é algo que não existe e, de fato, pela ciência que nós representamos aqui pela APCF é algo que já existe, inclusive, em larga escala fora do Brasil. (Pausa.)

Eu acho que não está funcionando. Se puder passar, por favor. (Pausa.)

Aqui é só um cenário. Eu vou repassar depois a apresentação, mas dentro dos alertas ali de desmatamento, dentro da TI Yanomami, é um trabalho do Instituto Socioambiental, especificamente, nas grandes áreas ali que os senhores falaram muito bem.

Especificamente, o que nos alerta ali é o garimpo do Homoxi. Eu tive a oportunidade de estar dentro da TI Yanomami há três semanas, e a situação é de caos social lá dentro, inclusive, atingiram o helicóptero do Ibama com projétil de arma de fogo e, realmente, há muito garimpeiro lá dentro ainda atuando ilegalmente.

E a área que mais me chamou atenção é o garimpo do Homoxi, que é próximo ao garimpo do Xitei, fica ali próximo da fronteira com a Venezuela. De fato, é uma área que já foi explorada em meados dos anos 80, com a valorização do ouro, ali na época da crise do petróleo, e voltou a ser explorado novamente agora, a partir de 2021, e, no prazo de um ano, 2021, 2022, tivemos um crescimento de 40 quilômetros lineares de garimpo. É como se a gente saísse aqui de Brasília, do Plano Piloto, e fossemos até Valparaíso só com garimpo, para os senhores terem ideia. E áreas largas áreas de mil metros de largura, 1,5 mil, 2 mil metros de largura. Realmente é um cenário de caos social ali, pelo que a gente pôde acompanhar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

O que a gente trabalha, dentro do contexto pericial, da parte científica, conforme o colega Ubaldino comentou, é sempre a busca da ciência, é sempre a busca de trazer a análise de origem do ouro a partir da geologia local.

Pode passar, por favor.

Dentro do contexto geológico da Terra Indígena Yanomami – esse é um mapa geológico do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) –, nós elencamos áreas ali de destaque. Por exemplo, mais ao sul, nós temos Homoxi. Não tenho como apontar aqui. Também ali o Rio Mucajaí, o próprio Rio Couto Magalhães, que é uma área com larga exploração. De fato, ao norte, é a parte mais ligada ao Rio Uraricoera, que é uma área muito crítica também, principalmente com a atuação de garimpeiros, principalmente na margem do rio.

Pode passar, por favor.

A gente busca entender a geologia para poder fazer uma análise química e, de fato, podermos atuar com precisão e trazermos respostas de rastreabilidade efetivas. Esse é só um mapa do próprio Instituto Socioambiental, também utilizado nessa apresentação, em que a gente vê os alertas de garimpo – são esses pontos vermelhos. A gente vê uma concentração muito grande nessas áreas. São áreas com ocorrências minerais, que nós utilizamos, de fato, por entender que esse ouro que está saindo aí é de Roraima, está parando ali em São Paulo, no Aeroporto de Guarulhos, sendo apreendido pela Receita Federal; e, posteriormente, sendo encaminhado para a perícia da Polícia Federal. A gente precisa trazer respostas de origem desse material.

Pode passar, por favor.

Aqui são só as tipologias dos garimpeiros na extração mineral.

Eles utilizam dragas – essa é uma foto Rio Uraricoera –, que, até há pouco tempo, produziam grandes quantidades de ouro, lançando grandes quantidades de mercúrio também nos rios, contaminando toda a população de fauna e flora.

Pode passar.

Eles também utilizam um equipamento chamado par de máquinas. Normalmente é um motor que puxa a água dos rios para jatear diretamente no barranco e um outro motor puxa e leva para um tapete. De fato, nesse tapete, é concentrado tanto o ouro quanto a cassiterita. Eu coloco aqui uma questão também. Especificamente, a gente fala muito do ouro, mas a cassiterita é um problema de larga escala dentro da TI Yanomami. Estamos aí presenciando garimpos que vivem somente da cassiterita. Temos que ser bem sinceros e pensar em estratégias mais amplas que não somente a questão do ouro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar, por favor.

Aqui também é o Rio Parima. É uma outra área próxima à base de Surucucus. Ali é uma base das Forças Armadas, especificamente próxima à fronteira também.

Pode passar.

O rio todo destruído.

Aqui é o garimpo do Xitei. Ele é separado por aquela serra ao fundo, do Homoxi. Mas foi aquela área que eu falei. São 40 quilômetros lineares, praticamente, de garimpo, com atividade de aeronaves o tempo todo, com helicópteros indo e vindo. Existe uma questão de proximidade com a fronteira da Venezuela. É a 5 quilômetros da fronteira da Venezuela. Há um fluxo muito intenso de aeronaves de um lado para o outro. De fato, eu vejo que existe uma necessidade de fiscalização desse aspecto.

Pode passar.

Também Xitei e também o Garimpo do Buraquinho, como eles chamam.

Pode passar.

Há um detalhe também do Homoxi. É uma área que a gente vê especificamente grandes quantidades de aeronaves ali, de cemitérios de aeronaves desses garimpos, principalmente de aviões que se envolvem ali em colisões. Existe um fenômeno ali na TI Yanomami chamado Aru, que são nuvens em que você acha que você está voando a 10 mil metros de altura, mas você vai ver e você está a 50 metros de altura. Isso dificulta muito a operação desses pilotos ali, que muitas vezes operam carregando acima do limite do permitido.

Pode passar.

Aqui eu falo sobre rastreabilidade, já é um assunto que vem na mídia há algum tempo. Coloco aqui o trabalho do Instituto Escolhas, especificamente dentro do que é feito já com a parte de rastreabilidade documental e também com a parte de rastreabilidade mineral. Eles colocam aí a proposta da utilização de isótopos de prata, que é uma questão que a gente coloca também, é algo em que a gente pensa bem parecido com eles.

Pode passar.

Rastreabilidade legal também, a gente está aqui, no Senado, que eu acho que é um ambiente adequado para falar sobre isso. Em 2008, após a crise do *subprime* nos Estados Unidos, foi editado ali um pacote de leis chamado Dodd Act, voltado ao controle estatal relacionado especificamente aos minerais de conflito, sobretudo esses quatro minerais que estão aí, estanho, tântalo, tungstênio e ouro – eles utilizam uma sigla chamada 3TG –, que obriga todas as empresas listadas na bolsa americana a produzirem relatórios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anuais declarando a origem dos seus minerais que são utilizados, por exemplo, na placa de um celular. Eu acho que seria uma iniciativa interessante, de repente, a gente trazer essa criação legislativa para o Brasil também.

Pode passar.

Especificamente dentro do programa Ouro Alvo, do qual eu sou gerente adjunto, que é uma iniciativa desenvolvida na Polícia Federal desde 2019, a gente busca a rastreabilidade forense do ouro, muitas vezes, apreendido no aeroporto, apreendido numa operação da Polícia Federal, para poder identificar de fato qual é a origem daquele material, seja uma terra indígena, seja um ouro de uma unidade de conservação ou inclusive de um país estrangeiro. Nós estamos com 509 amostras coletadas em praticamente dez estados, amostras de doações de mineradoras, que doam ouro licitamente para fins de pesquisa científica, e também ouro coletado diretamente por policiais nos garimpos.

Pode passar.

Aqui é o mapa do que a gente já vem fazendo. Nós tivemos uma campanha no Amapá, também outra no Mato Grosso, outra no Paraná. A próxima campanha deve ser no Estado do Pará, no sul do Pará, região de Itaituba e Santarém. E também a gente busca dentro da TI Yanomami... Conforme eu falei, a gente teve um trabalho lá há três semanas, no qual a gente coletou, de todos aqueles pontos que eu coloquei mais cedo, amostras de referência de origem.

Pode passar, por favor.

Aqui é só um resumo. A gente está com um ofício, que eu vou entregar aos senhores no final, a gente vai protocolar, com todas as propostas que a gente faz, explicando que a ciência, sim, está no nível de poder trazer rastreabilidade, não é algo que é impossível, é uma realidade. É um resumo do que a gente faz: a gente consegue determinar...

(Soa a campainha.)

O SR. ERICH ADAM – ... se é ouro de garimpo, por exemplo...

Eu gostaria de solicitar mais cinco minutos, por favor, para finalizar.

A gente consegue trazer um ouro de um garimpo ilícito, por exemplo, a partir do cruzamento de imagens de satélite. Nós temos um programa chamado Brasil MAIS, que traz imagens de alta resolução, com imagens diárias da Amazônia e também cruzamento de dados da Agência Nacional de Mineração, trazendo ali se de fato uma PLG está explorando ou não o ouro ou se de fato está somente esquentando o ouro de origem ilícita, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o terceiro nível é o nível mais científico, digamos assim, com análises químicas. A gente consegue utilizar elementos, traços, como a gente fala, também a parte isotópica, e com equipamentos tanto da Polícia Federal quanto de universidades parceiras a gente consegue chegar em um nível de análise bem interessante.

Pode passar, por favor.

O que a gente busca hoje é realmente o estado da arte na ciência. Esse equipamento que eu coloquei ilustrado na apresentação chama-se NanoSIMS: é um espectômetro de íons secundários voltado em escala nanométrica. Hoje, com o que nós temos no Brasil, a gente consegue um feixe ali de um laser na escala de 10µm. O NanoSIMS consegue análises nanométricas, é como se fosse 10 mil vezes menor do que esse feixe que nós temos hoje no Brasil. É um equipamento de altíssimo nível, conforme eu coloquei ali: a NASA utiliza, Harvard utiliza, Caltech utiliza, Stanford.

Ali eu coloquei também uma imagem um grão de perita – perita é um sulfeto –, com uma inclusão de ouro que seria invisível em qualquer análise usual que a gente tem no Brasil, mas com o NanoSIMS é visível esse ouro e a gente consegue chegar realmente a um nível profundo de análise científica do material.

Pode passar.

Há outros trabalhos, não é somente a Polícia Federal que está desenvolvendo isso. A gente não está inventando; a gente só está aperfeiçoando o que já existe.

Esse é um trabalho desenvolvido pelo Prof. Roger Dixon, que, de fato, é uma referência no assunto, tanto na África do Sul quanto mundial. Ele fez um estudo no escudo das Guianas, que é onde está localizada a TI Yanomami, e conseguiu trazer respostas de rastreabilidade tanto do ouro da Colômbia quanto da Venezuela, cruzando esses dados com dados de ciência mesmo, para trazer respostas efetivas de rastreabilidade.

Pode passar.

Há o trabalho também da Guiana Francesa.

Nós temos parceria com a Guiana Francesa, com o Serviço Geológico da Guiana Francesa, também com a polícia da Guiana Francesa, a Gendarmerie, e a ideia é trazer rastreabilidade. Esse trabalho foi feito em 2021 lá. Colocaram ali aspectos de origem desse material, de diferentes províncias, inclusive com o ouro do Suriname também. Conforme eu coloquei ali nas imagens, isso é demonstrável cientificamente, ninguém aqui está inventando. É o estado da arte na ciência.

Pode passar.

Aqui é outro trabalho feito na Suíça, junto à Universidade de Lausanne, que também coloca a rastreabilidade do ouro, especificamente com ouro oriundo do Peru, somente em minas de origem lícita, que é um trabalho também que utiliza parâmetros semelhantes ao que nós utilizamos aqui no Brasil, mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

somente com amostras de minas regulares, ao contrário da gente – nós temos as minas irregulares e também as regulares.

Pode passar.

Eu coloco aqui, como medidas propositivas, dez medidas pela PCF. A primeira, a nota fiscal eletrônica. De fato, já teve um GT, inclusive do qual eu fiz parte – e acredito que o colega Ferrari também.

O sistema de rastreabilidade.

A gente precisa trazer o *blockchain* de alguma maneira para dentro do que a gente faz aqui no Brasil.

Cooperação internacional com países vizinhos.

Nos anos 80, o Uruguai produzia mais ouro que o Brasil. Isso muito por aquela questão de Serra Pelada e tudo mais. Se a gente criar mecanismos muito rígidos de fiscalização – e eu acho que nós temos que criar, sim –, esses garimpeiros, enfim, criminosos, vão fugir para os países vizinhos. Conforme eu falei, a Venezuela está a 5km ali. Não adianta só a gente adotar uma estratégia efetiva; tem que ser efetiva no âmbito global.

Também legislação proposta: a gente precisa colocar exigência de rastreabilidade para as empresas que operam na B3, bolsa brasileira, para que elas declarem a origem dos minerais de conflito que elas utilizam.

Bloqueadores satelitais em maquinário que opera em garimpo.

Isso é uma tecnologia que já existe. A gente vê empresas de transporte, de caminhão, por exemplo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERICH ADAM – ... quando tem roubo, furto, eles conseguem bloquear a operação do maquinário.

Políticas públicas eficientes nesse rumo.

Também a estruturação de laboratórios de minerais de conflito.

Financiamento de pesquisas acadêmicas.

Temos que trazer, de fato, recursos para a gente conseguir desenvolver as pesquisas. Hoje nós temos um projeto em andamento chamado Gold Rush, um projeto desenvolvido junto com a Universidade de Brasília, USP e também com o instituto IRD da França. De fato, a gente tem conseguido resultados satisfatórios.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos com seis mestrandos, doutorandos e pós-doutorandos que estão estudando profundamente esses depósitos, buscando o *fingerprint* – esse é o termo –, rastreabilidades digitais *fingerprint*, que seria a digital. Essa é a ideia.

A parte também dos *microtags*, que são os rastreadores.

A minha ideia seria colocar esses rastreadores naturais a partir do momento que esse ouro é vendido dentro de uma DTVM, por exemplo, para que tenhamos uma assinatura desse material dentro do mercado do ouro. A partir do momento em que se tem um *blockchain*, nós temos que ter o controle do ponto inicial até o ponto final, que seria essa exportação.

Também uma questão que seria muito interessante, o uso de equipamentos de fluorescência de raios X portáteis, que é o mesmo equipamento que a gente utiliza, custa aproximadamente R\$250 mil, R\$300 mil, nos postos de atendimento, que são os famosos postos de compra de ouro, ali, que representam as DTVMs, para que eles também tenham um controle melhor do ouro que eles tão comprando. Hoje eles utilizam balança hidrostática, que, de fato, é muito rudimentar, eles não sabem direito o que eles estão comprando.

E também, casado com isso, a nossa proposta é a criação do projeto de lei do Banco Nacional de Perfis Auríferos, que, de fato, já está em desenvolvimento na Polícia Federal. A gente precisa formalizar isso com a mesma ideia que a gente já teve dos perfis genéticos. Eu acho que é o momento de a gente trazer esse assunto, explorar esse assunto de maneira positiva e colocar isso como marco legal dentro do Brasil.

Pode passar.

Aqui é só uma síntese do Banco Nacional de Perfis Auríferos, nossa proposta de PL. A ideia é trazer o controle forense...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ERICH ADAM – ... de todo ouro que é apreendido, para que a Polícia Federal tenha, sim, recursos de dizer a origem daquele material, inclusive para os grandes compradores, empresas listadas em bolsa, terem a segurança de dizer se, de fato, aquele material é um material livre de conflitos (*conflict-free*), para que a gente consiga ter um mercado realmente transparente e bem objetivo, que é isso que a gente busca.

Pode passar, por favor.

Aqui é só um resumo do *blockchain*. Isso a gente apresentou na Enccla. Tive a oportunidade de ajudar no relatório final da Ação 03 da Enccla 2021, que foi eleita a ação destaque, e, de fato, a nossa ideia é trazer o controle desde o momento ali da extração mineral, o momento em que esse ouro entra num PCO, no caso, posto de atendimento. É feita ali a comercialização.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que nós tenhamos também o controle dentro das refinadoras – porque hoje a gente não sabe direito quais são as refinadoras de ouro do Brasil, é um mercado ainda um pouco obscuro – até o momento em que esse ouro é exportado. De fato, 80% do nosso ouro é exportado hoje no Brasil, pouco do nosso ouro fica aqui.

Eu só trago um dado estatístico de interesse acerca da nossa história: no Brasil Colônia, o último ciclo foi o ciclo do ouro, e ali nós tínhamos o quinto, que era 20% do imposto que ficava com a Coroa portuguesa, e um terço desse recurso voltava para o Brasil. Ou seja, 7% aproximadamente. Hoje, com a Lei Kandir, somente 1,5%, que é o Cfem, fica para o Brasil. Hoje vivemos um estado pior do que na época do Brasil Colônia.

É isso. Agradeço pelo tempo e me coloco à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Quero agradecer ao doutor Erich Adam, Diretor da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais, que fez uma apresentação bem clara, bem direta, com proposições, inclusive, que deverão ser acolhidas pela Comissão.

Esse trabalho da Comissão é fundamental nas suas análises propositivas ao Poder Executivo e tenho certeza de que agora as perguntas e os debates poderão se prolongar.

Apenas quero agradecer a todos os participantes e pedir a licença para me dirigir a essa reunião externa do Senado, da Comissão de Relações Exteriores.

Passo os trabalhos ao Senador Dr. Hiran, que vai conduzir o restante dessa sessão.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Muito bem.

Quero agradecer aos nossos expositores. Parabéns a todos e, pela condução dos trabalhos, ao nosso Presidente Chico.

Nós temos aqui algumas questões que foram sugeridas pelo nosso Presidente, que vai ter que se ausentar, e eu vou fazer um questionamento aqui ao Dr. Erich, porque a Polícia Federal é um dos principais agentes de combate ao crime financeiro, uma atividade criminosa decorrente da extração ilegal de ouro: como podemos implementar um sistema de rastreabilidade do ouro para separar aquilo que é legal do que é extraído ilegalmente, principalmente nas unidades de conservação e nas áreas indígenas?

Essa questão já foi aqui, a meu ver, respondida por V. Exa., mas, no decorrer das nossas audiências públicas aqui, ficou clara a dificuldade que se tem na rastreabilidade da certificação do ouro. Então, eu queria até aperfeiçoar essa pergunta: hoje nós conseguimos, com os mecanismos que nós temos, ter uma certificação fidedigna do ouro que é produzido aqui no nosso país, Dr. Adam?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ERICH ADAM (Para expor.) – Obrigado pela pergunta, Dr. Hiran.

De fato, é algo que a gente vem buscando em casos fechados dentro do nosso trabalho da criminalística na Polícia Federal. Já tivemos êxito em buscar respostas de origem de um determinado caso no Estado do Pará. Foi noticiado, há pouco tempo também, outro caso relacionado a ouro extraído da província aurífera do Tapajós, em que estavam ali, de fato, declarando, na saída, no aeroporto de Manaus, que era ouro de origem reciclada, ouro, por exemplo, de joias que as pessoas vendem e reciclam, e, a partir da análise pericial, foram verificadas ali características de fundições artesanais, como, por exemplo, o que o garimpo faz. A partir de uma análise minuciosa, com prova técnica, foi mostrado que não era um ouro reciclado. Inclusive, com traços de mercúrio dentro desse ouro, foi caracterizado que, sim, era um ouro de garimpo. Foi uma carga de 35kg de ouro retida no aeroporto de Manaus.

De fato, nós estamos caminhando, principalmente com o próprio Serviço Geológico do Brasil também, com que a gente está na iminência de ter um acordo de cooperação técnica assinado. Tem também um projeto chamado Ouro Brasil, no âmbito da CPRM, que traz a rastreabilidade do ouro aluvionar, aquele ouro com que realmente o garimpo trabalha, a partir de características de morfologia desses grãos.

Mas é uma pergunta bem ampla e complexa. Eu acho que são etapas.

A primeira etapa foi a questão da nota fiscal eletrônica, porque, realmente, não dá para a gente trabalhar com ativo financeiro com papel. E, de fato, a partir da implementação da nota fiscal eletrônica, a Polícia Federal, o Coaf, a Receita Federal, as instituições que trabalham diretamente na repressão à ilicitude têm um banco de dados sem ter que precisar ficar passando individualmente cada nota fiscal, como já aconteceu diversas vezes. E a polícia ganha tempo com esse tipo de trabalho, principalmente a perícia.

Há outra questão: a presunção da boa-fé, que foi suspensa agora pelo Ministro Gilmar Mendes, a partir de uma ADI gerada por alguns partidos, e, de fato, teve um relatório ali muito bem embasado, inclusive com algumas sugestões que a gente colocou ali no âmbito do setor de polícia e geologia, e isso, de fato, traz luz. Eu acho que são elementos que vão corroborando por uma estabilidade.

E, na parte científica, em que a gente atua no dia a dia com mais afinco, a gente consegue ver respostas efetivas sim.

No caso específico da Guiana Francesa – aquele estudo que eu citei bem rapidamente –, eles conseguiram uma eficácia de 70% de resposta de origem do ouro da Guiana Francesa e do Suriname. É como se a gente pegasse cem amostras de ouro; em setenta, eles conseguiram identificar a origem no estudo às cegas, digamos assim. E, nos outros 30%, realmente é aquilo que eu coloquei: aquele equipamento NanoSIMS, que é um espectrômetro de íons secundários, traz uma resposta muito mais precisa. Os 30% que a gente precisa ainda atingir de origem talvez a gente consiga buscar com esse tipo de equipamento, que busca até a escala nanométrica de análise.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Muito obrigado, Doutor.

Inclusive, eu estou aqui com outras questões, mas as exposições foram tão consistentes, que elas já foram respondidas.

Para dar mais dinâmica aqui ao nosso trabalho, antes de encerrar, eu vou passar a palavra para cada um de vocês por dois minutos, porque nós temos outras atividades, para que vocês possam fazer suas considerações.

Mas, antes, eu queria só falar aqui para o meu amigo Jarbas, que falou sobre a questão da discussão aprofundada e de a gente poder realmente formatar políticas galgadas nas oitivas das várias entidades envolvidas nas questões: você falou de entidades legitimadas de cada setor, você falou de invasões de terras indígenas, de terras quilombolas, mas eu não posso não deixar aqui consignado que também sou absolutamente contra a invasão de terras produtivas do nosso agronegócio pelo MST. Então, eu quero deixar também bem clara essa minha posição, porque nós precisamos também proteger uma das nossas maiores *commodities*, nossa riqueza, que é a produção de proteína tanto animal quanto vegetal. É só para deixar consignado aqui.

Vou passar a palavra, da direita para a esquerda aqui, para o Dr. Ubaldino, depois para o Erich... Cada um vai ter seus dois minutos para as suas considerações.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer, em nome do ministério.

Eu gostaria de... Bom, primeiro parabéns para os componentes da mesa. Foi muito elucidativo inclusive. Apesar desse tempo todo de discussão que a gente tem tido, muita coisa ainda a gente tem para aprender. Foi interessante demais.

Eu gostaria de deixar claro que foi criado pelo Decreto 11.419, de 2023, o Conselho Nacional de Política Mineral e eu acho que é importante que os órgãos do Governo façam uso desse conselho para a gente discutir muita coisa do que foi tratado aqui. A gente tem muita coisa para definir, políticas públicas baseadas... E ali é um fórum de discussão com toda a Esplanada, digamos assim. Então, é um fórum muito abrangente.

E, quanto à questão da rastreabilidade, eu vou reforçar aqui o que o Erich falou: eu acho que sim...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ LUIZ UBALDINO DE LIMA – ... é possível, e mais do que isso, só que a gente tem que estabelecer que é uma questão de obrigatoriedade do uso do sistema de rastreabilidade e da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rastreabilidade, para a gente deixar firme essa questão e não deixar escapar ninguém. Além do mais, eu reforço aquilo que já foi falado pelo companheiro Ricardo, da questão da troca de dados entre as instituições para facilitar a rastreabilidade. Essa é uma questão importante, um projeto de lei complementar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. José Luiz Ubaldino.

Agora, passo a palavra ao Dr. Erich.

Antes, eu não posso deixar também de ressaltar o conhecimento que o senhor tem, e mostrou aqui, da nossa reserva, que é uma reserva do tamanho de um país, quer dizer, um pouco maior que Portugal. Portugal tem 9,2 milhões de hectares; lá nós temos 9,6 milhões. E, graças a Deus, nós ainda temos uma área imensa preservada. Quando a gente vai lá para o Surucucu, olha para o lado esquerdo, para o lado direito, não é? Você vai seguindo ali o Rio Mucajá, depois o Catrimani e o Couto de Magalhães, de que o senhor falou aqui, para o lado direito nossa reserva está bem preservada, graças a Deus.

Então, eu quero passar a palavra para V. Exa. para suas considerações finais por dois minutos.

O SR. ERICH ADAM (Para expor.) – Obrigado pelas palavras, Senador. É um trabalho, na verdade, uma equipe, não é?

(Soa a campainha.)

O SR. ERICH ADAM – Eu não estou sozinho. Nós temos o nosso colega Ricardo Moraes, que é o gerente do projeto, o colega Salvador também, que está na equipe conjuntamente, outros colegas, o Caio, Ronchi, enfim. Falar de todos é difícil, mas é um trabalho que a gente está resolvendo há algum tempo e com muita seriedade.

De fato, ali eu me compadeci muito da questão dos ianomâmis. É uma população, assim, que realmente tem um sofrimento ali registrado no âmbito da mineração ilegal, inclusive com casos de homicídios praticados por garimpeiros contra essa população originária que é a ianomâmi, que é milenar ali no estado, tem mil anos pelo menos de existência ali. E, de fato, a gente consegue trazer uma ferramenta efetiva para de alguma maneira solucionar esse problema.

De toda maneira, conforme o colega Ubaldino falou, a gente tem que trazer também políticas públicas. Enfim, são 20 mil garimpeiros ali, atuando.

(Soa a campainha.)

O SR. ERICH ADAM – E, de fato, o problema vai se deslocar para outro local. Ou eles vão para a Guiana Francesa, ou para o Suriname, ou para o Pará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ERICH ADAM – Para a Venezuela também.

E como ideia eu coloco aqui, de repente, um debate futuro, junto com todos os entes, já que é uma questão de diferentes entes trabalhando conjuntamente, para a gente trazer soluções que não somente a solução policial. Eu acho que a solução policial atinge uma parte do problema, mas existe toda uma outra parte que às vezes fica esquecida.

É isso. Eu agradeço aí pela oportunidade e me coloco à disposição posteriormente para qualquer tipo de ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Dr. Erich. Eu também, Dr. Erich, sou médico legista e trabalhei muito com vocês no decorrer da minha vida. Sou oftalmologista também, sou médico do Ministério da Saúde e também conheço muito bem lá, porque, durante 1989, 1990, quando tivemos aí uma ocupação garimpeira muito grande lá, nós tínhamos muitos eventos adversos lá, muitos conflitos, conflitos entre indígenas, conflitos entre os garimpeiros e indígenas e também muitos acidentes aéreos, porque àquela época o nosso aeroporto de Boa Vista era o aeroporto mais movimentado do país, mais movimentado do que Congonhas. Nós tínhamos lá mais pousos e decolagens do que em São Paulo, de tantos aviões que tínhamos naquela época lá. E os acidentes eram muito comuns. Dava-nos um trabalho danado fazer reconhecimento e traslado de corpos, lá de Papiú, Xitei, Parafuri. Aquelas regiões todas lá a gente conhece bastante bem.

Meu querido amigo Jarbas, é com você. Dois minutos.

O SR. JARBAS VIEIRA DA SILVA (Para expor.) – Vão ser dois realmente. *(Risos.)*

Primeiro, novamente quero agradecer ao Presidente da Comissão Externa por ter nos convidado a participar desse debate aqui tão qualificado, porque é um trabalho que está sendo – por cada órgão que está aqui presente – constituído há vários anos. É um trabalho sério, dedicado e qualificado, de que a gente precisa ter desdobramentos políticos efetivos, e aí não só na questão policial, como disse o Erich, mas também na questão social. E nós da secretaria estamos nesse processo de construção interna dessas mesas de diálogo. E provavelmente a secretaria na qual eu estou lotado, a Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, irá convidar cada um aqui, em algum momento, para a gente não só poder conversar e ter essa percepção do debate técnico, mas também, conjuntamente, como é uma questão de governo, encontrar saídas para o lado social também dessa questão dos garimpeiros. Esse é o último dado – não é, Erich? – dos 20 mil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JARBAS VIEIRA DA SILVA – Esse número pode ser muito mais – e tem outros territórios também – elevado do que é divulgado e que nós sabemos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, essa questão da participação de hoje também estar acontecendo. Como nós da secretaria estamos nesse processo de diálogo, hoje está sendo executada a primeira reunião do Interconselhos e também do Conselho de Participação Social, porque essa é uma das principais questões que está colocada por esse Governo para a gente poder avançar conjuntamente nas políticas públicas, mas sem o entrave também do desenvolvimento econômico – como a gente combina o desenvolvimento econômico com a participação social e o atendimento a essas populações que não foram escutadas ao longo desse processo da nossa constituição enquanto país.

E, mais uma vez, gostaria de agradecer, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Dr. Jarbas.

Eu queria fazer um questionamento: a nossa Senadora Damares quer fazer alguma consideração sobre as exposições que foram colocadas aqui?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - DF) – Quero.

Quero cumprimentar todos os senhores que vieram participar da Comissão.

E é difícil para a gente estar nos mesmos lugares, ao mesmo tempo, nesta Casa, e esta Casa hoje está fervendo, mas a gente acompanha. Nós Senadores, às vezes, temos insônia, e a gente fica a madrugada inteira assistindo às falas dos senhores, e nós agradecemos.

Esta Comissão está fazendo um papel importante. Começou com um objeto pequeno e o leque foi se ampliando, se ampliando! Eu acho que a Comissão vai trazer um relatório aí robusto para a gente colaborar com todos esses problemas que ainda persistem por anos, na área ianomâmi. Lembro que, nesta Comissão aqui, a gente tem pessoas de todos os partidos, todas as ideologias, mas todas elas muito preocupadas com a situação.

E nos colocamos à disposição dos senhores no que for preciso, no que precisarem demandar esta Casa. E aqui eu estou falando com os gestores: não se faz política pública sem dinheiro; na hora de precisar do dinheiro, corram aqui! Vamos conversar, vamos falar sobre isso. Estamos à disposição. E obrigada por terem participado desta Comissão, trazendo contribuições tão importantes. Eu sei que o Relator aí colheu todas as informações, e a gente vai ter um relatório extraordinário.

Muito obrigada por estarem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado, Senadora Damares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o Ricardo, quero dizer que é uma honra ter você aqui, Ricardo, como você me falou. O meu pai, Ricardo, fez concurso para a Receita Federal em 1954, foi Coletor Federal, depois foi Exator Federal e depois Auditor Federal. Ficou na Amazônia desde 1954. Optou por ir lá para Tefé, onde fiscalizou de Tefé até a fronteira do Peru com a Colômbia, lá em Benjamin Constant, Tabatinga e... Eu nasci em Tefé e hoje o aeroporto de Tefé tem o nome do meu pai, Orlando Marinho. E eu tenho um profundo respeito pelo trabalho que a Receita Federal tem feito pelo nosso país na geração de recursos para que a gente possa custear essa máquina gigantesca que é o Brasil.

Parabéns pelo trabalho que vocês fazem!

Passo a palavra para você pelos seus dois minutos. Seja rigoroso com o horário, porque nós temos que estar em outros lugares aí.

O SR. RICARDO DE SOUZA MOREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Dr. Hiran, Senadora Damares. Como representante do Ministério da Fazenda e da Receita Federal, eu gostaria de dizer que todos os órgãos integrantes do Ministério da Fazenda e da Receita Federal, em especial, continuam à disposição para participar desses fóruns para descobrir soluções estruturantes para combater o garimpo ilegal em terra dos nossos povos originários e diminuir o flagelo social nessas regiões.

Também gostaria de dizer que a Receita Federal atua além da questão de fiscalização dos tributos e do combate à comercialização ilícita. Ela também atua, com base seu trabalho de repressão aduaneira, nessa região, com doação de computadores que são reciclados, a partir de aparelhos de televisão apreendidos. Levamos vestimentas para as pessoas...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO DE SOUZA MOREIRA – ... com base nas apreensões de produtos contrafátnados que são readaptados pelo sistema penitenciário brasileiro.

Então, a Receita Federal tem um compromisso social elevadíssimo e se coloca à disposição para utilizar todas as suas *expertises* com soluções tecnológicas para favorecer a rastreabilidade do comércio do ouro no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Muito obrigado, Dr. Ricardo,

Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Eduardo Ferrari para as suas considerações finais, por dois minutos.

O SR. EDUARDO FERRARI DE ARAÚJO (Para expor.) – Gostaria novamente de agradecer a participação nesta Comissão. Muita coisa já vem acontecendo para aprimorar essa questão do ouro, como a queda da presunção da boa-fé, a nota fiscal eletrônica, mas é imprescindível, como disse a Sra. Senadora





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Damares, que os órgãos de controle tenham recursos para poder fazer o seu trabalho. Então é muito desejoso e necessário que a nota fiscal eletrônica evolua para algo que possa fazer o cruzamento das bases de dados da arrecadação dos tributos com as bases de dados da Agência Nacional de Mineração, das PLGs (Permissões de Lavras Garimpeiras) das áreas legalizadas, e do próprio Banco Central, que tem as instituições autorizadas a operar com ouro, porque, na entrada do sistema financeiro, as DTVMs já teriam condições de separar o joio do trigo e não deixar que o ouro ilegal adentre o Sistema Financeiro Nacional como ativo financeiro e depois ...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO FERRARI DE ARAÚJO – ... você não tenha mais como voltar nesse processo.

Então, agradeço, mas eu gostaria de deixar registrada essa necessidade de que os órgãos de controle, a ANM e outros órgãos que vão precisar implementar sistemas, que vão precisar fazer o cruzamento dessas informações com as bases da Receita tenham os recursos necessários para fazer com que o trabalho da supervisão e da própria DTVM possa ser eficiente na entrada do ouro no Sistema Financeiro Nacional.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Fala da Presidência.) – Muito obrigado, Dr. Ferrari.

Esta Presidência comunica a inclusão de um representante da Casa da Moeda entre os convidados para a próxima audiência, que tem como objetivo discutir com especialistas na área da ciência a mitigação dos impactos do garimpo ilegal na Reserva Yanomami, que será realizada em atendimento aos Requerimentos nºs 17 e 19, de 2023.

A presença de um representante desse órgão se faz importante inclusive para atender alguns questionamentos levantados nesta audiência.

Não havendo mais o que ser discutido, eu agradeço aqui, em nome desta Comissão e desta Casa, do nosso Presidente Rodrigo Pacheco, a presença de todos vocês, o brilhantismo das exposições. Muito obrigado. E eu, como Relator, me sinto muito contemplado com o que aprendi aqui hoje. Se quiserem fazer alguma consideração em relação ao que não foi discutido, nós estamos aqui prontos para acatar sugestões de todos os órgãos aqui representados por vocês.

Muito obrigado.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença e declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1^a REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezesseis minutos do dia doze de abril de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde com a presença dos Senadores Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores Marcos do Val, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Efraim Filho, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Alessandro Vieira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta, que divide-se em duas partes: **1^a Parte - Instalação.** Finalidade: Instalação da comissão. Resultado: Comissão instalada. **2^a Parte – Deliberativa.** Finalidade: Apreciação do Plano de Trabalho. Resultado: Concedida vista coletiva ao Plano de Trabalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes

Presidente da Comissão Especial para Debate de Políticas Públicas sobre Hidrogênio Verde

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/04/12>

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.)
 – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, que se destina à instalação da Comissão Especial com a finalidade de, no prazo de dois anos, debater políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta Comissão foi criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 14, de 2023, o Exmo. Sr. Presidente Senador Rodrigo Pacheco.

Nos termos do mencionado ato de criação, a Comissão será presidida por mim, tendo como Relator o Senador Otto Alencar e, como componentes, o Senador Astronauta Marcos Pontes, do PL, de São Paulo; o Senador Fernando Dueire, do MDB, de Pernambuco; o Senador Luis Carlos Heinze, do PP, do Rio Grande do Sul; o Senador Randolfe Rodrigues, da Rede, do Amapá; o Senador Rodrigo Cunha, do União Brasil, de Sergipe; e, como suplentes, o Senador Ciro Nogueira, do PP, do Piauí; a Senadora Eliziane Gama, do PSD, do Maranhão; e o Senador Eduardo Girão, do Partido Novo, do Ceará.

A presente reunião destina-se à instalação desta Comissão e à apreciação do plano de trabalho. Para isso eu pedirei a paciência das senhoras e dos senhores.

A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que os requerimentos somente poderão ser apresentados por membros da Comissão e deverão ser protocolizados por meio do Sedol. Então, qualquer contribuição, sugestão ou crítica ao plano de trabalho que em minutos vou trazer à consideração dos senhores deverá ser feita dessa forma.

Antes de passar à leitura da proposta de plano de trabalho, eu gostaria – algo que solicitei – que a gente pudesse ter uma rápida audição. Essa pessoa está na Alemanha, é Diretora da Associação Brasileira do Hidrogênio, a Dra. Monica Saraiva Panik. Entre outros títulos que ela tem, ela é assessora da GIZ, que é uma agência de inovações, resumidamente, da Alemanha, que é um dos países que mais têm colocado em seu roteiro de preocupações o hidrogênio verde.

Então, passo a palavra à Dra. Monica Panik.

A SRA. MONICA SARAIVA PANIK (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Exmo. Senador Cid Gomes, obrigada pelo convite.

Uma boa tarde a todos.

É um prazer estar aqui hoje. Realmente para mim a formação desta Comissão é um marco do hidrogênio no Brasil. Eu trabalho há 25 anos no setor de hidrogênio e...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. MONICA SARAIVA PANIK (*Por videoconferência.*) – Vocês estão me ouvindo? (Pausa.)

Estão ouvindo bem, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Houve um corte, mas já retomou a normalidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MONICA SARAIVA PANIK (*Por videoconferência.*) – Está certo.

Então, para mim, a formação desta Comissão é um marco no setor de hidrogênio no Brasil, portanto, parabenizo todos que estão aí presentes e que fazem parte dela.

Para mim o Brasil tem um papel muito importante, inclusive em nível global, na produção, no uso local e na exportação do hidrogênio verde, e ele pode, sim, se tornar um ator ativo, inclusive agregando valor para o setor global do hidrogênio.

O setor global do hidrogênio cresceu muito desde o final de 2017, quando o hidrogênio passou a ser visto não só como um combustível alternativo, mas também como um vetor energético, ou seja, como um dos pilares da descarbonização da economia mundial. Então, todo o setor do hidrogênio global é vinculado às metas de descarbonização da indústria, do transporte, do setor de energia. Desde então, ele ganhou investimentos de praticamente todos os setores da economia.

E eu acompanhei esse crescimento desse setor, inclusive no Brasil, que, desde fevereiro de 2021, também passou a fazer parte desse novo cenário global com os diversos projetos que foram anunciados no Brasil. O primeiro foi o *hub* de hidrogênio verde do Ceará, que realmente colocou o Brasil no mapa. O Brasil não aparecia no mapa de projetos mundiais, mas, desde fevereiro de 2021, ele passou a aparecer. Isso é muito importante porque atrai investimentos nesse setor.

O que mais me fascina no setor de hidrogênio verde é a sua cadeia produtiva. Ele começa na geração de energia renovável, passa pelo fornecimento de água, passa pela transmissão de eletricidade, passa pela produção em si do hidrogênio, o armazenamento, a distribuição, o transporte e também o uso desse hidrogênio, como eu falei, nos diversos setores, ou seja, em toda a indústria, no transporte e no setor de energia.

Então, o Brasil hoje aparece como potencial produtor e fornecedor desse hidrogênio para países que não têm o mesmo potencial de energia renovável. Então, olhando com os olhos desse setor para o Brasil, eu sou brasileira, nasci em São Paulo, olhando com esses olhos, o que é importante, ou seja, quais são os tesouros do Brasil nesse setor? É o grande potencial de energia renovável, é todo esse mercado, esse setor já consolidado e existente de energia renovável no país.

Outros países ainda têm uma matriz elétrica e uma matriz energética fóssil, principalmente fóssil; o Brasil tem mais de 80% – ano passado chegou a 92% – de matriz elétrica renovável, de consumo de energia renovável. E isso faz esse mercado livre também já existente com regulação, com investimentos, tudo isso representa praticamente 70% do setor do hidrogênio verde. Então, o Brasil já entra com um ganho competitivo em relação a outros países porque, claro, o Brasil entra nesse mercado como um dos países produtores e fornecedores de hidrogênio verde e derivados. Quando eu falo derivados, é que não é só a molécula do hidrogênio, são todos os produtos que podem ser feitos com hidrogênio; então, todos os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combustíveis sintéticos, a amônia, os produtos verdes, como o aço, por exemplo, o cimento, que podem usar o hidrogênio verde como insumo.

Então, o Brasil, além disso, tem uma indústria imensa com subsidiárias de empresas globais do setor do hidrogênio que já atuam e já são líderes nesse setor, mundialmente. O que precisa é realmente trazer essas tecnologias para o Brasil, fomentar a nacionalização, fomentar a produção dessas novas tecnologias no Brasil, fomentar a ampliação da infraestrutura para esses investimentos anunciados.

Então, hoje foram anunciados mais de 42 projetos em todo o Brasil, começando, como eu falei, no Ceará. Então, de norte a sul, de leste a oeste, já existem projetos anunciados de hidrogênio e derivados. Isso é muito importante para o país. É uma cadeia que envolve fabricantes de componentes, prestadores de serviços de todos os setores da economia, empresas pequenas, médias e grandes. O potencial de geração de empregos desse setor é fantástico.

E o que falta no Brasil? Esta Comissão, na minha opinião, tem muita responsabilidade de... Já foi feito muito nesses últimos dois anos. Começou a se fazer o Programa Nacional do Hidrogênio. É preciso publicar o Plano Nacional do Hidrogênio porque outros 30 países já fizeram mundialmente. Isso atrai investimentos para o país, gera novos empregos. É preciso iniciar todo esse processo regulatório específico para o hidrogênio e derivados, tanto na sua produção, como também no uso desses novos insumos. Enfim, fomentar o mercado, fomentar o consumo através de mecanismos de carbono, através de incentivos e benefícios para setores específicos. Isso é muito importante porque outros países estão fazendo e o Brasil, se quiser ser um protagonista nesse setor, também tem que fazer um programa ativo, com metas concretas, com incentivos, mostrar que dá prioridade a esse setor.

E, como eu falei, não é um setor. Eu sempre falo que o setor do hidrogênio verde combina o setor elétrico com o setor de gases industriais, ou seja, envolve também o setor de óleo e gás porque toda a competência desse setor de gás está no setor de óleo e gás; envolve o setor de biocombustíveis. E todos esses combinam com os setores industriais, setores de transporte, setores de energia. Então, ninguém fica de fora.

Eu agradeço, mais uma vez. Passo a palavra ao Exmo. Senador e agradeço. E me coloco à disposição, também a associação, para contribuir no que for necessário para a gente avançar nesse trabalho maravilhoso.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito grato, Dra. Monica.

Pode ter certeza de que a senhora será, muitas outras vezes, demandada aqui por esta Comissão. E agradeço sempre a sua forma atenciosa e disponível. Ontem conversamos já tarde da noite – ela está na Alemanha e eu me esqueci disso. Já liguei aqui, à noite, e devia ser de madrugada na Alemanha, mas ela muito prontamente se dispôs a fazer aqui essa participação, que é uma breve participação. Vamos dizer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim que é um pequeno aperitivo do que ela e tantos outros brasileiros terão a contribuir com esta Comissão.

Eu queria aproveitar aqui a oportunidade para passar um informe aos assessores, aos presentes aqui hoje, aos próprios Senadores, de que foi criado um grupo de WhatsApp, para que se possa acompanhar, discutir e se informar sobre as atividades desta Comissão, com qualquer outro ator interessado. Estão sendo abertos canais de diálogo com membros de várias organizações, já integrantes desse grupo de WhatsApp, como, por exemplo, o BNDES, Petrobras, universidades federais e privadas, a Confederação Nacional da Agricultura, a Confederação Nacional da Indústria, algumas empresas como a Vale, associações e entidades como a ABEEólica, que será um parceiro fundamental, a Absolar, a GIZ, que é essa entidade já referida aqui alemã e que tem atuação no mundo inteiro, o Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel), federações de indústrias de diversos estados e diversos outros organismos, aos quais agradecemos a participação e as contribuições, principalmente, que darão através desse grupo e da programação que teremos ao longo desses próximos meses.

O link para acesso ao grupo de WhatsApp fica aberto aí e será exibido aqui na tela:encurtador.com.br/bBy04. Apertando nisso a gente entra no grupo. É isso? (Pausa.)

Que coisa moderna!

E por que este nome encurtador? É o aplicativo que faz? (Pausa.)

hidrogênio.com.br...

Bom, eu vou passar agora, agradecendo aqui e pedindo à assessoria que me ajude na referência às pessoas aqui presentes.

Eu queria iniciar saudando aqui o Deputado Federal Leônidas Cristino, Deputado Federal pelo Ceará, que integra a Comissão de Infraestrutura da Câmara...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – ... a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. E a Comissão está abrindo uma Subcomissão especificamente para cuidar do hidrogênio verde.

Então, nós queremos estreitar essas relações, porque, a meu juízo, uma das principais finalidades desta Comissão é criar um marco legal, referência, para que investidores hoje já dispostos, interessados no mundo e no Brasil possam ter a segurança de fazer os seus investimentos.

Quero citar aqui a presença do Deputado Estadual Sérgio Aguiar, que preside a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa; citar a presença do Dr. Danilo Serpa, que preside a Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará, antes, nos quatro anos anteriores à atual gestão, ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidiu o Porto do Pecém e, nessa condição, estabeleceu parcerias que colocam o Ceará – eu não posso dizer isso, mas quem disse foi a Dra. Monica, que é uma paulista – na vanguarda desse tema.

Por uma iniciativa já em andamento, o Ceará tem um porto com muito boas características, esse porto tem uma parceria formal, é sócia do porto de Roterdã, que é o maior porto da Europa, o único porto fora da Ásia que está entre os maiores dez portos do mundo, o porto de Roterdã. E já há essas definições na Europa de que Roterdã será a chegada do hidrogênio, isso demandará uma infraestrutura que o porto de Roterdã já vem trabalhando. Então, por conta dessa parceria, a gente já tem conversado com inúmeros, e o Danilo tem me ajudado muito, é um dos incentivadores para que eu pudesse sugerir a criação desta Comissão. Quero aqui agradecer ao Presidente Rodrigo Pacheco, que prontamente atendeu a nossa solicitação.

Então, com ajuda da assessoria, eu vou, ao longo da programação da Comissão, que será breve, citando outros participantes, pessoas que vieram aqui prestigiar a instalação desta Comissão.

O plano de trabalho é longo, meu caro Senador Otto. Então, eu vou resumir e vou basicamente – isso será, se já não foi, distribuído; peço até que antecipem a entrega a cada integrante da Comissão –, eu vou ler basicamente a apresentação.

A utilização do hidrogênio verde para a geração de energia elétrica apresenta-se como uma alternativa viável que pode substituir os hidrocarbonetos nessa aplicação e, assim, permitir a adoção de uma matriz energética limpa e, consequentemente, contribuir para o cumprimento das metas climáticas pactuadas em compromissos assumidos por países no Acordo de Paris, firmado em 2015. A partir desses compromissos, busca-se limitar o aquecimento global mediante a implementação do plano de redução de emissões de carbono orientado e de descarbonização da economia global.

Ressalta-se, ainda, que o hidrogênio é o elemento com maior disponibilidade no universo, apesar de não ser encontrado livre na natureza, em virtude de seu alto potencial de se agregar a outros elementos químicos, gerando como consequência inúmeros compostos químicos. Logo, a obtenção de hidrogênio depende, em boa medida, de sua extração a partir de outras substâncias. No caso do hidrogênio verde, utiliza-se a água para tal propósito.

O Brasil destaca-se na atração de investimentos voltados à produção e ao uso do hidrogênio verde, sobretudo em função de contar com fontes limpas e renováveis de geração de energia elétrica, como são as fontes solar e eólica, além, naturalmente, da hidrelétrica, que é a base da nossa matriz energética, energia essa essencial para realizar a eletrólise da água. Desse processo de eletrólise, se produz o hidrogênio, o qual, por sua vez, é armazenado em células de combustíveis que podem ser transportadas e, então, usadas na geração de energia elétrica em outros locais, especialmente para movimentar motores. Esse modelo de negócio e seus resultados motivam e justificam a manutenção de um debate no Congresso Nacional que relate o modo de desenvolvimento do Brasil com as preocupações globais, não apenas quanto ao acesso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a fontes ou vetores de energia, como também com relação às mudanças climáticas e seus impactos nocivos para o equilíbrio ambiental do planeta.

Na sequência, nós escrevemos aqui. Isso tudo é uma proposta de plano de trabalho que, repito, está sendo apresentada para que vocês possam sugerir alterações e modificações. Na sequência, objetivos da Comissão, seguido por funções da Comissão, atividades que a Comissão pretende desenvolver, audiências públicas que a Comissão já na sua proposta se dispõe a realizar.

Há um cronograma de atividades também proposto que eu gostaria de citar aqui.

Hoje, a nossa reunião de instalação. No próximo dia 19, uma reunião deliberativa para concluirmos o nosso plano de trabalho. Há uma previsão de uma audiência pública no dia 25 de abril, em que abordaríamos o tema "O setor do hidrogênio verde e seu papel na descarbonização das economias globais", tendo como convidados principais representações do Ministério de Minas e Energia, do Ministério do Meio Ambiente e representações de embaixadas.

Em maio, a proposta prevê uma reunião deliberativa aqui mesmo no Congresso, no dia 3; nós estamos sempre fazendo sempre as reuniões às quartas-feiras, nesse mesmo horário, 14h. No dia 17 de maio, uma audiência pública sobre o tema "O setor de hidrogênio verde e o desenvolvimento da tecnologia", tendo como convidados representações do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Petrobras e representantes das universidades e de institutos de pesquisa. No dia 19 de maio, uma sexta-feira, a nossa primeira visita externa; há uma sugestão aqui de que seja feita uma visita a projetos ou unidades de produção de hidrogênio verde em Pernambuco, na região do Suape. No dia 24 de maio, audiência pública sobre o tema "Implantação e operação de projetos de hidrogênio verde no Brasil", tendo como convidados Governadores de diversos estados brasileiros, notadamente aqueles que já divulgam ações, iniciativas nessa direção – é o caso do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. No dia 31 de maio, uma reunião deliberativa para apresentação e votação de requerimentos de informações e de audiências e assuntos gerais.

Em junho, audiência pública com o tema: investimentos atuais ou potenciais para o desenvolvimento do parque produtivo de hidrogênio no Brasil, tendo como convidados o BNDES; representação do Banco de Desenvolvimento da América Latina, a antiga Corporação Andina de Fomento (CAF); representação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); representação do Banco do Nordeste; do Basa; do Banco do Brasil; da Caixa Econômica Federal.

No dia 14/6, uma reunião deliberativa, apresentação de propostas de requerimentos e assuntos gerais.

No dia 23/6, audiência pública externa no Estado do Ceará, com representação de órgãos governamentais e do setor produtivo, do terceiro setor e da academia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 23, na sequência, ainda como parte dessa visita, o conhecimento de projetos e unidades de produção de hidrogênio verde na região do Porto do Pecém.

No dia 28 de maio, reunião deliberativa ordinária.

Em junho, reunião de apresentação do primeiro relatório parcial.

Em agosto, no dia 9, reunião ordinária.

No dia 16, audiência pública sobre o tema: o setor energético e o segmento de hidrogênio verde, tendo como convidados a Aneel, a ANP, a ANA, representante da Confederação Nacional da Indústria e representante da Confederação Nacional do Transporte.

Na quarta-feira, reunião ordinária.

Na quinta-feira, dia 31, audiência pública externa, no Estado da Bahia, com representação de órgãos governamentais e do setor produtivo, do terceiro setor e da academia, e visita a projetos e unidades de produção de hidrogênio verde no Estado da Bahia.

Em setembro, na primeira quarta, não teremos reunião. Deve ser algum feriado aí. É véspera do 7 de setembro.

No dia 15, audiência pública externa, no Estado do Amazonas, com representação de órgãos governamentais, do setor produtivo, do terceiro setor e da academia.

No dia 20/9, reunião deliberativa ordinária.

No dia 28, quinta-feira, audiência pública externa, no Estado do Rio Grande do Sul, com representação de órgãos governamentais, do setor produtivo e da academia.

No dia 29, visita a projetos de unidades de produção de hidrogênio no Rio Grande do Sul.

Em outubro, reunião deliberativa normal, na quarta-feira.

Na quinta, dia 11... Na quarta seguinte, não teremos reunião.

No dia 18, audiência pública sobre o tema: infraestrutura de logística, transporte e as plantas de hidrogênio verde, tendo como convidados representações setoriais do transporte, representações setoriais de distribuição de energia, representações setoriais de combustíveis, representações setoriais da indústria e do comércio e da Confederação Nacional do Comércio.

Em 25/10, audiência pública externa, no Estado do Rio de Janeiro.

No dia 27, visita a projetos de unidades de produção de hidrogênio no Estado do Rio de Janeiro. Algumas sugestões aqui: a Iveco, a Tupy, a Nissan e a Schaeffler. Acho que nesse item aqui mesmo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro, no dia 1º, reunião deliberativa normal, na quarta-feira. Na segunda quarta-feira uma audiência pública com o tema meio ambiente e recursos naturais e as plantas de hidrogênio verde, com convidados do Ibama, da Associação Brasileira de Municípios, da Secretaria do Ministério do Meio Ambiente, das secretarias estaduais de meio ambiente dos estados e representações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Na quinta-feira, dia 9/11, visita externa à unidade de produção, em São Paulo. Na quarta-feira seguinte, reunião deliberativa ordinária. No dia 29/11, seminário em auditório do Senado Federal sobre hidrogênio verde no Brasil, propondo transmissão simultânea para as assembleias legislativas e câmaras municipais. Em dezembro, no início de dezembro, há previsão do segundo relatório parcial.

Essa é a programação proposta para este ano. Naturalmente, submetida à consideração dos componentes desta Comissão.

Pede a palavra o Senador Luis Carlos Heinze. V. Exa. tem a palavra, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria fazer um adendo e parabenizar V. Exa. pela criação da Comissão e os colegas Senadores que fazem parte desta Comissão.

Está aqui conosco agora o Alexandre Alonso Alves, que é da Embrapa Agroenergia. Eu tenho um trabalho, Alonso, que um amigo meu fez, o Afonso Bertucci, sobre a produção, Senador – eu já lhe falei outro dia –, de hidrogênio verde a partir das florestas de eucalipto. Então, hoje nós temos uma grande parte de florestas no Brasil que podem produzir energia elétrica, *pellets* de madeira, etanol 2G ou hidrogênio verde; tudo isso concomitantemente.

Eu queria inserir, na lista que V. Exa. colocou, o Ibá, que é a Indústria Brasileira de Árvores. Cada estado tem um setor florestal organizado. Queria que esse pessoal participasse junto porque, aqui no Brasil, Senador Otto, cada estado tem um potencial muito grande para produção de eucaliptos. Só o que já existem de florestas plantadas no Brasil e não utilizadas é muito grande, principalmente Minas Gerais, que eu acho que é o estado que mais tem florestas que não estão sendo utilizadas e que podem ser utilizadas, inclusive para esse fim.

Se pegarmos só as áreas de pastagens degradadas, já temos 100 milhões de hectares. Isso produz 730kg de hidrogênio verde por hectare. Então, vejam o potencial que nós temos.

O crédito de carbono é de 5,8 toneladas/ano. Então, é um potencial, só no setor agrícola, no setor florestal, que o Brasil tem e que nós temos de aproveitar. Então, são "n" fontes de energia que nós temos. Esse aqui é um deles, que eu queria colocar junto, no processo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Bem lembrada, Senador Luis Carlos Heinze, a inclusão da participação da Indústria Brasileira de Árvores e das suas respectivas filiadas nos estados.

Bom, agradecemos a presença do Sr. Andrej Frizler, Coordenador da GIZ, renomada empresa que atua no setor, bem como de outras entidades que enviaram representantes, como a Absolar, a Neoenergia, a Prospectiva Consulting e outras entidades.

Presentes aqui, também, o Sr. Edson Duarte, ex-Ministro do Meio Ambiente no Brasil, ex-Deputado Federal – obrigado pela sua presença –, e representantes da Embrapa já citados aqui pelo Senador Heinze.

Representante da Embaixada brasileira no Reino Unido, a Sra. Luísa, que é integrante do Itamaraty.
(Pausa.)

Ah, desculpe.

A Sra. Luísa é representante da Embaixada do Reino Unido no Brasil.

Senador Astronauta Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, convidados, primeiro, eu gostaria de parabenizar, como disse o Senador Heinze, pela criação desta Comissão extremamente importante, um tema que, como foi dito pela Dra. Mônica, ali no começo, afeta o mundo todo e nós podemos, aqui no Brasil, nos tornar protagonistas desse setor que é extremamente importante para o desenvolvimento de novos sistemas de energia, vamos dizer, como um todo.

Conforme eu falei antes do início da sessão, eu pretendo também indicar alguns convidados e, quando eu vi aqui a distribuição das audiências públicas, talvez, esses meus convidados possam ser distribuídos nos diversos temas, porque são, vamos dizer assim, um grupo de estudo, de pesquisa, aplicado a esse setor.

A gente vê que, sempre, quando a gente pensa em transformação que a gente faz na terra como um todo, quando você parte de uma fonte, por exemplo, o grafeno, em que você começa na fonte, na grafita. Depois, tem as tecnologias de transformação de grafita em grafeno. E, depois, do grafeno em material ou qualquer tipo de equipamento que utilize esse material. E, depois, as implicações dessa utilização desses novos equipamentos com esse novo tipo de material.

Eu vejo a mesma coisa aqui, no sentido do desenvolvimento de hidrogênio verde, partindo da fonte, que podem ser várias, como eletrólise. Foi falado a respeito de madeira ou do potencial do etanol, de se utilizar nossa infraestrutura de etanol também para isso, biogás, o próprio pré-sal também pode colaborar com isso, ou seja, várias fontes para hidrogênio verde e desenvolvimento dessas tecnologias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Ministério da Ciência e Tecnologia, nós tínhamos um eixo estratégico voltado para energias renováveis e uma das partes desse eixo era justamente o hidrogênio verde lá no Nordeste, inclusive em Campina Grande, no Instituto Nacional do Semiárido. A partir daí, há o desenvolvimento do hidrogênio em si, essa transformação e, depois, a utilização desse hidrogênio em vários tipos de aplicações que nós podemos ter, como foi falado também pela Dra. Mônica. Depois, há as implicações disso, que são muito positivas nesse caso.

Eu acho que esta Comissão tem uma tarefa enorme pela frente. Muitas coisas importantes a serem desenvolvidas, sobre o que nós podemos dar partida aqui e ajudar no regulatório, ajudar numa legislação que possa permitir o desenvolvimento dessa tecnologia, como um marco, aqui no Brasil, do desenvolvimento dessa tecnologia, das aplicações e implicações da utilização dela.

Então, novamente, parabéns! Eu me sinto muito honrado de fazer parte desse grupo que, tenho certeza, vai colocar o Brasil bastante à frente nesse tipo de mercado, que vai promover desenvolvimento econômico, social, gerar empregos no País e tudo mais. E, logicamente, vai ser bom para o planeta como um todo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sem dúvida, Senador Astronauta Marcos Pontes. Obrigado pela contribuição.

Certamente, as sugestões que V. Exa. já me apresenta aqui – mas que formalizará – serão muito bem-vindas a esta Comissão.

Eu queria registrar aqui a presença da Dra. Elbia Gannoum, que é Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica. Obrigado pela presença, seja muito bem-vinda.

Bom, o Senador Rodrigo Cunha pede desculpas, mas S. Exa. está presidindo a sessão, o pequeno expediente, se podemos chamar assim, da nossa sessão ordinária.

Gostaria de usar a palavra, Senador Fernando? (*Pausa.*)

A palavra é sua.

O SR. FERNANDO DUEIRE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, Senadores aqui presentes, convidados, eu me associo ao que foi dito pelos colegas da bela iniciativa de V. Exa. em provocar a criação desta Comissão.

Eu lembro, Senador Cid Gomes, que, em 2001, nós levamos um grande susto com o problema do racionamento de energia, e aí se foi buscar um choque de oferta, de última hora, às pressas. Foi criada a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial, que terminou materializando-se em ações de usinas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que já socorreram este país – seu setor produtivo –, em diversas ocasiões, mas ali também o Brasil, eu diria, acordou, propriamente dito, para o Proinfa.

Naquele momento, nós não trabalhávamos com a questão das eólicas, de uma maneira de incentivos efetivos por parte do Governo, e nem com a solar. Elas eram caras. Sim, elas eram caras, mas a tecnologia foi, com o tempo, nos levando a custos possíveis.

Hoje, as eólicas respondem por cerca de 20% da energia – intermitentes, mas muito presentes – e a solar já chega a próximo de 6% a 7%.

E acho que esta Comissão chega num momento certo para que nós possamos provocar... É uma energia que, na verdade, tem uma cadeia, como falou a professora, longa, mas essa cadeia longa também tem benefícios múltiplos, inclusive benefícios para a indústria, como ela mesmo falou.

Então, eu acredito que é muito importante o incentivo do Governo como uma política pública, e esta Comissão pode oferecer essa contribuição de uma maneira objetiva e de uma maneira eficiente, sobretudo com um plano de trabalho tão completo como o senhor submeteu a todos nós aqui.

Não seria de se esperar outra coisa de V. Exa. Realmente está muito bem feito. É uma escuta ampla e nós vamos contribuir recheando isso, Senador Marcos Pontes.

Então, basicamente, Senador Presidente, é me associar e trazer o nosso compromisso a esse trabalho que o senhor hoje inicia, liderando a todos nós com muita firmeza, com muita objetividade e, sobretudo, com muito espírito público com relação ao presente e ao futuro do país.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito grato pelas palavras generosas, Senador Fernando.

Não tenho dúvida de que a sua presença nesta Comissão e a experiência que o senhor traz ao longo da sua vida pública serão extremamente valiosas para que a gente possa alcançar os nossos objetivos.

Eu estava procurando seguir aqui os roteiros, mas, em meio a tantas manifestações de entusiasmo que a gente recebe aqui dos Srs. Senadores, eu tenho me dedicado a essa questão há alguns meses já. Na questão da alternativa de energias, eu me sinto meio contemporâneo do que foi colocado por V. Exa. O primeiro parque eólico no Estado do Ceará foi feito com recursos do Governo do estado e se resumiam a três torres eólicas no quebra-mar do Mucuripe. Mas o Proinfa viabilizou; e, salvo engano – você me corrija se eu estiver errado –, o preço que foi vendido à época foi algo em torno de R\$400 o megawatt-hora. Assim, a gente teve uma inflação já longa, mas, ainda hoje, é um valor significativo. Acho que a energia hoje deve estar 130, 120. Então, era três vezes o preço da energia que você encontrava no mercado livre. Hoje as eólicas estão competindo com as hidroelétricas e conseguindo, sem nenhum tipo de incentivo, já vencer e já gerar energia. Eu não tenho dúvida de que isso acontecerá em menos de cinco anos na solar. A solar já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

evoluiu demais – evoluiu demais. Há dois anos, o maior painel que existia era de 180 watts. Hoje você tem painéis de 700 com bifaciais, gerando 20%, 30% a mais do que está escrito no seu manual.

Então, as fontes alternativas, as fontes complementares, a meu juízo, em relação à solar e à eólica já são uma absoluta realidade. E pelo que a humanidade vem conseguindo de avanços tecnológicos e pelos – eu não gosto muito de usar essa palavra, eu procuro sempre usar o português, mas fica mais bonito dizer *players* do que jogadores, não é? – *players* de que a gente tem notícias que estão investindo, da iniciativa privada mesmo, em pesquisas, eu não tenho dúvida de que o hidrogênio muito brevemente será uma alternativa.

Essa questão lá no Ceará, citando mais a nossa experiência, nasce muito em função da lógica de exportar, mas eu já tenho ouvido diversos depoimentos de que isso viabilizará, aqui no Brasil, uma concorrência não de vender energia, mas de vender produtos fabricados aqui com essa energia e que vão ter a chancela ou selo de energia verde. Então, é um potencial extraordinário.

Não tenho dúvida de que a alternativa de combustível elétrico, de carros elétricos, também já é uma realidade. A dificuldade era a autonomia. Hoje você tem no mercado carros com preços razoáveis, com autonomia de 500km a 600km. Mas o hidrogênio verde tem vantagens ou terá vantagens em relação a isso, pelo menos no tempo de recarregamento, porque ele é mais rápido até do que um combustível líquido. Então, eu não tenho dúvidas. Já há estudos que apontam, por características nossas, que o Brasil poderá fazer o hidrogênio verde mais barato do mundo. Já há estudos sérios, de empresas sérias, apontando para isso. A nossa localização nos favorece e o nosso mercado interno também abre uma perspectiva de futuro extraordinária.

Eu não tenho dúvidas de que esta Comissão terá uma responsabilidade e o Brasil, o mundo da energia, o mundo da indústria, precisará que a gente estabeleça aqui um marco regulatório, estabeleça possibilidades de subsídio e de investimentos públicos bem dirigidos, bem direcionados, para que de fato a gente possa ter nessa alternativa a alternativa do futuro.

Eu queria conceder formalmente vista coletiva do projeto, do plano de trabalho, da proposta de plano de trabalho, para que a gente possa votar na semana que vem.

Eu gostaria de passar a palavra aqui ao nosso Relator Otto que, também pela sua experiência, pela sua vivência, terá muito a contribuir com esta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Como Relator) – Obrigado, Senador Cid Gomes. Na pessoa do Senador, saúdo todos os Senadores, Deputados e convidados que aqui vieram.

É bem substancial o plano de trabalho do Senador Cid Gomes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É porque estão faltando as visitas externas. (*Fora do microfone.*)

Já tem um convite de Roterdã, para a gente ir lá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu fiz uma observação a ele de que, além de eu estar na Liderança do PSD, eu participo de cinco Comissões, fora as Comissões Mistas que estão sendo agora criadas. Então, eu propus ao Senador Cid Gomes que, pela amplitude da matéria, pela novidade que é o hidrogênio verde... Eu fui professor de Química. Sei exatamente o que é a hidrólise, o polo negativo, o positivo, prótons e elétrons para fazer o hidrogênio verde. Eu acho que é um caminho muito bom, o Brasil tem um potencial muito grande. Eu sei que, como falou a professora, vai movimentar uma cadeia muito grande, sobretudo a cadeia de produção de energia, porque não dá para fazer hidrogênio verde sem ter energia para fazer qualquer tipo de produção, seja com a água ou qualquer outro insumo para a produção do hidrogênio verde.

É uma discussão ampla, mas eu quero propor ao meu Presidente querido... Tudo começa no Ceará. É interessante. O hidrogênio verde está começando pelo Ceará. Mas lá na Bahia tem o Cimatec, um centro muito avançado, que já tem tecnologia de produção de hidrogênio verde.

Eu sugeriria, então, que se colocasse uma visita ao Cimatec, esse centro que foi, na época, criado quando eu estava como Secretário da Indústria e Comércio do meu Estado da Bahia. Uma contribuição muito grande pode dar o Cimatec nesse sentido. Eu julgo importante.

Hoje pela manhã, eu estava conversando com o Presidente da Aneel; conversei mais cedo com o Presidente da Petrobras; ontem, com o Ministro de Minas e Energia, falando sobre este tema, o seu valor e o que significa para o futuro do Brasil, do país essa nova matriz de produção de hidrogênio para energia, para suprimento e também para exportação.

Portanto, eu gostaria – ele é Presidente, mas eu sou um pouquinho mais velho do que o Cid – de sugerir ao Presidente, ao Senador Cid que nós criássemos aqui uma sub-relatoria. Quando eu fui Presidente da Agenda Brasil, no Senado Federal, era uma coisa muito ampla, trabalhei com o Blairo Maggi. Nós distribuímos missão também para outros Senadores e terminamos concluindo bem.

À minha frente, tem um cientista aqui. Eu sugeriria que o Senador pudesse também colaborar, como sub-relator, para que trabalhássemos juntos, porque, com essa agenda sua, eu vou ter que faltar muitas vezes à Liderança do PSD, muitas vezes à CAE, à CCJ, à CI (Comissão de Infraestrutura), à CAS (Comissão de Assuntos Sociais), à CE (Comissão de Educação). Então, tenho que distribuir esse trabalho.

Não falta energia, não. Eu tenho, graças a Deus, vontade e energia. Mas vamos fazer.

Não sei se V. Exa. aceita a minha sugestão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Com certeza. Claro que sim. Aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele foi Ministro da Ciência e Tecnologia, competente, conhece muito bem toda essa parte da matriz energética aqui do Brasil. Então, seria uma contribuição se pudéssemos trabalhar juntos nesse sentido.

Não sei se ultrapassei a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Acatadíssimo.

De maneira nenhuma.

Eu estava preocupado com outra coisa que você tinha me falado. Mas, agora, já estou satisfeito.

Então, sobre sub-relatorias, a gente pode até ter mais de duas. À medida que forem abrindo os leques, a gente pode ter um sub-relator para normas e regulamentos, pode ter outro sub-relator...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Até porque um pode estar ocupado um dia, pode estar numa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Agora, não tenha dúvida também da qualidade dos servidores do Senado.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Então, os servidores do Senado... Esta Comissão está sendo instalada hoje. O consultor-chefe, o Secretário destinado para cá sofreu um acidente de moto e não está presente. O Secretário também da Comissão estava de férias e não voltou a tempo. Enfim, mesmo assim, a qualidade dos servidores permitiu que a gente aprontasse isto aqui.

E eu não tenho dúvida de que, quanto à nossa presença física nessas visitas externas, indo um membro, a Comissão se instala. O importante é ouvir as pessoas de lá. E a audição, os registros, a Secretaria dessas reuniões irá fazer.

Hoje se tem essa modalidade remota. Participou aqui conosco, ao vivo, interagindo – a gente podia ter interagido com ela –, a Dra. Monica, lá de Berlim. Então, hoje você tem todas essas facilidades.

E a sugestão que V. Exa. faz está acatada de pronto. Então, como sub-relator, já fica designado o Senador Astronauta Marcos Pontes e, na perspectiva de outras sub-relatorias à medida que a gente for avançando nas questões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, o Tchê tem essa afinidade... O Senador Luis Carlos Heinze, perdoem-me a intimidade, tem essa relação com o setor de florestamento e pode ser aberto... Na minha introdução aqui, falava simplesmente da hidrólise... Você vê como numa reunião a gente já vê outras alternativas. Eu, sinceramente, não sabia, e eu sou plantador de eucalipto, que do eucalipto a gente podia extrair o hidrogênio. É mais uma possibilidade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro que pode.

Pode, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu não fui professor de Química, mas fechei, no vestibular, a prova, viu? Fechei. Sempre fui muito bom nisso.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode, inclusive, tirar o hidrogênio... (*Fora do microfone.*)

De gás e de petróleo, pode tirar hidrocarboneto e fazer o hidrogênio.

A Química aí... A Química não para, não, está sempre em evolução permanente.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Muito bem. Então, se não há mais oradores inscritos...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu quero pedir desculpas pelo meu atraso. Eu estava em outra Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – De maneira nenhuma...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Perdoe-me. Mas eu vou sempre chegar, mesmo atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Eu fico feliz de estar aqui.

A Comissão está integral. É uma Comissão assim, propositadamente, menor para que a gente tenha mais agilidade.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas vamos trabalhar muito.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É intenção nossa já fazer uma relação com duas outras Comissões. E eu queria pedir a concordância dos nossos componentes,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente possa ter a participação da Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Casa e do Presidente da...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Da CI, Confúcio Moura.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Da Comissão de Infraestrutura, para que a gente possa já fazer...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Do Senador Confúcio Moura. Essa integração é muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Fundamental.

Então, eu vou formalmente pedir, comunicar aos dois Presidentes... Naturalmente isso fica extensivo aos demais componentes.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E vamos atrás do futuro neutro de carbono. É isso que você quer, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – É isto aí: carbono zero.

Bom, nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, está encerrada a nossa reunião inicial de instalação.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 11 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

